



JORGE CALVIMONTES UGARTE

BANDIDOS NA SERRA DO MAR?

**CONFLITOS, ESTRATÉGIAS E USOS MÚLTIPLOS DOS RECURSOS
NATURAIS NA MATA ATLÂNTICA, SÃO PAULO**

**CAMPINAS
2013**



NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS – NEPAM
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP

JORGE CALVIMONTES UGARTE

BANDIDOS NA SERRA DO MAR?

**CONFLITOS, ESTRATÉGIAS E USOS MÚLTIPLOS DOS RECURSOS
NATURAIS NA MATA ATLÂNTICA, SÃO PAULO**

Tese de doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Ambiente e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

Co-orientadora: Profa. Dra. Cristiana Simão Seixas

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO JORGE CALVIMONTES UGARTE, E ORIENTADA PELA
PROFA. DRA. LÚCIA DA COSTA FERREIRA**

CAMPINAS

2013

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

Calvimontes, J., 1977-
C139b Bandidos na Serra do Mar? Conflitos, estratégias e usos múltiplos dos recursos naturais na Mata Atlântica, São Paulo / Jorge Calvimontes Ugarte. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Lúcia da Costa Ferreira.
Coorientador: Cristiana Simão Seixas.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Conflitos sociais. 2. Áreas de conservação e recursos naturais . 3. Populações tradicionais. 4. Parque Estadual da Serra do Mar (SP). 5. Mata Atlântica - Conservação. I. Ferreira, Lúcia da Costa. II. Seixas, Cristiana Simão. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Bandits at Serra do Mar? conflicts, strategies and multiple uses of natural resources in the Atlantic Forest, São Paulo

Palavras-chave em inglês:

Social conflicts

Conservation areas, natural resources

Traditional people

State Park of Serra do Mar (SP, Brazil)

Atlantic Forest - Conservation

Área de concentração: Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação

Titulação: Doutor em Ambiente e Sociedade

Banca examinadora:

Lúcia da Costa Ferreira [Orientador]

Emília Pietrafesa de Godói

Carlos Alfredo Joly

Cristina Adams

Iván López Pardo

Data de defesa: 05-09-2013

Programa de Pós-Graduação: Ambiente e Sociedade

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS – NEPAM

Jorge Calvimontes Ugarte

BANDIDOS NA SERRA DO MAR?
CONFLITOS, ESTRATÉGIAS E USOS MÚLTIPLOS DOS RECURSOS
NATURAIS NA MATA ATLÂNTICA, SÃO PAULO

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ambiente e Sociedade do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM/IFCH/UNICAMP). Área de concentração “Aspectos Sociais de Sustentabilidade e Conservação”, sob orientação da Profa. Dra. Lucia da Costa Ferreira e co-orientação da Profa. Dra. Cristiana Simão Seixas.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 05/09/2013.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Lucia da Costa Ferreira (orientadora)

Profa. Dra. Emília Pietrafesa de Godói

Prof. Dr. Carlos Alfredo Joly

Profa. Dra. Cristina Adams

Prof. Dr. Iván López Pardo

Profa. Dra. Ana Beatriz Vianna Mendes (suplente)

Profa. Dra. Eliane Simões (suplente)

Prof. Dr. Philippe Marie Léna (suplente)

Campinas, setembro de 2013

A LAS DOS MÓNICAS

*A Fuenteovejuna fui
de la suerte que has mandado
y con especial cuidado
y diligencia asistí.
Haciendo averiguación
del cometido delito,
una hoja no se ha escrito
que sea en comprobación;
porque conformes a una,
con un valeroso pecho,
en pidiendo quién lo ha hecho,
responden: "Fuenteovejuna."
Trescientos he atormentado
con no pequeño rigor,
y te prometo, señor,
que más que esto no he sacado.
Hasta niños de diez años
al potro arrimé, y no ha sido
posible haberlo inquirido
ni por halagos ni engaños.
Y pues tan mal se acomoda
el poderlo averiguar,
o los has de perdonar,
o matar la villa toda.
Todos vienen ante ti
para más certificarte;
de ellos podrás informarte.*

(LOPE DE VEGA. "FUENTEOVEJUNA")

*Y aunque el desengaño toco,
con la misma pena lucho,
de ver que padezco mucho
padeciendo por tan poco.*

(SOR JUANA INÉS DE LA CRUZ. "ESTE AMOROSO TORMENTO")

*Sueña el rico en su riqueza,
que más cuidados le ofrece;
sueña el pobre que padece
su miseria y su pobreza;
sueña el que a medrar empieza,
sueña el que afana y pretende,
sueña el que agravia y ofende,
y en el mundo, en conclusión,
todos sueñan lo que son,
aunque ninguno lo entiende.
Yo sueño que estoy aquí
de estas prisiones cargado,
y soñé que en otro estado
más lisonjero me vi.
¿Qué es la vida? Un frenesí.
¿Qué es la vida? Una ilusión,
una sombra, una ficción,
y el mayor bien es pequeño;
que toda la vida es sueño,
y los sueños, sueños son.*

(PEDRO CALDERÓN DE LA BARCA. “LA VIDA ES SUEÑO”)

No passado, em relação a temas diversos, custou-me aceitar que a maneira como eu via isto ou aquilo pudesse estar longe da real imagem das coisas (disto, daquilo). Se esta pessoa era outra pessoa, se aquela cor era outra cor, tinha de aprender tudo outra vez. Tinha de mudar a percepção de tudo em função desse dado novo. Tudo está ligado a tudo. Esta pessoa não existe independente das outras pessoas, aquela cor não existe independente das outras cores. As pessoas e as cores não existem independentes de todos os outros elementos. Hoje, também me custa a aceitar que possa ver isto ou aquilo de forma imperfeita, mas considero essa possibilidade.

(JOSÉ LUÍS PEIXOTO. “LIVRO”)

“Dá impressão de que vai trabalhar como se fosse um bandido, escondido, olhando pra todo lado”.

(MORADOR DE PICINGUABA)

AGRADECIMENTOS

Hoje, depois de quase cinco anos dedicados ao doutorado, me reconheço diferente. Diferente não só porque estou mais velho, mas porque, nas relações estabelecidas ao longo destes anos todos, tenho me transformado. Estas relações foram intelectuais, mas também emocionais. Conheci teorias, participei de discussões, entrei em debates longos, escutei com atenção, me escutaram com paciência e interesse, fiz perguntas e tentei respondê-las. Fui me tornando um candidato a doutor a través de tudo isso. Esta pesquisa tem sido um desafio muito grande porque a interdisciplinaridade é um grande e fantástico desafio. E, para realizá-lo, o diálogo é primordial. Tudo isto não teria sido possível sem o apoio de algumas pessoas e, também, de algumas instituições. As pessoas, professores, colegas e amigos, me deram força, carinho, suporte e me ajudaram no processo intelectual. As instituições fizeram com que conseguisse estar aqui e que pudesse escrever esta tese.

Quero agradecer especialmente a minha orientadora, Lúcia da Costa Ferreira, porque desde que nos conhecemos em Tefé soube que ia ser um prazer ser seu aluno. Pela paciência, confiança, bom humor e carinho com os quais me guiou neste processo. Pelas longas conversas e pelo conteúdo intelectual que compartilhou comigo ao longo de todo este tempo, sem os quais esta tese não teria sido possível. Obrigado.

Agradeço a minha co-orientadora, Cristiana Simão Seixas, pelo apoio, a confiança e o ânimo com os que sempre me incentivou. Aos professores do doutorado em Ambiente e Sociedade, especialmente a Leila da Costa Ferreira e a Carlos Joly. Agradeço também a Emilio Moran pelos conselhos e recomendações sobre esta pesquisa.

Aos funcionários do Nepam, em especial a Waldinei, Fátima, Neusa e Fabrício, pela ajuda constante, desde o mais simples até o mais complexo; pelo ambiente familiar e pelo carinho com que me trataram ao longo de todo este tempo.

Às professoras Emília Pietrafesa de Godói e Cristina Adams pela valiosa contribuição no Exame de Qualificação. Às professoras Ana Beatriz Mendes e Cristina Adams pela leitura e contribuições à versão da tese para pré-banca. Aos membros da Banca de Defesa pela disposição e pela contribuição ao trabalho, lhes estou muito agradecido.

Aos meus colegas e amigos do doutorado, pelas discussões, conversas, camaradagem e companhia. O doutorado não teria sido o mesmo sem eles. Tenho a satisfação de ter encontrado grandes amigos aqui, que levarei para a vida toda. Quero agradecer especialmente a Allan Yu, Juliana Farinaci, Arelis Sotillo, Leonardo Teixeira, Ramon Bicudo, Eduardo Viglio, Francisco Araos, Gabriela di Giulio, Rolf Bateman, Emmanuel Almada, Luziana Garuana, Luciana Araújo, Satya Caldenhof, Roberto Donato, Carolina Joly e Daniela Sant'Ana. Agradeço também aos meus colegas do Grupo de Pesquisa sobre Conflitos Sociais e ao grupo de pesquisa em Gestão de Commons.

Quero agradecer a Miriam Marmontel pelo seu apoio constante, sua amizade, pela oportunidade de ter vindo ao Brasil tantos anos atrás e pela força para entrar no doutorado. Os anos no Amanã foram importantíssimos na minha vida acadêmica, profissional e pessoal. Agradeço também ao Instituto Mamirauá pelo apoio ao longo de tantos anos.

Agradeço infinitamente aos grandes amigos, irmãos, que fiz ao longo da minha vida neste país. O Brasil me deu grandes satisfações nestes quase 12 anos, nenhuma se compara com tê-los conhecido. Minha eterna gratidão especialmente a Danielle Lima, Bárbara Richers, Ana de Francesco, Rodrigo Ozorio, Alethia Muñoz, Alyson Melo, Juliana Napolitano, Michelle Guterres, Dhalton Tosetto, Joana Macedo, Juliane Cabral, Larissa Mellinger, Alejandro Cammareri, João Valsecchi e Fernando Rosas.

O tempo ensina que os grandes amigos sempre estão perto, ainda que longe. Agradeço aos meus irmãos Aldo Soto, Carolina Tovar, Nadia Castro, Samuel Amorós, Carolina Casaretto, Carlos Alberto Arnillas, Caissa Revilla, Claudia Véliz, Maripili Ramírez, Laura Secada, Sáyaka Ota, Mariella de La Cruz, Shila Lem, Narda de la Barra e Claudia Cuzzi. Por nós e pelas próximas gerações, que já estão aqui.

À CAPES e seu Programa de Estudante-Convênio de Pós-graduação (PEC-PG) pela Bolsa que me permitiu realizar o doutorado.

Ao projeto “Urban growth, vulnerability and adaptation: Social and Ecological Dimensions of Climate Change on the Coast of São Paulo” do Nepam/FAPESP pelo financiamento do trabalho de campo.

À FAEPEX/Unicamp pelo financiamento de várias participações em congressos internacionais e pela Bolsa de Auxílio Ponte.

Ao Parque Estadual da Serra do Mar e ao Núcleo Picinguaba pela grande ajuda ao longo do trabalho de campo. Pela logística e pela disposição dos funcionários da gestão para participar desta pesquisa. Aos funcionários do Núcleo Picinguaba, que sempre me trataram muito bem.

A todas as pessoas que dedicaram uma parte do seu tempo para responder minhas perguntas e para discutir comigo, e que estiveram dispostas a compartilhar seus conhecimentos e vivências.

Aos moradores das comunidades Sertão da Fazenda, Sertão de Ubatumirim, Vila de Picinguaba e Cambury pela abertura, confiança e disposição para compartilhar suas histórias, suas lutas e seus pontos de vista.

À Catarina pelo apoio, pela força e por me ajudar a desatar nós.

A minha mãe e a minha irmã, *las dos Mónicas*, pelo amor incondicional, pelo apoio na distância, por estarem juntas enquanto eu estou longe e pela vida toda, a de ontem, a de hoje e a de amanhã. Muchas gracias de todo corazón porque éste soy yo.

RESUMO

O histórico da relação entre os moradores e os gestores do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), localizado no litoral norte do Estado de São Paulo, o mais rico e desenvolvido do país, está caracterizado pelos conflitos relacionados aos direitos de permanência e de uso dos recursos naturais. Criado em 1977, durante a última ditadura militar e seguindo premissas preservacionistas, o PESM permaneceu no papel até inícios dos anos 1980, quando começaram os primeiros contatos com os moradores. Estes moradores, trabalhadores do campo e pescadores, viram, então, deslegitimados seus direitos ao trabalho e à continuação de suas atividades produtivas e culturais. Desde então, passaram a ser considerados clandestinos, ilegais, irregulares ou, segundo suas próprias palavras, “bandidos”, devido a que a legislação proíbe a presença permanente de moradores no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral. O objetivo desta pesquisa foi analisar os conflitos, as ações, as estratégias e a organização dos diversos atores sociais (moradores, gestores, membros de ONG, membros do poder público, pesquisadores) vinculados ao Núcleo Picinguaba a respeito do uso dos recursos naturais e acesso à terra, e, finalmente, refletir se esta dinâmica influencia positivamente nos processos sociais associados à conservação da biodiversidade. Parto da ideia de que todos esses atores têm seus próprios interesses, suas próprias perspectivas, motivações, lutas e estratégias de ação, e se organizam ao redor delas numa arena muito complexa e de múltiplos níveis. Este conflito originou novas formas de organização social no PESM: lideranças locais surgiram e se formaram associações comunitárias que tinham por objetivo a luta pelo direito que os moradores consideravam violados. Ao longo dos últimos anos, o diálogo entre gestão e moradores tem se intensificado e novos espaços de discussão e negociação, assim como novos atores com seus próprios interesses, têm aparecido. Três questões são transversais a este conflito e às estratégias que os atores têm seguido ao longo dos anos: a questão da terra, a questão da identidade e a própria questão do uso e conservação dos recursos naturais. Assim, os moradores têm se organizado em torno à luta pelo direito à terra, recorrendo para isso a estratégias identitárias e a categorias como populações tradicionais, quilombolas e caiçaras. Tudo isto em um contexto de uma UC de Proteção Integral, localizada em uma região não só altamente biodiversa, mas com um forte histórico de uso dos recursos naturais e de ocupação humana.

Palavras chave: Conflitos sociais; Áreas de conservação e recursos naturais; Populações tradicionais; Parque Estadual da Serra do Mar (SP); Mata Atlântica - Conservação.

ABSTRACT

The history of the relationship between inhabitants and managers of the Picinguaba Administrative Nucleus in the State Park of Serra do Mar (SPSM) is characterized by conflicts related to the rights to permanence and to the use of natural resources. The SMPS is located in the northern coast of São Paulo State, the richest and more developed state of Brazil. Created in 1977 during the last military dictatorship, the park followed a preservationist scheme. The SMSP remained on paper until the beginning of the 1980s decade, when the first contacts between the park administration staff and the inhabitants began. At this moment, these inhabitants, rural workers and fishermen, were delegitimized and lost their rights to work and to continue their cultural and productive activities. Since then, the inhabitants were considered illegal, irregular, clandestine or, on their own words, “bandits”, due to the Brazilian law prohibiting the presence of inhabitants inside the Protected Areas with strictly protection. This research aims to analyze the conflicts, actions, strategies and organization of the different social actors (inhabitants, managers, members of NGOs, public power, and researchers) related to the Picinguaba Nucleus, about the use of natural resources and the access to land. Finally, it will evaluate if this dynamic influence the social processes associated to biodiversity conservation. I start from the idea that all these actors have their own interests, perspectives, motivations, struggles and action strategies, and organize themselves around them in a very complex and multi-level arena. This conflict caused new forms of social organization in the SPSM: local leaders arose and communal associations that aim the struggle for the inhabitants rights were created. During the last years, the dialogue between managers and inhabitants was intensified, and new spaces of negotiation and new actors with own interests have appeared. Three issues are transversal to this conflict and the strategies followed by the actors along the years: land issue, identity issue and use and conservation of natural resources issue. Thus, the inhabitants were organized around the struggle for their right to land, and using categories such as traditional people, *caiçaras* and *quilombolas*. All of this in a context with a Protected Area with strictly protection, located in a region not only with high biodiversity, but with a history of use of natural resources and human occupation.

Key-words: Social conflicts; Conservation areas, natural resources; Traditional people; State Park of Serra do Mar (SP, Brazil); Atlantic Forest – Conservation.

SUMÁRIO

Apresentação: A origem das perguntas	1
Introdução: O Problema da Pesquisa.....	11
Referencial Teórico-metodológico	21
Sobre as arenas	21
Dos recursos mobilizados e a ação coletiva	27
Dos conflitos.....	32
Organização da tese	38
Capítulo I: Pensando no velho dilema.....	41
O Velho dilema: Conservação <i>versus</i> Preservação.....	41
Unidades de conservação e presença humana.....	44
Especificamente no Brasil	50
Identidade, terra e uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação.....	59
Capítulo II: Caminhos da Investigação	71
A Mata Atlântica.....	71
O Parque Estadual da Serra do Mar e seu Núcleo Picinguaba.....	76
O Núcleo Picinguaba	79
A trilha da pesquisa foi sendo trilhada.....	89
A chegada em Picinguaba e o pé atrás.....	89
Os eixos da pesquisa	92
Procedimentos de pesquisa	95
Capítulo III: Histórico de uma relação acidentada	97
Picinguaba antes do Parque Estadual da Serra do Mar	99
Os de fora chegaram pela terra	109
A chegada do Parque	115
Capítulo IV: Conflitos transformadores, organização dinâmica e estratégias possíveis.....	129
Natureza do conflito ou um conflito pela natureza	130
Conflitos catalisadores de organização em Picinguaba	141
Discurso da identidade como arma de luta	150
Estratégias possíveis.....	161

Da permanência ao uso dos recursos e à propriedade da terra.....	169
Capítulo V: Posições em confronto: uso dos recursos naturais, acesso à terra e conservação da biodiversidade	177
Lidando com a(s) realidade(s) de Picinguaba.....	179
Posições e confrontos sobre o uso dos recursos naturais	179
Posições e confrontos sobre o acesso à terra	189
Posições e confrontos sobre a conservação da biodiversidade.....	199
Espaços de confiança e confiança para criar espaços.....	203
Conclusão: Sim há bandidos na Serra do Mar.....	209
A conservação da biodiversidade e a realidade.....	215
Múltiplos resultados ótimos	219
A questão da terra como um atrator da discussão	224
Tirando a centralidade da discussão sobre identidade e passando às regras e acordos.....	229
Entre o “não” e o “como” nas Unidades de Conservação	236
Bibliografia	241

APRESENTAÇÃO

A ORIGEM DAS PERGUNTAS

A motivação para a realização desta pesquisa, como na grande maioria de pesquisas, provém da trajetória profissional do pesquisador. As perguntas que orientam a investigação e que pretendem ser respondidas ao longo desta tese começaram a formular-se muito tempo antes da etapa que corresponde ao doutorado, mas que, sem dúvida, não poderiam ter sido concretizadas sem a contribuição teórica e metodológica recebida nestes anos. Colocando o olhar 16 anos atrás, tive minha primeira aproximação a uma Unidade de Conservação, à sua beleza cênica, aos seus animais, às suas poucas plantas (tratava-se de um deserto), mas também aos seus conflitos. A Reserva Nacional de Paracas, localizada uns 350 km ao sul de Lima, a capital do Peru, era, na época, a única Unidade de Conservação com área que cobrisse território marinho – estranho se pensarmos que o mar peruano é um dos mais ricos do mundo. Precisamente por esta riqueza, muitos de seus moradores têm aproveitado esses recursos desde tempos imemoriais (as grandes culturas Paracas e Nasca se desenvolveram e prosperaram nessa mesma região séculos atrás) e o continuam fazendo. As regras e limitações impostas a esses moradores desde a criação da Reserva (em 1975) têm ocasionado uma série de conflitos relacionados ao uso dos recursos pesqueiros e turísticos. Ainda que, desde o começo, esta Unidade de Conservação tenha sido criada como o que chamaríamos no Brasil atual de “Unidade de Conservação de Uso Sustentável”, a gestão do seu território e dos seus recursos sempre foi muito complicada.

Ter sido guarda-parque voluntário na Reserva Nacional de Paracas foi uma grande experiência por várias razões. Perceber que meu olhar de estudante de biologia não era alheio aos grupos humanos que lá habitavam e a suas necessidades fez com que pudesse enxergar os conflitos evidentes não só como uma ameaça à Reserva, mas como o resultado de relações de diversas naturezas e em diversos níveis. Por um lado, a falta de recursos financeiros fazia com que as atividades de gestão estivessem minimamente reduzidas, o que me fazia pensar na relação entre os gestores locais e os gestores nacionais. As três pequenas bases da reserva, com pouca infraestrutura e reduzido pessoal, tinham que tomar conta da fiscalização, vigilância, monitoramento e manutenção de 350.000 ha (200.000 no Oceano Pacífico), o que me fazia pensar nas relações entre todos os membros da gestão local. As brigas na guarita de entrada à Reserva, que ficava com uma fila enorme de ônibus e carros cheios de visitantes querendo aproveitar as praias nos finais de semana (brigas de verdade, onde homens e mulheres, todos das cidades do entorno, lutavam por entrar sem pagar “porque para entrar na praia não se deve pagar”, sem saber que, na verdade, pretendiam entrar em uma Unidade de Conservação), me faziam pensar nas relações entre as unidades de conservação e as populações urbanas do entorno. A má reputação da Reserva entre os pescadores da vila de San Andrés, próxima à reserva, ou na vila de Laguna Grande, localizada no seu interior e onde muitos pescadores e *marisqueros* trabalham e sobrevivem, me fazia pensar nas relações entre a gestão e a população local¹ que depende dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Muitos destes pescadores extraíam espécies durante a época do defeso, ou em áreas de acesso restrito, ou com métodos proibidos (como o uso de dinamite), talvez sem levar em consideração a própria vulnerabilidade se pensarmos nos recursos dos que dependiam, talvez por pressão, talvez por raiva; isso me fazia pensar na relação entre os usuários e os recursos naturais, o manejo, o uso e as proibições. A quantidade de leões marinhos mortos a pauladas e achados nas praias das ilhas próximas ao litoral me fazia pensar nas relações entre os usuários dos recursos e a fauna local. Nesse contexto também estavam os pesquisadores que chegavam à Reserva, que tinham relações burocráticas com a gestão local, mas sem muitos mecanismos de troca de informação, e sem nenhum contato com os habitantes. Tudo o que lembro são relações, relações sociais, relações

¹ Uso o termo “população local” porque é muito usual no debate sobre gestão de Áreas Protegidas para se referir aos grupos humanos que habitam no seu interior ou no seu entorno. Entretanto, esta não é uma opção teórico-metodológica relacionada à demografia. Ao longo do texto, ora falarei em população local, ora em grupos sociais, ora em moradores.

ecológicas, conflitos e um espaço onde todos esses atores se encontravam e onde seus próprios interesses e desejos se contrapunham.

Alguns anos depois, em 2002, e já formado em biologia e depois de ter percorrido algumas outras unidades de conservação do Peru, cheguei ao Brasil. Mais especificamente à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Amanã, vizinha à famosa Mamirauá, que, para minha surpresa, tinha sido, junto à Resex do Alto Juruá, a primeira Unidade de Conservação brasileira onde se permitia a permanência da população local. Tinha sido uma surpresa porque não podia entender como, só no ano 1990, o Brasil tivesse criado uma “nova forma” de gerir as unidades de conservação². Ou seja, aquela forma baseada na conservação através da melhoria da qualidade de vida da população local, ou, mais precisamente, uma forma que não excluísse aqueles que já moravam e trabalhavam nesse território desde antes da Unidade de Conservação existir. Seja como for, meu trabalho inicial na RDS Amanã estava relacionado a um projeto sobre telemetria de peixe-boi amazônico (*Trichechus inunguis*) destinado a confirmar rotas migratórias sazonais que já formavam parte do conhecimento dos moradores da Reserva sobre a espécie (MARMONTEL *et al.* 2002)³. A troca de conhecimentos entre estes moradores e os pesquisadores do Projeto Peixe-boi Amazônico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMM), gestor das RDS Mamirauá e Amanã, liderado pela Dra. Miriam Marmontel, tinha sido determinante para o sucesso da pesquisa. Os moradores de Amanã relataram não só as supostas rotas (logo confirmadas), mas também os locais onde seria mais fácil a captura de indivíduos de peixe-boi para a colocação dos rádio-transmissores. Esta relação entre pesquisa e conhecimento local era muito importante para o desenvolvimento do projeto.

Naquela época, o IDSMM estava finalizando o Projeto Amanã, que tinha por objetivo a implantação da RDS a partir da replicação das experiências prévias na RDS Mamirauá (QUEIROZ 2005, REIS 2005, LIMA 2002). A partir de então, as equipes dos programas já existentes no Instituto, como os de manejo de pescado, de agricultura familiar e de organização comunitária, passariam a atuar nas

² A Reserva Nacional de Paracas, como disse linhas acima, foi criada em 1975. Já a Reserva Nacional Pacaya-Samiria, numa região predominantemente de várzea (como Mamirauá) na Amazônia peruana, foi criada em 1982, mas com uma história de manejo do território baseada na conservação e uso dos seus recursos naturais que começou em 1940 com o estabelecimento da Zona Reservada na área fluvial do Rio Pacaya. Com isto não estou julgando os resultados concretos da conservação destas áreas, mas só o contexto legal no qual elas foram criadas.

³ Esta pesquisa foi pioneira na confirmação da existência de uma migração anual de peixes-boi entre regiões de alimentação na várzea, durante as épocas de cheia, e regiões de águas mais profundas, como lagos de terra firme (como o grande lago Amanã) e poços nos rios, durante a temporada seca e de maior vulnerabilidade para a espécie.

duas reservas. A etapa prévia de implantação tinha consistido na definição dos territórios de uso das comunidades e na organização comunitária: várias lideranças locais eram agora funcionários do IDSM e contribuíam com o estabelecimento da RDS, serviam de ponte entre a população local e o Instituto e organizavam as reuniões de Setor⁴. Nestas reuniões eram abordados assuntos relacionados à organização das comunidades, mediação de conflitos e diálogo com os membros do IDSM. A primeira reunião de setor na que participei foi em abril de 2002. Nela, pedi um espaço para poder explicar aos moradores os objetivos do projeto de telemetria, assim como os métodos que eram usados, e sobre os quais existiam muitas dúvidas e receios devido a experiências prévias de pesquisa com peixe-boi⁵.

Esta foi uma experiência muito importante não só para mim como pesquisador, já que tive a oportunidade de conhecer as lideranças locais, responder perguntas e fazê-las; mas, também, para o projeto. Ficou claro para mim, mais do que nunca, que a aproximação da pesquisa com a população local era um aspecto básico quando se tratava de conservação e uso de recursos naturais, mais ainda se pensarmos numa espécie altamente ameaçada, como o peixe-boi. Pouco a pouco fui me aproximando de diversos moradores, caçadores ou ex-caçadores do peixe-boi, aos quais começamos chamar de “conhecedores do peixe-boi da Reserva Amanã”. Utilizei os canais já abertos pelos membros do projeto e do IDSM e fui abrindo outros, especialmente nas comunidades menos visitadas e com escassa participação. Ao longo de alguns meses, visitei todas as comunidades do Setor Amanã e, em reuniões comunitárias, expliquei os objetivos do projeto e respondi perguntas sobre a pesquisa. Desta forma, conheci todas as lideranças locais. Naquelas comunidades menos envolvidas, essas reuniões serviam para eles perguntarem coisas além do peixe-boi, como os objetivos da RDS e dos trabalhos do IDSM na região. Desta forma, terminei construindo meu projeto de pesquisa de mestrado⁶: Etnoconhecimento, uso e conservação do

⁴ A RDS Amanã foi dividida em três setores: Amanã, São José e Coraci, para facilitar a gestão e a organização comunitária, da mesma forma como aconteceu na RDS Mamirauá.

⁵ No começo da década de 1980 o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Robin Best, tinha chegado à região do Lago Amanã para realizar pesquisas pioneiras com peixes-boi amazônicos na natureza (BEST 1983, 1982). Uma das atividades que Best realizou na área foi a captura de peixes-boi com a ajuda de alguns moradores, em sua maioria caçadores da espécie, para logo transportá-los até a Hidrelétrica de Curua-Una, onde foram monitorados e serviram como controladores do crescimento de macrófitas aquáticas (ROSAS 1994, BEST 1982), ou até as instalações do INPA, onde alguns ainda permanecem (ROSAS 1994). O fato do Best ter capturado animais vivos e logo tê-los transportado para fora da área é ainda lembrado pelos moradores, muitos dos quais ainda reclamam disso, principalmente aqueles que não conheceram ou não tiveram contato com Best (CALVIMONTES 2009).

⁶ Mestrado em Conservação de Recursos Florestais, com ênfase em fauna silvestre e Áreas Protegidas, da Faculdade de Ciências Florestais da Universidade Nacional Agrária “La Molina” de Lima, Peru.

peixe-boi na RDS Amanã (CALVIMONTES 2009). De novo eram as relações, desta vez entre os moradores e o peixe-boi, as que incentivaram e dirigiram meu interesse científico. A perspectiva histórica dessa relação era, também, muito importante. Só dessa forma entenderia as causas e características das relações atuais.

Três anos se passaram na coleta de dados. A relação com os moradores foi sendo construída e, no final, a troca de conhecimentos e de confiança deu frutos positivos. Nesse tempo, fui testemunha do crescimento das lideranças, das mudanças na gestão, do estabelecimento de novas alternativas de manejo, dos conflitos que isso originava, das discussões internas, da evolução da ação do IDSM na área e do empoderamento dos seus atores. A comunicação entre eles era muito importante e a falta dela podia ser motivo de aparecimento de novos conflitos ou de sua ressignificação⁷. As lideranças, que inicialmente tinham sido contratadas como assistentes da organização comunitária, já não eram mais funcionários do IDSM ou tinham passado a trabalhar junto aos programas de manejo. Lembro especificamente de uma delas. Tinha passado de assistente no Programa de Organização Comunitária a trabalhar no Programa de Agricultura Familiar e, logo, a ser presidente da sua comunidade⁸.

Era muito interessante para mim ver como os espaços gerados a partir da gestão podiam ter causado esse fortalecimento nas lideranças. Eu pensava, e ainda penso, que esses espaços e a capacitação que a participação neles dava às lideranças locais, nem sempre originavam uma relação, digamos, mais harmoniosa entre a gestão e a população local. Isto é, o empoderamento e o aprendizado que, ao longo dos anos, das reuniões, dos conflitos e das negociações, as lideranças locais tinham alcançado, às vezes faziam mais difícil a ação do IDSM. Moradores que antes teriam dito sim mais facilmente, pouco a pouco começaram a questionar com maior segurança essas decisões, e os espaços de negociação se tornaram mais complexos e conflituosos. Pouco a pouco, com o surgimento de novas pesquisas e a posta em prática de novas alternativas de manejo, o número de moradores que participavam diretamente na gestão da RDS foi aumentando. Isto tampouco foi isento de conflitos de diversos tipos: como aquele relacionado à relativa “preferência” de algumas comunidades e famílias quando se escolhiam assistentes locais de pesquisa. Sempre era mais fácil escolher aqueles já conhecidos. Ou os conflitos surgidos logo que um grupo de pesquisadores tenha entrado e feito trabalhos no território de alguma das

⁷ Sobre ressignificação de conflitos em Áreas Protegidas, ver Campos (2006, 2001).

⁸ E, anos depois, foi eleito vereador pelo município de Maraã/AM.

comunidades sem ter realizado uma reunião informativa prévia, direito que os moradores incorporaram cada vez com mais força. Os moradores começaram a ter mais poder, ou a ser mais conscientes dele, e assim conseguiram exercê-lo, ainda que, em alguns casos, timidamente.

Após três anos na RDS Amanã, já de volta ao Peru, fui trabalhar junto à Sociedade Zoológica de Frankfurt no Parque Nacional Manu e na Reserva Nacional Tambopata, na Amazônia sul peruana. Além de ter responsabilidade sobre os censos anuais de ariranha (*Pteronura brasiliensis*) em ambas as unidades de conservação, devia trabalhar junto aos operadores turísticos que usavam a espécie como um dos seus principais atrativos e junto aos gestores em temas relacionados ao monitoramento. As relações da ariranha com a população local também eram do meu interesse, mas, a relação da pesquisa (e dos pesquisadores) com esses mesmos moradores o era ainda mais. Ainda que, segundo minha experiência previa na RDS Amanã, entendesse que a relação entre a pesquisa e os moradores deveria ser de mútua colaboração, intercâmbio de conhecimentos e transparência, isso não parecia ter sido uma constante no projeto. Moradores e guarda-parques das unidades de conservação não conheciam bem o trabalho desenvolvido. Entretanto, o trabalho com os operadores turísticos tinha dado muito bons resultados. Convidei os guarda-parques a acompanharem alguns dias do meu trabalho de campo, visitei a comunidade machiguenga de Tayakome e me apresentei ao professor e às lideranças. No final do trabalho, reservei um dia para dar duas palestras na escola de Boca Manu, uma comunidade de migrantes (principalmente de origem andina) muito próxima ao Parque. Meu olhar em campo não tinha como fugir da minha experiência no IDSM, onde estas relações faziam parte do cotidiano. A complexidade de atores nestas duas unidades de conservação, a dificuldade da logística e os escassos recursos, eram um empecilho para que a comunicação e a troca de informações fossem muito fluidas.

Por outro lado, foi devido a este trabalho que pude ter contato com os diversos níveis da gestão e da pesquisa. No âmbito da gestão das unidades de conservação, podia trabalhar e discutir com os gestores desde o nível local até o nacional e ter, assim, uma visão multi-nível do trabalho e dos conflitos relativos à gestão. Da mesma forma, pude ter contato com pesquisadores em campo e me aproximar de seus trabalhos de pesquisa. Entre eles destaco as fantásticas e motivadoras discussões com o Dr. John Terborgh, na Estação Biológica de Cocha Cashu, no Parque Nacional Manu.

A trajetória do Dr. Terborgh é mundialmente conhecida e o respeito pelo seu trabalho e pelo seu compromisso com a conservação das florestas tropicais é enorme. Por este motivo, qualquer

discussão com ele relacionada à conservação, à floresta, ou à ciência é uma aula magna que estimula o pensamento crítico. Um dia, em Cocha Cashu, ele me convidou para conversar na sua sala. Conversamos, entre outras coisas, sobre o futuro do Parque Nacional Manu, sobre as grandes pressões que sobre ele exercem as atividades madeireiras, mineradoras e de extração de hidrocarbonetos. Após décadas permanecendo vários meses por ano no interior do Parque, John conseguia dizer em que galho de que árvore de que trilha seria possível ver um pequeno indivíduo de uma pequena espécie de pássaro. Ele conhecia muito bem a realidade da área. Mas, voltando à conversa, também discutimos sobre o futuro das comunidades indígenas machiguengas que residem dentro do Parque. Este assunto me interessou particularmente, queria entender a posição do John. É amplamente conhecida a visão que ele tem sobre as populações humanas nos Parques. No seu livro *“Making Parks work: Strategies for Preserving Tropical Nature”* (TERBORGH *et al.* 2002), ele e seu colaborador, Carlos Peres, dizem que o dilema de pessoas dentro de Parques é uma bomba-relógio que afeta um estimado de 70% dos Parques ao redor do mundo. Na opinião deles, os Parques livres de pessoas devem ser sempre o objetivo final, como uma questão de princípio. Este, continuam, é o único objetivo que, no longo prazo, é consistente com as exigências da conservação da biodiversidade. Assim, todas as políticas relevantes devem ser dirigidas para a redução da presença humana dentro dos Parques (TERBORGH e PERES 2002).

Esta visão, mais relacionada ao preservacionismo que ao conservacionismo, difere daquela com a que eu me relacionei no Mamirauá e da que tem me acompanhado quase toda minha vida acadêmica e profissional, mas não por isso é menos importante para mim e minha formação. Ideias como as de John Terborgh ou as de Márcio Ayres (fundador do Instituto Mamirauá e idealizador da RDS do mesmo nome, a primeira no Brasil) não podem ser aceitas *a priori* por causa do prestígio de quem as diz, mas, entendia eu, pelos argumentos e a realidade que estão por trás delas. Mas, é claro, ambas as visões têm uma base conceitual, ou até filosófica, diferente. Manu é diferente de Mamirauá; a realidade é diferente, os atores também, mas, ao mesmo tempo, não tenho como desvincular uma da outra na análise que tenho de cada uma por separado. E isto é e será válido para qualquer outra experiência a respeito de unidades de conservação que eu tiver no futuro. Quer dizer, por um lado, envolver os moradores no manejo e na conservação dos recursos naturais e, por outro, tentar manter as florestas e seus habitantes-não-humanos o mais solitários possível, como opina John Terborgh. Ele deixa muito clara sua posição quando diz que num mundo menos empenhado em esgotar seu capital de recursos naturais, uma receita para a manutenção da diversidade em florestas tropicais seria simples: deixá-las sozinhas (TERBORGH 1992).

Logo, em 2007, tive a oportunidade de trabalhar com manejo de fauna de caça em comunidades indígenas atingidas pela exploração de gás, nas regiões do médio e baixo Rio Urubamba, ainda na Amazônia peruana. Desta vez pude ser testemunha não só do nível de pressão sobre os recursos naturais e territórios dos que os moradores precisam para sobreviver, mas também pude perceber como as ameaças fora de uma Unidade de Conservação podiam ser muito mais fortes e o trabalho de conservação podia ser muito mais complicado. Esta experiência reforçou minha ideia de que a criação de unidades de conservação em locais fortemente ameaçados, ainda que seja só no papel, já contribuía com sua conservação devido à institucionalidade e à estrutura que surgia. Ia depender, então, do tipo de instituição criada, dos conflitos pré-existentes, dos novos conflitos e de como fossem abordados, e das realidades locais para que o sucesso da conservação possa ser alcançado.

Três anos depois, em 2008, voltei à RDS Amanã. Os avanços tinham sido significativos, o envolvimento de alguns moradores surpreendente, o empoderamento de outros gratificante e a evidência do crescimento e aprendizado dos moradores em seu conjunto (pelo menos no Setor Amanã) clara. Foi com essa sensação que comecei o doutorado, em 2009. Não tinha só a visão daqueles primeiros anos na RDS Amanã e dos próximos no Peru, mas também uma volta à RDS Amanã, já com um olhar reconfigurado pela distância. O Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, no litoral norte de São Paulo, significava, então, um local novo onde eu iria aprofundar as questões que me acompanharam ao longo dos anos.

Novo em vários sentidos: tratava-se de uma Unidade de Conservação localizada no altamente ameaçado bioma da Mata Atlântica; correspondia a uma categoria de área protegida de uso indireto (chamada aqui no Brasil como “Proteção Integral”), mas que, à diferença das outras nas que tinha trabalhado, esta estava baseada numa lei que determinava que não podia existir pessoas no seu interior, prevendo a realocação dos seus moradores (BRASIL 2000). E, ainda mais, estava localizada numa região com alta densidade populacional, entre duas das maiores cidades da América do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, com fortes pressões imobiliárias, com uma grande diversidade de atores, com grandes empreendimentos econômicos acontecendo ou por acontecer, e com conflitos de longa data relacionados aos direitos de acesso à terra e ao uso dos recursos naturais pela população local, já estudados (com destaque para o trabalho de SIMÕES 2010).

Novamente três anos depois, em 2011, voltei à RDS Amanã, depois de mais de um ano de campo no Núcleo Picinguaba. Isto reforça Amanã como um parâmetro sob o qual guio minha análise, como um ponto de comparação e de referência natural. Após 10 anos acompanhando o desenvolvimento da gestão e da organização comunitária na RDS Amanã, às vezes mais de perto, às vezes mais de longe, assim como de ser testemunha do crescimento do Instituto Mamirauá, posso ter uma visão histórica das relações sociais existentes nela. Relações entre a gestão, a pesquisa e o uso dos recursos como pilares que poderiam dar sustentação à conservação da biodiversidade e à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Especificamente, nesta oportunidade, participei do III Encontro de Conhecedores do Peixe-boi da Reserva Amanã⁹. Todos os participantes deste encontro foram meus colaboradores no mestrado e os conhecia bem. Por isso, foi muito interessante ver como alguns deles foram estabelecendo uma relação com a pesquisa e, no geral, com a gestão da RDS Amanã, muito fluida e próxima. Alguns destes ex-caçadores eram muito desconfiados e participavam pouco nas reuniões na época do meu mestrado. Dez anos depois, discutiam e participavam com muita facilidade e confiança. Por outro lado, algumas das lideranças locais que eram muito novas e inexperientes anos atrás, agora têm se organizado numa associação de moradores muito empoderada.

Meu olhar relacional aqui é, então, diacrônico. E com isto quero dizer que não só consegui uma visão das relações atuais entre todos os atores, mas que posso incluir o eixo temporal nesta análise. Esta visão bidimensional tenta ser posta em prática no Núcleo Picinguaba como um local onde tento entender as relações subjacentes à gestão, ao uso (e não-uso) dos recursos naturais, ao acesso a terra e à conservação da biodiversidade.

A pergunta científica com a qual cheguei ao Núcleo Picinguaba foi se formulando, então, ao longo de toda minha vida profissional e, gratamente, coincidiu com as questões que norteiam o Grupo de Pesquisa sobre Conflitos Sociais do NEPAM¹⁰: Como as relações sociais existentes numa Unidade de Conservação influenciam na forma como os atores se organizam para lidar com os inevitáveis conflitos de interesses vinculados ao uso dos recursos naturais e do território e, finalmente, nos processos de conservação dos recursos naturais? Por outro lado, é impossível não olhar para as características ambientais dessas unidades de conservação e como elas também

⁹ Eu já tinha participado dos dois primeiros, um em maio de 2002 e outro, organizado por mim para pôr fim à coleta de dados do meu mestrado, em junho de 2004.

¹⁰ Este grupo de pesquisa é liderado por minha orientadora, a Dra. Lúcia da Costa Ferreira.

podem influenciar nesses processos: Mata Atlântica, Amazônia Central brasileira, Amazônia Sul-ocidental peruana, Litoral central do Peru, cada uma destas regiões tem particularidades que, sem dúvida, influenciam nas relações sociais e nos conflitos relacionados à conservação. Da mesma forma, os processos sociais também influenciam as características ambientais desses lugares.

A matriz intelectual na qual se baseia esta pesquisa foi construída, portanto, a partir das minhas experiências prévias. A RDS Amanã tem um papel protagônico, mas não único. Ao longo deste texto, pretendo analisar a situação do Núcleo Picinguaba, sua gestão e seus conflitos relacionados aos moradores da área, ao uso dos recursos e ao acesso à terra. Pretendo fazer isto como um biólogo da conservação, com olhar sistêmico, mas que tem influência das Ciências Sociais, principalmente da literatura processual e histórica relacionada aos conflitos sociais. Tudo numa tentativa interdisciplinar de contribuir com a discussão sobre Unidades de Conservação e sua relação com as populações locais, a pesquisa e o uso dos recursos naturais. Qual será a melhor estratégia para conservar a biodiversidade? Existe só uma estratégia? Devemos em todos os casos envolver os moradores dessas regiões nos esforços de conservação? Em torno do que se discute? Todos nós, atores, enxergamos os conflitos da mesma forma? Falo aqui em primeira pessoa porque assumir que os pesquisadores também somos atores é um primeiro passo para poder discutir estes problemas desde uma perspectiva mais realista, sincera e crítica.

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA DA PESQUISA

No Brasil, como no resto do mundo, tem persistido aquele velho dilema relacionado às unidades de conservação: Essas áreas devem ser grandes extensões de ecossistemas livres da presença humana ou devem incorporar o homem de forma que possa aproveitar os benefícios do uso sustentável dos recursos naturais? Apesar de ser muito difícil achar um espaço onde não existam pessoas, áreas protegidas que visam só o uso indireto dos recursos têm sido criadas no Brasil. Desde então, milhares de trabalhadores do campo passaram a ser considerados clandestinos, ilegais, irregulares¹¹, “bandidos”. Pescadores, agricultores e extrativistas das diversas regiões do país tiveram sua condição de trabalhador rural deslegitimada e foram ameaçados seus modos de vida. Na pior das situações, estes moradores foram removidos de suas terras ou estão sob ameaça de sê-lo. Estabeleceu-se, desta forma, uma relação baseada em um “não”, em negações vindas de todos os níveis do poder político, em proibições. Desde então, uma luta pelo direito à terra e ao trabalho começou. Mais recentemente, ideias sobre conservação aliadas ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida da população local foram postas em prática em diversas regiões do país. Neste novo modelo, os moradores das áreas que se tornaram unidades de conservação devem adequar suas atividades econômicas às regras estabelecidas pelos órgãos de gestão, no melhor dos casos, de forma

¹¹ Há vasta literatura relatando este fato. Dentre elas podemos citar: Caldenhof (2013), Mendes e Ferreira (2009), Mendes (2009), Vianna (2008), Campos (2006), Creado (2006), M.W.B. Almeida (2004, 1995), Campos (2001), Ferreira (2004, 1996), Little (2002), Sigaud (1979).

participativa. Estabeleceu-se, assim, uma relação baseada em um “como”, como realizar o aproveitamento dos recursos naturais e da terra, como manejá-los; e um diálogo, nem sempre fácil, teve de ser iniciado.

Esses dois grandes tipos de Unidade de Conservação foram incluídos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), promulgada no ano 2000. Dentro do primeiro grupo estão as chamadas Unidades de Conservação de Proteção Integral, que visam “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais (...)” (BRASIL 2000). A proteção integral é definida como a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL 2000). De outro lado, estão as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cujo “objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL 2000). Uso sustentável é entendido aqui como “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL 2000).

É importante deixar claro como esta Lei (e, por conseguinte, todas as normas e diretrizes relacionadas às unidades de conservação) define alguns conceitos para, a partir dali, discutir as ações, estratégias e conflitos relacionados a estas áreas e sua influência na organização dos atores vinculados a elas. Quando se fala em uso indireto se faz referência a “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais”, contrário ao uso direto que é “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” (BRASIL 2000). No primeiro caso podemos pensar em uso científico, contemplativo, turístico, entre outros, que, geralmente, não são habitual e historicamente realizados por moradores dessas áreas, mas por outro tipo de atores, digamos assim, “de fora”¹² delas. Desta forma, privilegiam-se os usos de atores não moradores.

Na Lei também fica definida a diferença entre preservação e conservação, discussão clássica quando se trata do uso, manutenção e direitos ligados aos ecossistemas e recursos naturais.

¹² Uso aqui o termo “de fora” para me referir aos atores sociais vinculados à Unidade de Conservação, mas que não são moradores da mesma, como turistas, cientistas, gestores, dentre outros. Os próprios moradores do Núcleo Picinguaba usam este termo para se referir a esse tipo de atores. Vale a pena ressaltar que, devido a abordagem desta pesquisa, não faria sentido falar em atores “de fora” ou “de dentro”, devido a que a análise se refere aos múltiplos níveis da arena. Todos os atores estão na arena, ainda que possam estar atuando em diferentes níveis.

Preservação seria o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais”; enquanto que conservação *in situ*¹³ é a “conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características” (BRASIL 2000).

Assim, do ponto de vista da população que habita dentro ou no entorno das unidades de conservação, conceitos e diretrizes ligados à proteção integral, ao uso indireto e à preservação relacionam-se a negações, do tipo “não pode morar mais aqui” ou “não pode usar os recursos naturais como vinha fazendo”. Como será discutido mais adiante nesta pesquisa, essas negações, aquele “não” relacionado às unidades de conservação de proteção integral, terminam evoluindo para uma discussão relacionada a um “quem”. Quem poderia ter direitos, com quem se deve dialogar e com quem não, e a própria discussão de “quem somos nós” vinda dos moradores dessas áreas, usada como arma de luta pela reivindicação dos seus direitos mais elementares. Já os conceitos e diretrizes ligados ao uso sustentável e à conservação se relacionam a condicionantes, “os recursos e os ambientes poderão ser usados se for da forma como as regras das unidades de conservação estabelecem” e a discussão gira em torno de um “como”, como serão permitidos esses usos.

Mendes e Ferreira (2009) discutem a contradição que existe entre na legislação sobre conservação da biodiversidade no Brasil em relação às populações que habitam no interior de UCs de Uso Sustentável. Por um lado, se diz que a gestão destas áreas está baseada no uso sustentável dos recursos naturais e no respeito às populações tradicionais que nelas habitam, e por outro obrigam essas populações a participar nas medidas de manejo e proteção. Segundo estas autoras, os conhecimentos e práticas dos moradores estariam, então, sendo submetidos ao conhecimento científico na elaboração dos Planos de Manejo, num contexto de assimetria de poder que está implicada na aceitação participativa dos Planos propostos pelos gestores.

¹³ Esta Lei fala em conservação *in situ*, pois trata precisamente deste tipo de conservação realizada nos ambientes naturais, em contraposição à conservação *ex situ*, ou aquela posta em prática fora desses espaços, como zoológicos, bancos de sementes, etc.

Talvez, a categoria de Unidade de Conservação mais relacionada à proteção integral¹⁴ seja o Parque Nacional¹⁵. Por outro lado, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável¹⁶ (RDS), junto às Reservas Extrativistas (RESEX), não são só as primeiras categorias de uso sustentável criadas no Brasil, mas talvez também as mais emblemáticas¹⁷. Os moradores destas últimas UCs têm reconhecida sua permanência na área¹⁸, entretanto, eles têm que lidar com novas regras e obrigações em processos de negociação com os órgãos de gestão caracterizados, na maioria dos casos, por uma forte assimetria de poder.

Estas características serão levadas em consideração ao longo das análises desta pesquisa, confrontando assim as diretrizes da proteção integral e do uso sustentável dos recursos naturais e a relação delas com os moradores das áreas e com os outros atores relacionados com elas. É a partir desta Lei de onde surgem algumas das categorias que são usadas pelos atores de ambos os tipos de Unidade de Conservação (UC). Quer dizer, ainda que, segundo a Lei do SNUC, não possam existir moradores no interior de uma UC de Proteção Integral¹⁹, nas lutas e reivindicações desses moradores são usadas categorias relacionadas ao Uso Sustentável, como por exemplo, aquela que

¹⁴ Com isto não quero dizer que sejam as mais restritivas, já que tanto a Estação Ecológica quanto a Reserva Biológica proíbem incluso a visitação; o que quero dizer é que provavelmente, esta categoria é a mais conhecida dentre todas as de Proteção Integral, devido a que é amplamente usada internacionalmente, inclusive como um nome genérico para se referir a todas as Áreas Protegidas.

¹⁵ Podendo ser Parque Estadual ou Parque Natural Municipal, segundo forem criados pelos Estados ou Municípios (BRASIL 2000).

¹⁶ A categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) será usada como referência de UC de uso sustentável nesta pesquisa devido à minha familiaridade com ela.

¹⁷ Muitos autores descrevem e discutem estes assuntos no Brasil, como Mendes e Ferreira (2009), Mendes (2009), Medeiros (2006), Ferreira (2004), dentre outros.

¹⁸ A regulamentação da terra ocupada pelas chamadas populações tradicionais está definida no artigo 23 da Lei: “A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei”. Este mesmo artigo obriga a estas populações a “participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção da Unidade de Conservação”, e define, *a priori*, algumas normas sobre o uso dos recursos naturais, como a proibição do uso de espécies localmente ameaçadas e de atividades que impeçam a regeneração natural (BRASIL 2000).

¹⁹ No artigo 42 da Lei do SNUC (BRASIL 2000) se indica que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes” (BRASIL 2000). Já no Decreto que regulamenta a Lei (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002), em seu artigo 39, se indica que, enquanto forem reassentadas estas populações, suas condições de permanência na UC serão reguladas por um Termo de Compromisso negociado entre os moradores e a gestão (BRASIL 2002a). Este termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida (BRASIL 2002a). Algumas Ucs de Proteção Integral têm incorporado à população local nos processos de elaboração de seus Planos de Manejo, como por exemplo, o PN Jaú (CALDENHOF 2013) e o mesmo PESM (SIMÕES 2010).

se refere às populações locais com certas características, como “populações tradicionais”²⁰. É criado, assim, um arcabouço sobre o qual muitas das discussões relacionadas ao uso dos recursos naturais e acesso à terra (inclusive nas UC de Proteção Integral) estão baseadas.

Desta forma, os moradores de ambos os tipos de Unidades de Conservação têm que se relacionar com os gestores e outro tipo de atores, como pesquisadores, membros de ONGs e membros do poder público na arena que surgiu desde a implementação da área protegida (MENDES *et al.* 2008, FERREIRA *et al.* 2001). West e colaboradores (2006) reforçam esta ideia quando dizem que as áreas protegidas contemporâneas não só afetam às pessoas que moram no seu interior, no seu entorno ou que foram deslocadas por elas, mas também a pessoas que trabalham para ONGs e para as agências governamentais que criaram e que manejam essas áreas. Cada um desses atores tem seus próprios interesses, suas próprias perspectivas, motivações, lutas e estratégias de ação. Estas relações, que se dão em múltiplos níveis, desde o local até o global, estão baseadas principalmente no uso e acesso aos recursos naturais, nas motivações e interesses subjacentes a esses usos, nos direitos à propriedade e posse da terra, em reivindicações históricas e culturais e/ou nas próprias medidas de manejo e proteção, tudo influenciado por diversos interesses, quase sempre conflitantes (FERREIRA *et al.* 2007; FERREIRA 2005, 2004; FERREIRA *et al.* 2001).

Devido às características da modernidade e à complexidade dos sistemas sociais atuais, manter a discussão só nos níveis local ou global não basta para entender os complexos processos sócio-ambientais. É necessária uma abordagem que considere os diferentes níveis e escalas em um processo multi-escalar e multi-nível onde os relacionamentos entre cada um deles sejam considerados e explorados (CALDENHOF 2013, ARMITAGE *et al.* 2007, CASH *et al.* 2006, CARLSSON e BERKES 2005). Segundo Carlsson e Sandström (2006), a sobrevivência dos recursos de uso comum está fortemente associada à necessidade de achar formas para fortalecer os sistemas de manejo contemporâneos, fazendo com que eles possam responder às complexidades, como a dinâmica dos ecossistemas e de suas instituições relacionadas. Como dizem Navarro e Cardoso (2005), com o fenômeno da globalização nos defrontamos com o desafio da formulação do pensar baseados na complexidade. Somos, tanto nós como qualquer outro morador do planeta, contemporâneos de

²⁰ O conceito de “população tradicional” e seu uso relacionado às Unidades de Conservação são discutidos por diversos autores, como será apresentado mais adiante.

uma variedade de riscos globais com importantes dimensões pessoais²¹. Todos os atores passam a ser sujeitos ativos e, de uma ou outra forma, têm voz.

O uso dos recursos naturais (em Unidades de Conservação ou fora delas) deveria ser abordado de uma forma abrangente e não só desde aquela vinculada ao uso direto e/ou econômico realizado pelos moradores, mas também levando em consideração os múltiplos usos que desses mesmos recursos fazem os outros atores: o uso em pesquisa científica, o uso como ferramenta de conservação, o uso contemplativo, o educativo, recreativo, dentre alguns outros. Esses tipos de uso dos recursos formam parte dos modos de vida, das perspectivas, e das motivações dos atores sociais, que competem entre si, quase nunca com o mesmo poder de influência nos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, novos movimentos sociais de base têm-se estabelecido nos mais diversos ambientes, e alguns atores sociais em níveis hierárquicos de poder considerados baixos podem estar agindo e decidindo seu próprio futuro, se relacionando, de muito diversas formas, não só entre eles mesmos e seus similares, mas com outros atores chave que influenciam nas tomadas de decisão e na gestão dos recursos dos quais dependem²².

Não se pode pensar que, no nível local, pouca coisa é decidida e que essas decisões não vão afetar ou influenciar outras nos níveis mais altos do poder. Wilshusen e colaboradores (2002) são categóricos quando criticam esta falsa crença de que as comunidades locais nunca têm poder e influência em processos em níveis mais altos. Nesse mesmo sentido, Ostrom (2002) afirma que a evidência empírica indica que existem muito mais usuários locais se auto-organizando e tendo sucesso na gestão dos próprios recursos do que seria esperado segundo o ponto de vista de alguns autores, como Hardin (1968) em sua Tragédia dos Comuns. Grupos organizados de moradores têm usado seus recursos de forma sustentável desde tempos imemoriais e essas formas de uso estão contidas nas tradições e conhecimentos desses povos. O intercâmbio de conhecimentos entre todos estes atores pode acontecer, e de fato acontece, originando os mais diversos resultados em relação à gestão de recursos e de políticas ambientais.

Por outro lado, cada Unidade de Conservação tem suas próprias características ambientais. Em outras palavras, cada uma destas áreas existe em um contexto ambiental que influencia (ou, pelo menos, deveria influenciar) o tipo específico de instituição, vinculado à proteção integral ou ao uso

²¹ Detalhes sobre a Sociedade de Risco como proposta por Ulrich Beck em Beck (1998).

²² Ver M.W.B. Almeida 2004 e Allegretti 2002, para detalhes sobre a articulação dos movimentos de seringueiros com o movimento ambientalista, como um exemplo destes processos.

sustentável, ao qual pertence. Isto é obvio quando pensamos que a própria existência da Unidade de Conservação está intimamente relacionada com as “características naturais relevantes” que se pretendem conservar “sob regime especial de administração” (BRASIL 2000), assim como ao nível de ameaça real ou potencial às quais está exposta. O tipo de bioma, a região do país, o estado de conservação da área, o histórico de uso dos recursos naturais e do território, sua vocação econômica e os interesses relacionados a ela influenciam também nas relações entre os atores sociais, em seus modos de organização e de ação, nas características de sua gestão, nas pressões exercidas desde os diversos níveis do poder político e nos processos relacionados à conservação.

Especificamente nesta pesquisa, temos o Núcleo Picinguaba (NP) do PESM, o maior Parque do altamente ameaçado bioma da Mata Atlântica e localizado entre duas das maiores cidades da América do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro, na região mais desenvolvida do país e onde cada vez mais empreendimentos econômicos de grande porte estão sendo implementados²³. A realidade do PESM contrasta com a realidade de uma Unidade de Conservação (de proteção integral ou de uso sustentável) localizada, por exemplo, no Corredor Central da Amazônia brasileira, que ocupa uma região com pouca densidade populacional, mais conservada desde o ponto de vista da área de floresta transformada ao uso intensivo, assim como ao menor desenvolvimento econômico. Não é possível, então, analisar os conflitos relacionados à presença de moradores dentro do NP, sua luta pelo acesso à terra e ao uso dos recursos naturais separadamente da arena mais abrangente, aquela onde se discute qual é e será a vocação econômica do Litoral Norte do Estado de São Paulo²⁴.

Sem perder de vista as especificidades históricas, ambientais e políticas desta área, pode-se dizer que o conflito surgido pelo estabelecimento do Parque Estadual da Serra do Mar determina um ponto de inflexão na sua história. O que vem depois está diretamente influenciado por esse e outros acontecimentos e processos, como aqueles relacionados à ocupação da Serra do Mar. Os moradores venderam suas terras a preços muito baixos devido ao desconhecimento do valor delas no mercado (detalhes em FERREIRA 1996). Este problema continua sendo uma das principais ameaças à conservação da Mata Atlântica na região. Deste processo histórico provêm os conflitos, muitas vezes ressignificados; as estratégias de luta, de ação ou de diálogo; a organização comunitária; as relações entre a gestão, os moradores e os outros atores envolvidos; os espaços

²³ Para detalhes deste processo, ver Viglio (2012).

²⁴ Para maiores detalhes sobre a formação desta arena ambiental, ver Ferreira (1996, 1993).

de negociação; a ação coletiva. Tudo numa arena onde todos os atores, e não só os moradores, têm voz e negociam seus interesses a respeito do uso dos recursos naturais e da terra, quase sempre numa dinâmica de forte assimetria de poder. Estes processos já têm sido observados em outras regiões, e descritos por diversos autores (dentre eles, CALDENHOF 2013; FERREIRA *et al.* 2007; MENDES 2009, 2005; CREADO 2006; M.W.B. ALMEIDA 2004, 1995; CAMPOS 2006, 2001; FERREIRA *et al.* 2001; ALLEGRETTI 2002; ALMEIDA e DA CUNHA 2001; FERREIRA 1996, 1993). Isto contribui à possibilidade de procurar padrões e outorga subsídios para a discussão teórica.

O ponto de partida da análise desta pesquisa é o morador. Quer dizer, a direção do raciocínio tem sido desde o morador para a arena dos atores. Dessa forma seria possível entender a influência dessa arena sobre ele, assim como a influência e a opinião do morador sobre ela. É assim que surgem as perguntas: como, ao longo desses anos, os moradores têm se organizado como grupo social para enfrentar o conflito que apareceu após o estabelecimento de uma Unidade de Conservação de proteção integral onde eles moravam e trabalhavam? Quais foram, ao longo do tempo, as estratégias que estes moradores usaram para tentar alcançar seus objetivos relacionados ao direito à permanência e ao uso dos recursos naturais? Onde estão baseando suas decisões? Eles lutam só pelo direito ao benefício material ou também ao imaterial?

O benefício material é entendido aqui como o direito ao uso dos recursos naturais, enquanto que com benefício imaterial me refiro ao direito de ser usuário do recurso. A diferença entre o direito de plantar bananas para vendê-las e o direito a ser agricultor de bananas pode ser sutil, mas é importante nesta análise já que está relacionada ao direito a decidir sobre a própria vida, de continuar sendo quem se é e não só ao lucro ou à sobrevivência²⁵. Por outro lado, também é importante entender que o trabalhador local teve de ter várias estratégias ao longo do tempo para garantir seu direito a continuar morando dentro do Parque e usando os recursos, mas não se pode perder de vista o processo de luta pelo direito anterior, o direito a discutir isso. O direito ao espaço de discussão e a ser escutado. Neste sentido, Melucci (1989) diz que os atores

(...) não lutam meramente por bens materiais ou para aumentar sua participação no sistema. Eles lutam por objetos simbólicos e culturais, por um significado e uma orientação diferentes da ação social. Eles tentam mudar a vida das pessoas, acreditam que a gente pode mudar nossa vida cotidiana quando lutamos por mudanças mais gerais na sociedade (MELUCCI 1989).

²⁵ A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece, nos artigos 215 e 216, que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e que constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial (BRASIL 1988).

Segundo Coleman (1994), a ação social é um processo de negociação no qual os atores que estão constrangidos por seus recursos existentes e que são conduzidos a maximizar seus interesses, interagem. Assim, as interações podem ser entendidas como processos de troca, caracterizados pela barganha e a negociação. Não podemos perder de vista, entretanto, que, assim como os moradores, a gestão do PESH também teve de ter várias estratégias de ação ao longo dos anos. Essas estratégias também mudaram, e ainda mudam. A gestão e, especificamente, os gestores locais, tiveram que enfrentar o dilema da presença humana dentro do Parque, ainda que a Lei não a permitisse, se adaptar às mudanças na política estadual de meio-ambiente, assim como ao próprio processo histórico mundial a respeito da conservação da biodiversidade. Não foi objetivo direto e planejado do Governo do Estado de São Paulo, quando criou o PESH, atacar os moradores dessas áreas, pelo menos assim o espero. A privação de direitos e o prejuízo foram, isso sim, uma consequência de uma política na que os moradores não tinham voz nem eram considerados nas decisões. Eles eram invisíveis (VIANNA 2008).

Também se deve considerar aqui a forma como os conflitos já existentes criaram a sustentação social do grupo formado pelos moradores, nem homogêneo nem coeso, e que acabou se organizando dentro de uma arena que envolve diferentes níveis de organização e que propicia o aparecimento em cena de outro tipo de atores, antes quase ou completamente ausentes (FERREIRA *et al.* 2001). Desde aqui, a pesquisa tenta mergulhar até aquilo que estas pessoas têm de mais básico: seus direitos ao uso dos recursos naturais e à terra. Em outras palavras, seu direito ao trabalho e ao seu ambiente, à sua história e suas perspectivas de futuro. Eles se relacionam com os outros atores a partir do território, dos recursos, dos direitos. A investigação indaga essas relações e vai atrás dos outros atores da arena. Assim como os moradores, estes outros atores também negociam os tipos de uso dos recursos naturais, de uso da terra e de gestão das unidades de conservação a partir das suas próprias perspectivas e interesses. A lei é clara com respeito aos moradores em ambos os tipos de unidades de conservação, mas, além da lei, a realidade das unidades de conservação brasileiras enfrenta este problema, de muitas arestas, interesses e conflitos (FERREIRA 2004). Em definitiva, a análise parte do morador para a arena, para assim saber a influência dessa arena sobre ele, e tentar conhecer a opinião do morador e dos outros atores sobre a própria arena, numa abordagem relacional.

No começo deste texto foi dito que existia um velho dilema, aquele relacionado à presença ou não de grupos sociais no interior das Unidades de Conservação, à participação ou não dos moradores

no aproveitamento dos recursos e nas medidas de conservação das áreas, à existência de grandes extensões de terra mantidas isoladas e sem presença humana, ainda que isso envolva o deslocamento de centenas de pessoas de seus territórios. Então, podemos dizer que este dilema é velho, mas também é muito atual. Essa é uma pergunta velha, mas que continuamos a nos fazer. Esta discussão está longe de ter chegado a um ponto definitivo. Avançou-se muito, mas ainda temos muito caminho a percorrer. Existem fortes argumentos para ambas as opções e escolas de pesquisadores e profissionais da conservação escrevendo e discutindo estes assuntos²⁶.

Entretanto, talvez não tenha sido possível chegar mais longe na discussão devido a certa surdez de ambos os lados. Fazendo uma comparação grosseira com a sociedade brasileira, que se encontra passando por um momento de volta ao conservadorismo – um, digamos, “neo-conservadorismo” – a questão da conservação da biodiversidade pode estar passando por uma coisa parecida. Os neo-preservacionistas estão ganhando atenção e algumas perguntas que, talvez, em algum momento do passado recente foram consideradas como “politicamente incorretas” (criação de áreas de proteção estrita em territórios ocupados por populações indígenas ou camponesas, com o consecutivo deslocamento delas para fora das suas terras, por exemplo) voltam com força. Grandes pesquisadores defendem essas ideias (ainda que estes deslocamentos possam ser realizados de uma forma, digamos, menos traumática, através dos incentivos ao abandono das áreas) e acreditam que essa é a única solução para a proteção da biodiversidade.

Isto poderia se comparar a um *loop* na história, uma volta atrás na discussão. Sem que isso signifique obrigatoriamente uma linearidade nos processos associados à conservação da biodiversidade, desde a exclusão dos moradores até sua inclusão no manejo dos recursos, desde o preservacionismo até conservacionismo. Talvez seja só uma volta, um *loop*, nessa tendência. É possível que isso seja explicado pela reação comum em determinadas situações, quando a pressão de um lado foi muito forte, a resposta do lado oposto pode vir com força também. Nesse sentido, as correntes conservacionistas relacionadas ao envolvimento comunitário e à melhoria da qualidade de vida associada à conservação podem ter surgido com muita força no passado, silenciando (ou pelo menos, diminuindo) as vozes que defendiam a proteção estrita. Hoje, as vozes do neo-preservacionismo voltaram com uma nova força, como veremos no próximo capítulo. Seja como for, a discussão relacionada a grupos sociais dentro de unidades de conservação não está perto de acabar.

²⁶ Gehardt (2010, 2008) discute esta controvérsia para o caso brasileiro.

É neste contexto que esta pesquisa foi desenvolvida. Por um lado, a discussão sobre a presença ou não de moradores no interior de Unidades de Conservação e, por outro, o alto nível de vulnerabilidade do bioma onde o PESH está localizado. Como se relacionam esses dois pontos? O próprio título desta tese fala nos “*bandidos na Serra do Mar*”, e se refere ao sentimento que os moradores de Picinguaba afirmam ter criado na sua relação com a história do Parque. Quem são essas pessoas? São de fato bandidos, como eles revelam que os outros atores os veem? Mas, será que os outros atores os veem realmente como bandidos? Em algum momento da história de Picinguaba pode ter sido isso o que acontecia, mas será que ainda é dessa forma? E, como os outros atores na arena se relacionam entre si? Quais são suas posições?

O objetivo desta pesquisa é analisar os conflitos, as ações, as estratégias e a organização dos diversos atores sociais (moradores, gestores, membros de ONG, membros do poder público e pesquisadores) vinculados ao Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, localizado ao norte do Município de Ubatuba, no Litoral Norte do Estado de São Paulo, a respeito do uso dos recursos naturais e acesso à terra, e, finalmente, refletir se esta dinâmica influencia positivamente nos processos sociais associados à conservação da biodiversidade. Parto da ideia de que todos esses atores têm seus próprios interesses, suas próprias perspectivas, motivações, lutas e estratégias de ação, e se organizam ao redor delas numa arena muito complexa e de múltiplos níveis (neste sentido, esta pesquisa dialoga com FERREIRA *et al.* 2007, FERREIRA 2004, FERREIRA *et al.* 2001, FERREIRA 1996) .

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

SOBRE AS ARENAS

Para o desenvolvimento e análise desta pesquisa foi usado o conceito de *arena social*, descrito por vários autores. Segundo Hannigan (2009), o termo Arenas Sociais é uma metáfora para descrever a organização política na qual os atores dirigem seus argumentos aos formuladores de políticas públicas, esperando influenciar o processo decisório. Para os autores da linha da Mobilização de Recursos a afirmação básica da teoria da arena é que os grupos sociais em uma arena política tentam maximizar sua oportunidade de influenciar o resultado do processo de decisão coletiva através da mobilização de recursos. O resultado desta luta, entretanto, é determinado não só pelas ações individuais ou grupais, mas também pelas regras estruturais da arena e pelos efeitos

de interação entre os grupos competidores. Esta teoria está baseada na suposição de que indivíduos e organizações só podem influenciar o processo político se tiverem suficientes recursos disponíveis para perseguir seus objetivos. Para Orlwin Renn, a arena é um local simbólico porque não representa entidades geográficas nem sistemas organizacionais. Elas descrevem as ações políticas de todos os atores sociais envolvidos em uma questão específica. O modelo da arena incorpora somente as ações de indivíduos ou grupos sociais que se destinam a influir nas decisões coletivas ou políticas. Dentro de um campo político podem existir várias arenas em que os atores têm que estar presentes, a fim de influenciar o processo político (RENN 1993).

Como diz Ferreira (2012), a noção de arena pode ser perfeita para analisar os conflitos relacionados a múltiplos usos sobre um mesmo recurso natural, como a floresta, rios, estoque pesqueiro, dentre outros, pois esses usos colocam em ação múltiplos agentes, múltiplos interesses e interpretações muitas vezes divergentes. Nesse sentido, continua a mesma autora, é possível tomar a noção de arena de Ostrom (1990), definida como situações nas quais um determinado tipo de ação coletiva ocorre, e cujos resultados nem sempre podem ser antecipados, sendo na maioria das vezes circunstanciais. Ostrom (1990) indica que uma arena é simplesmente a situação na qual um tipo particular de ação ocorre, mas que o conceito de arena não implica um cenário formal, ainda que possa incluir cenários formais, como legislaturas e audiências. Entretanto, continua Ferreira (2012), Ostrom desconsidera a variável poder nas suas análises, pelo que recomenda uma abordagem híbrida entre as ideias de arena de Ostrom, Hannigan e Renn.

Especificamente nesta pesquisa, a arena investigada corresponde àquela surgida pela criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em um território onde centenas de pessoas moravam e trabalhavam, criando um conflito sobre o uso dos recursos naturais e o acesso à terra, onde não só os moradores e os gestores têm interesses, mas também outros tipos de ator antes quase completamente ausentes, como pesquisadores e membros de ONGs. Uma característica importante desta arena é a situação de alta ameaça ambiental na qual se encontra o bioma Mata Atlântica e os esforços de conservação que precisam ser implementados nas escassas áreas que ainda permanecem conservadas. Algumas perguntas que surgem desta análise são: Como devem ser implementados esses esforços, sob quais paradigmas, quais alternativas devem ser oferecidas a esses moradores, que tipo de ator tem tido mais recursos de poder no momento das tomadas de decisão, que tipos de uso dos recursos naturais vão ser priorizados e como esses usos vão se relacionar com a dinâmica econômica da região. Cada ator tentará influenciar as decisões nesta

arena em função dos próprios interesses, quase sempre conflitantes, através dos recursos que tenha disponíveis, usando as estratégias de ação apropriadas para cada situação e para cada nível da arena, tudo isto numa dinâmica de forte assimetria de poder. Na análise desta arena em particular não temos como fugir de uma discussão que tem como pano de fundo a justiça e a cidadania plena.

É importante dizer aqui que a arena a ser analisada tem vários níveis²⁷ onde as decisões são tomadas e onde cada ator pode desempenhar papéis diferentes, recorrer a estratégias específicas e tomar posicionamentos influenciados pelo nível em que a discussão está acontecendo. Poderíamos falar dos níveis intracomunitários, os intercomunitários, o nível da gestão local, o regional, e assim por diante. Podemos pensar em um modelo de “arena de arenas”, onde cada um dos níveis de análise, locais simbólicos de tomadas de decisão, está formado também por várias arenas: as arenas intracomunitárias, intercomunitárias, da gestão local, estariam incluídas neste nível da arena, formando uma arena que poderíamos chamar “local” (FERREIRA *et al.* 2001) . Dessa forma, cada nível também pode ser uma arena em particular, a arena local, a regional, a estadual, a nacional. O Modelo conceitual de interação dos atores durante os conflitos pesquisados pode ser observado na FIGURA 1 abaixo. Podemos pensar aqui a arena como uma estrutura fractal, que vai se repetindo conforme aumentamos ou diminuimos o nível da análise, mantendo suas propriedades (FIGURA 2)²⁸.

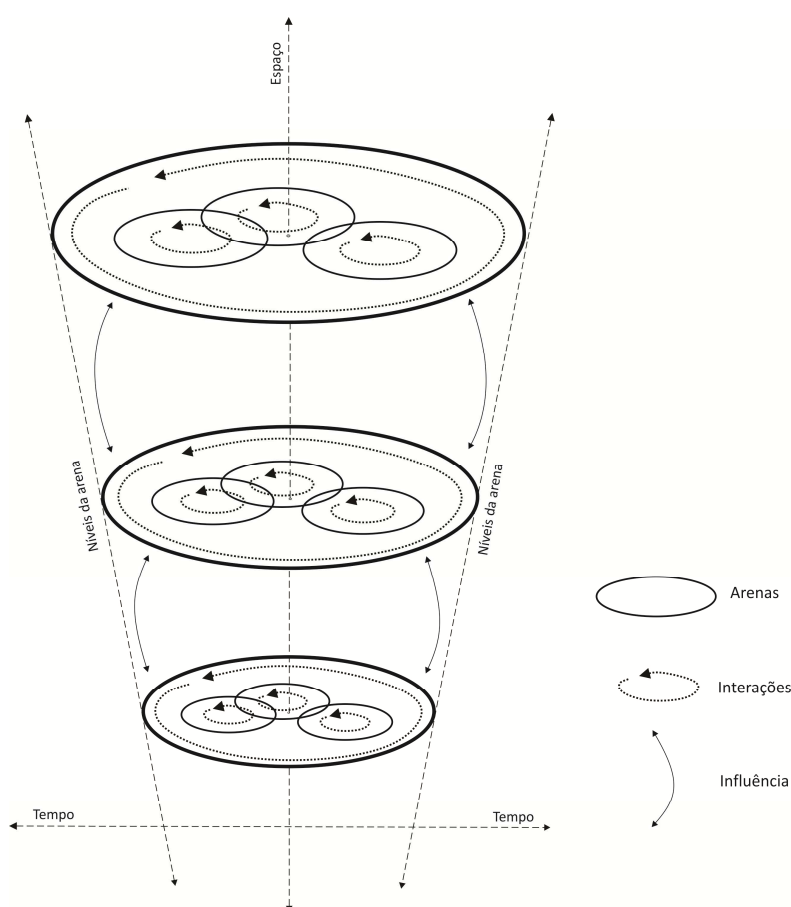
A dinâmica dos atores pode ser similar em cada uma delas, mas só alguns deles participam e têm influência em várias arenas ao mesmo tempo (ver FIGURA 3). Uma característica dos atores que transitam entre os diversos níveis da arena, ou, segundo o foco da análise, entre as diversas arenas, é que nem sempre têm as mesmas estratégias, os mesmos papéis, os mesmos aliados nem o mesmo poder de influência em cada uma delas. Por exemplo, atores que, no nível intracomunitário, podem ter grande influência e mobilizar grande quantidade de recursos de

²⁷ A própria noção de arena inclui a ideia de vários níveis onde ocorrem os processos de tomadas de decisão e onde as situações de ação acontecem. Ostrom (2005) indica que as regras que influenciam uma situação são elas mesmas criadas por indivíduos que interagem em níveis mais profundos. Ostrom (2005) disse, também, que a arena é um hólón, quer dizer, um sistema como um todo que também é parte de outro sistema em outro nível. Ver FIGURA 1, FIGURA 2 e FIGURA 3. Para detalhes sobre a noção de arena segundo Elinor Ostrom, ver Caldenhof (2013).

²⁸ A geometria fractal, elucidada por Benoit Mandelbrot em 1977 se apoiando nos trabalhos pioneiros de Fatou e Julia em 1918, tem sido considerada a geometria da natureza, devido a que numerosas estruturas naturais (desde folhas de plantas, conchas de moluscos, até os anéis de Saturno) seguem desenhos fractais. A autosemelhança é uma propriedade essencial de um grande número de sistemas complexos (CASADO 2010).

poder, podem não ter os mesmos aliados em níveis superiores da arena²⁹. Isto se deve a que o papel do ator em cada (nível da) arena está influenciado, também, pela presença e as ações dos outros atores. Quer dizer, as ações e as estratégias de cada ator surgem na arena a partir das relações com os outros atores, e seu papel é, em parte, definido por essas relações. A própria definição de cada indivíduo³⁰ como ator na arena vai estar influenciada pela presença ou ausência dos outros atores, tudo isto em processos relacionais, de disputa ou de aliança, onde o conflito é central.

FIGURA 1: MODELO CONCEITUAL DE INTERAÇÃO DOS ATORES NA(S) ARENA(S)

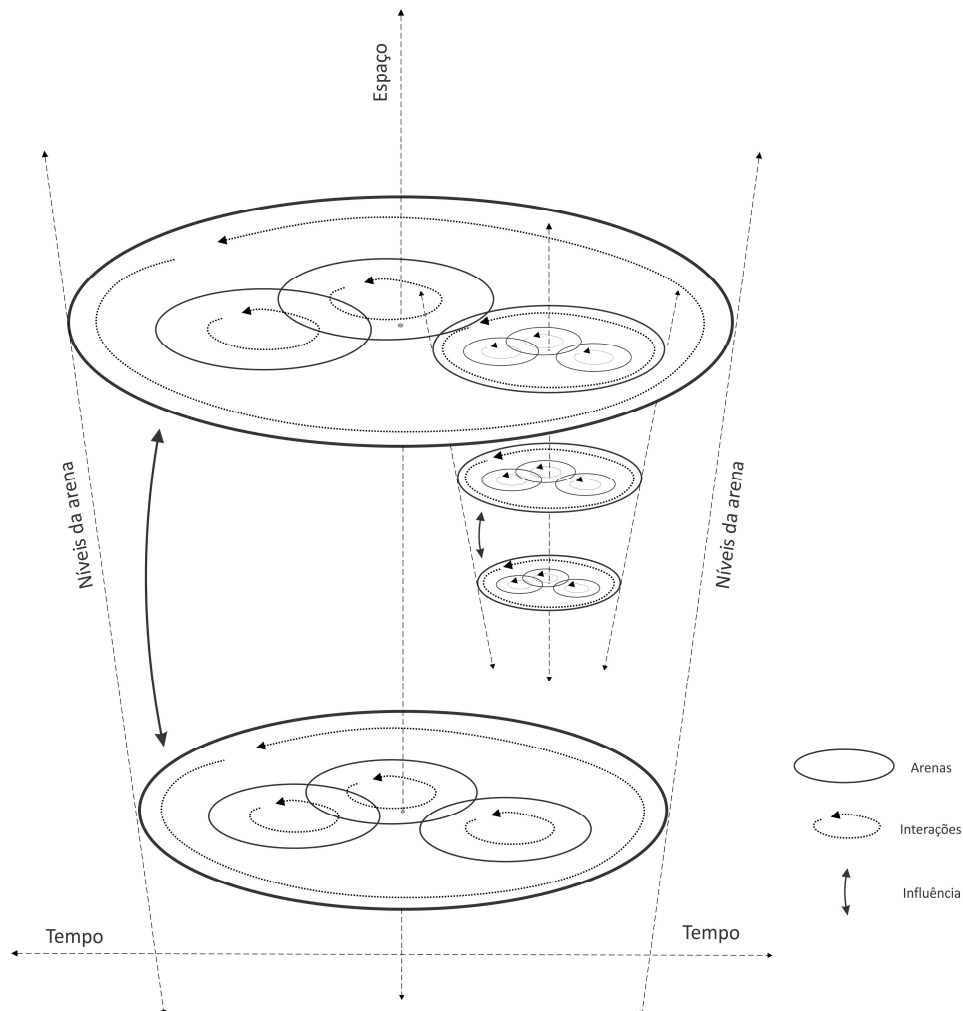


FONTE: ADAPTADO DO MODELO CONCEITUAL APRESENTADO EM FERREIRA ET AL. (2012)

²⁹ Um claro exemplo disto no Núcleo Picinguaba corresponde a indivíduos com grande influência dentro da sua própria comunidade e que, ao mesmo tempo, cumprem o papel de funcionário do Parque na arena da gestão local, não tendo os mesmos recursos de poder disponíveis (como em SIMÕES 2010).

³⁰ Segundo a análise, também é possível pensar em atores grupais, como uma ONG, a Prefeitura, a Associação comunitária, etc.

FIGURA 2: A ARENA COMO UMA ESTRUTURA FRACTAL

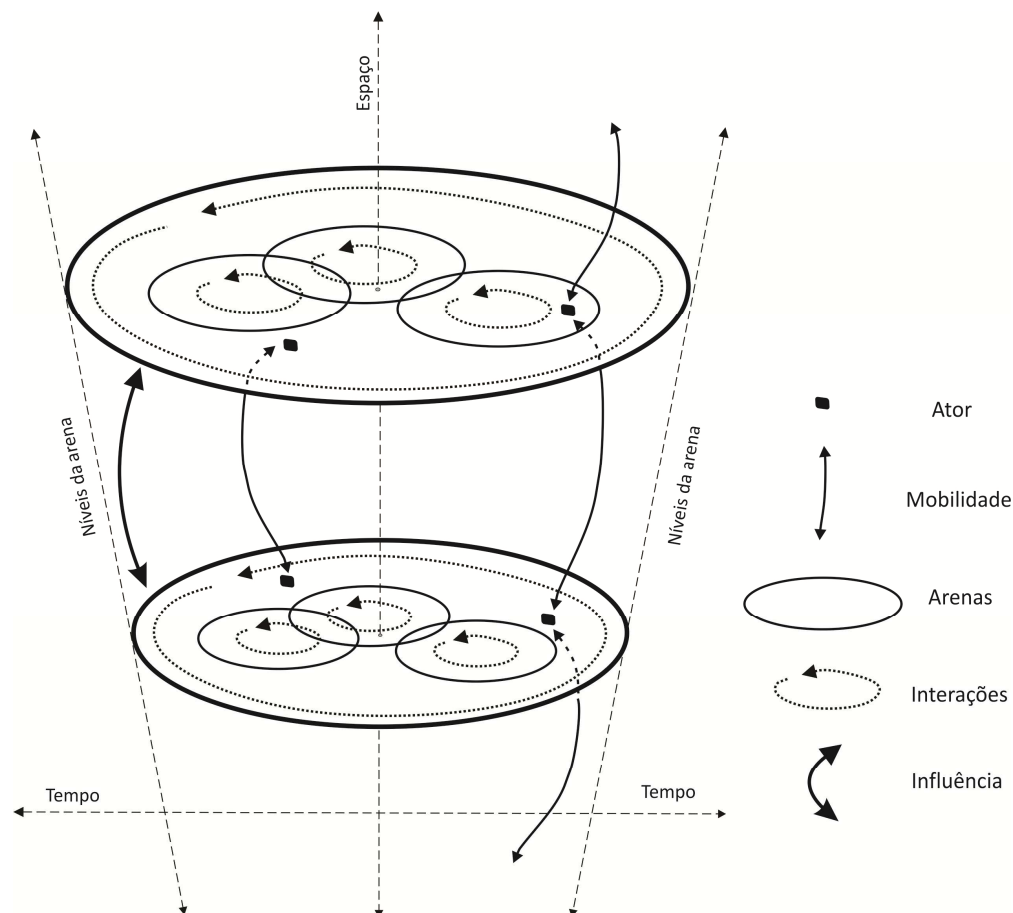


Dessa forma, podemos imaginar a arena como um sistema de relações sociais onde o todo é maior que a somatória dos elementos que o compõem, e onde a função de cada elemento nesse sistema está influenciada pela presença de todos os outros elementos em processos de retroalimentação. Ao longo deste texto, esta dinâmica multi-nível poderá ser observada nas ações dos diversos atores (principalmente, os moradores de Picinguaba) e suas inter-relações.

Dito de outra forma, cada nível da arena tem suas próprias características, suas próprias alianças, suas próprias estratégias e seus próprios processos de tomadas de decisão. Entretanto, os processos em níveis inferiores influenciam aqueles das arenas em níveis superiores, e vice-versa. Dessa forma, a agregação e a desagregação social (SIMMEL 1983, GLUCKMAN 1955) em cada uma

dessas arenas podem estar em função de diversas motivações e estratégias, fazendo com que atores que podem ser adversários numa arena localizada possam ser aliados em outra³¹.

FIGURA 3: INFLUÊNCIA MULTI-NÍVEL DOS ATORES NA(S) ARENA(S)



Nesse sentido, é muito importante ser consciente de que a mudança de estratégias e de alianças, assim como a dinâmica de agregação e desagregação, não são sempre óbvias quando se analisa a ação dos atores na arena de nível superior (ou inferior, conforme o caso). Devido a isto, é de muita utilidade observar os atores em ação nas diversas arenas, ou seja, fazer uma análise multi-nível e diacrônica, como a que se propõe nesta pesquisa. Ostrom (2005) diz que:

³¹ Este poderia ser o caso de moradores de uma dada região que, dentro da mesma comunidade, podem estar desagregados e ser adversários, mas, quando passam a agir na arena da gestão local, se agrupam e formam alianças que têm por objetivo conseguir resultados comuns e benéficos para todos.

The diversity of regularized social behavior that we observe at multiple scales is constructed, I will argue, from universal components organized in many layers. In other words, whenever interdependent individuals are thought to be acting in an organized fashion, several layers of universal components create the structure that affects their behavior and the outcomes they achieve (OSTROM 2005: 6).

Os conflitos e sua abordagem podem não ter os mesmos significados nem serem percebidos da mesma forma em cada um destes diferentes níveis da arena. Os aliados e os adversários também podem ser dinâmicos em cada um dos níveis e situações de ação³². Alianças surgem também em função das circunstâncias particulares. Estes assuntos serão tratados com maior profundidade mais adiante.

DOS RECURSOS MOBILIZADOS E A AÇÃO COLETIVA

Renn (1993) indica que o conceito de arena tenta explicar o processo de formulação e aplicação de políticas em uma área política específica. Nesse sentido, é importante entender quais foram e são os processos (processos políticos, mas também os próprios processos históricos³³ da região e sua influência nos atores locais) por trás das ações e da organização de cada um dos atores relacionados ao Núcleo Picinguaba e como foram usados os recursos que cada um deles teve disponíveis. Na teoria da arena, os recursos ajudam os atores a serem mais influentes. Os recursos mobilizados, segundo os autores da Teoria de Mobilização de Recursos³⁴, podem ser recursos materiais, humanos e de organização, isto é, de coordenação entre indivíduos doutro modo avulsos e podem ser usados para ganhar a atenção e o apoio do público em geral e para influenciar as regras de arena (RENN 1993).

A decisão dos atores de agir de determinada forma corresponderia a suas decisões individuais, que são resultado de um cálculo racional entre os benefícios e os custos. Isto a Teoria de

³² Segundo Ostrom (1990), a situação de ação é um espaço social onde as pessoas interagem, trocam bens e serviços, engajam-se em atividades de apropriação e provisão, resolvem problemas e/ou se confrontam.

³³ A questão histórica é de muita importância nesta análise. Mais ainda quando pretendemos falar em uso (ou não-uso) dos recursos naturais pelos moradores locais e, também, pelos outros atores da arena. A bagagem histórica que cada ator traz vai influenciar suas decisões e suas ações.

³⁴ McAdam, McCarthy e Zald (1999) indicam que a Teoria de Mobilização de Recursos, tal e como foi formulada inicialmente pelos dois últimos em 1973 e 1977, tentava romper com concepções de corte pessimista sobre os movimentos sociais para se centrar nos processos de mobilização e nas manifestações organizativas formais destes processos. Na opinião destes autores, ainda que os movimentos sociais não devam se cristalizar, necessariamente, em uma organização formal, extraem sua força, como motor da mudança social, precisamente das organizações que geram.

Mobilização de Recursos herdou de Mancur Olson, na sua *Lógica da Ação Coletiva* (OLSON 1999). Ostrom e Walker (2000) reconhecem que o conceito de ação coletiva tem ganhado proeminência dentro de todas as ciências sociais desde o trabalho fundador de Mancur Olson, em 1965. Olson (1999), quando fala sobre a suposta lógica da ação conjunta de grupo de indivíduos com os mesmos interesses, como seria o caso, por exemplo, dos moradores do Núcleo Picinguaba e seus interesses comuns relacionados ao uso dos recursos naturais e acesso à terra, indica que é esperado que os grupos de indivíduos com interesses comuns ajam por esses interesses tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus interesses pessoais. A “teoria dos grupos sociais”, continua o mesmo autor, está baseada na ideia de que os grupos agirão quando a ação for necessária para promover seus interesses comuns ou grupais.

Poderíamos assumir, sob um primeiro olhar, que todos os moradores do Núcleo Picinguaba se uniram e continuam se unindo de forma racional em ações que têm por objetivo o bem-estar comum que, no fundo, representa o interesse individual de cada um pela permanência no seu território, pelo uso dos recursos naturais e pela manutenção e reconhecimento de seus direitos sobre a terra que habitam e trabalham. Segundo Olson (1999), geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo comum, e se todos eles ficariam em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para atingir esse objetivo. Entretanto, essa suposição lógica não parece ser a que acontece na realidade. A complexidade destas arenas e a não-linearidade dos comportamentos e das ações dos atores originam o que poderia parecer uma incoerência, como indica Olson quando diz que:

(...) *não* é verdade que a ideia de que os grupos agirão para atingir seus objetivos seja uma sequência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. *Não* é fato que só porque os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão para atingir esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas nos seus próprios interesses (...) eles *não* agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para forçá-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais (OLSON 1999: 14-15)³⁵.

Olson (1999) utiliza a analogia da “organização mais importante: o Estado” para falar sobre as contribuições necessárias que cada membro do grupo deveria fazer para que se possam defender

³⁵ Olson (1999) deixa claro que nenhuma das asserções que ele indica nessa análise se aplica integralmente a grupos pequenos, pois em tais grupos o quadro é muito mais complexo (Pág. 15).

e promover os interesses comuns e assim garantir os benefícios de uma organização. Entretanto, ele é claro quando diz que não se pode esperar que essas contribuições sejam voluntárias e equitativas, por isso, no caso do Estado, deve-se recorrer aos tributos. Ao mesmo tempo, não é possível negar os benefícios coletivos àqueles que não contribuem, assim como o Estado não tem como excluir alguns cidadãos da segurança nacional e dos outros “benefícios públicos”. Ele indica que, aqueles que não pagam por nenhum dos benefícios públicos ou coletivos de que desfrutam não podem ser excluídos ou impedidos de participar do consumo desses benefícios³⁶. Dessa mesma forma, podemos pensar a organização comunitária, onde algumas lideranças e moradores empoderados doam seus recursos de poder, de tempo e de dinheiro pelo bem coletivo, beneficiando todo o grupo. Em algumas circunstâncias pode ser até complicado definir exatamente quem é do grupo, como no caso dos moradores ditos “tradicionais”, os “turistas”, e outros. Mais ainda, é complicado excluir àqueles que não participam ou contribuem com recursos próprios do benefício coletivo. Olson (1999) diz que é o simples fato de uma meta ou propósito ser comum a um grupo significa que ninguém no grupo ficará excluído do proveito ou satisfação proporcionada por sua consecução.

É provável que, devido à dificuldade na exclusão, os grupos de moradores de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, como o PESM, tendam, em algumas circunstâncias, a fortalecer os vínculos entre os atores sociais mais próximos. Isto é, dada a posição de “morador tradicional”, os moradores que tenham as características próprias desse (sub)grupo defendam essa categoria para poder garantir uma maior probabilidade de sucesso nos embates e conflitos frente a outro grupo, como são os “moradores turistas”.

Neste ponto podemos aprofundar a ideia da relação do indivíduo com o grupo social do qual faz parte. Assim, pensar a sociedade na qual vivemos, e fazemos parte, como uma unidade coerente e plena pareceria uma questão dada, inquestionável. Entretanto, compreender a sociedade como um constructo não é tão simples. Georg Simmel (2006) explica este processo dizendo que “só existem os pingos d’água, a chuva existe como unidade só numa consciência na qual esses elementos se encontram”. Se pretendemos entender como as relações sociais influenciam a ação coletiva, a discussão que Simmel, no começo do século XX, faz sobre o indivíduo e a sociedade pode ser muito útil:

³⁶ Uma das características dos *Common pool resources*, conhecidos como *commons*, é especificamente esta, chamada de exclusão (OSTROM 1990).

Ao nos aproximarmos de certa dimensão da existência humana, podemos ver precisamente como cada indivíduo se desvincula dos demais; assumindo um ponto de vista mais distanciado, percebemos o indivíduo enquanto tal desaparecer e, em seu lugar, se nos revelar a imagem de uma “sociedade” com suas formas e cores próprias, imagem que surge com a possibilidade de ser conhecida com maior ou menor precisão (...) (SIMMEL 2006: 14).

Da mesma forma que não podemos pensar a sociedade como uma unidade completamente coerente e preestabelecida, mas como uma construção dinâmica, também não podemos pensar no próprio indivíduo, em nós mesmos, nos moradores de uma dada Área Protegida, como o Núcleo Picinguaba, pescadores ou agricultores; nos gestores; nos cientistas; como uma unidade com essas mesmas características. Simmel deixa claro este ponto quando disse que:

a linha divisória que culmina no “indivíduo” também é um corte totalmente arbitrário, uma vez que o “indivíduo”, para a análise ininterrupta, apresenta-se necessariamente como uma composição de qualidades, destinos, forças e desdobramentos históricos específicos que, em relação a ele, são realidades elementares tanto quanto os indivíduos são elementares à “sociedade” (SIMMEL 2006: 13).

Nesse sentido, e falando especificamente da arena sobre o uso dos recursos naturais e acesso à terra no Núcleo Picinguaba, é muito importante levar em consideração as dinâmicas existentes antes de seu surgimento, as dinâmicas locais prévias, os conflitos internos às comunidades e a história das relações entre os atores. Muito provavelmente, os processos que desencadeiem (ou não) a ação coletiva vão ser diferentes em cada comunidade.

Sem a pretensão de tomá-los como hipóteses, estes processos podem depender de vários fatores, entre eles: (i) se se trata de uma comunidade onde a maioria de seus moradores é originária ou se existem muitos indivíduos “de fora” morando ou proprietários de terra; (ii) se os moradores são agricultores, pescadores ou prestadores de serviços; (iii) se as comunidades são majoritariamente conformadas por grupos familiares; (iv) do histórico da relação com a gestão do Parque; (v) dos processos relacionados a reivindicações de serviços básicos (como a energia elétrica, por exemplo); e, ainda, (vi) nas histórias particulares de cada um dos indivíduos, nas suas histórias de vida e nas decisões que eles foram tomando ao longo dos anos.

Enfim, existem muitas variáveis que podem afetar e, de fato, estão influenciando as decisões que cada um dos indivíduos ou dos grupos sociais no Núcleo Picinguaba. Melucci (1989) disse, nesse sentido, que uma ação coletiva não pode ser explicada sem levar em consideração como os recursos internos e externos são mobilizados, como as estruturas organizacionais são construídas

e mantidas, como as funções de liderança são garantidas. O que é empiricamente chamado de “movimento social” é um sistema de ação que liga orientações e significados plurais. Por outro lado, também é importante considerar os novos conflitos surgidos (ou ressignificados) a partir das estratégias e ações de outros atores, como o uso da categoria “populações tradicionais” colocada na discussão através de agentes externos às comunidades locais e que tem influenciado as estratégias dos moradores (VIANNA 2008, M.W.B ALMEIDA 2004, FERREIRA 1996).

A Teoria de Mobilização de Recursos, segundo Alonso (2009), avalia os movimentos sociais igualando-os a um fenômeno social como qualquer outro, dotado das mesmas características que os partidos políticos, por exemplo. Dessa forma, continua a mesma autora, privilegia-se a racionalidade e a organização e nega-se a relevância de ideologias e valores na conformação das mobilizações coletivas, inflando a faceta racional e estratégica da ação coletiva e deixando a cultura em um lugar residual³⁷. No caso do Núcleo Picinguaba e do conflito surgido pela criação da UC no território habitado e usado por diversos grupos sociais, poderíamos deixar de lado a cultura na análise? Como veremos mais à frente, os aspectos identitários/culturais têm sido uma importante estratégia de luta dos moradores e uma forte ferramenta com que os gestores do PESM têm tentado basear a discussão sobre os direitos desses moradores, assim como a organização do próprio território através do zoneamento.

Por outro lado, Melucci (1989) disse que a abordagem de mobilização de recursos, assumindo uma definição empírica, parece chamar toda forma de ação política não-institucional como movimento social. A palavra “movimento”, continua, tem o perigo de se tornar sinônimo de tudo que muda na sociedade. Nesse mesmo sentido, e mais recentemente, Touraine (2005) se pergunta se é necessário pôr em questionamento o tema dos movimentos sociais, um assunto ao qual ele mesmo deu tanta importância. Assim, reflete Touraine:

¿Cómo no sentirse perturbado por la pérdida de contenido de esta gran idea, utilizada en adelante para designar cualquier interrupción del trabajo, cuando la idea del movimiento social estaba reservada a los conflictos entre actores sociales organizados y donde lo que estaba en juego era la movilización social de los principales recursos culturales de una sociedad? (...) Invocada para cualquier cosa, la idea de movimiento social pierde todo contenido y se vuelve inútil (TOURAINÉ 2005: 93).

³⁷ Devido a esta abordagem, que comparava os movimentos sociais a empresas, a Teoria de Mobilização de Recursos gerou antipatia entre os membros da esquerda e teve pouco sucesso na Europa, a diferença do grande sucesso que teve nos Estados Unidos (ALONSO 2009). Outras críticas a esta teoria podem ser achados em Scherer-Warren (2009) e Schmitz (2009).

Touraine (2006) diz que a ideia de conflito deve prevalecer à de movimento social. O movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator lutando contra seu adversário pela direção social da historicidade em uma coletividade concreta. O campo da historicidade, que é o local dos conflitos mais importantes, é o conjunto formado pelos atores sociais e pelo que está em jogo nas suas lutas, que é a historicidade delas mesmas (TOURAINE 2006). A história da luta dos moradores de Picinguaba é ao mesmo tempo a história do próprio movimento de resistência e o próprio lugar do conflito, que é a causa da luta.

Para Touraine (1994), um movimento social é ao mesmo tempo um conflito social e um projeto cultural, já que ele visa sempre a realização de valores culturais e a vitória sobre um adversário social. Nesse sentido, jamais se deve separar as orientações culturais do conflito social, isso nunca foi possível nas sociedades passadas. Um movimento social não é só uma afirmação, uma intenção; é uma dupla relação, tem um adversário e uma meta ou objetivo (no sentido de ação orientada a fins) que está em jogo. O movimento social se apresenta como a combinação de um princípio de identidade (luta-se em nome de quem?), um princípio de oposição (contra quem?) e um princípio de totalidade (que designa a dinâmica societária). Para que aconteça uma luta, não é necessário saber em nome de quem, contra quem e sobre que terreno se luta? Aquilo que caracteriza o movimento social é o que está em jogo e a historicidade mesma, não a decisão institucional ou a norma organizacional na que os atores são os atores históricos definidos pelas suas relações conflituosas na historicidade. É por isso que a interdependência entre o que está em jogo e os atores é total (TOURAINE 2006).

Já a respeito de renunciar ao instrumento de análise dos movimentos sociais devido a ter perdido, aparentemente, toda sua força, Touraine (2005) diz que, apesar da necessidade de estudar de maneira mais positiva problemas mais concretos, as negociações coletivas, os conflitos ou a elaboração de políticas públicas; é importante identificar os novos atores e os novos objetivos e, portanto, os novos movimentos sociais de hoje, mais culturais que sociais.

DOS CONFLITOS

Hasta el pensamiento social más alejado de la idea de lucha de clases también hace referencia a la idea de conflicto. Los liberales ven en todas partes la competencia y la lucha por la supervivencia, otros dan mayor importancia al estado, a las relaciones internacionales y a la guerra; finalmente, otros insisten sobre los valores de una comunidad, donde sus opositores

necesariamente son desconocidos que amenazan desde afuera o desde adentro. Pero la elección esencial consiste en situar el conflicto en las fronteras de la sociedad o al contrario, en su corazón, articulando las relaciones sociales más fundamentales. Contra la primera orientación, yo mantengo que el campo cultural, la historicidad de una sociedad es el lugar de los conflictos más importantes. La sociedad es producción conflictiva de ella misma (TOURAINE 2006).

Simmel introduz a ideia de conflito social procurando compreender as relações sociais desenvolvidas no interior da sociedade. Ele define aquelas interações como formas de *sociação*, sendo o conflito uma relação que pode produzir agregação ou desagregação social (SIMMEL 1983). Gluckman (1955) disse que as sociedades têm uma série de grupos e de relações de tal forma que os indivíduos que são amigos em uma situação podem ser inimigos em outra. Aqui está baseada, continua Gluckman, a coesão social, enraizada no conflito entre diferentes lealdades humanas. Neste sentido, o conflito emerge como uma forma de interação social que promove novos arranjos na sociedade. O conflito atua como promotor da união do grupo ou bem como situação de separação de posições.

Segundo Gluckman (1955), os conflitos são parte da vida social e os costumes aparecem para exacerbá-los, mas, fazendo isso, os costumes também impedem os conflitos de destruir a ampla ordem social. Por outro lado, Touraine (1989) salienta a ideia de que o conflito não está mais associado a um setor considerado fundamental da atividade social, à infraestrutura produtiva da sociedade, ao trabalho em particular; ele está em toda a parte. A partir da discussão com esses autores, Ferreira (2005) é mais categórica quando diz que os conflitos são inerentes a qualquer sistema social, funcionando como propulsores de mudanças; sendo o consenso apenas uma contingência, pelo que não há possibilidade de resolução definitiva de qualquer conflito.

Conflict is a pervasive aspect of existence. It occurs at all levels of social life: the interpersonal, intergroup, interorganizational and international. It occurs not only between social units, but also within the different types of social units, within persons as well as within nations (DEUTSCH 1991: 26).

Assumir o conflito como uma parte inerente das relações sociais permite ampliar a observação para todas as possíveis interações. Uma abordagem deste tipo está mais de acordo com a ideia da complexidade da sociedade contemporânea, onde a luta de classes não é mais o fator que agrupa os indivíduos, mas sim a luta pelo reconhecimento como tais, como detentores de uma identidade que, verdadeiramente, podem ser várias (FERREIRA 2012). Touraine (1989) diz que:

Um aspecto simbólico desta generalização dos conflitos é o desaparecimento do sonho da sociedade sem classes e sem conflitos (...).

O declínio do sagrado e da tradição, generalização dos conflitos, enfraqueceu progressivamente, e freqüentemente de maneira espetacular, o papel da *intelligentsia*, definida como o conjunto das pessoas instruídas que servem de mediadoras entre as categorias excluídas do sistema político e este (TOURAINE 1989: 7)³⁸.

Como disse Offe (1992), é no surgimento da modernidade quando os seres humanos podemos desligar-nos das castas e das classes e construir nossa(s) individualidade(s). Nestas condições surgem os movimentos reivindicatórios, os movimentos para que os indivíduos sejam aceitos com essas particularidades, com essas essências próprias, e, claro, como seres plenos. Nesse mesmo sentido, Gluckman (1940) diz que os indivíduos podem viver vidas coerentes através da seleção situacional de uma mistura de valores contraditórios, crenças incompatíveis, e interesses e técnicas variadas.

A sociedade em si não pode ser entendida só como a simples somatória de indivíduos, ao mesmo tempo em que não existem indivíduos entendidos isoladamente do âmbito social no qual estão inseridos. Simmel (2006) enfatiza as relações dos indivíduos como processos que se fazem e desfazem, como um acontecer que os indivíduos não só realizam, mas também sofrem. Este autor também caracteriza a sociedade como a interação entre os indivíduos que a compõem. Ao mesmo tempo, o próprio indivíduo também é composto por diversas motivações, forças, destinos e histórias, sendo elas tão constitutivas ao indivíduo como o indivíduo o é à sociedade. Todos os tipos de relacionamentos e conflitos devem ser estudados nos diferentes níveis: o indivíduo e seus conflitos internos refletidos na sociedade, suas reivindicações modernas que originam os novos tipos de organização social, e a ação coletiva desses grupos. Dessa forma, estamos procurando a tensão entre o indivíduo e o coletivo. O que se reproduz do indivíduo no coletivo, e o que se reproduz do coletivo no indivíduo.

Aqueles níveis mais próximos, os cotidianos e no nível microssociológico podem ser de grande utilidade para entender como a sociedade se comporta e age frente aos desafios que se

³⁸ Como já tenho discutido anteriormente e será repetido mais à frente, é importante reconhecer que todos os envolvidos no conflito somos atores e tentamos influenciar os processos de tomadas de decisão na arena. Cada um tem seus próprios objetivos, perspectivas e desejos sobre como se deveria levar adiante estes processos. Nesse sentido, a abordagem utilizada nesta pesquisa não se alinha com a ideia da mediação do conflito como uma forma, digamos, inócua de intervir. Todos somos atores na arena e nossa intervenção, longe de ser inócua e isenta de interesses, vai depender de quem somos, de onde viemos e do lugar que ocupamos.

apresentam cada vez mais rápido e com cada vez mais força. Por outro lado, aqueles mais afastados nos podem indicar tendências e possíveis padrões:

O problema verdadeiramente prático da sociedade reside na relação que suas forças e formas estabelecem com os indivíduos – e se a sociedade existe dentro ou fora deles. Mesmo quem reconhece a “vida” autêntica somente nos indivíduos, e identifica a vida da sociedade com seus membros individuais, não poderia negar uma variedade de conflitos reais entre indivíduo e sociedade. De um lado, porque, nos indivíduos, os elementos fundem-se no fenômeno particular denominado “sociedade”, e esta adquire seus próprios pilares e órgãos que se contrapõem ao indivíduo com exigências e atitudes como se fosse um partido estranho. Por outro lado, o conflito está sugerido justamente por meio da inerência da sociedade no indivíduo. Pois a capacidade do ser humano se dividir em partes e sentir qualquer *parte* de si mesmo como seu ser autêntico – parte que colide com outras partes e que luta pela determinação da ação individual – põe o ser humano, à medida que ele se sente como ser social, em uma relação frequentemente conflituosa com os impulsos de seu eu que *não* foram absorvidos pelo seu caráter social. O conflito entre sociedade e o indivíduo prossegue no próprio indivíduo como luta entre as partes de sua essência (SIMMEL 2006: 83-84).

No Núcleo Picinguaba existe uma grande diversidade de atores com diversas motivações e objetivos, que entram em conflito entre si. Ferreira (1996) e Almeida e da Cunha (2001) concordam quando apontam que a biodiversidade e o ambiente natural possuem significados e usos diferentes para fazendeiros e madeireiros que pensam na natureza como capital, para os prospectores de biodiversidade que pensam na natureza como tecnonatureza, para os conservacionistas profissionais e para moradores tradicionais. Todos esses agentes, além disso, interagem em um campo onde há conflito e há alianças possíveis. Entretanto, não podemos assumir que estes “tipos de ator” não têm conflitos e lutas internos, e que vivem uma vida completamente coerente e imutável ao longo dos anos. Talvez, o melhor exemplo para isto possa ser os moradores que também são funcionários do Parque, lideranças comunitárias, membros de uma família que tem conflitos com outras no interior da mesma comunidade, pais de família de outros atores importantes com suas próprias incoerências e lutas internas.

Por este motivo, tem sido importante na análise deste conflito e das relações entre os atores sociais vinculados ao Núcleo Picinguaba, evitar julgar *a priori* o ator como sendo de uma determinada categoria muito bem estabelecida, como se pudéssemos falar facilmente de “tipos de ator”. Julgar o morador originário como vítima, ou como aquele que sabe de tudo, ou como sendo, necessariamente, quem tem direito sobre todos os outros. Da mesma forma, não seria apropriado julgar o cientista como o vilão. As ações dos atores vão depender das situações sociais nas que atuam. As clivagens internas podem ser tantas dentro de um grupo de atores que é

recomendável vê-los como participantes numa arena, com objetivos, aliados e adversários que podem ser muito dinâmicos. Da mesma forma, não se poderia assumir o discurso do morador como livre de interesses, e que a realidade concreta (se ela de fato existe) é a realidade que ele está descrevendo. Como não acreditamos que a ciência é neutra, também não acreditamos que o morador é neutro. Convém lembrar que cada ator representa uma arena específica, organizada por processos internos, resultantes das pressões de relações sociais conflitantes entre sujeitos que enfrentam dilemas diferenciados nas suas ações cotidianas (BENTLEY 1949). Touraine (2000) lembra que:

Actors are not defined by their conformity to rules and norms, but by a relation to themselves, by their capacity to constitute themselves as actors, capable of changing their environment and of reinforcing their autonomy (TOURAINE 2000).

O arcabouço teórico do conflito desenvolvido por Ferreira (FERREIRA 2012, 2005, 2004, 1999; FERREIRA *et al.* 2007; FERREIRA *et al.* 2001) e utilizado como embasamento desta pesquisa, empresta da tradição marxista a ideia de que o conflito está inscrito na própria vida social, mas foge do conforto intelectual de reduzi-los, todos, a conflitos de classes definidos pela propriedade ou pela não propriedade dos meios de produção. A perspectiva de tratar os conflitos como transformadores de práticas sociais e produtores de mudanças (Ferreira *et al.* 2007, FERREIRA 2005) tem sido resgatada como herança das ciências sociais (FERREIRA 2012).

Olson (1990) diz que na variante informal da Teoria Tradicional dos Grupos Sociais, acredita-se que as organizações privadas e os grupos são fenômenos onipresentes na sociedade humana porque existe uma propensão da espécie a formar associações ou se unir a elas. Ele indica que este caráter onipresente e inevitável da filiação grupal foi ressaltado na Alemanha por Georg Simmel³⁹. Já na variante formal da teoria, continua Olson (1990), enfatiza-se a universalidade dos grupos, mas não toma como ponto de partida nenhum “instinto” ou “tendência” à união grupal. Ao invés disso, tenta explicar as associações e afiliações a grupos na atualidade como um aspecto da evolução das sociedades industriais modernas de hoje a partir de sociedades “primitivas” precedentes, que estariam dominadas fortemente pelas relações de parentesco, ou “grupos

³⁹ Em *Conflict and the web of group affiliations* (1950).

primários”⁴⁰. Entretanto, hoje a formação de agrupamentos sociais é bem mais complexa, a estrutura da sociedade entra numa dinâmica com a conjuntura social.

Segundo Olson (1990), a agregação e a desagregação social são dinâmicas, fluidas e conjunturais, ademais de acontecerem em vários níveis, e o conflito tem um papel fundamental nessa dinâmica. Simmel (1983) afirma que inexistência de unidade social sem que convergências e divergências estejam entrelaçadas. Em outros termos, um grupo social puramente harmônico é empiricamente irreal. Segundo Ferreira (2012), para Simmel o conflito é fundamental na constituição da sociedade, pois as relações de oposição fazem com que os atores não se sintam completamente vítimas das circunstâncias. Ao contrário, o conflito funciona como elemento de sociabilidade⁴¹. Em sua dimensão positiva pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si (SIMMEL 1983 *apud* FERREIRA 2012).

Embora todos os membros de um grupo tenham um interesse comum em alcançar o benefício coletivo que os estimulou a formar aquele grupo, eles não têm nenhum interesse comum no que concerne a pagar o custo do provimento desse benefício coletivo. Cada membro preferiria que os outros pagassem sozinhos o custo todo, o que faria com que desfrutassem de qualquer vantagem provida quer tivessem ou não arcado com uma parte do custo (OLSON 1999). Dada a estrutura de uma situação inicial, os problemas da ação coletiva ocorrem quando os indivíduos, como parte de um grupo, selecionam estratégias que geram resultados que são sub-ótimos desde a perspectiva do grupo (ver TSEBELIS 2008). O problema da ação coletiva é achar uma maneira de evitar resultados deficientes e chegar o mais perto possível do resultado ótimo (OSTROM e WALKER 2000).

Olson (1999) diz, em concordância a Touraine (2006), que, assim como se pode supor que os indivíduos pertencentes a uma organização ou grupo têm interesses comuns, eles também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do mesmo grupo ou organização (OLSON 1999). Desta forma:

É claro que qualquer grupo ou organização estará usualmente dividido em subgrupos ou facções antagônicas. Esse fato não debilita a pressuposição feita aqui de que as organizações existem

⁴⁰ Olson (1990) cita Talcott Parsons para reforçar essa ideia: “É bem sabido que em muitas sociedades primitivas há uma noção de que o parentesco ‘domina’ a estrutura social; há poucas estruturas concretas em que a participação seja independente do status de parentesco”.

⁴¹ Em *Conflict*, Simmel (1955) diz que o conflito é produtor de sociabilidade, na medida em que a integração simultânea de aspectos negativos (oposição entre grupos) e aspectos positivos (integração no interior dos grupos) produz de forma dialética a dinâmica social (FERREIRA 2012).

para servir aos interesses comuns de seus membros, porque essa pressuposição não implica que os conflitos internos do grupo estejam sendo desprezados. A abordagem utilizada aqui não despreza o conflito dentro de grupos e organizações porque considera cada organização como uma unidade somente até o ponto em que ela de fato tenta servir a um interesse comum, e considera as várias facções oponentes para analisar o vigoroso antagonismo entre elas, como unidades (OLSON 1999: 20).

ORGANIZAÇÃO DA TESE

A tese está organizada da seguinte forma:

No Capítulo I, abordo a discussão sobre a presença humana no interior das Unidades de Conservação, é chamado “Pensando no velho dilema” levando em consideração que a discussão sobre a inclusão do homem nos esforços associados à conservação da biodiversidade é um assunto antigo, mas também muito atual. Diversos autores de renome defendem uma e outra posição com argumentos que não são descartáveis, em nenhum dos casos. Adicionalmente, farei uma revisão de literatura sobre a discussão relacionada às dimensões humanas dos Sistemas de Áreas Protegidas e às estratégias políticas dos atores locais para garantir seus direitos de permanência, acesso à terra e de uso dos recursos naturais nessas áreas.

No Capítulo II, chamado “Caminhos da Investigação”, pretendo desenvolver com maior detalhe as questões referentes à área de estudo e aos procedimentos de pesquisa. A construção da relação com atores sociais também será abordada. Os eixos da pesquisa, que são parte desta análise, também serão apresentados neste momento.

No Capítulo III, chamado “Histórico de uma relação acidentada”, será descrito, a partir dos depoimentos de moradores, pesquisadores e de gestores da Unidade de Conservação, o processo de estabelecimento do Núcleo Picinguaba e as relações surgidas entre esses atores. O capítulo terá, adicionalmente, uma breve descrição de Picinguaba anterior à “chegada do Parque”, também segundo os moradores. Este capítulo histórico é importante porque ajudará a entender de onde provêm e como estão cimentadas as relações e os conflitos entre todos os atores da arena.

No Capítulo IV, chamado “Conflitos transformadores, organização dinâmica e estratégias possíveis”, será apresentada a discussão central da tese: como o conflito surgido pela criação de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral em Picinguaba tem transformado as relações

sociais e a organização dos atores sociais na região. Especificamente, serão discutidos a natureza do conflito, a influência do conflito na organização, o uso das estratégias identitárias como arma de luta pelos moradores e como base para manejar o conflito pela gestão, o avanço da discussão desde o direito a permanência até o uso dos recursos naturais, e como as estratégias destes atores são aquelas possíveis em função da conjuntura de Picinguaba e das normas vigentes.

No Capítulo V, chamado “Posições em confronto: uso dos recursos naturais, acesso à terra e conservação da biodiversidade”, será discutida a forma como os principais atores vinculados aos processos de decisão sobre o uso dos recursos naturais e o acesso à terra em Picinguaba se relacionam, se enfrentam, se aliam e defendem suas particulares visões sobre esses assuntos e como isso influencia nos processos de negociação e de conservação da biodiversidade.

Finalmente, à título de Conclusão, serão discutidos aspectos relacionados à gestão das Unidades de Conservação usando como exemplo a realidade encontrada no Núcleo Picinguaba em contraste com outros lugares que tenho conhecido ao longo da minha vida profissional.

CAPÍTULO I

PENSANDO NO VELHO DILEMA

Ao longo deste capítulo discutirei o dilema sobre a presença de moradores dentro de Unidades de Conservação. Aliás, não só sua presença, mas seus direitos à terra que habitam e ao uso dos recursos naturais dos quais dependem. Como já foi dito, este dilema, ainda que antigo, continua muito atual. Mais ainda se pensarmos que cada vez menos regiões do planeta estão livres de presença humana ou de pressões representadas pela expansão urbana, pelo crescimento populacional e pelas mudanças ambientais e climáticas, ao mesmo tempo em que a diversidade biológica está cada vez mais ameaçada.

O VELHO DILEMA: CONSERVAÇÃO *VERSUS* PRESERVAÇÃO

As abordagens sobre a manutenção e a continuidade dos processos evolutivos e ecológicos nos diversos biomas do planeta, umas mais restritivas e outras mais inclusivas desde a perspectiva das dimensões humanas, não têm por que ser necessariamente excludentes. Diversos autores continuam discutindo sobre a efetividade das diversas estratégias de conservação adotadas no mundo inteiro e a necessidade de implementar medidas cada vez mais eficientes e apropriadas para cada realidade em particular (ELBERS 2011, GUERRERO 2011, DUDLEY *et al.* 2009, NAGENDRA 2008, CREADO *et al.* 2008, ADAMS e HUTTON 2007, DOUROJEANNI e PÁDUA 2007, FERREIRA *et al.* 2007, GUERRERO *et al.* 2007, WEST *et al.* 2006, WEST e BROCKINGTON 2006, BROCKINGTON 2004, FERREIRA 2004,

BROWN 2002, TERBORGH *et al.* 2002, TERBORGH e PERES 2002, FERREIRA *et al.* 2001, DIEGUES 2001, SPINAGE 1998, TERBORGH 1992). Estas medidas são, aliás, cada vez mais urgentes devido às crescentes ameaças a que estão expostas as florestas, os mares, os rios e todos os ecossistemas que fazem do mundo um lugar de altíssima biodiversidade. A própria Convenção da Diversidade Biológica (CBD) estabelece como seu objetivo a conservação da biodiversidade, mas também a utilização sustentável dos recursos e a repartição justa dos benefícios gerados a partir desses usos⁴².

Quando falo em dimensões humanas dos Sistemas de Unidades de Conservação me refiro especificamente a: i) existência de categorias que sejam completamente restritivas a qualquer tipo de uso humano que não seja científico, isto é, as correspondentes às categorias Ia e Ib sugeridas por UICN (DUDLEY 2008; ver TABELA 1); ii) direitos de permanência dos moradores que habitavam a área antes da criação da Unidade de Conservação; iii) existência de categorias destinadas à conservação da biodiversidade envolvendo a melhoria da qualidade de vida da população local; iv) envolvimento e participação dos atores locais no manejo e gestão das áreas; v) existência de categorias destinadas especificamente ao uso e manejo de recursos naturais; e, vi) existência de categorias que também tenham entre seus objetivos a conservação das culturais locais e direitos de uso da terra por grupos sociais com estatuto jurídico de tradicionais (SIMÕES 2010), originárias, ou de qualquer outra denominação similar (CREADO *et al.* 2008).

Estas abordagens e perspectivas podem mudar em função da região do mundo onde se localizam. Não podem ser assumidas nem aplicadas da mesma forma no Hemisfério Norte e no Sul, nas florestas tropicais e nas temperadas, nos países pobres e nos países ricos. Para deixar mais ou menos claras as duas posições que se contrapõem, relacionadas nesta pesquisa à conservação ou à preservação, ao uso sustentável e à proteção integral, à participação local ou a ausência de moradores, recorro aos autores a seguir. Por um lado, Terborgh (1992), renomado pesquisador de florestas tropicais diz:

In a world less hellbent on exhausting its natural resource capital, a prescription for the maintenance of diversity in tropical forests would be simple: **leave them alone**. Nature itself is the best guardian of tropical forests, having created and nurtured them over millions of years. It

⁴² A CBD diz, em seu artigo 1, que “os objetivos desta Convenção, a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes, são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado” (MMA 2000).

is only when we insist on tampering with nature that diversity is threatened (TERBORGH 1992; grifos meus).

Em contraposição à postura de Terborgh, West e Brockington (2006) indicam que:

But we see protected areas not just as sites rich in biological diversity but also as rich sites of social interactions and social reproduction. By social reproduction we mean the maintenance and replication of social practices, beliefs, and institutions that would have been considered “culture” in anthropology in the past. We also see protected areas as sites that work to both meet conservation goals and restructure how people understand, use, and interact with their surroundings (WEST e BROCKINGTON 2006).

Nesse mesmo sentido, Nagendra (2008) manifesta que:

While most protected areas from North America and Europe involved a relatively smaller number of actors, a greater number of actors and drivers of clearing was implicated in protected areas from Asia, Africa, and Latin America, indicating the increased difficulties faced by park management in these regions. In contrast, country income levels and the International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources category of protection did not appear to impact the likelihood of land-cover clearing in protected areas (NAGENDRA 2008).

Por outro lado, Spinage (1998) é muito mais categórico que Terborgh quando diz que:

It is increasingly argued by a school of **neo-populist** thinkers, that local people should be allowed to exploit protected areas in accordance with their own traditions and beliefs (SPINAGE 1998; grifos meus).

Por outro lado, cientistas das diversas disciplinas naturais e sociais têm tentado contribuir com informações sobre processos ambientais e sua relação com os processos sociais com a finalidade de permitir ações de conservação apropriadas. Entretanto, as relações entre os processos ambientais e sociais não são sempre evidentes nem, muito menos, fáceis de entender e manejar. Segundo Beck (1998), a contraposição natureza-sociedade é uma construção do século XIX que servia ao duplo fim de dominar e ignorar a natureza. A natureza estava submetida e esgotada já no final do século XX e, deste modo, deixou de ser considerada um fenômeno exterior para ser considerada um fenômeno interior; de fenômeno dado a fenômeno produzido.

Dentro do processo atual de tentar aproximar natureza e sociedade como resposta à crise ambiental, se reconhece que entender as causas de esgotamento dos recursos naturais e as ameaças às espécies é crucial, e que este é o primeiro passo para desenvolver estratégias e políticas de conservação mais efetivas. Sem boas definições do problema, as soluções serão muito

difíceis de alcançar. Entretanto, as causas das ameaças às espécies são frequentemente óbvias e fáceis de entender, enquanto que os fatores subjacentes responsáveis por essas causas são usualmente muito mais complexos e difíceis de identificar. Por essa razão, muitas estratégias de conservação atacam meramente os sintomas do declínio das populações animais e vegetais, e não a problemática subjacente a esses processos. Por outro lado, sabe-se que as principais razões da diminuição das populações das espécies não humanas são principalmente sociais, políticas e econômicas. Os problemas ambientais estão entrelaçados com assuntos de poder e autoridade (Nação, Estado e organização), atitudes e crenças (medo de predadores ou direitos animais, usos simbólicos e medicinais), desenvolvimento (extração de recursos naturais ou expansão urbana), economia (comércio internacional, pobreza e consumo pessoal), entre muitos mais. Esses fatores geralmente determinam os conflitos relacionados aos esforços de conservação dos recursos naturais. É por isso que, quanto mais inclusivas e interdisciplinares forem as aproximações à conservação, estas oferecerão melhores perspectivas para manejar os problemas e conflitos relacionados com ela (READING e MILLER 2000). Ferreira (2000) afirma que talvez a interdisciplinaridade, em seu modo mais geral, seja uma das ideias-força com fôlego para ser incorporada, dentre algumas outras, à cultura atual. Isso se deve ao fato de que a maior contribuição das abordagens interdisciplinares tem sido preparar um olhar capaz de visualizar o óbvio: um passado social feito de certezas foi substituído pela percepção de certezas conflitantes entre si.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E PRESENÇA HUMANA

Desde que o primeiro Parque Nacional foi estabelecido nos EUA em 1872 (ELBERS 2011), a situação dos grupos sociais vinculados às Unidades de Conservação, particularmente a dos moradores que usam seus recursos naturais, tem variado ao longo dos anos, mas sempre tem sido problemática (ADAMS e HUTTON 2007). Recentemente, as dimensões humanas parecem estar mais presentes na discussão sobre Unidades de Conservação e nas estratégias dos profissionais da conservação. West *et al.* (2006) e West e Brockington (2006) reforçam esta ideia quando dizem que as Unidades de Conservação contemporâneas não só afetam as pessoas que moram no seu interior, no seu entorno e que foram deslocadas por elas, mas também a pessoas que trabalham para ONGs e para as agências governamentais que criaram e que manejam essas áreas. As Unidades de

Conservação, nas suas diversas formas, continuarão desempenhando um papel importante na conservação da biodiversidade ao redor do mundo no futuro imediato. Entretanto, a experiência tem mostrado que as abordagens tradicionais *top-down*⁴³ para estas áreas ("conservação estrita" ou abordagem "barreiras e multas") são frequentemente ineficazes para alcançar os objetivos da conservação. Essas abordagens alienam os usuários locais dos recursos que são percebidos como a causa do esgotamento dos já escassos recursos em muitos países (BROWN 2002).

Após o estabelecimento da Convenção de Diversidade Biológica (CDB) (de 1992), os países signatários comprometeram-se a criar Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas⁴⁴ (SNAP) (compromisso estabelecido no artigo 8, sobre conservação *in situ*, inciso a⁴⁵). Desde então, os países têm criado, fortalecido e aprimorado seus SNAP com o objetivo de administrar as áreas que precisem de medidas especiais para garantir a conservação da diversidade biológica através de estratégias integradas e sob regras claras e articuladas. Organizações internacionais como a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) têm servido de apoio para o estabelecimento destes sistemas. A própria UICN oferece, desde 1994, um guia para a definição de categorias de Áreas Protegidas que é reconhecido pela CBD, e que contém seis categorias de

⁴³ O termo *top-down* é amplamente usado para referir-se a processos e iniciativas que provêm dos níveis mais altos do poder e que são basicamente impostos aos níveis mais baixos.

⁴⁴ "Áreas Protegidas" no texto da Convenção da Diversidade Biológica são definidas, no seu artigo 2, como: "uma área definida geograficamente que é destinada, ou regulamentada, e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação" (MMA 2000). Segundo Medeiros (2006), no Brasil, as Áreas Protegidas são equivocadamente reduzidas com frequência à terminologia "unidades de conservação" (UC), uma das tipologias previstas atualmente no modelo brasileiro. Entretanto, as áreas protegidas no Brasil encerram um grupo muito mais abrangente de tipologias e categorias, cuja discussão e práxis de criação atravessaram todo o período republicano brasileiro. Para fins de este trabalho consideraremos Áreas Protegidas às Unidades de Conservação, as Terras Indígenas (TI) e os Territórios Quilombolas, mas, sob esta base também poderiam ser consideradas as Áreas de Proteção Permanente (APP), as Áreas de Reconhecimento Internacional (como os Sítios Ramsar ou as Reservas da Biosfera), dentre outras. Fica evidente, desta forma, a inexistência, no Brasil, de uma definição clara do que pode ser chamado de Áreas Protegida, ainda que, no Decreto Nº 5.758, de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), se indique como seu princípio IX: o "respeito às especificidades e restrições das categorias de unidades de conservação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos". Adicionalmente, no princípio XI deste mesmo decreto, se indica o "reconhecimento dos elementos integradores da paisagem, em especial as áreas de preservação permanente e as reservas legais, como fundamentais na conservação da biodiversidade". O próprio Ministério do Meio Ambiente brasileiro indica no seu site que "por sua abrangência, o Plano enfoca prioritariamente o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), as terras indígenas e os territórios quilombolas. As áreas de preservação permanente e as reservas legais são tratadas no planejamento da paisagem, no âmbito da abordagem ecossistêmica, com uma função estratégica de conectividade entre fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas" (<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas>, acesso: janeiro de 2013).

⁴⁵ Este artigo diz textualmente: "Estabelecer um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica" (MMA 2000).

manejo divididas segundo o grau de proteção (ver TABELA 1) (DUDLEY 2008). Mais recentemente, e também sob liderança da UICN, foi desenvolvido um guia para legislação referente a Áreas Protegidas (LAUSCHE 2011). Contudo, cada país tem criado (ou está em processo de fazê-lo) seus próprios SNAP baseados nas suas particularidades.

TABELA 1: CATEGORIAS DE MANEJO DE ÁREAS PROTEGIDAS PROPOSTAS PELA UICN

CATEGORIA UICN	NOME	CARACTERÍSTICAS
I	Reserva Natural Estrita / Área Natural Silvestre	Proteção estrita
Ia	Reserva Natural Estrita	Área protegida manejada principalmente com fins científicos
Ib	Área Natural Silvestre	Área protegida manejada principalmente com fins de proteção da natureza
II	Conservação e proteção do ecossistema (Parque Nacional)	Área protegida manejada principalmente para a conservação de ecossistemas e com fins de recreação
III	Conservação dos rasgos naturais (Monumento Natural)	Área protegida manejada principalmente para a conservação de características naturais específicas
IV	Conservação mediante gestão ativa (Área de gestão de habitats/espécies)	Área protegida manejada principalmente para a conservação, com intervenção a nível de gestão
V	Conservação de paisagens terrestres e marinhas e lazer (Paisagem terrestre e marinha protegida)	Área protegida manejada principalmente para a conservação de paisagens terrestres e marinhas e com fins recreativos
VI	Uso sustentável dos recursos naturais (por ex., Área protegida com gestão dos recursos)	Área protegida manejada principalmente para a utilização sustentável dos ecossistemas naturais

FONTE: DUDLEY 2008

Segundo a UICN, em sua publicação *“Las áreas protegidas de América Latina: Situación actual y Perspectivas para el futuro”*, editada por J. Elbers (2011), a diversidade e variabilidade na

construção dos SNAP⁴⁶ é muito grande: existem países num processo consolidado de estabelecimento do sistema, incluindo os subsistemas federal, estadual, municipal e privado; outros, onde os sistemas estão em plena construção (como Uruguai e Chile, que está investindo fortemente nas unidades de conservação marinha); e outros, como Venezuela, que têm um sistema com a novidade de estar incluído em um marco integral de ordenamento territorial.

Segundo Guerrero *et al.* (2007), os SNAP têm sido construídos ao longo de várias décadas a partir de esforços nacionais e como parte de processos históricos e sociais. Entretanto, há que se reconhecer que, apesar dos grandes esforços realizados, o processo de estabelecer sistemas representativos da biodiversidade, que sejam manejados de maneira eficaz para brindar benefícios ambientais e socioeconômicos à sociedade, está muito longe de ser alcançado. Estes mesmos autores recomendam aplicar novos paradigmas e enfoques inovadores que insiram as Áreas Protegidas em programas mais amplos de conservação e desenvolvimento envolvendo as comunidades locais na gestão e fazendo-as partícipes de seus benefícios, como um mecanismo de luta contra a pobreza. Este ponto é particularmente importante no contexto da América Latina, onde grande parte da população vive abaixo da linha de pobreza. Por outro lado, as Unidades de Conservação encontram-se numa posição única em comparação com outros sistemas de governança da terra e manejo dos recursos naturais em termos de contribuição que possam aportar no âmbito da mitigação e adaptação às mudanças climáticas (DUDLEY *et al.* 2009).

As abordagens e perspectivas relacionadas à implementação dos SNAP podem mudar em função da região do mundo onde se localizam e dos atores que influenciam na sua criação. Por outro lado, o tipo de categoria escolhida também vai depender de vários fatores, tanto políticos quanto técnicos⁴⁷. Nas diretrizes da UICN para a aplicação das categorias de gestão de Áreas Protegidas (DUDLEY 2008) é ressaltado que um dos princípios associados à definição da Área Protegida é que:

Todas las categorías realizan su contribución a la conservación, pero los objetivos deben ser seleccionados en función de cada situación concreta; no todas las categorías son igualmente útiles en todas las situaciones.

Esto significa que un sistema de áreas protegidas bien equilibrado debería considerar la utilización de todas las categorías, aunque puede darse el caso de que no todas las opciones

⁴⁶ Que, no Brasil, é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, estabelecido por Lei em 2000.

⁴⁷ Alguns países têm um histórico de criação de Áreas Protegidas mais restritivas (ou quase completamente contrárias) à presença humana, enquanto que outros (e cada vez mais recentemente) têm experiências de criação de áreas destinadas à conservação e uso sustentável dos recursos com forte participação local. Estas diferenças podem estar originadas em diversos fatores históricos, acadêmicos, do estado de conservação de seus ecossistemas, dentre outros.

sean necesarias o prácticas en todas las regiones o países⁴⁸. En la gran mayoría de las situaciones al menos parte de las áreas protegidas deberían estar en las categorías más estrictas, es decir I–IV. La selección de la categoría a menudo supone un reto y debería estar orientada por las necesidades y la urgencia de la conservación de la biodiversidad, las posibilidades de prestación de servicios de ecosistema, las necesidades, deseos y creencias de las comunidades humanas, la estructura de propiedad del suelo, la fuerza de la gobernanza y los niveles de población (DUDLEY 2008: 29).

As categorias de Áreas Protegidas da UICN I-IV, chamadas “mais restritivas” nas suas diretrizes, correspondem àquelas de “uso indireto”, enquanto que as V e VI correspondem às de “uso direto”^{49,50}. Ambos os tipos de categorias estão relacionadas, obviamente, à possibilidade, ou não, de permanência, de uso dos recursos naturais e de acesso e propriedade da terra dos moradores que já habitavam essas regiões antes do estabelecimento das áreas. Como foi dito anteriormente, a existência dos dois tipos de categorias não são excludentes dentro de um SNAP, entretanto, podem representar o posicionamento de duas visões sobre a conservação da biodiversidade existentes entre os acadêmicos, cientistas e profissionais.

Neste contexto, conflitos de diversos tipos têm surgido entre moradores, gestores, tomadores de decisão, governos e cientistas como consequência da diferença entre suas visões do mundo e seus objetivos particulares, sem deixar de lado as próprias clivagens intragrupo. Geralmente, as relações entre todos estes atores se caracterizam por uma forte assimetria de poder que coloca os moradores dessas áreas em desvantagem e, muitas vezes, à mercê de abusos e de desconhecimento de seus direitos ao uso dos recursos naturais, assim como à permanência e ao acesso a suas próprias terras. Segundo Ferreira (2004), são inúmeras as arenas de disputa em torno à presença humana em Áreas Protegidas, porque são várias e diversas as necessidades humanas e suas possibilidades de satisfação, quando confrontadas com a vida selvagem. São profundamente divergentes, inclusive as posições sociais em torno dos direitos de uns e de outros na apropriação dos recursos naturais (KNIGHT 2001 *apud* FERREIRA 2004). No caso brasileiro, esta mesma autora e seus colaboradores indicam que,

⁴⁸ Obviamente, o avanço nesta discussão e no estabelecimento de SNAP não corresponde ao tipo de cada caso é um caso. Pelo contrário, é possível encontrar padrões e abordar esta problemática desde os inúmeros estudos já publicados.

⁴⁹ No Brasil, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), define no seu artigo 2, o uso indireto como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais”; e o uso direto como “aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais” (BRASIL 2000). Esta terminologia é usada amplamente em outros países.

⁵⁰ Segundo Guerrero (2011), as unidades de proteção integral seriam as categorias I a III da UICN; e as unidades de uso sustentável as categorias IV a VI.

na medida em que as UCs brasileiras foram sendo implantadas, a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em uma situação social de confronto com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes fechados, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas, foram altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente lançados a uma situação de ator (FERREIRA *et al.* 2001: 3).

Desta forma, depois da criação destas áreas, já não eram só os seus moradores os que tinham o poder de decisão sobre o uso dos recursos naturais e o acesso à terra, agora eles tinham que lutar/dialogar/negociar com outros atores detentores de outros tipos de prioridades e de perspectivas para esse uso, já não só direto, mas também indireto, como o uso para conservação, para pesquisa ou com fins educativos. Tudo isto, apesar de que, no mesmo artigo 2 da CBD e inciso j, se solicite o respeito aos conhecimentos e práticas das comunidades locais e populações indígenas e seus estilos de vida tradicionais, se encoraje sua participação e a repartição equitativa dos benefícios provenientes da utilização desses conhecimentos⁵¹.

Ao longo dos anos, esta(s) arena(s) de disputa vem mudando e novas estratégias têm sido escolhidas pelos atores em função das novas condições políticas e sociais surgidas, assim como dos processos de retroalimentação da própria arena, que é continuamente reformulada (FERREIRA *et al.* 2001). Os conflitos surgem, se modificam e se ressignificam nestes processos. Como diz Viveiros de Castro (2002), toda relação supõe uma transformação.

Aquela imagem de Unidades de Conservação prístinas e sem nenhum tipo de atividade humana foge cada vez mais de nossa realidade. Um grande número de atores sociais mora, usa, estuda, gera, pensa e age sobre estas áreas. Os relacionamentos existentes entre estes atores sociais e os recursos naturais, assim como o fluxo de informações e conhecimentos entre todos eles, podem ser determinantes para o sucesso destas unidades de conservação. A existência de conflitos entre todos estes componentes é inevitável.

⁵¹ Este artigo diz textualmente: “Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas” (MMA 2000).

ESPECIFICAMENTE NO BRASIL

O interesse pela conservação de espaços naturais no Brasil tem antecedentes que remontam ao período imperial. Em 1861, Dom Pedro II ordenou o cuidado da Floresta da Tijuca e das Paineiras, pela sua importância na provisão de água para a cidade do Rio de Janeiro. Da mesma forma, personagens como André Rebouças, que sugeriu a proteção da Ilha do Bananal (no Rio Araguaia) e de Sete Quedas (no Rio Paraná), e Luís Felipe Gonzaga de Campos, que em 1912 publicou o primeiro Mapa Florestal Brasileiro, foram pioneiros na construção de uma consciência conservacionista nacional (GUERRERO 2011). Desde então, e até o fim dos anos 1980, as estratégias dos diversos governos estiveram quase completamente relacionadas a perspectivas preservacionistas, postas em prática com a criação de grandes unidades de conservação que restringiam à presença humana (DIEGUES 2001). Posteriormente, têm surgido estratégias que levam em consideração o uso dos recursos naturais como estratégia não só de conservação da biodiversidade, mas como uma forma de garantir a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais que habitam essas áreas.

Ao mesmo tempo em que o Brasil se encontra no topo da lista dos países com maior biodiversidade, as sociedades humanas estão exercendo uma pressão cada vez maior sobre seus recursos naturais, no ponto em que a Mata Atlântica e o Cerrado estão incluídos entre os 25 biomas de alta biodiversidade mais ameaçados do mundo (GALINDO-LEAL e CÂMARA 2003, CAVALCANTI 2002, MYERS *et al.* 2000). Os estudos demonstram que o Brasil abriga a maior biodiversidade entre os 17 países megadiversos, que são os que reúnem 70% das espécies de animais e vegetais catalogadas até o presente (DIAS 2002). Adicionalmente, o Brasil pertence a uma minoria que se distingue pelo seu alto nível de desenvolvimento em pesquisa científica, com um sistema acadêmico e de instituições de pesquisa bastante extenso e consolidado. Entretanto, nem sequer por este motivo, estes países têm hoje uma capacidade autônoma para o conhecimento da diversidade de suas espécies (LEWINSONH e PRADO 2002).

A respeito da diversidade cultural, o Instituto Socioambiental indica que os 238 povos indígenas contemporâneos no Brasil somam pouco mais de 800 mil pessoas (aproximadamente 0,4% da população total do país, segundo dados do último censo populacional realizado em 2010 (IBGE 2012)⁵², e existem atualmente mais de 180 línguas e dialetos falados por estes povos (ISA 2012)⁵³.

⁵² Esses valores não incluem os “indígenas isolados” (IBGE 2012).

Elas integram o conjunto das quase sete mil línguas faladas no mundo contemporâneo. Entretanto, antes da chegada dos portugueses, só no Brasil esse número teria sido próximo de mil. No meio dessa diversidade, apenas 25 povos têm mais de cinco mil falantes de línguas indígenas: Apurinã, Ashaninka, Baniwa, Baré, Chiquitano, Guajajara, Guarani, Galibi do Oiapoque, Ingarikó, Kaxinawá, Kubeo, Kulina, Kaingang, Kayapó, Makuxi, Munduruku, Sateré-Mawé, Taurepang, Terena, Ticuna, Timbira, Tukano, Wapixana, Xavante, Yanomami, Ye'kuana (ISA 2012)⁵⁴.

Esta imensa diversidade biológica e cultural está acompanhada de uma extraordinária diversidade no padrão de distribuição e acesso à terra. As múltiplas sociedades indígenas, cada uma delas com formas próprias de inter-relação com seus respectivos ambientes geográficos, formam um dos núcleos mais importantes dessa diversidade, enquanto que centenas de remanescentes das comunidades de quilombos⁵⁵, distribuídas por todo o território nacional, formam outro (LITTLE 2002). Adicionalmente, existem distintas formas de acesso e distribuição da terra mantidas pelas comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras⁵⁶, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praierios, sertanejos e varjeiros (A.W.B. ALMEIDA 2004, LITTLE 2002, DIEGUES *et al.* 2000).

Little (2002) indica que

esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias – “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” – cada uma das quais tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes” [nas áreas protegidas]. Qualquer dessas combinações é problemática devido à abrangência e diversidade de grupos que engloba. De uma perspectiva etnográfica, por exemplo, as diferenças entre as sociedades indígenas, os quilombos, os caboclos, os caiçaras e outros grupos ditos tradicionais – além da heterogeneidade interna de cada uma dessas

⁵³ Dados obtidos desde o site do Instituto Socioambiental (<http://piib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/quem-sao/povos-indigenas>, acesso dezembro 2012).

⁵⁴ Dados obtidos desde o site do Instituto Socioambiental (<http://piib.socioambiental.org/pt/c/no-brasil-atual/linguas/introducao>, acesso dezembro 2012).

⁵⁵ Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunitários, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos antigos grandes proprietários. Apesar de existirem, sobretudo após a escravatura, no fim do século passado, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura. A Constituição de 1988 garantiu seu direito sobre a terra da qual vivem, em geral de atividades vinculadas à pequena agricultura, artesanato, extrativismo e pesca, segundo as várias regiões em que se situam. Assim os quilombos da Amazônia, muitas vezes situados ao longo dos rios e igarapés, garantem sua subsistência com a pequena pesca, o extrativismo e a pequena agricultura. Em outras regiões, as atividades são quase exclusivamente agrícolas (DIEGUES *et al.* 2000).

⁵⁶ Os caiçaras são descritos como produto da miscigenação entre indígenas, negros e europeus, principalmente portugueses. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas regiões litorâneas dos Estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina (DIEGUES e ARRUDA 2001).

categorias – são tão grandes que não parece viável tratá-los dentro de uma mesma classificação (LITTLE 2002: 2).

A Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O SNUC define Unidade de Conservação como o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos e sob regime especial de administração (BRASIL 2000). O SNUC está composto por 304 unidades federais (698.210,06 km²), 314 estaduais (373.538,74 km²) e 10 municipais (21,52 km²) que protegem 12,57% do território continental brasileiro e 0,61% da sua área marinha (MMA 2012). Tem o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como seu órgão central, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) como órgão consultivo e deliberativo, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e a órgãos estaduais e municipais de meio ambiente como órgãos executores. Os critérios e normas para a criação, implementação e gestão das unidades de conservação estão estabelecidos na Lei nº 9.985 e no Decreto nº 4.340 (de agosto de 2002) que a regulamenta (MMA 2012)⁵⁷.

O SNUC está organizado em dois grupos de unidades de conservação: as unidades de proteção integral (categorias I a III da UICN), cujo objetivo básico é preservar a natureza; e as unidades de uso sustentável (categorias IV a VI), que têm por objetivo compatibilizar a conservação com o uso sustentável dos recursos naturais (GUERRERO 2011, BRASIL 2000). Vale a pena ressaltar aqui o fato do SNUC incluir categorias I de UICN. Quer dizer, o SNUC prevê a criação e necessidade de áreas restritas à presença humana, ainda que seja de moradores. As categorias de Áreas Protegidas que permitem a presença humana e que têm por objetivo a conservação da biodiversidade e a melhoria da qualidade de vida dos seus moradores têm história recente no Brasil. Só em 1990 foram criadas as Reservas Extrativistas (RESEX) e começou o manejo especial da então Estação Ecológica Mamirauá (que se converteu, em 1996, na primeira Reserva de Desenvolvimento

⁵⁷ A Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), é o órgão competente para propor e definir políticas e estratégias para os diversos biomas brasileiros nos temas relacionados à promoção do conhecimento, a conservação, a valoração e a utilização sustentável da biodiversidade, do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado. Um dos quatro departamentos desta secretaria é o Departamento de Áreas Protegidas (DAP), que tem a competência de subsidiar a formulação de políticas e a definição de estratégias para a ampliação, consolidação, gestão e implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e outras áreas especialmente protegidas (com dados do MMA, no site www.mma.gov.br, da Lei nº 9.985 e do Decreto nº 5.758 (BRASIL 2006a, 2000).

Sustentável (RDS) do Brasil) (IPAAM 1997). Entretanto, atualmente, as categorias com a maior cobertura são as de uso sustentável, sendo isto mais evidente no nível estadual. Já as categorias com maior número de unidades e com maior extensão são o Parque Nacional, Floresta Nacional, Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental (GUERRERO 2011).

Outro tipo de área de proteção especial no Brasil está constituído pelas chamadas Terras Indígenas (TI). A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, reconhece e garante os direitos dos indígenas a sua organização social, costumes, tradições, línguas e crenças; assim como seus direitos originários às terras que tradicionalmente ocupam, sendo um dever da União demarcá-las e defendê-las⁵⁸. O Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996, dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas⁵⁹. Adicionalmente, este mesmo decreto garante, no seu artigo 2, inciso 3, que “o grupo indígena envolvido, representado segundo suas formas próprias, participará do procedimento em todas as suas fases” (BRASIL 1996a)⁶⁰. Entretanto, é muito importante indicar que os indígenas não têm direito de propriedade sobre seus territórios, mas só a posse e o usufruto de seus recursos naturais. A Constituição indica, especificamente no seu artigo 20, que as terras ocupadas tradicionalmente por indígenas são de propriedade da União⁶¹.

Segundo o ISA (2013)⁶², na Constituição de 1988 se garantiram direitos às populações indígenas que trouxeram inovações conceituais importantes em relação a Constituições anteriores e ao

⁵⁸ Especificamente no Capítulo VIII, “Dos Índios”, correspondente ao Título VIII, “Da Ordem Social”, no seu artigo 231, incisos 1 e 2 (BRASIL 1988).

⁵⁹ A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, e vinculado ao Ministério da Justiça. Anteriormente à criação da FUNAI existia o chamado Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado como parte do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais em 1910, já que, na visão do Estado Brasileiro daquela época, era o destino do indígena passar a ser um trabalhador rural ou um proletário urbano. Em 1918, o SPI foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918) (para análise deste processo, ver: ISA 2013. Disponível em: [http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-\(spi\)](http://pib.socioambiental.org/pt/c/politicas-indigenistas/orgao-indigenista-oficial/o-servico-de-protecao-aos-indios-(spi)), acesso em janeiro 2013).

⁶⁰ Existem outras normativas legais relacionadas TI, como: a Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 1996, que estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas; a Portaria nº 116, de 14 de fevereiro de 2012, que estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas; e a Instrução Normativa nº 2, de 3 de fevereiro de 2012, que baixa instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em terras indígenas.

⁶¹ No Capítulo II da Constituição, “Da União”, no artigo 20, se diz: “São bens da União:”, e no numeral XI, se indica: “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios” (BRASIL 1988).

⁶² Informação disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/direitos/constituicoes/introducao>, acesso em janeiro de 2013.

chamado Estatuto do Índio⁶³. A primeira inovação é o abandono de uma perspectiva assimilacionista, que entendia os índios como categoria social transitória, fadada ao desaparecimento⁶⁴. A segunda é que os direitos dos índios sobre suas terras são definidos enquanto direitos originários, isto é, anterior à criação do próprio Estado. Isto decorre do reconhecimento do fato histórico de que os índios foram os primeiros ocupantes do Brasil. A nova Constituição estabelece, desta forma, novos marcos para as relações entre o Estado, a sociedade brasileira e os povos indígenas⁶⁵.

Finalmente, temos os Territórios Remanescentes de Comunidades de Quilombos (ou Territórios Quilombolas) conformando o grupo das Áreas Protegidas brasileiras. Os quilombolas são descendentes dos escravos negros que sobrevivem em enclaves comunais, muitas vezes antigas fazendas deixadas pelos seus antigos grandes proprietários. Apesar de existirem sobretudo após do final da escravatura, no final do século XIX, sua visibilidade social é recente, fruto da luta pela terra, da qual, em geral, não possuem escritura (DIEGUES *et al.* 2000). Ainda que o direito ao território das comunidades remanescentes de quilombos estivesse estabelecido já na Constituição Federal de 1988⁶⁶, foi só com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003⁶⁷, que se regulamentou o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas.

Com este Decreto também ficou transferida do Ministério da Cultura para o INCRA⁶⁸ a competência para a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos, bem como a determinação de suas demarcações e titulações. Segundo este decreto, deve ser a própria comunidade quem deve se autodefinir como “remanescente de quilombo”⁶⁹. Para isso tem-se amparo legal na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cujas

⁶³ Como ficou conhecida a Lei 6.001, promulgada em 1973. Ela trata sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os indígenas.

⁶⁴ Para detalhes sobre este processo e sobre o histórico da visão do Estado sobre as populações indígenas acessar o Texto “Os índios não são incapazes”, que o ISA dirigiu às comunidades indígenas no ano 2000. Disponível em: http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/Os_indios_nao_sao_incapazes.pdf.

⁶⁵ A situação atual das TI no Brasil pode ser encontrada em: <http://pib.socioambiental.org>.

⁶⁶ No artigo 68 das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL 1988).

⁶⁷ No artigo 2 do Decreto nº 4.887, que Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

⁶⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁶⁹ No artigo 2, inciso 1, diz: “Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” (BRASIL 2003).

determinações foram incorporadas à legislação brasileira pelo Decreto Legislativo nº 143, de 20 de junho de 2002, e pelo Decreto Nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Cabe à Fundação Cultural Palmares⁷⁰ expedir a certidão respectiva à comunidade que tenha encaminhado uma declaração se autodefinindo como remanescente de quilombo⁷¹. O processo para essa certificação está determinado pela Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26 de novembro de 2007.

Segundo Dos Anjos (2006),

As comunidades descendentes de antigos quilombos emergiram e estão presentes nesse momento histórico, apresentando uma visibilidade no movimento do campesinato brasileiro e dentro das demandas das políticas afirmativas e de reparação social do país, e principalmente, nos revelam que não foram poucos os sítios quilombolas formados durante a escravidão no território brasileiro. Este processo ocorre dentro de um contexto de luta política, sobretudo de conquistas e reivindicações do Movimento Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (Conaq) e de uma rede de entidades negras organizadas e representativas, com ações desde os anos 1980 em todo o Brasil (DOS ANJOS 2006: 347).

Com respeito à questão da terra relacionada às comunidades reconhecidas como remanescentes de Quilombo, o Decreto nº 4.887 indica que as terras ocupadas por elas devem garantir sua reprodução física, social, econômica e cultural; e que, para sua demarcação, devem ser levados em consideração os critérios de territorialidade indicados pelos membros das comunidades (BRASIL 2003). Segundo o INCRA (2012), os Territórios Quilombolas são titulados de forma coletiva e indivisa. Isto quer dizer que o território titulado, que já não era desmembrado, continua não podendo sê-lo posteriormente. Tal medida se dá em proveito da manutenção desse território para as futuras gerações. É uma terra que, uma vez reconhecida, não será vendida, nem na sua totalidade, nem aos pedaços.

Ainda segundo o INCRA (2012), do ponto de vista prático, o Território Quilombola é uma terra não alienável. É uma terra que não está no mercado, está reservada ao usufruto exclusivo das comunidades quilombolas. Esse fato é o que está no cerne de indisposições à política de

⁷⁰ Criada em 1988, a Fundação Cultural Palmares é uma instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura que tem a finalidade de promover e preservar a cultura afro-brasileira. Preocupada com a igualdade racial e com a valorização das manifestações de matriz africana, a Palmares formula e implanta políticas públicas que potencializam a participação da população negra brasileira nos processos de desenvolvimento do País (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES 2012. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>. Acesso em dezembro 2012).

⁷¹ No artigo 5 do Decreto nº 4.887 se diz: “Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto” (BRASIL 2003).

regularização fundiária destes territórios. Esta é uma política que desagrade a terceiros, já que retira terras do mercado imobiliário e da exploração particular dos recursos naturais. Por outro lado, na regularização fundiária do quilombo, a titulação é a última etapa do processo e ocorre após os procedimentos de desintrusão do território, sem existir ônus financeiro para as comunidades⁷².

Atualmente, existem 121 títulos emitidos, regularizando 988.356,7 hectares em benefício de 109 territórios, 190 comunidades e 11.946 famílias quilombolas. Considerando o tamanho do território nacional, com base em dados do IBGE, os territórios quilombolas hoje titulados abrangem 0,12% do território nacional. Estima-se que a titulação de todas as comunidades quilombolas do Brasil não chegará a 1%, sendo que os demais estabelecimentos agropecuários representam cerca de 40% (INCRA 2012).

Assim como acontece com os indígenas brasileiros e suas demandas por demarcação das TI, o reconhecimento dos Territórios Quilombolas é o elemento fundamental para a garantia de adequadas condições de vida à população quilombola. O território singulariza o modo de viver e produzir das comunidades quilombolas, as quais sintetizam o significado da terra por meio da ancestralidade, resistência e autonomia do povo negro brasileiro (INCRA 2012). É importante salientar, entretanto, a forma diferenciada como a Constituição Federal aborda a questão da propriedade em ambos os tipos de Áreas Protegidas. Enquanto que, por um lado, se garante a propriedade (comunal) da terra das comunidades remanescentes de quilombos (artigo 68); por outro lado, se diz que as terras ocupadas tradicionalmente pelos indígenas são propriedade da União (artigo 20) (BRASIL 1988).

A respeito das Terras Indígenas e dos Territórios Quilombolas, Guerrero (2011) diz que, ainda que não formem parte do SNUC, são considerados áreas protegidas pela sua contribuição à conservação da biodiversidade. O INCRA (2012) reforça esta ideia quando diz que nos Territórios Quilombolas também se promove a conservação *in situ* de espécies vegetais de usos relevantes e de variedades crioulas e também se dá o melhoramento tradicional de espécies e variedades. Em outras palavras, trata-se dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético, tema

⁷² Adicionalmente, o Decreto 4.887, no seu artigo 6 diz que “fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados” (BRASIL 2003).

da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), erigida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio92), promulgada e ratificada pelo Brasil.

A não inclusão das TI dentro do SNUC é interpretada por Bensusan (2004) como uma demonstração de que as políticas de conservação da biodiversidade no Brasil sempre estiveram relacionadas à exclusão das populações locais e seus conhecimentos desses processos, fato que começou a mudar com o aparecimento das RESEX e as RDS. Se as Terras Indígenas fossem incluídas no sistema de Unidades de Conservação, continua o mesmo autor, o percentual de áreas protegidas em cada bioma, principalmente na Amazônia, aumentaria significativamente. Entretanto, o benefício maior da inclusão das Terras Indígenas no SNUC seria um avanço no sentido de estabelecer um verdadeiro conjunto de espaços territoriais especialmente protegidos, conectados entre si e integrados às diversas políticas que tratam do uso da terra no país.

Segundo Mendes e Ferreira (2009),

se o SNUC já prevê esta conciliação para o caso das populações tradicionais, é, de certo modo, incompreensível a não inserção dos índios na política das UCs brasileira, pois isso gera uma lacuna com relação à vontade de grupos indígenas de contar com a implantação de uma UC em seu território. Provavelmente da parte dos defensores dos direitos indígenas deve haver grupos que se opõem a esta medida, tendo em vista o fato de uma UC, ainda que de uso sustentável, restringir a liberdade de reprodução do modo de vida indígena. Ainda que pertinente, essa alegação obscurece o fato de que existem grupos indígenas que anseiam por um respaldo administrativo que lhes garanta o direito a contar com políticas que assegurem especificamente a proteção ambiental de parte de suas terras. A questão, neste caso, passa a ser se e como um órgão ambiental poderia contribuir com a conservação de territórios indígenas. Atualmente, somente a sobreposição entre TIs e UCs, de um modo bastante informal, pessoal e idiossincrático, pode subsidiar esta proteção requerida pelos índios (MENDES e FERREIRA 2009).

Nesse sentido, Medeiros (2006) diz que, durante anos, as Terras Indígenas não foram consideradas como área protegida no sentido estrito do termo. Contudo, elas sempre representaram um importante instrumento de conservação e manejo da biodiversidade pelas populações autóctones. O artigo 28 do Estatuto do Índio já reforçava esta ideia ao determinar que, no caso específico dos Parques Indígenas, fosse garantida a preservação “das reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região”⁷³ (BRASIL 1973). O SNUC, continua Medeiros (2006), apesar do inegável avanço que proporcionou à questão das Áreas Protegidas no Brasil, não conseguiu atingir plenamente sua

⁷³ O Artigo 28 da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, conhecida como o Estatuto de Índio, diz: “Parque indígena é a área contida em terra na posse de índios, cujo grau de integração permita assistência econômica, educacional e sanitária dos órgãos da União, em que se preservem as reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região” (BRASIL 1973).

pretensão inicial de criação de um sistema que pudesse integrar, por meio de um único instrumento, a criação e gestão das distintas tipologias existentes no país. Se, por um lado, ele tem o mérito de racionalizar e otimizar em parte esta questão, ele também aprofundou a divisão existente entre as diferentes tipologias de áreas protegidas que ficaram excluídas do seu texto⁷⁴.

A desconsideração de ferramentas importantes para a conservação da biodiversidade, parte delas relacionada com o conhecimento e o uso que as populações tradicionais fazem dos recursos naturais, coloca em xeque parte dos processos que mantêm a diversidade biológica e, em última instância, podem comprometer a proteção do meio ambiente (BENSUSAN 2004). Nesse sentido, Bensusan (2004) indica que a mesma motivação que existiu para a exclusão das populações tradicionais das terras a serem conservadas, explicaria a exclusão de áreas obrigatoriamente ocupadas, como as Terras Indígenas, do SNUC e das estratégias de manutenção da biodiversidade. Ainda que esta forma de enfrentar os problemas associados à conservação da biodiversidade e populações humanas possa estar presente na atualidade, algumas mudanças importantes têm acontecido nos últimos anos.

Talvez o mais recente desses avanços seja a criação do Mosaico do Oeste do Amapá e Norte do Pará, que tem extensão de mais de 12 milhões de hectares e é formado por três Terras Indígenas e seis Unidades de Conservação (criado pela Portaria nº 4, de 03 de janeiro de 2013, do Ministério do Meio Ambiente). Adicionalmente, fortalece a perspectiva de um planejamento regional integrado entre Áreas Protegidas (ISA 2013)⁷⁵. Este acontecimento é particularmente importante se pensarmos nos inúmeros conflitos que existem pela sobreposição entre Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação no Brasil⁷⁶.

⁷⁴ Uma das discussões que permearam a formulação do SNUC se referia à possibilidade de inclusão das TI entre as categorias de UCs de uso sustentável. Foi criado um GT específico inter-institucional para discutir os casos de sobreposição entre TIs e UCs, mas o GT nunca foi concretizado (ISA 2004 *apud* MENDES e FERREIRA 2009).

⁷⁵ Disponível em <http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=3717>, acesso em janeiro de 2013.

⁷⁶ O mesmo Decreto 4.887, sobre territórios quilombolas, reconhece este problema no seu artigo 11: “Quando as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos estiverem sobrepostas às unidades de conservação constituídas, às áreas de segurança nacional, à faixa de fronteira e às terras indígenas, o INCRA, o IBAMA, a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, a FUNAI e a Fundação Cultural Palmares tomarão as medidas cabíveis visando garantir a sustentabilidade destas comunidades, conciliando o interesse do Estado” (BRASIL 2003).

IDENTIDADE, TERRA E USO DOS RECURSOS NATURAIS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo Vianna (2008),

a partir de meados da década de 1980, os envolvidos na questão ambiental, particularmente na conservação *in situ*, passaram a reconhecer certos grupos de habitantes do interior de unidades de conservação como “populações tradicionais”, expressão relativamente vaga e genérica, mas não totalmente desprovida de interesses. Sua disseminação responde a demandas tanto dos conservacionistas, das mais diversas linhas, quanto dos movimentos sociais rurais e, mais tarde, do socioambientalismo. Como categoria antropológica, essas populações podem se situar entre as chamadas *sociedades rústicas*. No meio ambientalista, “populações tradicionais” evoca os consagrados conceitos de sociedades tradicionais e sociedades complexas, adquirindo matiz utilitária, e, assim como no movimento social, passou a ter conotação política e ideológica (VIANNA 2008: 207; grifos no original).

O debate sobre a questão das populações tradicionais em Unidades de Conservação tem várias arestas. Podemos pensar no próprio surgimento desta categoria e a crítica de alguns autores àquela “tradicionalidade” que lhe é atribuída, como se fosse uma característica que congelasse no tempo esses indivíduos e suas atividades produtivas. Ferreira (1996) diz que, dessa forma, se restringe o papel social desses grupos humanos ao de guardiães de remanescentes de uma história pretérita, talvez de o pretérito mais que perfeito, tornando-os assim, parte de um imaginário no qual está determinado o que eles deveriam ser e continuar sendo. Podemos pensar também no uso da categoria “população tradicional” (caiçaras e/ou quilombolas) como estratégia política para enfrentar os conflitos relacionados ao uso dos recursos e ao acesso à terra, como será discutido neste texto. Adicionalmente, deve-se lidar com os que duvidam que possa existir uma área plenamente conservada mantendo pessoas no seu interior; e com os que têm a visão oposta, de que os moradores locais “tradicionais” teriam a capacidade inata de conservação dos recursos naturais.

Por outro lado, e como pretendo destacar ao longo deste texto, o uso desta categoria pode vir desde os próprios moradores das áreas sob regime especial de proteção ou desde os atores relacionados à gestão como um instrumento relacionado às estratégias de cada um para lidar com o conflito. Em outras palavras, o uso e a apropriação do termo “população tradicional” faz parte de um processo histórico e político, e sua utilização pode variar muito em função do ator que o

utiliza⁷⁷. Estes assuntos já foram discutidos amplamente e desde diversas perspectivas por diversos autores, como Mendes (2011, 2009, 2005), Simões (2010), Gerhardt (2010), Esterci e Schweickardt (2010), Carneiro da Cunha (2009, 1999), Mendes e Ferreira (2009), Castro *et al.* (2008), Creado *et al.* (2008), Vianna (2008), Ferreira *et al.* (2007), Barretto Filho (2009, 2006, 2004), Ferreira (2005, 2004, 1996), Adams (2003, 2000a, 2000b), Ferreira *et al.* (2001), Almeida e Carneiro da Cunha (2001), Little (2002), Carneiro da Cunha e Almeida (2002, 2000), Diegues e Arruda (2001), Diegues (2001, 2000), Diegues *et al.* (2000), Castro (2000), Colchester (2000), Arruda (1999), Almeida (1995) dentre outros. Sendo assim, e como discutirei ao longo deste texto, talvez tenha chegado o momento de colocar o foco de atenção em outros assuntos que, ainda que estejam vinculados com a questão identitária, possam contribuir a um avanço em relação ao conflito sobre a presença humana em Unidades de Conservação e a participação dos moradores na sua gestão, assim como em relação ao debate sobre os múltiplos usos que estão em confronto no interior dessas áreas.

Nesse sentido, e como explicarei mais a frente, a questão da terra, a questão identitária e a questão do uso e conservação dos recursos naturais se inter-relacionam fortemente e são os eixos do conflito e das estratégias dos atores. Quando me refiro à terra o faço como aquele lugar onde estas pessoas trabalham, mas também onde elas vivem. Usando aqui o verbo viver no seu sentido amplo, não só o relacionado a habitar, mas a pensar, se relacionar e a criar. Nesse sentido, Castro (2000) diz que

o território é o espaço ao qual um certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle dos recursos e sua disponibilidade no tempo. Todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque está longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas

⁷⁷ Como parte deste processo, o Governo Federal promulgou o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que define os Povos e Comunidades Tradicionais como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL 2007); e os Territórios Tradicionais, como “os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...)” (BRASIL 2007). Por outro lado, segundo Almeida e da Cunha (2002), a categoria “populações tradicionais” está relacionada ao uso de técnicas ambientais de baixo impacto, e a formas equitativas de organização social e de representação. Por outro lado, Esterci e Schweickardt (2010) indicam que o processo de reconhecimento e legitimação da permanência de uma população humana em ambiente a ser conservado implica sempre alguma forma de enquadramento. Nesse mesmo sentido, Simões (2010) diz que os gestores e elaboradores de políticas públicas têm praticado constantemente o exercício de classificação de residentes de UCs em grupos tradicionais e têm gerado políticas diferenciadas de gestão dos mesmos.

sociedades ditas “tradicionais” e no seio de diversos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (CASTRO 2000: 166-167).

Uma das justificativas utilizadas para a opção de muitos governos por um modelo fechado ou restritivo de Unidades de Conservação é que o manejo de uma área com população e com usuários seria muito mais complexa do que de uma área despovoada e sem qualquer intervenção humana. Vários autores sustentam que a gestão compartilhada de recursos naturais perde a sua eficácia quando confrontada como os direitos de propriedade ou uso da terra (RIOS 2004). Pode ser que a justificativa da maior complexidade no manejo e conservação das áreas que têm população humana tenha, sob um primeiro olhar, uma dose de verdade. Obviamente, uma região sem população humana vai se aproximar mais daquele ideal de conservação da biodiversidade e da manutenção dos processos ecológicos e evolutivos. Entretanto, e mais ainda no contexto da América Latina, o difícil é achar uma região onde não existam pessoas (das mais diversas características) morando e usando os recursos naturais ao longo de gerações. Nesse sentido, o verdadeiramente complexo seria tentar deixar essas regiões sem a população humana que sobrevive nelas. Complexo, polêmico e injusto, na maioria dos casos. O manejo e o zoneamento dessas áreas, assim como o estabelecimento de regras que estejam em concordância com os saberes locais em diálogo com a ciência da conservação pareceria ser a melhor opção. E me refiro aqui às populações camponesas e com direitos sobre o território, e não às empresas, especuladores e todo tipo de atores que não dependem desses recursos para sua sobrevivência e que não têm um compromisso com a conservação dos recursos naturais nessas regiões⁷⁸.

Segundo Esterici e Schweickardt (2010), foi desde os anos 1990, no Brasil, quando se difundiram as preocupações ambientais e, ao contrário do que se passara nas décadas anteriores, na nova conjuntura de ampliação dos espaços democráticos e de crescimento dos movimentos sociais, ganhou força a orientação para manter as populações humanas residentes nas áreas ambientalmente protegidas⁷⁹. Não sendo essas áreas subdivididas em lotes, preservaram-se, assim, as antigas fronteiras territoriais. Entretanto, Simões (2010) diz que, em muitos casos,

⁷⁸ É importante levar em consideração que questão fundiária na América Latina é um assunto muito complexo, com muitas arestas e que continua sendo fonte de muitos conflitos sociais.

⁷⁹ Como já foi apontado anteriormente, o começo do manejo especial da Estação Ecológica Mamirauá (que logo se tornou a primeira RDS brasileira) e o surgimento da Resex do Alto Juruá, no começo dos anos 1990 são um marco neste processo (para detalhes ver: MENDES 2009, QUEIROZ 2005, REIS 2005, RUIZ-PÉREZ *et al.* 2005, LIMA 2002, IPAAM 1997, ALMEIDA 1995).

embora a criação de UCs sobre territórios anteriormente ocupados por residentes tenha gerado, por um lado, impedimentos diversos para o desenvolvimento humano, sobretudo àqueles juridicamente reconhecidos como tradicionais, tudo indica que, por outro lado, se as UCs não tivessem sido sobrepostas às suas áreas, a situação de exclusão social dessas populações estaria ainda mais agravada. Sobretudo, continua a mesma autora, devido às pressões de setores econômicos (principalmente imobiliário, mas não só) disputando os mesmos territórios. Mendes (NO PRELO) afirma que a gestão das UCs acaba se deparando com aspectos circunstanciais e aspectos estruturais que influenciam a tutela e gestão dos bens sobrepostos nessas áreas, seja o ambiental, seja o cultural.

Contudo, Esterci e Schweickardt (2010), dizem que ao reconhecer e legitimar essas pretensões, no entanto, os agentes públicos negociam e dão novas formas à intervenção do Estado, por meio das quais consolidam o seu poder tutelar. Eis aqui um dos pontos principais da discórdia: o Estado continuará tutelando os moradores dessas áreas, definindo como eles devem agir para continuar tendo, ou, melhor, para voltar a ter alguns dos seus direitos garantidos, ou promoverá sua autodeterminação e seu empoderamento como grupos humanos autosuficientes que possam discutir, junto aos outros atores, o uso dos recursos naturais e sua conservação?

Devido as limitações e controvérsias que traz consigo o uso da categoria “população tradicional” no que se refere aos direitos das populações locais de áreas de conservação, Ferreira (1996) diz :

A categoria “populações tradicionais” talvez não seja a mais adequada, tanto do ponto de vista sociológico quanto político, para indicar os diversos grupos sociais que disputam o espaço da floresta com as necessidades de conservação. Em primeiro lugar, porque esta categoria genérica oculta a diversidade de modos de vida e necessidades embutidas nos usos da mata (...). Por outro lado, os problemas são inúmeros e não é possível acreditar que generalizações salvadoras resolvam situações delicadas de ocupação.

Em segundo lugar, esse tipo de critério utilizado para estabelecer o direito social de ocupação é fortemente empregnado por uma noção restritiva da conservação e as “populações tradicionais” são compreendidas como grupos sociais pouco organizados do ponto de vista político e, o pior, portadores de uma agenda reivindicatória mínima, construída em torno de direitos fundamentais à sobrevivência e reprodução cultural imediata. Reivindicar a permanência de culturas tradicionais em áreas reservadas significa quase ignorar um mundo que, inegavelmente, continua em transformação (FERREIRA 1996: 141-142).

É verdade que, nos últimos anos, a organização social destes grupos tem mudado, e hoje se encontram muito mais preparados para lidar com outro tipo de atores historicamente mais capacitados politicamente e detentores de maiores recursos de poder na arena relacionada aos direitos de permanência e de uso dos recursos naturais em Unidades de Conservação. Exemplos

claros desta mudança e de como antigas lideranças, assim como as gerações mais novas, têm adquirido experiência que lhes permite lutar pelos seus direitos com ferramentas⁸⁰ que antes quase não tinham podem ser encontradas na bibliografia (CALDENHOF 2013, SIMÕES 2010, MENDES 2009, CREADO *et al.* 2008, FERREIRA *et al.* 2007, FERREIRA *et al.* 2001, por exemplo) e serão apresentados também nesta pesquisa. Entretanto, a assimetria de poder entre os atores continua nesta arena e as conclusões de Ferreira (1996) podem ainda ser consideradas válidas para as situações atuais.

Segundo Vianna (2008), a origem, no Brasil, da incorporação da discussão sobre a importância do papel de algumas populações na conservação da natureza, numa tentativa de aliar a conservação da biodiversidade à diversidade cultural, deve ser entendida sob duas perspectivas históricas. A primeira perspectiva incorpora as populações ao discurso conservacionista (devido a que aqueles grupos teriam características “ecológicas” que poderiam ser “aproveitadas” inclusive nas UCs de proteção integral)⁸¹; e, a segunda, pelo contrário, incorpora o discurso conservacionista ao movimento social, fortalecendo as lutas para garantia de seu território e de acesso aos recursos naturais. Nesse sentido, Ferreira (1996) diz que investir preferencialmente no fato desses grupos serem portadores de valores considerados tradicionais, restringindo o leque de seus direitos à sua reprodução social é o mesmo que condená-los a abdicar da história, das incongruências e tensões que movimentam a vida cotidiana, restringindo o seu papel social ao de guardiães de remanescentes de uma história pretérita, talvez de um pretérito mais que perfeito. Esta mesma

⁸⁰ Estou me referindo aqui às ferramentas de organização e de empoderamento dos moradores, não só as questões legais. Ainda que os direitos à diversidade cultural estivessem garantidos pelo menos desde a Constituição Federal de 1988, o processo de empoderamento e de luta por direitos desses grupos tem sido longo e continua até hoje. Para uma análise sobre as questões legais é muito importante o trabalho de Mendes (2009).

⁸¹ Segundo Rios (2004), um aspecto curioso dessa visão da natureza é que mesmo as terras que eram ou continuam sendo habitadas por povos ou comunidades indígenas foram e são muitas vezes consideradas “selvagens”. Isso explica por que muitos ambientalistas não se opõem à presença de povos indígenas “primitivos” dentro dos Parques e áreas protegidas. Alguns até reconhecem como fundamental para a estratégia de conservação da diversidade biológica o direito desses povos à posse das terras que tradicionalmente ocupam. Nesse mesmo sentido, Colchester (2000) diz que ainda que o reassentamento tenha sido, e continue sendo, um dos meios mais frequentes de lidar com os povos nativos em áreas protegidas, outras alternativas têm sido experimentadas. A residência continuada dos povos nativos, algumas vezes, foi tolerada para encorajar o turismo, sob a condição de que as populações locais mantivessem um estilo de vida “tradicional” e não mudassem a forma como caçam ou fazem agricultura. Nesse sentido, Creado (2006), descreve como a pesca turística no Parque Nacional do Jaú, no Estado de Amazonas, “invisibilizava” as populações locais em prol da construção da ideia de encontrar a natureza prístina na Amazônia. Por outro lado, Simões (2010) traz à discussão o livro “O mito moderno da natureza intocada” (DIEGUES 2001) para indicar que alguns estudos têm se baseado na premissa de que os grupos sociais que habitam UCs, sobretudo aqueles com estatuto jurídico de tradicionais, apresentam organização social que é potencialmente conservacionista, já que constituiriam regras próprias de convivência inerentemente compatíveis à conservação ambiental.

autora argumenta que essa abordagem naturaliza os sujeitos sociais, além de ser politicamente excludente, pois restringe o direito à permanência nas áreas protegidas e à repartição dos benefícios da conservação da biodiversidade a um grupo específico e minoritário de residentes. Além disso, recoloca e aprofunda clivagens importantes entre os próprios grupos nativos, provocadas na maioria das vezes por disputas pré-existentes pelo poder na comunidade (FERREIRA *et al.* 2007, FERREIRA 1996)⁸². Nessa mesma linha, Vianna (2008) indica que,

na realidade, como só a categoria “população tradicional” enseja a possibilidade de permanência nas unidades de conservação de uso indireto e como sua definição é vaga, ela é usada como instrumento de defesa de território de diversos grupos sociais – não só pelas próprias “populações tradicionais”, mas de todos os que querem permanecer numa Unidade de Conservação. As populações consideradas “não tradicionais” – leia-se destruidoras da natureza – também se apropriaram, no começo, da única possibilidade de permanência em seus locais de uso e moradia, unindo-se às “populações tradicionais” nos movimentos organizados. Estas, por sua vez, viam essa aliança como uma possibilidade de terem visibilidade política (VIANNA 2008: 226).

Uma das principais disputas, tanto interna às comunidades quanto delas em contraposição ao Estado⁸³, e que pode estar recolocada e/ou ressignificada pela questão identitária, se refere à luta pela terra. Isto é, frente às ameaças de despejo e à insegurança que as populações locais sentiram, e ainda sentem, a respeito da sua permanência nos territórios que ocupam e o usufruto dos recursos naturais, mas também devido ao histórico de ocupação e venda de terras que, em alguns casos, os deixou em situação muito vulnerável⁸⁴, as populações locais utilizaram como instrumento de luta a questão identitária⁸⁵. A propriedade da terra é um assunto muito controverso e com um histórico muito complexo nas regiões de alta biodiversidade e que precisam de certo grau de proteção legal. Estes aspectos são centrais nesta pesquisa e serão apresentados

⁸² Exemplos deste tipo de disputas estão descritos nos trabalhos de Caldenhof (2013), Simões (2010), Mendes (2009), Creado *et al.* (2008), Creado (2006), Campos (2006, 2001).

⁸³ Esta disputa pela terra tem duas dimensões: uma interna às comunidades, onde os moradores com o estatuto jurídico de tradicionais recorrem à questão identitária para garantir sua permanência, direito ao uso dos recursos e a propriedade em detrimento de outro tipo de residentes “de fora”, que não se encaixam dentro das características de “tradicionais”; e, outra externa às comunidades, onde os moradores lutam pelo seu direito à permanência, propriedade e acesso aos recursos naturais contra órgãos da gestão da UC e do Estado.

⁸⁴ Um claro exemplo deste processo aconteceu (e ainda acontece) no Litoral Norte de São Paulo, onde os moradores venderam suas terras frente ao mar a preços muito baixos devido à falta de conhecimento de seu valor no mercado e acabaram emigrando às cidades próximas ou tiveram que se trasladar às encostas (o sertão), muitas vezes consideradas áreas de risco. Ferreira (1996) diz que, junto aos trabalhadores de baixa renda que chegam nesta região, atraídos por um mercado de trabalho aparentemente promissor, estes moradores (os caiçaras) desalojados pela especulação imobiliária, são “grupos sociais cuja única identidade é a exclusão do universo dos direitos sociais” (FERREIRA 1996: 143).

⁸⁵ É muito importante, também, levar em consideração a complexidade do papel do Estado neste processo (ver MENDES 2009)

ao longo deste texto usando como exemplo, preferencialmente, o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar⁸⁶.

Por outro lado, segundo Esterci e Schweickardt (2010), quando se referem especificamente às Reservas Extrativistas da Amazônia brasileira⁸⁷, dizem que a ideia de sua criação foi inspirada nas reservas indígenas, vizinhas às terras reivindicadas pelos seringueiros. Segundo alguns pesquisadores, continuam os mesmos autores, a orientação era não dividir a terra em lotes familiares, como opção dos mesmos seringueiros para contrapor-se ideologicamente à propriedade privada, e, ao mesmo tempo, manter a integridade territorial do seringal e se proteger contra eventuais vendas de lotes.

M.W.B Almeida (2004) analisa a apropriação do discurso ambientalista por parte dos seringueiros para dar ao seu movimento social visibilidade nacional e internacional, e como esse discurso contribui na sua luta pelo território:

Como reconhecer a validade dos argumentos ambientalistas dos seringueiros, e como conciliá-los com a sua condição de pobreza e marginalidade? Como justificar a pretensão dos seringueiros sobre territórios? No fundo, uma questão que está em jogo aqui é a do papel e do potencial de grupos minoritários no contexto global. Anna Tsing (1993), em um livro sobre os Dayak de Kalimantan (Indonésia), sugeriu que a marginalidade (no sentido espacial e social) seria uma estratégia contra o “desenvolvimento” imposto de fora, na qual o discurso desenvolvimentista seria de fato apenas parodiado.

Seria esse o caso dos seringueiros? Acredito que não. Primeiro, porque os seringueiros tentaram sair da marginalidade para a visibilidade. Segundo, porque, ao fazer isso, vários líderes seringueiros apropriaram-se de parte do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos (M.W.B ALMEIDA 2004: 34).

Em definitiva, ambas as coisas, a questão identitária e a luta pelo território, acabam se retroalimentando em um processo histórico de conflito entre os moradores das regiões destinadas a serem Áreas Protegidas e os atores vinculados à gestão e a conservação dos recursos naturais. Nesse sentido, Castro (2000) diz que

⁸⁶ Flyvbjerg (2001) indica que a análise de um único caso empírico é uma possibilidade concreta para a interpretação de fenômenos sociais contemporâneos, dando valor ao poder explicativo que pode ter o exemplo.

⁸⁷ Em M.W.B Almeida (2004, 1995), Carneiro da Cunha e Almeida (2002, 2000), dentre outras publicações destes autores, podem-se encontrar detalhes deste processo.

a experiência da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos traz à linha de frente mais uma dimensão das lutas de grupos na defesa de direitos territoriais. A reivindicação do direito à terra de ancestrais estrutura a argumentação sobre outros direitos: a afirmação étnica, o território de uso comum, enfim, a reprodução de sua constituição como grupo agroextrativista. Campo de luta no qual se movimentam com ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas dos ancestrais. O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo permite refazer dimensões específicas de ser e existir como camponês e negro. O território é fundamental à reprodução de sua existência e a manutenção da sua identidade (CASTRO 2000: 177-178).

Também se referindo aos Territórios Quilombolas, Farias Jr. (2010) diz que

a autodefinição de um grupo, a reivindicação de uma identidade étnica, converge para uma territorialidade, que se materializa concretamente. Dessa forma, a compreensão que um determinado grupo tem de seu território, resulta de processos sociais dinâmicos, tais como disputas e/ou acordos conciliatórios, entre outros processos diferenciados de territorialização. Dessa forma, poderemos delimitar empiricamente o grupo étnico.

Não é a origem geográfica que está, pois, em jogo, e não podemos aprisionar a identidade nela. A despeito de se constituir num fato e dos agentes sociais a reconhecerem, ela não determina a identidade coletiva destes agentes, porquanto eles próprios não lhe atribuem esta determinação ao se autodefinirem como quilombolas. Em outras palavras, a referência geográfica que descreve a “naturalidade” não é considerada relevante para os entrevistados. Isto não deslegitima a reivindicação dos agentes sociais quanto aos direitos territoriais e de acesso aos recursos naturais (FARIAS JR. 2010: 148).

Na mesma linha, Simões e colaboradores (2011) dizem que a questão quilombola preponderou na arena relacionada ao conflito sobre presença humana no Parque Estadual da Serra do Mar, trazendo consigo o estatuto jurídico de tradicionais de forma determinante, como agregadores de interesses e viabilizadores dos acordos, sobretudo no âmbito técnico-institucional. Os residentes, continuam os mesmos autores, utilizaram esse duplo estatuto jurídico: quilombolas, e por isso automaticamente considerados tradicionais (que também foi utilizado de maneira invertida), como argumentação política de reivindicação de direitos em relação ao território e aos recursos naturais associados⁸⁸. Desta forma,

o território, antes espaço físico arbitrariamente recortado à revelia das práticas, dos significados atribuídos ao espaço e das necessidades de uso dos povos e grupos sociais locais, como acontecia nos Projetos de Assentamento convencionais, converte-se, assim, em espaço de diálogo⁸⁹ entre diferentes agentes públicos e os sujeitos sociais politicamente constituídos na região, que passam a reivindicar, a partir de seus movimentos sociais, o reconhecimento de territorialidades específicas (ESTERCI e SCHWEICKARDT 2010).

⁸⁸ Segundo Leite (2010), o direito “quilombola” que a Constituição Brasileira visa alcançar é o direito sobre o lugar, o direito não exclusivamente à terra ou às condições de produção, mas sobretudo o seu reconhecimento na ordem jurídica que é, antes de tudo, uma política de direitos humanos.

⁸⁹ E arenas de confronto.

Como já foi discutido, e será apresentado com dados empíricos nesta pesquisa, a questão da identidade como “populações tradicionais” e seu uso político pelos moradores das regiões estabelecidas como Unidades de Conservação estão intimamente relacionadas com a luta pelo direito a permanência, pelo acesso aos recursos naturais e, em última instância, pela propriedade da terra. Identidade e território são duas faces da mesma moeda (FARIAS JR. 2010, LITTLE 2002, CASTRO 2000, JOLIVET e LÉNA 2000) no conflito pelos direitos dos moradores nas diversas regiões do país onde a conservação da biodiversidade é necessária e de interesse nacional. Entretanto, e como tentarei demonstrar mais à frente, considero que esta discussão intelectual, que já durou muitos anos, pode estar tirando o foco de assuntos centrais e que poderiam contribuir a um avanço no debate sobre os múltiplos usos que estão em confronto no interior das UCs.

Com isto não quero dizer que este tipo de abordagem não tenha sido importante para o debate nem que as questões identitárias não sejam importantes e merecedoras de atenção, pelo contrário. Por um lado, quero enfatizar que me refiro aqui especificamente à discussão sobre os múltiplos usos dos recursos naturais em Unidades de Conservação. E, por outro, que é importante reconhecer que a abordagem identitária realmente contribuiu a um avanço nestes assuntos. Ela contribuiu ao surgimento dos movimentos de resistência dos moradores contra as posições preservacionistas relacionadas à biologia da conservação e ao estabelecimento de espaços de discussão e luta desses moradores, como já foi apontado.

Entretanto, a questão identitária pode ter centralizado a discussão ao longo destes anos todos devido a que se tornou a estratégia política dos moradores (e dos gestores também). Isto pode ter originado um longo debate de quem é, quem não é, por que seria e por que não seria considerado “morador tradicional” alguém que habita nessas regiões e que usa seus recursos naturais. Esta escolha, geralmente, não depende exclusivamente dos moradores, mas dos gestores que põem em prática a lei que protege as chamadas “populações tradicionais”. Novas clivagens teriam surgido nas próprias comunidades tornando esta discussão protagônica, como discutirei mais à frente. Desta forma, talvez seja hora de refletir se o momento de centralizar a discussão na questão identitária já passou, pelo menos para esta região do país. Não seria uma questão de “quem é”, que provém de uma discussão que tende a ser essencialista, mas de “quem está disposto” a dialogar e a construir acordos sobre “como” deveriam ser usados dos recursos naturais, levando em consideração a multiplicidade desses usos e das realidades dos usuários, o estado de conservação destas regiões e os direitos de seus moradores.

Carneiro da Cunha (2009) retoma a discussão começada por Ferreira (1996), quando diz que:

(...) populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (...)

Deve estar claro agora que a categoria de “populações tradicionais” é ocupada por sujeitos políticos que estão dispostos a conferir-lhe substância, isto é, que estão dispostos a construir um **pacto**: comprometer-se a uma série de práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e sobretudo de direitos territoriais (CARNEIRO DA CUNHA 2009: 300; grifos meus).

Esses pactos seriam a representação de uma nova institucionalidade. Seriam os novos arranjos institucionais que foram e continuam sendo testados como em um laboratório para criar novas instituições. Aqueles que funcionarem e mostrarem consistência para regular os conflitos relacionados aos múltiplos usos dos recursos naturais em Unidades de Conservação poderão permanecer e moldarão nossa sociedade no que respeita as dimensões humanas da conservação da biodiversidade.

Entretanto, esses pactos, que são transitórios e se mantêm enquanto consigam regular os conflitos, não são simples no sentido dos processos associados a sua construção. Os pactos vão acontecer entre atores que estejam dispostos a conservar os recursos naturais e isso pode acontecer independentemente deles serem considerados tradicionais ou não. A questão identitária tem sido usada como mecanismo de regulação de conflitos, como já foi discutido por Ferreira (1996). Contudo, e como discutirei mais à frente, se pensarmos que esses indivíduos (os moradores das UCs) estão dispostos a construir pactos nos moldes indicados linhas acima: ser “conservacionista” em troca de direitos territoriais, podemos estar simplificando a realidade atual, pelo menos na região do PESH.

Não só se trata da troca entre “ser conservacionista” e “ter direitos sobre o território”, porque, na verdade, esse pacto é um espaço de conflito, ou vários. Essas não são as únicas moedas de troca nessa negociação. Não é possível pedir que os moradores sejam “conservacionistas” porque, como veremos nos resultados desta pesquisa, os próprios moradores dizem que eles já eram e ainda são “conservacionistas”, ainda que não necessariamente nos moldes que alguns dos outros atores acreditam (como gestores e biólogos preservacionistas, por exemplo).

Os moradores manifestam posições do tipo “quem disse que vocês, os gestores das UCs, são os conservacionistas e nós não?”. Por outro lado, já a respeito da questão da terra, acontece o mesmo: “por que vão me dar esses direitos à terra se a terra já é minha por direito? Por que nós, os moradores, temos que negociar uma coisa para obter a terra se a terra já é nossa?” Quer dizer, pelo menos para Picinguaba, o pacto de troca não estaria realizado entre dois atores, cada um com uma coisa bem definida a oferecer, a “conservação” e a “terra”. Senão, que elas mesmas são campos de conflito e estão em disputa. O morador de Picinguaba pode sentir que eles possuem tanto a terra quanto a conservação, e que lhes pertencem por direito. Os gestores podem sentir o mesmo: por um lado, esse território ocupado é um Parque Estadual; e, por outro, a ciência da conservação e as leis lhes outorgam o poder sobre a terra e sobre as regras da conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, os recursos de poder destes atores são muito diferentes, fazendo necessária uma negociação e o uso de estratégias desde ambos os lados, levando em consideração à presença de outros atores com seus próprios interesses, como será apresentado a continuação.

Adicionalmente, é importante levar em consideração que quando Ferreira (1996) falava nesses pactos, quase vinte anos atrás, os atores locais não eram os que são hoje. Devido à própria discussão, às disputas, às alianças e aos novos atores na arena, os moradores dessas áreas estão muito mais empoderados, têm maior conhecimento de seus direitos (que, em muitos casos, são novos direitos estabelecidos na Lei e que são produto deste mesmo processo) e contam com maiores recursos de poder. Estes moradores provavelmente não aceitarão tão facilmente um pacto nos termos “conservação”/“terra” pelos motivos que disse acima.

Através dos anos e das diversas pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Conflitos Sociais do Nepam, é possível observar que esses pactos seriam expressões de novas possibilidades institucionais que mudam, regulam conflitos e que funcionam como um teste para o surgimento de novas estruturas sociais sobre as dimensões humanas da conservação da biodiversidade.

CAPÍTULO II

CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo pretendo expor o contexto ambiental e institucional onde foi desenvolvida a pesquisa: a Mata Atlântica brasileira como um dos biomas representativos do país, altamente ameaçado e onde habita a maior porção da população, e o Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, Unidade de Conservação de Proteção Integral localizada no maior fragmento conservado deste bioma, mas com um histórico de uso dos recursos e de ocupação humana muito antigo.

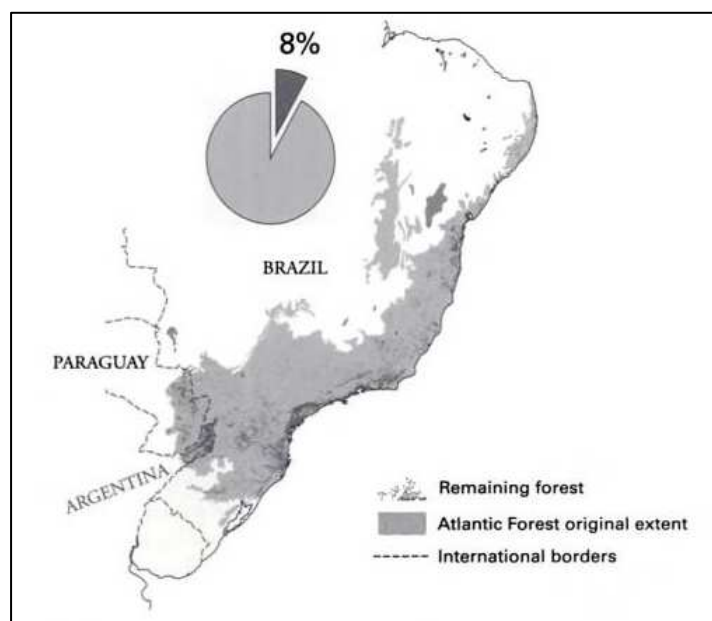
Adicionalmente, será discutido o caminho que tem seguido esta pesquisa desde seu começo, não só no nível metodológico, mas, sobretudo, intelectual. E com intelectual quero dizer de entendimento, da forma como, no processo da pesquisa, fui me aproximando às perguntas que deviam ser feitas e, não só, às perguntas que estavam formuladas antes da imersão no campo. O trabalho de campo foi sendo trilhado, mas também a reflexão intelectual da pesquisa em um processo iterativo de diálogo entre a empiria e a teoria.

A MATA ATLÂNTICA

“Talvez seja de alguma relevância, no entendimento do curso do assentamento humano na região da Mata Atlântica, que nem os homens nem seus animais evoluíram correlativamente nesse meio, mas a ele vieram como estrangeiros” (DEAN, 1997. “A ferro e fogo”. p.34).

A Mata Atlântica é a segunda maior floresta pluvial tropical do continente americano, que originalmente estendia-se de forma contínua ao longo da costa brasileira, penetrando até o leste do Paraguai e nordeste da Argentina em sua porção sul (GALINDO-LEAL e CÂMARA 2003). No início da colonização portuguesa, no século XVI, a Mata Atlântica cobria cerca de 1 milhão de km², ou aproximadamente 15% do território nacional (EVANS 2007). Segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2012), este bioma abrangia uma área equivalente a 1.315.460 km² e estendia-se originalmente ao longo de 17 Estados brasileiros. Hoje, restam apenas 7,91% da área original do bioma, quantidade que representa aos remanescentes florestais acima de 100 hectares (FIGURA 4). Somados todos os fragmentos de floresta nativa acima de 3 hectares, só existem atualmente 11% da área original. Entretanto, menos de 5% são efetivamente florestas nativas pouco antropizadas (COLOMBO 2008).

FIGURA 4: APROXIMADAMENTE 8% DA ÁREA ORIGINAL DO BIOMA MATA ATLÂNTICA EXISTE NA ATUALIDADE



FONTE: GALINDO-LEAL E CÂMARA 2003

Segundo Ribeiro *et al.* (2009), a porção mais conservada da Mata Atlântica é a Serra do Mar, já que mantém 36.5% da sua vegetação original, seguida pela Bahia (17.7%) e Brejos Nordestinos (16%). Em contraste, a Região do São Francisco tem só 4,7% de cobertura vegetal, e a Floresta Interior,

7,1%. Entretanto, em termos absolutos, mais da metade das florestas remanescentes estão localizadas na Serra do Mar e na Floresta Interior. Por outro lado, a Mata Atlântica que ainda existe está distribuída em 245.173 fragmentos florestais, sendo que o maior deles está localizado na Serra do Mar, principalmente ao longo das montanhas costeiras do Estado de São Paulo. Este fragmento contém 1.109.546 ha de floresta contínua, que representa 7% do que ainda resta. Fragmentos menores a 250 ha representam mais de 97% do total e são responsáveis por quase 42% de toda a área florestal. Em contraste, só 0,03% (77 fragmentos) são maiores que 10.000 ha, e juntos formam quase 4 milhões de hectares (RIBEIRO *et al.* 2009). Segundo Colombo (2008), esta situação pode estar sendo agravada devido às mudanças nos padrões climáticos terrestres. Exacerbados pela ação humana, o aquecimento global, a mudança do regime de chuvas, entre outras alterações atmosféricas, podem modificar substancialmente o padrão de distribuição das espécies arbóreas dos biomas nativos. Este processo pode resultar na diminuição da área de ocorrência ou mesmo na extinção de espécies.

A Mata Atlântica é extremamente heterogênea em sua composição, estende-se de 4°S a 32°S e cobre uma ampla variedade de zonas climáticas e formações vegetais, de tropicais a subtropicais (RIBEIRO *et al.* 2009, TABARELLI *et al.* 2005). A ampla extensão longitudinal também é importante na produção de diferenças na composição da floresta, devido à diminuição das precipitações conforme aumenta a distância do litoral (RIBEIRO *et al.* 2009). É composta por vários ambientes naturais e ecossistemas, que incluem uma grande diversidade de tipos de florestas e sistemas costeiros associados, tais como lagunas, restingas, mangues e dunas (EVANS 2007). Adicionalmente, junto com a floresta tropical, a Mata Atlântica abrange formações mistas de araucária ao sul, com distinta dominância de lauráceas, e florestas decíduas e semi-decíduas no interior (TABARELLI *et al.* 2005).

Devido a que é uma das áreas mais ricas em biodiversidade e endemismos no planeta e, ao mesmo tempo, uma das mais ameaçadas e com maior perda de habitat, a Mata Atlântica é considerada um dos 25 *hotspot* mundiais da biodiversidade (GALINDO-LEAL e CÂMARA 2003, MYERS *et al.* 2000). Tabarelli *et al.* (2005) indicam que a maioria das espécies oficialmente ameaçadas de extinção no Brasil habitam a Mata Atlântica, sendo que mais de 530 espécies de plantas, aves, mamíferos, répteis e anfíbios deste bioma estão ameaçadas. É razoável especular que, diante de eventuais mudanças no habitat decorrentes do aquecimento global, este já alarmante número de espécies ameaçadas irá aumentar devido ao fato de que a fragmentação generalizada da floresta

limita a migração e a colonização de espécies, necessárias para a persistência das populações em longo prazo. Em algumas áreas de endemismos a situação é especialmente crítica, como em Pernambuco, onde só se mantém 5% da floresta original (GALINDO-LEAL e CÂMARA 2003). Por outro lado, embora tenha sido em grande parte destruída, a Mata Atlântica ainda abriga mais de 8.000 espécies endêmicas de plantas vasculares, anfíbios, répteis, aves e mamíferos (MYERS *et al.* 2000). Detalhes sobre seu estado de conservação são mostrados na TABELA 2.

TABELA 2: ESTADO DE CONSERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

Extensão original em km ²	Vegetação primária remanescente (km ²) (% da área original)	Áreas protegida (km ²) (% do hotspot)	Espécies de plantas	Plantas endêmicas (% do número total de espécies, 300.000)	Espécies de vertebrados	Vertebrados endêmicos (% do número total de espécies, 27.298)
1.227.600	91.930 (7,5)	33.084 (35,9)	20.000	8.000 (2,7%)	1.361	567 (2,1%)

FONTE: MYERS *ET AL.* 2000

Mais recentemente, Canale e colaboradores (2012) têm demonstrado, a partir do seu estudo em fragmentos de Mata Atlântica, que manter habitats florestais só estruturalmente não pode garantir a persistência a longo prazo de grandes vertebrados na maioria das regiões florestais tropicais. Isto só poderá ser alcançado se forem protegidas todas as partes constituintes destes ecossistemas.

Adicionalmente, a Mata Atlântica foi decretada como Reserva da Biosfera pela UNESCO em um processo que começou em 1992. A Reserva de Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) inclui uma área de aproximadamente 78.500.000 ha, formando um corredor ecológico que se estende ao longo de mais de 6750 km de litoral, e constituindo a maior reserva da biosfera de toda a Rede Mundial do Programa MAB (O homem e a biosfera) da UNESCO. Atualmente, a RBMA inclui 57% da superfície da Mata Atlântica. A zona núcleo da RBMA tem um total de 73.505 km² que prestam serviços ambientais a essa região, conservando mananciais d'água que abastecem 70% da população brasileira. Inclui 16 dos 17 estados brasileiros onde está presente a Mata Atlântica, e compreende 62.318.723 ha de zonas terrestres e 16.146.753 ha de áreas marinhas, com uma grande diversidade de ecossistemas (UNESCO 2011).

Gordon Moore, na apresentação do livro *A Mata Atlântica da América do Sul* (GALINDO-LEAL e CÂMARA 2003), indica que este bioma poderia ser uma bandeira para os *hotspots* de biodiversidade em todo o mundo. A rica biologia da região, continua o mesmo autor, está por um fio, enquanto a população humana mantém seu crescimento explosivo e a aspiração dos habitantes por um estilo de vida cada vez mais consumista continua a fazer crescer a demanda sobre o ambiente. É justamente esta região que concentrou a maior parte das atividades econômicas do Brasil desde sua colonização, e onde hoje se encontram os maiores centros urbanos e os principais pólos de desenvolvimento do país (NUPAUB 1995).

Segundo Ferreira (1996), a Mata Atlântica tem sido palco de inúmeros tipos de conflito relacionados a diferentes usos e restrições ao uso de recursos naturais, durante a história de ocupação do litoral paulista. O extrativismo, o avanço da agricultura extensiva e o rápido crescimento das cidades na faixa litorânea do país, foram e continuam sendo em algumas regiões, responsáveis pela redução da vegetação nativa (COLOMBO 2008).

Atualmente, vivem na Mata Atlântica cerca de 112 milhões de habitantes, mais de 61% da população do Brasil. O Projeto de Lei da Mata Atlântica, que regulamenta o uso e a exploração de seus remanescentes florestais e recursos naturais, tramitou ao longo de 14 anos no Congresso Nacional, mas foi finalmente sancionado pelo presidente Lula em dezembro de 2006 (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA 2012).

Segundo Ribeiro e colaboradores (2009), o total da área protegida dentro da Mata Atlântica é aproximadamente 2,26 milhões de hectares, ou 1,62% da região. Unidades de Conservação representam 14,4% da cobertura florestal remanescente, porém elas só protegem 9,3% da mata remanescente, devido a que outros tipos de vegetação e de cobertura do solo ocorrem no interior dessas áreas. Todas as regiões têm uma pequena porcentagem das suas áreas dentro de Unidades de Conservação. Entretanto, a Serra do Mar tem 25,2% da sua mata remanescente sob proteção, seguida pelo Interior (6,8%) e pela Bahia (4,2%). Todas as outras regiões têm menos de 4% da sua pequena quantidade de floresta remanescente sendo protegida. Levando em consideração estes fatos, a Serra do Mar conta com 63% do total de floresta remanescente sob proteção. Por outro lado, o Brasil já tem mais de 700 Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) reconhecidas, sendo que mais de 600 delas estão na Mata Atlântica (FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA 2012).

A respeito da conservação dos recursos da Mata Atlântica, Ferreira (1996) disse que o Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, que regulamenta especificamente o uso dos recursos naturais na Mata Atlântica⁹⁰, foi produto do trabalho estratégico das ONGs voltadas à conservação deste bioma, desde aquelas de alcance nacional e internacional até as de atuação local, juntamente com o empresariado, o governo e entidades de moradores. Entretanto, indica que o editorial do periódico SOS Mata Atlântica, publicado nesse período, lembrava que o Decreto nº 750 era o primeiro a definir o Domínio da Mata Atlântica e reconhecer a existência da ocupação humana em seus territórios. Após muitos anos em tramitação no Congresso, este decreto foi substituído pela Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006⁹¹.

O PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR E SEU NÚCLEO PICINGUABA

O Parque Estadual da Serra do Mar (PESM) é a maior Unidade de Conservação de proteção integral do litoral brasileiro. Criado em 30 de agosto de 1977, seus 315.390 hectares abrangem parte de 23 municípios, desde Ubatuba, na divisa com o estado do Rio de Janeiro, até Pedro de Toledo no litoral sul, incluindo Caraguatatuba, São Sebastião, Bertioga, Cubatão, Santos, São Vicente, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe. Já no planalto abriga cabeceiras formadoras dos rios Paraíba do Sul, Tietê e Ribeira de Iguape, nos municípios de Cunha, São Luiz do Paraitinga, Natividade da Serra, Paraibuna, Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo e Juquitiba. Segundo seu Decreto de criação, “o Parque Estadual da Serra do Mar foi criado com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais, bem como para garantir sua utilização a objetivos educacionais, recreativos e científicos e caracteriza-se por ser uma Unidade de Conservação de Proteção Integral” (SIMÕES 2010, SÃO PAULO 2006).

O PESH contém as elevações íngremes e promontórios da Serra do Mar, bem como porções do Planalto Atlântico e segmentos das planícies costeiras. Ademais, o Parque contém as maiores porções dos rios que deságuam no Atlântico e abastecem os centros urbanos costeiros. Em termos

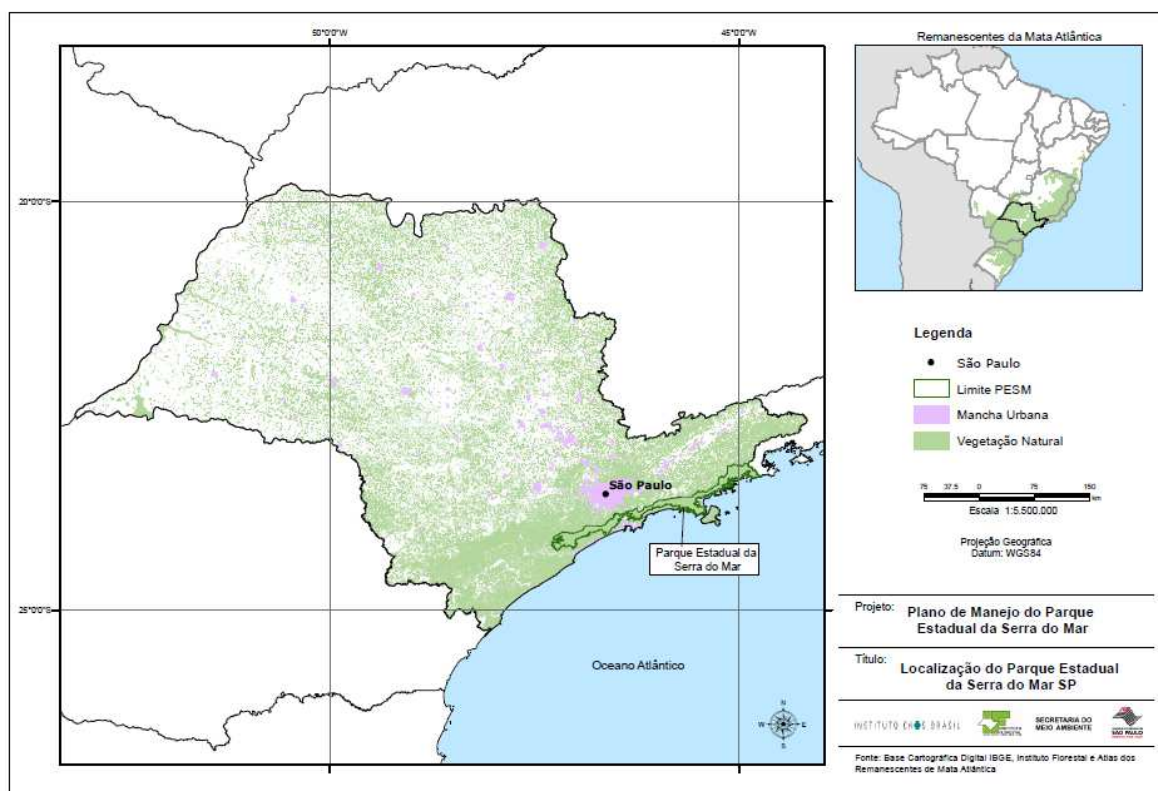
⁹⁰ O decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993, “Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências” (BRASIL 1993).

⁹¹ A Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, “Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências” (BRASIL 2006b).

de flora, o Parque abriga cerca de 350 espécies de aves, 60 espécies anfíbias, 600 espécies vegetais e uma significativa população de mamíferos (EVANS 2007).

Devido à sua localização, o PESH constitui um verdadeiro corredor ecológico, conectando os mais significativos remanescentes de Mata Atlântica do país. O Parque é hoje um pólo de concentração das atenções de toda comunidade científica, governos, empresas privadas e demais setores da sociedade, em função da preocupação com a preservação da Mata Atlântica e da necessidade de aprofundamento dos conhecimentos sobre a fauna e a flora regionais. A região apresenta ainda características histórico-culturais valiosas, mantidas pelas comunidades tradicionais e também através de registros dos diversos momentos da ocupação humana na Serra do Mar (SÃO PAULO 2006) (FIGURA 5).

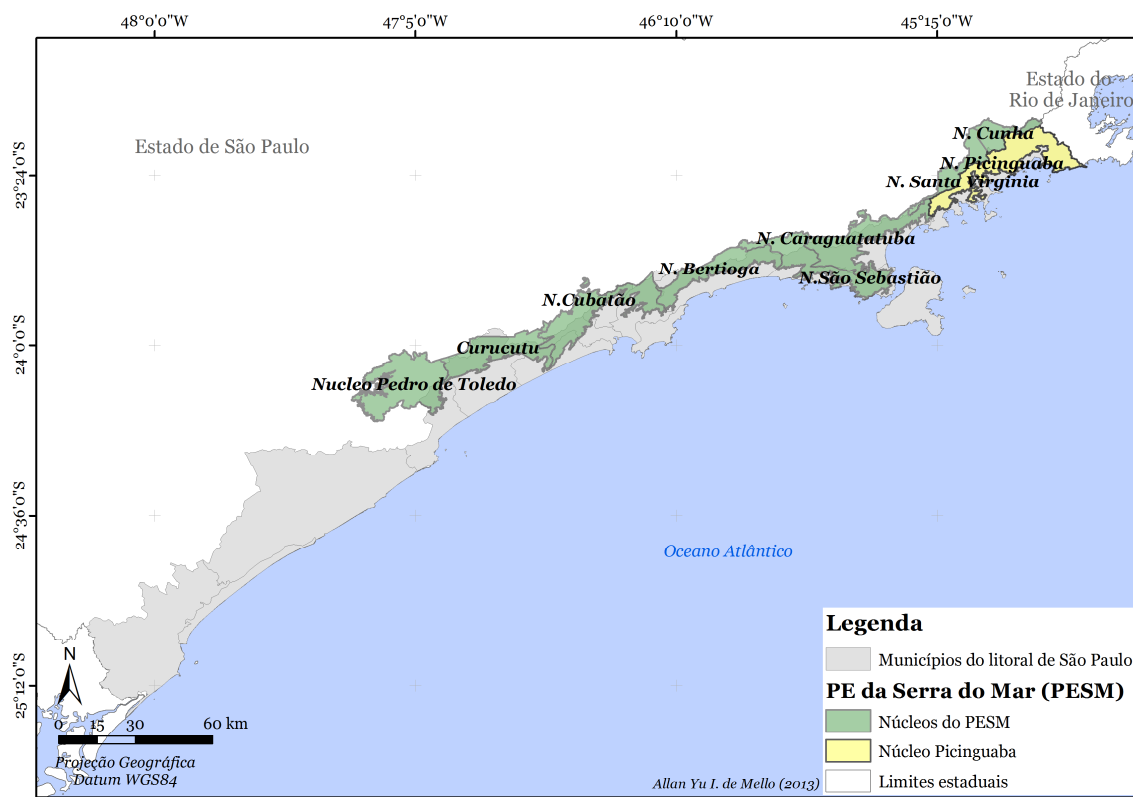
FIGURA 5: MAPA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA E REMANESCENTES DA MATA ATLÂNTICA



FONTE: PLANO DE MANEJO DO PESH (SÃO PAULO 2006)

O Parque é gerenciado pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo por meio de núcleos administrativos, uma divisão regional que facilita sua gestão devido à sua enorme extensão (SÃO PAULO 2006). Até meados da década de 1990, o PESH subdividia-se em 14 núcleos administrativos, embora alguns existissem somente no papel e outros tenham sido reconfigurados mais recentemente. Atualmente, existem oito núcleos (FIGURA 6). O Parque foi decretado em 1977, mas a implementação de sua base administrativa e infra-estrutura começou a efetivar-se a partir apenas de meados da década de 1980 (EVANS 2007). Dos oito núcleos, três sedes estão no planalto: Cunha, Santa Virginia e Curucutu, e cinco na região litorânea: Picinguaba, Caraguatatuba, São Sebastião, Cubatão e Pedro de Toledo. Esses núcleos configuram um mosaico de situações diversas, caracterizadas em função do uso do solo e dos programas de manejo desenvolvidos ou potenciais, demandando uma atuação diferenciada da administração, considerando ainda o domínio das terras, que são públicas ou estão em diversos estágios de regularização fundiária (SÃO PAULO 2006).

FIGURA 6: MAPA DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR E SEUS NÚCLEOS ADMINISTRATIVOS



Segundo Evans (2007), somente um terço da área total do Parque pertence efetivamente ao estado. O restante constitui terras privadas, terras pertencentes a comunidades tradicionais, como os caiçaras, terras reclamadas por posseiros e pequenos agricultores, ou ainda, terras ocupadas ilegalmente (“invadidas”) por grupos mais recentes. As autoridades do Parque estimam, continua Evans (2007), que, no total, apenas alguns poucos milhares de pessoas ocupem áreas de Parque. Seis reservas indígenas estão localizadas dentro dos limites do PESH, embora constituam áreas autônomas sob a gestão do governo federal.

O NÚCLEO PICINGUABA

Esta pesquisa foi realizada especificamente no Núcleo Picinguaba do PESH. A área deste núcleo corresponde a 79,58% do município de Ubatuba que tem uma população residente estimada, no ano de 2005, em 76.847 habitantes (SÃO PAULO 2006). A região de Picinguaba foi acrescentada ao Parque em 1979, incluindo a cota zero (FIGURA 7), onde havia uma área de domínio público com cerca de 7.000 ha (a Fazenda Picinguaba⁹²) (SMA 2012). Esta região estava submetida à forte invasão e especulação imobiliária, atraída pela abertura (1974) e asfaltamento da BR-101 (1975) (SIMÕES 2010). Segundo Evans (2007), o estado ampliou os limites do Parque para incluir a Vila de Picinguaba, originalmente constituída por comunidades caiçaras. Essa vila havia sido tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo) em 1983⁹³. O Núcleo passou a ser implementado em 1985, em terras expropriadas para esse fim. Cerca de 3.000 pessoas residem ou são proprietárias de terras na área, estando a grande maioria concentrada em cinco áreas, incluindo os bairros da Vila de Picinguaba e Cambury, onde residem comunidades caiçaras e quilombolas. A região de maior ocorrência de ocupação humana no interior do Núcleo Picinguaba situa-se no extremo norte, com predominância dos grupos com estatuto jurídico de tradicionais, mas também composta por veranistas e residentes não tradicionais, denominada genericamente como Picinguaba (distrito de Ubatuba, já na divisa com o Município de Paraty/RJ) (SIMÕES 2010) (FIGURAS 7,8,9,10,11,12).

⁹² Quando os moradores se referem a esta área falam em “Fazenda da Caixa”, logo explicarei o porquê.

⁹³ A legislação associada a este processo é: para a criação do Parque Estadual da Serra do Mar, Decretos Estaduais nº 10.251 de 30 de agosto de 1977; alterado pelo de nº 13.313 de 06 de março de 1979, que acrescentou a região de Picinguaba ao PESH; para o Tombamento da Vila de Picinguaba (Resolução CONDEPHAAT nº 7 de 01 de março de 1983). E para o Tombamento da Serra do Mar (Resolução CONDEPHAAT nº 40, de 06 de junho de 1985).

FIGURA 7: PRAIA DA FAZENDA (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 8: COMUNIDADE SERTÃO DA FAZENDA (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 9: COMUNIDADE DA VILA DE PICINGUABA (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 10: PRAIA DA COMUNIDADE CAMBURY (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 11: BARCOS DE PESCA E IATE (VILA DE PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 12: BANANAS DA COMUNIDADE SERTÃO DE UBATUMIRIM (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 13: COMUNIDADE CAMBURY (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

FIGURA 14: PRAIA CAMBURY (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2012), o Núcleo Picinguaba é um dos únicos trechos em que o Parque Estadual da Serra do Mar atinge o nível do mar, protegendo cinco belas praias de Ubatuba (FIGURA 15). Uma delas é a Praia da Fazenda, que incorpora uma série de ecossistemas associados à Mata Atlântica, como mar, praia, rio, mangue, restinga, mata e montanha. Devido ao fato de que este Núcleo é caracterizado também pela presença de comunidades caiçaras, quilombolas e indígenas, é considerado um reduto de cultura tradicional, com diretrizes de gestão da presença de populações na Unidade de Conservação estabelecidas no Plano de Manejo e em implantação (SÃO PAULO 2012).

FIGURA 15: A SERRA DO MAR (NÚCLEO PICINGUABA)

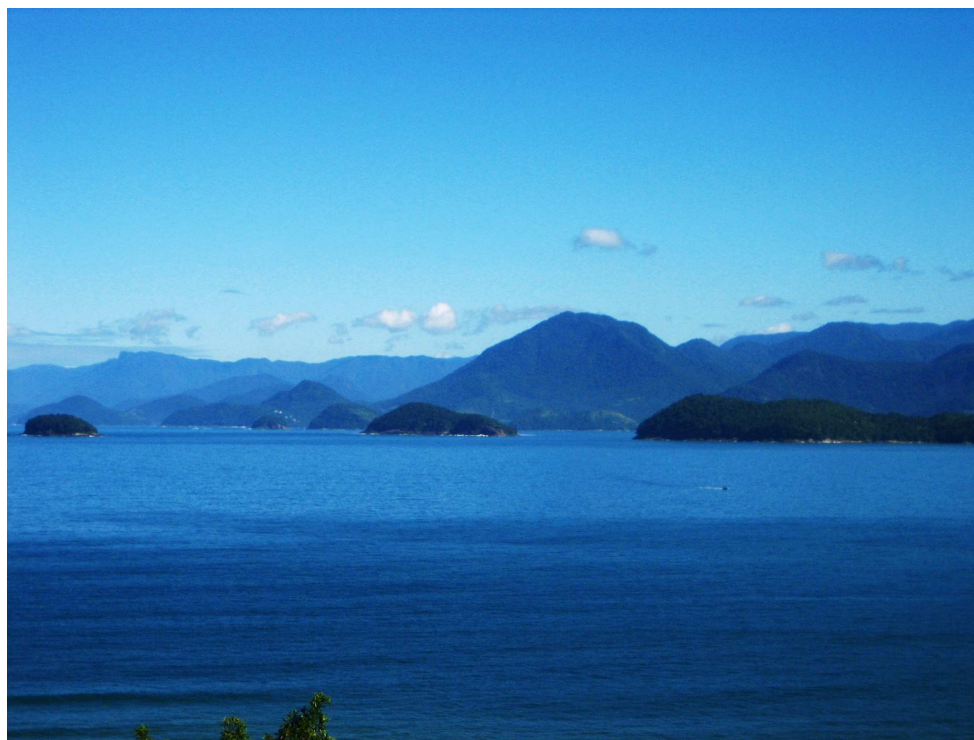


FOTO: JORGE CALVIMONTES

O Núcleo Picinguaba abrange 15% da área total do Parque (47.500 ha), dos quais 10% constituem terras de propriedade efetiva do estado (FIGURA 16). Esse é o único núcleo do PESM que atinge o litoral, embora boa parte dele se estenda em direção ao interior, atingindo morros da Serra do Mar acima de 100 metros do nível do mar, e abrangendo picos que chegam a 1.670 metros de

altitude. O clima é quente e úmido, com estação chuvosa compreendida entre dezembro e março, e a estação seca, que ocorre entre abril e agosto. Abriga grande variedade de ecossistemas, onde se incluem todos os tipos de florestas características da Mata Atlântica, tais como florestas de inundação, florestas de planície costeira, mata de encosta, e mata de araucária, assim como ecossistemas associados, tais como mangues, restingas e dunas (EVANS 2007).

FIGURA 16: DETALHE DO NÚCLEO PICINGUABA DO PESM



FONTE: PLANO DE MANEJO DO PESM (SÃO PAULO 2006)

Ainda que o PESM seja uma Unidade de Conservação de proteção integral e, segundo a Lei, não possa ter moradores no seu interior, o NP tem quatro comunidades bem estabelecidas (Sertão de Ubatumirim, Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Cambury). Estas áreas são consideradas hoje como Zonas Histórico Culturais Antropológicas (ZHCA) ou Zonas de Ocupação Temporária (ZOT), segundo seus moradores tenham ou não o estatuto jurídico de tradicionais (SIMÕES 2010, SÃO PAULO 2006). Especificamente, ZOT são todas as áreas ocupadas predominantemente por não residentes, cujas edificações são utilizadas com fins sociais principalmente de veraneio e/ou por residentes migrantes (populações aparentemente não portadoras do estatuto jurídico de tradicionais). Ou também onde há presença de tradicionais de forma pulverizada ou isolada, não configurando adensamento, portanto, não constituindo vilas caiçaras ou quilombolas (SIMÕES 2010, SÃO PAULO 2006).

Segundo Simões (2010), o enquadramento nas diretrizes da ZOT não segue sempre critérios de territorialidade, mas sim relativos às características da ocupação existente: tipo de uso dos recursos naturais que o ocupante efetua, dependência econômica do local, história de ocupação, proveniência do ocupante. Na maioria dos casos é definida como uma área geográfica delimitada, excetuando-se os ocupantes considerados turistas (não residentes) dos bairros do Cambury, Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Sertão de Ubatumirim, que não configuram um território específico no bairro. Ainda segundo Simões (2010), os ocupantes enquadrados como temporários foram excluídos de um conjunto de benefícios, como a possibilidade de instalação de energia elétrica (exceto em casos considerados especiais pelos gestores), expansão das áreas ocupadas e reformas voluptuárias nas edificações já existentes, estando sob restrições de uso dos recursos e ocupação que se limitam à possibilidade de manter o uso já existente a partir da implantação do Parque (roças, criação de animais, edificações), sem a possibilidade de expandir. Entretanto, podem ser autorizados a efetuar reparos, trocas de estruturas e implantação de sistemas de saneamento, com o objetivo de impedir desmoronamentos ou melhorar as condições de salubridade da ocupação.

As ZHCAN, por sua vez, caracterizam-se por agregar territórios geograficamente espacializados e ocupados predominantemente por residentes com estatuto jurídico de tradicionais, junto aos quais foi estabelecida a possibilidade de permanência, sob determinados regimes de uso do território e dos recursos, pois se tratam de quilombolas e caiçaras, compondo vilas consolidadas anteriormente à criação do PESM, apresentando peculiaridades socioculturais. Foram criadas inclusive, onde já havia um quilombo reconhecido (Cambury, em 2005) e outro em processo de reconhecimento (Sertão da Fazenda) (SIMÕES 2010) (FIGURA 17).

O Núcleo está inserido também no Mosaico de UC da Serra da Bocaina, juntamente com outras 14 UCs, do Norte de São Paulo e Sul Fluminense, formando corredor significativo de proteção da Mata Atlântica. No Litoral Norte de São Paulo, 80% do território é protegido pelas UCs, que podem alavancar modelos diferenciados de desenvolvimento sustentável, gerando oportunidades de negócios a serem geridos em parceria: terceirização, concessões e parcerias para serviços de ecoturismo, educação ambiental e visitação pública em geral; manejo de frutos de espécies nativas para produção de polpa (juçara e cambuci); agrofloresta, dentre outros (SMA 2012). Segundo Simões (2010), parte do território abrangido pelo NP está sobreposto com o Parque

Nacional da Serra da Bocaina⁹⁴ (PNSB) em 10.842 hectares (23%), justamente no extremo Norte, onde se situa também a maior parte dos residentes, sobretudo os tradicionais, predominantemente nos bairros de Cambury, Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Sertão de Ubatumirim (FIGURA 18).

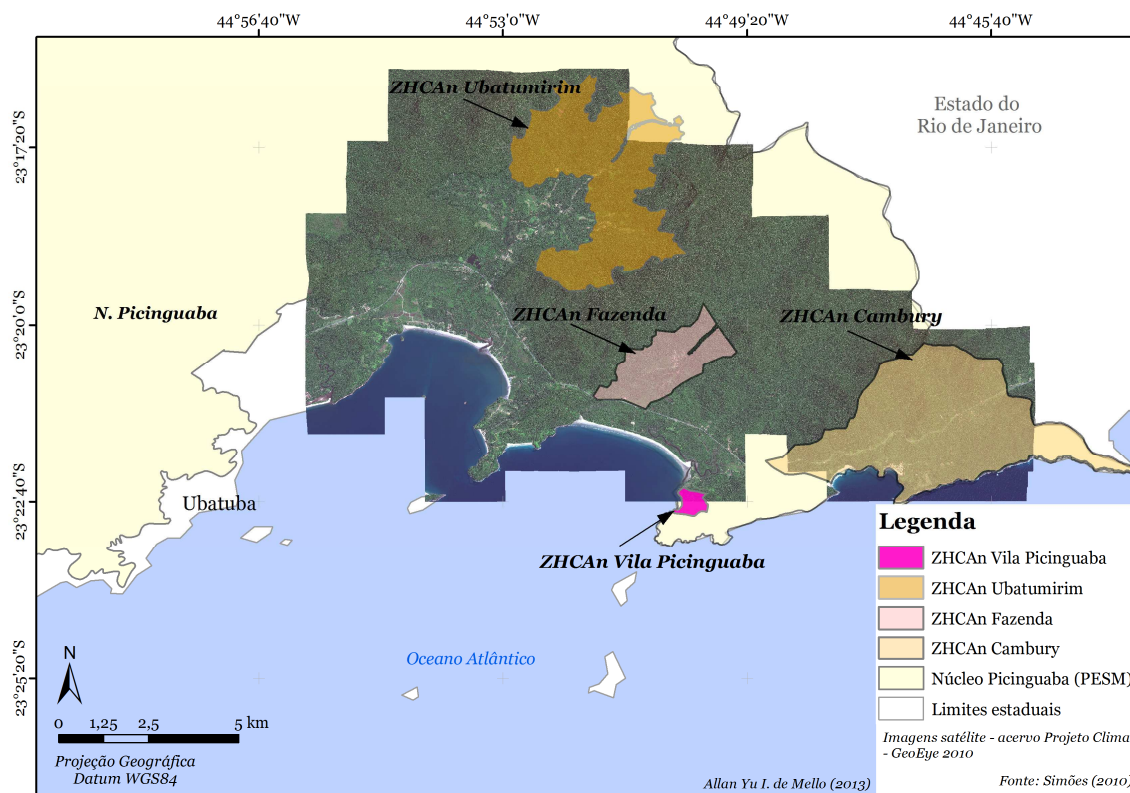
FIGURA 17: CASA DA FARINHA - COMUNIDADE SERTÃO DA FAZENDA (NÚCLEO PICINGUABA)



FOTO: JORGE CALVIMONTES

⁹⁴ Segundo Simões (2010), o PNSB foi criado pelo Decreto Federal nº 68.172 de 1971, com área inicial de 134.000 ha, e alterado pelo Decreto Federal nº 70.694 de 1972, tendo sua área total reduzida para 104.000 ha, abrangendo trechos de Paraty e Angra dos Reis do Estado do Rio de Janeiro, onde se concentram 60% de seu território; São José do Barreiro, Areias, Cunha e Ubatuba, do Estado de São Paulo, com 40% do território.

FIGURA 18: ZONAS HISTÓRICO CULTURAIS ANTROPOLÓGICAS (ZHCAN) DO NÚCLEO PINGUABA



FONTE: SIMÕES (2010)

Segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (2012), no Núcleo Pinguaba existem quase trezentos projetos de pesquisa concluídos ou em andamento, recebendo estudantes e pesquisadores do Brasil inteiro. As diversas trilhas contidas na Unidade de Conservação propiciam um amplo trabalho de Ecoturismo e Educação Ambiental. Na Vila de Pinguaba, Cambury, Sertão da Fazenda e Sertão do Ubatumirim, é possível vivenciar a cultura caiçara e quilombola, seus laços com a mata e o mar, além da busca pela sustentabilidade através do Turismo de Base Comunitária.

A TRILHA DA PESQUISA FOI SENDO TRILHADA

O que estou chamando aqui de trilha da pesquisa não é mais que o caminho que foi sendo construído, abusando do gerúndio com cuidado, para a realização desta investigação. O uso do gerúndio aqui é importante, pois expressa que este processo não tinha um caminho reto e completamente definido previamente, mas que foi construído, ao longo do doutorado, no diálogo entre a teoria e a empiria, entre o campo e a universidade, entre a experiência prévia e a descoberta de Picinguaba, entre a realidade como eu a vi lá e o que eu esperava encontrar a partir da minha pergunta inicial; tudo de uma forma iterativa, porque voltar ao campo sempre é importante, como também o é permitir-se a surpresa, a mudança de opinião e a dúvida.

Esta trilha da pesquisa está formada, na realidade, por duas trilhas que se acompanham e interconectam. Uma, a trilha no campo: como foram estabelecidas e construídas as relações com os atores, como foi minha chegada nas comunidades, como a realidade foi sendo desvendada, como foram sendo escolhidas as perguntas, como me posicionei e como os atores locais se relacionaram comigo. E, por outro lado, a trilha da análise propriamente dita: aquela que foi sendo construída a partir da literatura e da reflexão intelectual, onde minha experiência prévia na Amazônia peruana e brasileira, e nas RDS Amanã e Mamirauá foi muito importante, assim como o diálogo com minha orientadora, minha co-orientadora e meus colegas do doutorado foi transcendental. Ambas as trilhas foram sendo trilhadas ao longo do processo do doutorado e acabam neste texto.

A CHEGADA EM PICINGUABA E O PÉ ATRÁS

Eu trazia como experiência prévia a ideia de que os moradores das UCs (mais ainda se forem de Proteção Integral) não gostavam de cara das pessoas relacionadas à gestão, e o pesquisador que chega pela primeira vez pode ser relacionado facilmente com ela. Por outro lado, os gestores das UCs tampouco olham o pesquisador que vem fazer perguntas sobre seu trabalho com a maior confiança. É como se os gestores assumissem que o pesquisado sempre tem que ser o outro. Mais difícil ainda é quando o pesquisado é o pesquisador⁹⁵. Por isto, minha chegada em Picinguaba

⁹⁵ Na minha experiência prévia de pesquisa já tinha estabelecido relações de pesquisa com moradores de UCs, tanto no Brasil quanto no Peru, pelo que, de certa forma, estava habituado a esse papel. Entretanto, a relação de pesquisa com outros pesquisadores era nova e mais complexa, não só porque nem sempre os pesquisadores estamos dispostos a

tinha de ser um reconhecimento do lugar. E quando falo em reconhecimento quero dizer que, devido ao meu quase desconhecimento da Mata Atlântica, primeiro precisava entender como funcionava o próprio ambiente, olhar a paisagem, andar na praia e no mato. Precisava entender quem era quem na história, como era a dinâmica das comunidades, dos bairros. Trazia o termo “comunidade” desde a Amazônia, onde, devido ao trabalho dos movimentos de base da Igreja Católica, o termo comunidade é muito usado, tanto cotidiana como politicamente. Em Picinguaba, os moradores usam mais o termo “bairro” para se referir à comunidade. Primeira diferença. Imaginava que cada comunidade, cada bairro, teria uma “personalidade” diferente e que a relação com seus moradores poderia ser muito diferente também, como diferentes poderiam ser a relação entre eles, a relação deles com os gestores e, claro, sua história. E Picinguaba tem mesmo essa característica, suas quatro comunidades são bem diferentes entre si, pelo menos segundo minha interpretação.

A chegada nos bairros, nas comunidades, e na sede do Núcleo Picinguaba tinha que acontecer ao mesmo tempo e tentando que o pé atrás dos moradores e dos gestores ficasse o menos atrás possível. Sendo estrangeiro, este processo podia ser mais difícil, ou não. Trazia, também como experiência prévia, dois aprendizados: um, a diferença pode ser uma vantagem; e, dois, se pretendemos conhecer alguém, temos que nos dar a conhecer primeiro. É uma troca, uma negociação. A assimetria de poder entre o pesquisador que vem de fora e o morador, está dada. Mas, ao mesmo tempo, a relação entre os dois se constrói. E essa relação construída devia ser, entendia eu, de reciprocidade. Uma amiga pesquisadora de mamíferos aquáticos tinha trabalhado na Vila de Picinguaba anos atrás. Ela me deu alguns nomes e, como disse Russell (1989), quando um pesquisador estabelece uma boa relação de confiança com os moradores com os que têm trabalhado, e este era o caso, ele pode enviar outro pesquisador ao mesmo lugar e com as mesmas pessoas, que será recebido como o amigo de um amigo. Aconteceu desta forma na Vila de Picinguaba. Ao mesmo tempo, esta comunidade era, para mim, devido a sua aparência mais urbana, a mais complexa.

A chegada nas outras comunidades foi diferente em cada uma. Em Cambury, a relação começou comigo sentado num restaurante na praia, comendo um pastel. Logo fui atrás das lideranças comunitárias. No Sertão da Fazenda foi mais fácil devido a que é a comunidade que tem maior

sermos objeto de pesquisa, mas porque às vezes é mais fácil fazer perguntas para os que são diferentes do que para os que são parecidos.

contato com o pessoal da gestão e da pesquisa. Algumas das lideranças comunitárias trabalham na gestão do Parque. Por outro lado, Ubatumirim parecia ser a comunidade mais difícil, pelo menos segundo o que escutei dos gestores em um primeiro momento e dos moradores das outras comunidades e alguns membros de ONGs, depois. Diziam que eles eram “bravos”, que era difícil trabalhar e dialogar com eles, que não gostavam do pessoal vinculado ao Parque, que era melhor não mostrar nenhuma relação com a UC para não deixar as pessoas com um pé atrás. Ainda assim, um dos gestores me deu o nome de uma liderança da comunidade. Eu bati na porta dela. Eu, particularmente, não senti nenhuma “braveza” nas suas lideranças, pelo contrário, o diálogo com elas sempre foi muito interessante e produtivo.

Como já disse, eu sabia que, se pretendia conhecer essas pessoas, primeiro devia me dar a conhecer a mim mesmo. É aqui que as diferenças podem contribuir. Não só contei para todos os que me receberam que eu era um pesquisador da Unicamp, mas contei quem eu era e de onde eu vinha. Falei dos motivos do meu interesse no lugar, neles. Como o foco da minha pesquisa tinha como pano de fundo o conflito entre os moradores e o Parque, a desconfiança poderia ser muito maior do que se estivesse fazendo uma pesquisa sobre, por exemplo, conhecimentos locais sobre as árvores. Era consciente que existiam anos de relação entre os moradores e a gestão do Parque que originavam e contribuíam para essa desconfiança. Falei sobre minha experiência na Amazônia e de como estava conhecendo a realidade da Mata Atlântica. Todos eles, sem exceção, quiseram me ensinar algo que eu não sabia do seu ambiente, da sua história. É uma troca. A relação entre pesquisador e pesquisado se constrói na reciprocidade, na, se é possível dizer isso, horizontalidade no intercâmbio de conhecimentos. E essa horizontalidade se sente, não se demonstra. Às vezes, o próprio substantivo “pesquisador” carrega significados que nos afastam. Isso ficou muito claro para mim em uma ocasião quando trabalhava na RDS Amanã. Alguns meses depois de ter feito minhas primeiras visitas à comunidade Juazinho, na cabeceira do Lago Amanã, tida como uma “comunidade difícil e problemática”, uma menina veio até onde eu estava e me disse: “Jorge, onde estão as fotos que você bateu da gente da última vez?” Eu disse para ela que fazia tempo que não batia foto deles e que todas as que tinha já as tinha entregado. Ela insistiu e foi até sua mãe para que ela me pedisse as fotos que, segundo ela, eu tinha batido na minha última visita. A mãe dela disse: “não, menina. Essas fotos foi um pesquisador quem bateu, não foi o Jorge. Foi um pesquisador que vem aqui”. Eu também era um pesquisador, mas, ao mesmo tempo, era eu mesmo, com nome. Essa diferença era importante.

Mas, voltando a Picinguaba, como parte desse meu reconhecimento do lugar para poder entender o conflito, precisava conhecer a história. Foi por isso que minhas primeiras entrevistas nas comunidades foram sobre a história de vida das pessoas. Através dessas histórias eu poderia entender o momento atual, as relações entre eles e com a gestão do Parque. Eu pretendia conhecer Picinguaba através dos olhos dos moradores. Mas, como a história é relativa e eu estava interessado nas relações entre todos os atores e não só nos moradores, fiz o mesmo com os gestores, e alguns pesquisadores e membros de ONGs atuantes na região.

O momento específico do começo do meu trabalho de campo, em fevereiro de 2010, estava fortemente influenciado pela mudança do Gestor do Núcleo. Um novo gestor tinha começado seu trabalho após anos de permanência da gestora anterior. Isto originava não só um ambiente de expectativa e dúvida entre os outros membros da gestão do Parque, mas também entre os moradores e outros atores. Era um momento de avaliação, de crítica e de expectativa. Cada ator tentava defender sua posição e influenciar na nova etapa do processo decisório local.

Ao longo do trabalho de campo voltei a conversar com algumas pessoas e a relação estabelecida foi mudando, como é lógico. Aquele pé atrás do começo foi diminuindo e o diálogo com os atores foi dinâmico. As conversas com eles, durante esse tempo todo, são a matéria prima desta pesquisa.

OS EIXOS DA PESQUISA

Como já disse, este processo dinâmico fez com que o resultado desta tese não corresponda necessariamente ao que imaginei quatro anos atrás. Eu fui reformulando as questões e os focos de análise a partir da realidade com a qual me deparava e que ia conhecendo. Na ciência é imprescindível chegar ao campo com uma pergunta e um método para poder respondê-la. Mas, também é necessário ser flexível e entender que a realidade nem sempre corresponde àquilo que imaginamos, ou com o que esperamos encontrar. Minha pergunta inicial e meu foco de atenção quando comecei a pesquisa estavam mais relacionados ao uso dos recursos naturais e as relações e fluxos de informação que surgem a partir dele entre todos os atores vinculados ao Núcleo Picinguaba. Logo, o campo foi falando e esse foco foi mudando porque fui percebendo que, antes de falar exclusivamente do uso dos recursos, existiam questões que pareciam anteriores, questões

que ocupavam quase todo o tempo de discussão e relacionamento entre os atores. Estes outros assuntos eram muito importantes e tinham de ser levados em consideração se pretendia discutir as relações entre os atores, a conservação dos recursos naturais, os conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais e entender esta dinâmica no Núcleo Picinguaba.

Surgiram assim os eixos desta pesquisa, os assuntos que eram continuamente levantados pelos entrevistados, que eu mesmo ia percebendo como centrais, não só em Picinguaba, mas também quando falamos do manejo das Unidades de Conservação como um todo. Obviamente, estes três eixos não são os únicos que existem, e podem variar em peso relativo na discussão e nos conflitos em função de cada realidade em particular, mas são importantes e estão interligados.

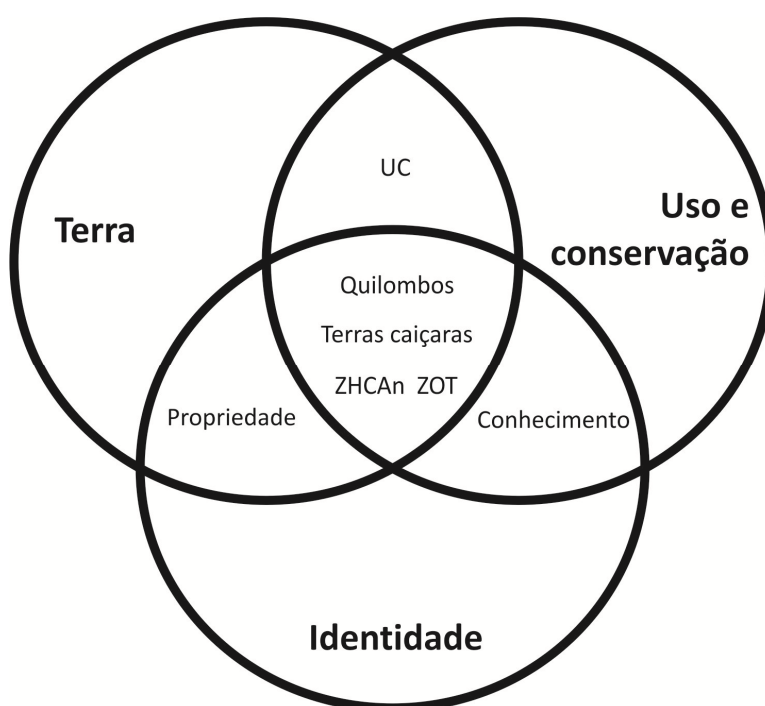
Estes três eixos são: a questão da terra, a questão da identidade e a própria questão do uso e conservação dos recursos naturais. Estes seriam, segundo o que tenho podido observar e analisar, os principais eixos do conflito no Núcleo Picinguaba, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, localizada na Mata Atlântica, numa região não só altamente biodiversa, senão também com um forte histórico de uso e ocupação humana, além de estar ameaçada por grandes problemas, como a especulação imobiliária, os grandes empreendimentos econômicos, as mudanças ambientais e climáticas e os riscos que elas ocasionam, assim como o uso desorganizado e, algumas vezes, irresponsável dos recursos naturais.

Desta forma, estes três eixos, ao estarem sempre presentes nestas discussões, são também transversais na análise desta pesquisa e não têm como ser apresentados separadamente. Terra, identidade e uso dos recursos estarão sempre presentes nas vozes dos entrevistados, quando se referiam ao passado, ao presente ou ao futuro, e nas discussões e análises próprias desta tese. Eles são os eixos do conflito (FIGURA 19).

Assim, os resultados desta pesquisa serão apresentados seguindo uma linha de raciocínio: a história do lugar e da relação entre os atores, o conflito originado e sua natureza, as estratégias estabelecidas pelos atores devido a esse conflito, as posições e os espaços de confronto entre todos os atores e, finalmente, a discussão do que pode ser tirado desta experiência em particular para tentar pensar as Unidades de Conservação, as populações locais e sua participação nas decisões sobre o uso e a conservação dos recursos naturais. Tudo isto desde minha perspectiva de biólogo da conservação influenciado pelas ciências sociais, tentando utilizar uma entre várias interdisciplinaridades (FERREIRA *et al.* 2010) para contribuir com esta discussão.

É importante ressaltar que os depoimentos e as discussões que serão apresentados estão baseados no campo, e por isso são válidas para o tempo em que foi realizada esta pesquisa, que corresponde ao período de fevereiro de 2010 a fevereiro de 2012. No futuro, as coisas continuarão se transformando e o conflito continuará sendo o principal motor de mudança em Picinguaba, no Parque Estadual da Serra do Mar e em todo o Litoral Norte do Estado de São Paulo, em cujo contexto todo este processo foi e continua sendo desenvolvido.

FIGURA 19: OS EIXOS DO CONFLITO NO NÚCLEO PICINGUABA



FONTE: MODIFICADO A PARTIR DE FERREIRA ET AL. 2001

Finalmente, é muito importante indicar que as generalizações que serão feitas ao longo deste texto como parte de uma análise mais abrangente dos conflitos relacionados à presença humana no interior de UC e aos múltiplos usos dos recursos naturais estão baseadas na literatura e na minha experiência prévia.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Após a pesquisa exploratória na área, que começou em fevereiro de 2010, foram realizadas entrevistas abertas com lideranças das quatro comunidades localizadas no interior do NP, com gestores locais e com membros da Fundação Florestal do Estado de São Paulo, com pesquisadores atuantes na região, com dirigentes de ONGs ambientalistas e com membros do poder público do Município de Ubatuba. Os pontos tratados nestas entrevistas estavam relacionados aos seguintes assuntos: (i) a história do estabelecimento do PESH e da relação da gestão com a população local; (ii) as atividades econômicas realizadas pelos moradores; (iii) a organização comunitária e seu histórico de formação e ação; (iv) as relações entre a população local (moradores originários e moradores “de fora”), a pesquisa, a gestão, as ONGs e o poder público local; (v) os espaços onde estas relações acontecem; (vi) as estratégias comunitárias e da gestão para fazer frente ao conflito existente pelo acesso à terra e ao uso dos recursos naturais; e, (vii) as estratégias de ação de cada um destes atores.

O período de realização das entrevistas foi entre fevereiro de 2010 e fevereiro de 2012. Os entrevistados foram: (i) antigas e atuais lideranças locais e moradores antigos da região, no caso dos residentes do NP; (ii) os gestores locais do NP e outros trabalhadores do Parque, que podiam ser também moradores; (iii) pesquisadores que realizam ou realizaram trabalhos no NP; (iv) membros do Poder Público local, dentro os quais também existiam moradores que eram empregados do município de Ubatuba; e, (v) profissionais das ONGs ambientalistas atuantes na região. Sempre foi usada a técnica da bola de neve (PATTON 1990) para conhecer e contatar novas pessoas que pudessem ser interessantes para o objetivo da pesquisa. Estas entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para análise. Em algumas circunstâncias, determinados atores foram entrevistados mais de uma vez. Por outro lado, todos esses procedimentos e as impressões que tive ao longo do trabalho de campo, assim como algumas características e opiniões dos entrevistados que não foram gravadas, foram sistematicamente registrados em um diário de campo.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa o campo foi falando desde o morador e costurando suas relações com os outros atores da arena. Desta forma, foram investigadas as relações entre todos os atores, sempre levando em consideração o conflito pelo uso dos recursos naturais e acesso à terra, as ações e estratégias e as perspectivas para o futuro. Pretendia-se escutar a voz de

todos os tipos de ator da arena relacionada ao NP nos diferentes níveis de decisão. Finalmente, é importante indicar que, desde o começo do trabalho, eu tinha a consciência que também era um ator na região e, por isso, participava da arena em análise. Por outro lado, o fato de entrevistar os diversos atores fez com que pudesse ter uma visão da realidade local desde várias perspectivas.

Foi realizado um total de 57 entrevistas, divididas da seguinte maneira:

TABELA 3: DETALHES DAS ENTREVISTAS DESENVOLVIDAS NA PESQUISA

TIPO DE ATOR	NÚMERO DE ENTREVISTAS	OBSERVAÇÕES
Membros de ONGs	5	Destacam a Associação Cunhambebe, o Instituto de Permacultura da Mata Atlântica (IPEMA) e o Projeto Tamar
Pesquisadores	8	Em sua maioria, pertenciam ao Projeto Biota-Fapesp
Gestores da UC	8	Gestores em vários níveis: desde o local até o estadual
Moradores	34	De diversas características: moradores com o estatuto jurídico de tradicionais, moradores sem esse estatuto, moradores locais que trabalham na gestão da UC e moradores atuantes na gestão pública
Membros do poder público local	3	Trabalhadores da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Ubatuba

Como apontado por Laclau (2008), alguns atores entrevistados desempenham vários papéis ao mesmo tempo, como lideranças locais que trabalham na gestão do PESH ou no Município de Ubatuba.

Ao longo do texto serão citados trechos das entrevistas realizadas para poder sustentar os argumentos discutidos, sempre em *itálica*. Além disso, serão ressaltadas em **negrito** as partes dos depoimentos que considere mais importantes em cada um dos trechos apresentados. Após cada trecho de entrevista será indicada, entre parênteses, a data de em que foi realizada, da seguinte forma: (mm/aaaa). Por exemplo, uma entrevista realizada em março de 2010 será indicada como (03/2010).

CAPÍTULO III

HISTÓRICO DE UMA RELAÇÃO ACIDENTADA

O histórico da relação entre os moradores e os gestores do PESM é caracterizado pelos conflitos relacionados aos direitos de permanência e de uso dos recursos naturais. Criado em 1977, durante a última ditadura militar e seguindo as premissas preservacionistas vindas do Hemisfério Norte⁹⁶, o PESM permaneceu no papel até inícios dos anos 1980, quando começaram os primeiros contatos com os moradores, em alguns casos de forma violenta, pelo menos segundo a perspectiva deles. Estes moradores, trabalhadores do campo e pescadores, viram, então, deslegitimados seus direitos ao trabalho e à continuação de suas atividades produtivas e culturais. A lembrança expressada pelos moradores da região é de terem sido informados da existência do Parque quando ele já tinha sido criado, sem nenhuma consulta prévia nem tentativa de informação ou esclarecimento. Uma antiga liderança da comunidade de Ubatumirim disse que a criação do Parque foi *“uma lei que o povo não foi chamado para participar, esclarecer ao povo. Ensinar na língua do povo. Daí, vem proibir, vem*

⁹⁶ Em contraposição à tradição francesa da *Civilisation*, entendida como uma conquista progressiva, cumulativa e distintamente humana, a tradição alemã de *Kultur* tinha uma perspectiva mais relacionada ao fazer (KUPER 2002). Será possível vincular essas duas linhas de pensamento ao, por um lado, o preservacionismo, e, por outro, ao conservacionismo, um deles mais relacionado à tradição francesa e outro à alemã? Por outro lado, McCormick (1992) descreve a história do movimento ambientalista no mundo e deixa claro que essas premissas vindas do Hemisfério Norte não estavam relacionadas só ao preservacionismo (que correspondia só a uma das correntes do movimento ambientalista norteamericano, onde existia também outra corrente mais relacionadas ao manejo, com Aldo Leopold, por exemplo). Enquanto que, na Europa, existia também uma escola relacionada ao manejo florestal alemão, onde se formou Gifford Pinchot, por exemplo.

intimar, vem multar, agredir ao povo. Te multar por uma coisa que você já estava fazendo, estar na roça. A dignidade de uma pessoa dessas aonde vai? Cultura do povo não se muda de noite pro dia. A cultura é uma coisa muito forte” (09/2010).

Por outro lado, alguns moradores relacionam a criação do Parque a um possível efeito da construção da Rodovia BR-101, ou Rio-Santos (em 1974-1975)⁹⁷. Alguns dos moradores antigos da área trabalharam nessa construção e, todos os entrevistados reconhecem as grandes mudanças socioambientais originadas desde sua existência. Originalmente dedicados à pesca e à agricultura, que constituíam as principais atividades econômicas do grupo familiar, com algum grau de comercialização, eles informaram que sua própria reprodução social e suas atividades produtivas foram afetadas e punidas, passando a ser considerados “bandidos”: *“dá impressão de que vai trabalhar como se fosse um bandido, escondido, olhando pra todo lado” (05/2010)*, disse um agricultor da região. A assimetria de poder observada entre “o Parque”, como é chamada a gestão e suas regras⁹⁸, e os moradores era muito grande. Os moradores relataram que lutavam, sem armas bem definidas, contra um ente muito poderoso: *“parece que aquele Parque era poderoso, ele tinha uma força sobre a gente que [era] difícil até de entender. E eu pequena, você entendeu?” (07/2011)*, disse uma liderança local quando consultada sobre as primeiras reações e interações após o estabelecimento do Parque.

Ao longo deste capítulo, serão apresentados depoimentos de moradores de Picinguaba sobre como era sua vida antes da “chegada do Parque”⁹⁹, suas lembranças, suas atividades econômicas e seus costumes. Estes depoimentos podem servir, também, como uma forma de conhecer os moradores, os grupos sociais e parte da história da região onde foi realizada esta pesquisa. Desta forma, poder-se-á entender melhor os conflitos e as relações posteriores com o Parque e com os outros atores; as lutas, as estratégias e as ações. Posteriormente, serão apresentados depoimentos sobre a “chegada do Parque” e como foram os primeiros contatos entre os moradores e a gestão, o que mudou na vida dessas pessoas e como isso foi sentido por eles. A

⁹⁷ No Plano de Manejo do PESH (SÃO PAULO 2006) se diz que no fim dos anos 1970 “toda a área de influência da rodovia Rio - Santos tornou-se então um verdadeiro campo de batalha”.

⁹⁸ É interessante indicar aqui que “o Parque” é como seus moradores referem-se aos agentes da gestão, mas também à mesma instituição da Unidade de Conservação e suas regras. Da mesma forma que, muitas vezes, chamam de “meio ambiente” não ao entorno que os rodeia e que influencia suas vidas desde um ponto de vista, digamos, ecológico; mas, ao conjunto de normas e pessoas que representam os órgãos de gestão dos recursos naturais.

⁹⁹ Devido a essa quase personificação do Parque (seus funcionários e suas normas), o PESH não foi instaurado ou estabelecido, ele “chegou”.

partir destas histórias é que as relações entre todos os atores foram, e ainda são, construídas e reconstruídas em Picinguaba. São estas experiências, estes contatos e estas disputas que conformam a bagagem que os atores trazem à arena analisada nesta pesquisa. É muito importante conhecer a história para tentar entender o presente das relações entre os envolvidos e poder opinar sobre elas. Um pedacinho da história de Picinguaba está nas falas que vêm a seguir.

PICINGUABA ANTES DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR

Ainda que as quatro comunidades localizadas no interior do Núcleo Picinguaba no início dos anos 2010 sejam muito diferentes entre si, as histórias das famílias de seus moradores não são tão diferentes assim. São histórias de trabalhadores do campo, de agricultores e pescadores, que construíram suas vidas através do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica e da convivência comunitária, não livre de conflitos internos. As lembranças relatadas pelos mais velhos têm o contraste de, por um lado, se referir a um passado saudoso onde a convivência entre todos os moradores era mais próxima, o uso dos recursos naturais livre de proibições e os costumes locais vivos. Por outro lado, estas lembranças correspondem também a tempos onde o isolamento e as dificuldades próprias da vida rural marcaram suas vidas fazendo com que pensem nessas épocas como muito duras. Estes moradores têm visto mudar muito seu ambiente e suas condições de vida, provavelmente cada vez com maior rapidez.

O morador antigo mais conhecido da Vila de Picinguaba¹⁰⁰, pai e avô de lideranças da comunidade, contou a história da sua família que é, também, a história da comunidade:

*“Meu avô, foi o seguinte: a gente aqui é uma família muito grande. Meu avô foi o primeiro fundador daqui. Ele e três famílias. Ele foi escravo¹⁰¹ da Fazenda da Caixa, daí ele começou. Ele comandava tudo isso aqui. Ele criou 22 filhos aqui. Chamava João da Silva. Depois ele largou desse negocio, foi trabalhar em canoa (...) foi escravo (...) e morreu aqui com 115 anos. Mas, ficou a nossa família, meus pais, meus tios. Todos eles morreram em base de 80, 85 anos. Eu já estou com 76. Eu nasci depois da revolução, em 33... Então, a nossa família aqui é muito grande (...). **Tudo mundo vivia numa boa**, a gente matava peixe, dividia. Era maior alegria. Tinha muita festa, festa de 8 dia. A igreja católica era a maior, era maior alegria, ia pra Cambury, vinha pra cá. Não tinha estrada. Quando batia o sino, você não via uma moça na rua, toda moça em casa. Era tudo escuro, mas a gente vivia bem. Mas, depois que fez a estrada (...) E aí, o negocio foi*

¹⁰⁰ Este senhor foi indicado em todas as ocasiões quando consultei os moradores da comunidade sobre uma pessoa que conhecesse a história pudesse contá-la.

¹⁰¹ Segundo Itesp (2002), a partir de 1700 já há indicações sobre a existência de escravos negros em Ubatuba.

melhorando (...) Então, foi modificando, mas só que a gente vivia numa paz muito boa. Tudo era amigo. Tudo brincava. Hoje em dia você não pode (...). Ainda, graças a deus, nós vivemos bem (...). Agora, não tinha médico, o médico vinha a cavalo. As primeiras professoras vinham a cavalo e ficavam um mês. Médico era difícil. Pra você ir pra Ubatuba fazer uma compra, você tinha que esperar os barcos grandes vir (...). Você chegava aqui à noite. Você deixava na beira, não subia o morro com a compra (...). Ninguém mexia” (05/2010).

E o pessoal trabalhava com que naquela época?, perguntei.

“Isso tudo aqui era roça antigamente, era laranja, era cana, banana. (Agora é pesca e turismo), isto era um laranjal só. Tinha muita mandioca (...) mas, tudo mundo tinha cana (...). A cana era para moer e fazer café. Todo mundo tinha café. Isso aqui era cafezal, tudo. Isso acabou há uns 30 anos, e acabou porque o pessoal mais velho que tinha coragem de trabalhar o roçado foi morrendo (...). Hoje não tem mais. Imagina, quem vai topa ficar no mato trabalhando? (...) Tinha muita gente que tinha (...) aviação de farinha. Igual que Ubatumirim. Eles quebraram a metade. Mas, quem fazia mais farinha era Ubatumirim, hoje em dia é bananal. Aqui tudo mundo tinha mandioca e terras boas. O pó era do mês, café de casa (...) não comprava (...). Comprava o sal, o querosene e o sabão (...). Mas, tudo não. Feijão plantava” (05/2010).

E a pesca?, lhe perguntei. “Sempre trabalhei com peixe. Desde 14 anos. Mas, a gente sofria muito. Hoje em dia tem conforto, antigamente não tinha” (05/2010). Já sobre as dificuldades da época, disse:

“A gente trabalhava e ganhava dinheirinho, mas era uma tristeza (...). Um mês sem vir em casa, trabalhando. Tristeza, trabalhando. Você não tinha roupa, não tinha bota. Não tinha onde dormir. Graças a deus me aposentei com salário. Mas, eu sofri um monte. Foi uma vida sacrificada. Meu pai também era pescador. Agora a pesca para essa garotada é um paraíso. Agora o barco tem um guincho (...). A vida inteira da gente comemos peixe, não tinha carne, frango, isso (...). A gente aqui come o peixe vivo, mas essa vida é difícil” (05/2010).

Ele também explica como a questão da terra não originava muito conflito, como aconteceu depois: “Porque naquele tempo era o seguinte: ó, seu João, eu quero um pedacinho para fazer uma casa. Aí, fazia de estuque, chão batido, de cinza e todo mundo vivia assim” (05/2010).

Por outro lado, este antigo morador também manifestou um sentimento de que as coisas mudaram para mal:

“Nossa tradição acabou tudo. Agora acabou tudo. E eu fico sentido, sabe? Da gente ver as coisas, querer, e a turma não. Chegava São João, tinha o mastro. A moçada ia lá, limpava a igreja. As mulheres cantando, tudo mundo tirava o chapéu. Aqueles pretos de Cambury. Eu tinha que dar benção madrinha, tio, benção titio, benção titia (...). Hoje em dia não vai fazer isso, não tem.

Acabou tudo. O povo era lindo, você via festa, ia à praia, subia. Você dava prazer estar lá. Alegria, fogueira. Tudo mundo alegre. Todo mundo ajudava. Amanhecia o dia. Tudo mundo dando risada. Hoje em dia não. Todo mundo só quer pra si. Nós ia puxar canoa na mão, sem cobrar nada, só os caras davam uma farinha de milho. Hoje em dia você diz: vamos puxar uma canoa. Se você pagar eu vou, se não pagar, não vai. Acabou tudo. Você dividia, um pedaço para um, outro para outro. Água você pegava de bica. Agora tá tudo poluído. Então, acabou, isto era muito mais lindo. Você precisava ver” (05/2010).

A filha deste senhor, que na época da entrevista era a presidenta da associação do bairro, completou: *“Se agora você acha que aqui é lindo, você precisava ver há 30 anos atrás, era um paraíso” (05/2010).*

Outro antigo morador, esta vez da comunidade do Sertão de Ubatumirim, também pai e avô de lideranças locais, relata a história da comunidade e da sua família:

*“Eu fui nascido e criado aqui, meu pai também (...) eu nasci em 1930, parece. Tenho 78 anos. Casei com 25 e tive 9 filhos. Minha esposa é nascida e criada aqui, mas era de outra família, dos Barbosa. Meu pai nasceu em 1912, aqui também (...). A comunidade começou com meu pai e os irmãos (...). **Tudo mundo aqui é parente, é uma família só. Nessa época era tudo mato. Lá em Ubatuba¹⁰² mesmo, também era mato, na praia da frente, no Cruzeiro, era tudo mato... tinha umas 10 famílias na época. O pessoal trabalhava com café, fazia farinha só pro gasto mesmo. Depois acabou o café, foi acabando, acabando. A banana é mais tranquilo, a gente roça e vende. E a farinha. O café vendia para Paraty (...). A gente levava nas costas (...). Levava até Paraty a pé, não havia estrada, só tinha telégrafo. Demorava um dia até lá (...). Levava uns 30 quilos (...). Se chovia, não ia. (...). A gente não usava açúcar, bebia café de cana. Tinha muito café e muita cana (...). O café foi fracassando e veio a banana. Todo mundo plantava café até chegar a estrada. Os velhos foram morrendo e os novatos foram procurando outras coisas. Quando entrou a estrada aqui começamos plantar banana. O café foi na época da trilha” (05/2010).***

Lhe pedi para contar mais um pouco sobre a chegada da estrada e sobre as reações que tiveram os moradores quando souberam da sua construção. Ele disse que *“meu pai nem acreditava. Ele dizia que isso não ia ser no nosso tempo. Até que, um dia, viu o morro cortado. Antes ele não acreditava que a estrada ia passar aqui, mas, aí, ele falou: agora eu acredito. Ele achou bom” (05/2010).*

Uma jovem liderança da comunidade e ex-presidente da associação do bairro, contou a história de Ubatumirim da seguinte forma:

¹⁰² Segundo Evans (2007), Ubatuba foi fundada no início do século XVII, com assentamentos concentrando-se inicialmente no centro urbano, e posteriormente dispersando-se para as áreas rurais, resultando na criação de vários assentamentos. Picinguaba e Cambury tinham sido sedes de assentamentos desde pelo menos o século XVIII, cuja subsistência era obtida mediante o cultivo da mandioca, milho, arroz, feijão, cana de açúcar e banana.

“Desde muito tempo atrás, desde 1800 e pouco, ali, existiam os troncos familiares das pessoas que moram hoje, então os mais antigos ali, eles tinham uma ligação até com a fazenda ali (...). Fazenda Picinguaba, né? Não todos, pessoas até que tinham ligação e tinha muita produção de café nessa época, era uma época de muita fartura, né? Tinha regiões que hoje têm mato, considerado (...) mata virgem que não é mata virgem. Já foi cafezal. Daí o grande poder de (...) capacidade natural de se recompor a floresta. Eu cheguei a ir em lugares que pessoas, assim de 90 anos chegou pra mim, e ó, tal lugar foi tudo plantação de café. Eu, olha, custou pra acreditar, porque você vai lá e tem árvores enormes. E assim, daí pra cá, sempre foi uma comunidade muito ativa economicamente por conta da força de trabalho, né? O pessoal muito trabalhador. Pesca e agricultura. Ali passava a linha do telégrafo, por dentro do bairro. Então, tinha pessoas do bairro que eram responsáveis pelo comando (...) vamos dizer assim, pacificador. (...) Chamava-se inspetores de quarteirão. Cada bairro tinha um (...). Então, como tinha a linha do telégrafo, a equipe da linha do telegrafo diariamente tinha um cronograma de inspeção de toda a linha de Ubatumirim até Paraty, bem antes da estrada, isso eu falo de 1940, 50 (...) e também ali já era uma forma de acesso pra Paraty” (05/2010).

Sobre a produção da comunidade, ele relatou:

“Muita produção era escoada para Paraty (...). A farinha em si que era o produto principal, ainda é, né? (...). E há quem fazia a aventura de seguir de Ubatumirim até Ubatuba, a cidade né? (...) Ia a pé pra cidade com o saco de farinha nas costas, com banana, e era uma caminhada longa. Saísse de madrugada, chega depois de uma hora da tarde na cidade, fazer as compras e voltar de novo, chegar no meio do caminho, tinha casa de companheiros, né? Amigos que permitia pernoite para continuar o outro dia de madrugada. Então, esse tratamento era recíproco. Assim como quem ia de Ubatumirim pra cidade, às vezes tinha que parar na volta em Prumirim, parava ali, voltava, tinha aquela conversa, né? Contava as histórias e descansava (...). Então isso ali, pro caiçara¹⁰³ era uma honra em ter que hospedar alguém na sua casa e dar um tratamento como ele gostaria de ser recebido na casa de quem está recebendo. Então, a partir daí teve a criação, até mais recente, acho que em 1960, 60 e pouco, (...) de um hangar, de um estaleiro, para locação de barco, na praia de Ubatumirim, na (...) que virou a Praia do Estaleiro (...). E ali, tinha um barco, na época era comandado por uma instituição social e tinha ligação com uma paróquia, acho na época. Que chamava o barco do padre. Então, esse barco, ele era o meio de transporte (...). De Ubatumirim para Picinguaba, pra Ubatuba. Então, esse barco começou a ter uma grande utilidade pro transporte de passageiros e mercadorias e, ainda assim, era usada a estrada terrestre pela costeira até a cidade, porque ao longo da trilha tinha vilarejos, né? Prumirim, Félix, Puruba, todo esse percurso era habitado, como sempre foi, né? Desde o descobrimento do Brasil” (05/2010).

Também se referiu às mudanças que foram acontecendo:

“Então, é feita essa alteração na logística da região, melhorou muito e o último passo (...) de grandes proporções foi a abertura da BR-101. Foi feita a abertura dessa estrada, porque antes

¹⁰³ Para uma boa descrição das populações caiçaras, ver: Adams (2003, 2000b, 2000a).

dessa estrada, de forma muito rudimentar ela existia até, isso em 60 e pouco, existia de Ubatuba até Itamambuca, não pela costeira, por dentro (...) e aí depois ela foi aberta, sentido Paraty. Então, resultou num avanço (...). E aí, começou trafegar veículo, em seguida começou a abertura das estradas vicinais, as UBTs. (...) que derivam da rodovia e atendem os bairros. E aí, começou também a mudança da característica geográfica, porque Ubatumirim é um bloco só (...). Passou a rodovia, virou praia de Ubatumirim, sertão de Ubatumirim, isso foi uma diferença que marcou (...). Então, mas foi sem dúvida um avanço que trouxe aí a facilidade das pessoas estarem tendo acesso ao núcleo urbano de Ubatuba, pra fins econômicos, pra se tratar em questões de saúde, enfim. Facilitou a vida. E também, **veio a visita**, (...) começaram a ter mais visitas na região, pessoas de fora que não conheciam o paraíso ecológico, vamos dizer assim. **Você tem dessa época, muitas pessoas que instalaram na região em busca de um lugar tranquilo para morar** (...). Em geral, aposentados. E fizeram até amizade com a população local nessa época” (05/2010).

Um morador de um setor da comunidade Cambury que não forma parte do Quilombo falou da história da sua família que também se mistura com a história da comunidade:

“Eu nasci dentro da minha própria casa, onde me criei. De onde nasci até que vim pra cá passou uns 17 anos. Isso foi aqui embaixo, aqui mesmo no Cambury. Nasci em 58. Tô com 52 anos nas costas (...). Estudo eu não tenho. Na época, quando nós morávamos lá embaixo, a gente ia na escola quando os pais achavam bem de mandar. E o trajeto, o percurso do professor que sai de Ubatuba para vir pra Cambury era através de barco até Picinguaba (...). Até Cambury não dava porque a costa era mais brava. Aí, a gente ficava semanas e meses sem aula. (...). Os pais não incentivava a gente de ir pra escola. A gente ficava trabalhando. Não tenho segundo grau e não tenho condições de nada. Eu não tive condições de trabalho porque no tempo passado era a roça. E vivia da roça e da pesca. (...) Era as duas coisas que andava em conjunto com o caçara, pescar e trabalhar na roça. Lógico, a vida do caçara era assim, era uma vida de índio. (...) **Quando se fala de viver da roça é que a gente vivia de tudo o que era do mato.** Não só da lavoura, mas também dos bichos do mato. Da pesca também. (...) Eu espero continuar estudando. É um sonho meu. Eu não tive a facilidade como o ônibus agora tem. Agora o ônibus vem até Cambury, leva e traz, nós não tivemos essa facilidade que hoje está tendo. Hoje o pessoal toma café, almoço. No nosso tempo não tinha isso. A gente viveu dessa maneira (...). Meus pais eram daqui mesmo. Meu pai tem, na verdade, um pouco daqui, um pouco do Félix e um pouco de Trindade. Meu pai veio do Félix. Minha mãe é descendente de Trindade, dos índios carapeva. Por tanto, o que cair na vista da gente no mato, a gente come de tudo, no mar a mesma coisa. Então, aí vendeu lá embaixo. Os donos da terra venderam pro Munhoz e então ele, Munhoz, indenizou meu pai” (09/2010).

Este senhor Munhoz é repetidamente nomeado quando se discute sobre os grandes proprietários de terra em Cambury e outras comunidades da região. Aparentemente, ele comprou muitas terras na época da construção da estrada, ou antes. Eu lhe pedi que me explicasse como tinha sido o assunto da venda da terra onde eles moravam. Ele disse que:

“Nós morava um pouquinho mais a frente do acampamento da praia¹⁰⁴. Então, aí viemos para cá. Munhoz deu três meses para nós fazer uma casa para desocupar esse terreno lá embaixo (...). É assim, o terreno era de escritura¹⁰⁵. Antes não é como hoje, que tem que ser com a base do dinheiro, você tem que pagar. Antes era assim, por exemplo, era uma terra minha e vinha fulano, quero fazer uma casinha. Fulano, então escolhe um lugar pra fazer a casa de você. Pode? Pode. Não tinha aquela ganância, aquela ambição. Porque você sabe que agora o que dá mais briga é terra, né? Isso foi o que aconteceu com meu pai, meus avôs. Vieram para cá e se instalaram numa terra que já tinha dono. Aí, quando Munhoz comprou, ele indenizou meu pai. Aí, meu pai já tinha roça aqui, que era dos meus avôs. Aí, pegou e como já pagava o INCRA¹⁰⁶ aqui, então vamos pra lá. Então, viemos morar aqui” (09/2010).

Por outro lado, o irmão deste senhor reforça a ideia da antiguidade da comunidade quando diz que *“Cambury em 1700 já tinha morador. Em 1500 já começou se formar Cambury”* (05/2010).

O Itesp¹⁰⁷, no relatório técnico-científico realizado como base para a declaração do Quilombo de Cambury (ITESP 2002), indica que a comunidade do bairro do Cambury foi formada há pelo menos cento e cinquenta anos, e é identificada de maneira consensual tanto pelos seus membros, como pelos membros da sociedade regional, enquanto uma comunidade de caiçaras que possui limites territoriais bem definidos. Dentre todas as faltas possíveis, continua o mesmo relatório, talvez a que mais frustre as expectativas dos membros dessa comunidade é a que se relaciona à indefinição territorial a que estão submetidos, pelo menos, desde a década de 1960.

¹⁰⁴ Este acampamento seria, segundo os moradores, deste senhor Munhoz.

¹⁰⁵ Segundo Itesp (2002), o cenário fundiário do Cambury no início da década de 1970 era que 80% do seu território tradicional, ou seja, o chamado “coração do Cambury” (a praia), estava sob domínio e posse de dois grandes compradores de terra, enquanto que a grande maioria de seus moradores tradicionais passava a morar nas áreas mais íngremes do território.

¹⁰⁶ O pagamento de imposto territorial é uma forma de os moradores destas comunidades legitimarem diante do poder público seus direitos a elas. No Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da Comunidade do Quilombo de Cambury realizado e publicado pelo Itesp (2002) se aborda este assunto: “Questionado pelo qual motivo havia vendido suas terras, um dos descendentes dos Rosário afirmou que na época – em 1960 – a vida tinha ficado muito difícil no Camburi, pois além de não ter condução para cidade e tampouco assistência médica, havia começado o tal processo de “demarcação” das terras pelo IBRA que implicava no pagamento de impostos. Assim, todos estes fatores de pressão externa – particularmente, o da “descoberta” do valor da terra para o morador tradicional via imposto territorial – acabariam por detonar o início de um processo de fragmentação da coesão interna da comunidade, dado principalmente através da emergência de litígios sobre “quem é o dono do que” entre os grupos familiares, algo inédito até então”.

¹⁰⁷ A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo, assim como o reconhecimento das Comunidades de Quilombos. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania (ITESP 2012, <http://www.itesp.sp.gov.br>).

Alguns moradores, considerados tradicionais pela gestão do Parque, não têm uma longa história familiar na região de Picinguaba, mas formam parte da primeira geração nascida nas comunidades que hoje estão dentro do Parque, ou mesmo, chegaram muito jovens de outros locais. Na maioria dos casos, a família destes moradores veio de regiões próximas, quase sempre a procura de trabalho. O presidente da Associação do Bairro Cambury contou que *“eu sou nascido e criado aqui no bairro de Cambury. Nasci em 1954, tenho 56 anos. Meus pais são de Ubatuba, descendente de português, de uma praia que chama Félix. Meu pai veio com 12 anos, o pai dele trouxe pra cá. Minha mãe é de Paraty, descendente de índio, e meu pai casou com ela, e aí foi produzindo. Os irmãos do meu pai também vieram. As irmãs da minha mãe também”* (05/2010). Mas, qual foi o motivo deles virem? *“Eles vieram”,* continua o morador, *“porque aqui é um lugar que eles poderiam trabalhar. Acharam uma terra melhor para trabalho. Lá em Trindade é um lugar mais pequeno pra trabalho. (...). Meu pai sempre viveu da roça, de cana, feijão, milho, mais a mandioca, milho e feijão, e arroz que a gente plantava. Cambury tudo plantava”* (05/2010).

Da mesma forma, uma liderança da comunidade do Sertão da Fazenda narrou como foi sua chegada na região e suas lembranças daquelas épocas:

*“Eu vim do Campinho, sou de Paraty. Nasci em Paraty, pertencente à comunidade quilombo de Campinho. Cheguei aqui em 62, vão fazer já 50 anos que eu estou por aqui. Eu tenho 55 anos (...). E quando a gente veio pra cá não tinha BR, não tinha nada. Era só trilhas. Vim com meus pais (...) e a gente vivia da pesca e da lavoura, não tinha outra renda, era essa. **Não existia turismo, não existia nada. (...) Quem era lavrador, era lavrador; quem era pescador, era pescador.** Aí, por volta de 76 mais ou menos, não tenho exatamente o ano exato em que a BR se abriu, aí passou a estrada. A gente veio morar no quilombo, no Sertão da Fazenda”* (07/2011).

Mas, por que seus pais vieram morar em Picinguaba? Ela respondeu:

*“Porque meu tio, irmão do meu pai, ele casou com uma tia (...), moradora que nasceu no Sertão da Fazenda. E meu tio casou com ela. E meu tio administrava já (...). Nessa época, quando a Fazenda ficou hipotecada pra Caixa, a Caixa colocou meu tio como administrador, dando a ele autonomia (...) para poder trazer sua família com direito a usufruto. **Ele não podia vender a terra, a terra seria deles, mas com esse acordo de não vender.** E foi aí que meu tio chamou meu pai, irmão dele”* (07/2011).

Esse é esposo da Dona O.?, lhe perguntei¹⁰⁸. *“Não”,* continuou ela,

¹⁰⁸ Dona. O. é uma moradora do Sertão da Fazenda que já tinha me narrado a história das famílias que foram morar na Fazenda da Caixa. Seu depoimento vem mais adiante.

*“ele é sogro da O. (...). E foi aí que fez o convite pro meu pai (...) vir pra cá, (...) trabalhar, terminar de criar os filhos dele aqui. Meu pai aceitou, e desde então a gente ficou aqui, mas com toda essa dificuldade. Era dificuldade, mas era muito legal, porque a gente éramos livres, a nossa cultura estava bem viva, a gente praticava as festas, fazia varias coisas. (...). Os mais velhos contavam as histórias, tocavam violão, era muito legal. Então, era uma tradição da família se reunir, os velhos contar causos, contar história. E as festas culturais, que eram as festas de São João, São Pedro, Santo Antônio, São Gonzalo, congada, chiva, isso era uma coisa de tradição mesmo, tinha que acontecer, uma vez por mês, ou por ano. (...). Então, a gente tinha nosso mundo, então a gente vivia. A gente não precisava comprar muita coisa. Na verdade, a gente comprava o sal. Naquela época se usava muita banha, nem era óleo. O básico, o resto era tirado da terra. A gente criava, né? Então, a vida era assim. **Basicamente todo mundo era agricultor.** Isso, exatamente, era uma vida difícil até porque não tinha a modernidade de hoje, né? Que todo mundo tem sua máquina de lavar, seu tanquinho, não tinha. Era uma vida dura, mas era uma vida muito boa” (07/2011).*

E, quando essas famílias vieram, como é que elas viam isso de não ter papel, não ter título de propriedade, se preocupavam por isso? “Não”, disse ela,

*“eles não se preocupavam (...), todo mundo fazia sua roça, todo mundo vivia muito bem. Pessoal era muito unido porque eles usavam muito essa questão do mutirão. Se alguém ia fazer a casa, tudo mundo ajudava fazer a casa. Se iam fazer a roça, era mesma coisa. Então, tinha essa união de mutirão, de um ajudar o outro e **não se preocupavam com título, porque não tinha essa coisa de grilagem de terra.** Das pessoas virem dizer aqui é meu, aqui era meu, ou vendas de terra. Não existia isso. Aí, eles ficavam tranquilos. E daí, o tempo foi passando, eles faleceram, meu tio, minha mãe, meu pai também faleceu” (07/2011).*

Dona O., a antiga moradora do Sertão da Fazenda da que já tinha falado, também pertence àquele grupo de moradores que vieram para a área, que posteriormente se converteria em Parque, procedente de uma comunidade próxima. Ela contou a forma como chegou morar no Sertão da Fazenda:

“Eu nasci na Almada¹⁰⁹. Meu marido dava festa lá. Nessa época não tinha estrada, não tinha nada. Mas, tinha festa, e a gente se conheceu. Era novinha, casamos e vim pra cá. Ele nasceu e se criou aqui. Os irmão dele se criaram aqui (...). Meu sogro estava fazendo a casa lá descendo pra Picinguaba. (...). Depois fizemos uma casinha aqui, ficamos vivendo, tive meus filhos aqui e ficamos. Depois teve um senhor que já é morto, que é de família italiana que veio pra cá no tempo da Caixa, no tempo dos italianos. (...). Então, foi aí quando vieram essas pessoas morar aqui. E ficaram ali. E aí, nós não gostava de vizinho, pela criação. E nós não gostava de criação no terreno dos outros. Gostava de morar num lugar onde não tinha vizinho perto. E fomos morar naquele sítio. Moramos 40 anos lá. Todos os filhos tive lá. Eu criei lá meus filhos, tudo lá. Com 30

¹⁰⁹ A Almada é uma comunidade de pescadores um pouco mais ao sul, no limite do que posteriormente seria o Núcleo Picinguaba.

anos peguei essa escola pra trabalhar. (...). Aí, meu marido pediu esse lugar aqui para fazer a casa. (...). Depois que a casa esteve pronta, só no cimento, sem chão, as crianças começaram morar aqui. Mas, meu marido não gostava daqui, já tinha vizinho perto. Eu com ele ficamos lá. (...)" (07/2011).

Lhe pedi para contar melhor a história da Caixa e sua relação com a comunidade (chamada também Fazenda da Caixa), da que eu já tinha escutado falar, mas parecia que ela a conhecia melhor. Ela disse:

*"A história da Caixa foi assim: quando eu cheguei aqui, meu sogro tomava conta do terreno. Isto era uma fazenda antiga. Os primeiros donos, o primeiro era o tal de Firmino, que era italiano. Ele pegou e vendeu a fazenda para Sancredo, que foi o último dono. **Ele fez um empréstimo para a Caixa Econômica Estadual. Só que nesse empréstimo ele colocou a fazenda (...).** Antigamente, isto aqui não chamava fazenda, chamava barracão (...). Tinha tudo largado nesse barracão, boi, tudo. Então, chamava fazenda do barracão. (...). Tinha pessoas que moravam, que trabalhavam. (...). A fazenda ficou abandonada. Os moradores foram saindo. O que foi esse Sancredo, quando ele estava bem arrumado tudo assim, com o trabalho dando produção boa, até barco comprou. E aí, enfiou o dinheiro no bolso e foi, e não pagou essa dívida. Aí, que tomaram meu sogro para tomar conta. **E aí, passou pra Caixa.** (...). Ele ficou como segurança. Então, ele tinha uma carta branca que foi a Caixa que deu pra ele. Então, quando uma pessoa queria tirar uma linha ou quando precisava cortar um pau, porque **antigamente era liberado o mato, não tinha o Parque**, aí, vinham pedir para ele (...). Hoje em dia não dá mais para fazer isso porque aqui é área de Parque, mas antigamente podia. Só que ele não ganhava nada (...). Aí, nessa época, quando a Caixa colocou meu sogro para tomar conta, meu sogro trabalhava de roça (...). E aí, antes de passar pro Parque, não sei o que aconteceu que a Caixa resolveu passar para a Marinha" (07/2011).*

Ela e outras pessoas já tinham falado sobre umas doze famílias que seriam as primeiras em chegar na atual comunidade. Eu perguntei a dona O. sobre a história das doze famílias. Ela aclarou que *"eram pessoas que morava por aqui perto, alguns, e pessoal que mesmo queria vir morar aqui e não podia entrar assim. E ele [o sogro] foi escolhendo. Aí, ele pegou as doze famílias" (07/2011).* Então, a Caixa Estadual deu o terreno para elas?, perguntei, sempre interessado na questão da terra e sua relação com os moradores e com o Parque.

"Não, não. Ela deu para o pessoal morar e trabalhar. Depois foi que entrou o Parque (...). Aí, essas doze famílias moraram aí. Alguns não quiseram ficar e foram embora. Mas, quem permanece aqui até agora somos nós, os Assunção, o Z.P., mas ele, como tô falando pra você, ele não tem nome lá"¹¹⁰(...). Mas, essas doze famílias têm nome lá. Alguns já morreram. Mas, se

¹¹⁰ Ela, em outra parte da conversa, tinha manifestado algumas brigas e confrontos com um dos líderes da comunidade que teria chegado após o estabelecimento daquelas doze famílias. Este conflito interno à comunidade pode ser apreciado em diversas circunstâncias.

*você vem e não conhece nada aqui, achava que não pode ter moradores aqui. A.M. que foi a primeira chefe falou que essas doze famílias têm que respeitar porque foi meu sogro que colocou essas pessoas aqui. Ninguém sabe o que está por trás disso... só a gente mesmo. **Porque a primeira pessoa que chegou aqui fui eu, depois as doze famílias, depois outras pessoas, foram crescendo as famílias e tendo filhos e foi aumentando as pessoas.** Mas, o começo dessa história foi assim (...)" (07/2011).*

E Caixa deu título para as famílias que vieram morar aqui? *"Não, só deu permissão para morar, como posse. Ela não deu de papel passado nada. Ela deu para trabalhar. Como a fazenda estava abandonada, como o dono abandonou, para não ficar aqui descuidado, botaram essas 12 famílias" (07/2011).*

Uma senhora que mora no Quilombo do Cambury contou que tampouco nasceu na comunidade:

*"Não nasci aqui, nasci em Paraty. Vim com idade de 8 anos. Meus pais são de Taquari. Desde os 8 anos moro com minha vó. Também não era daqui, veio morar aqui porque era empregada (...). Aí, fui crescendo. Ela botou na escola, mas era mais na roça do que na escola. Aí, saí de uma vez da escola para trabalhar na roça. Minha avó era já uma senhora de idade, morreu com 122 anos (...). Ela tinha muito tempo morando aqui (...). Minha vida, quando era criança, a gente saía vender coisas nas barracas para as pessoas que acampavam na praia, vendia laranja, jambo, assim. Vendia. Tinha gente que vinha. Tinha estrada. Mas, **quando vim morar aqui não tinha estrada.** Moro aqui uns 30 anos" (02/2011).*

Assim como esta senhora relatou, e já foi apresentando nos depoimentos anteriores, é muito comum entre os moradores de Picinguaba fazer referência ao trabalho e ao uso dos recursos naturais quando falam sobre sua vida, sobre a vida de seus pais e sobre o passado das comunidades. *"Eu comecei trabalhar na roça na idade de 8 anos. Aí, meu pai me chamava para pescar. Nós matava um peixe. Meus tios todos são da pescaria. A mãe e as irmãs escaldava e botava no sol (...). Era um paraíso aqui. (...) Meu pai veio de Paraty com 6 meses de idade. Ele veio com a família. Eles vieram para cá porque é gostoso o lugar, bom ponto de pesca. Nasci em 34. Aqui mesmo (...). Depois eu cresci (...)" (02/2011),* contou um antigo morador da Praia do Cambury, repetindo várias das coisas já ditas pelos outros moradores: a importância do trabalho na suas vidas, do uso e da fartura dos recursos naturais na região, da imigração das famílias a procura de trabalho e melhores condições de vida e o passado comunitário. Por outro lado, é importante ressaltar o fato de que a questão da terra na região de Picinguaba não tinha as características que tem adquirido com o tempo, principalmente após a abertura da estrada BR-101 e, logo, com a "chegada do Parque". A relação entre os moradores da região e "os de fora", "os

turistas”, aqueles que começaram chegar junto com a estrada, começou naquela época e continua até hoje.

OS DE FORA CHEGARAM PELA TERRA

Como já disse anteriormente, e em várias oportunidades, a chegada de pessoas denominadas de fora na região de Picinguaba correspondia a um processo de ocupação e de transformação do uso da terra que aconteceu no Litoral Norte do Estado de São Paulo (FERREIRA 1996). Entretanto, a abertura da estrada BR-101 é, sem dúvida, um fato que catalisou este processo migratório, fazendo com que a transformação socioambiental da região aconteça com mais força. A grilagem de terra, sua compra a preços muito baixos devido ao desconhecimento dos moradores sobre seu valor real no mercado e o consequente deslocamento destes moradores desde as praias até o sertão, aconteceram principalmente naquela época, e, em alguns casos e com certas diferenças, continuam até hoje. Dentre as pessoas que chegaram à região de Picinguaba, compraram um terreno e se estabeleceram, têm aqueles que só usam a residência como casa de veraneio e, outros, que passaram a morar definitivamente no lugar, tornando-se assim, em maior ou menor grau, parte do grupo social.

Uma ex-presidenta da comunidade de Ubatumirim me explicou este processo da seguinte forma:

“Veio muita gente de fora (...). Teve pessoal que vendeu muita terra. Claro, não pode trabalhar, tem um monte de filho pra alimentar, tenho essa terra, vendo e os filhos podem comer mais um pouco. Tem gente que vendeu tudo e foi embora. Teve pessoas que trocou pedaço de terra por um Brasília velho¹¹¹. Teve pessoas que não podia trabalhar pelo conflito, né? Parque, polícia e tudo mais, e vendeu para poder sobreviver, sabe? Todo mundo tem terreno grande aqui, ninguém tem terreno pequeno. 10 - 12 alqueires. E foi aí que entrou pessoas de fora, entraram os turistas” (05/2010).

Quando lhe perguntei sobre o que acharam as pessoas da comunidade sobre isso, ela continuou dizendo que *“eles compraram, tinham que vir morar, né? Gerou serviço pra algumas pessoas, porque o cara comprou, fez uma casa e pega uma pessoa para tomar conta. Aí, você vê que tem bastante casa nas que algumas pessoas trabalham, na casa de turista. Mas, é bem pouco. Muito pouco”* (05/2010).

¹¹¹ O mesmo foi relatado no Morro dos Mineiros, no Município de Ilha Bela, em meados dos anos 1990 por Ferreira (1996).

Uma antiga liderança do Sertão da Fazenda disse que os moradores que venderam a terra “se deram mal. E, se deram mal pelo seguinte: porque o lugar que era deles, que podia trabalhar, podia viver, que a família deles podia ficar, agora não é mais, foi tomado pelo turismo. Almada foi tomado. Então, no geral. Itamambuca, muitas daqui a Ubatuba ou até Paraty, está tomado (...). até congelou¹¹² porque não cabe mais ninguém” (07/2011).

Ele mesmo explicou quais poderiam ter sido alguns dos motivos que fizeram os moradores venderem suas terras naquele novo contexto de pessoas de fora chegando junto “ao desenvolvimento”:

*“(...) veio o desenvolvimento. Muitos que já morreram **coloriu a vista dos olhos de que iam comprar muitas coisas que não tinha, que os homens via, as mulheres via, e queriam comprar** (...). Entrou a luz em algum lugar, televisão, máquina de lavar (...). Queriam comprar, as mulheres também queria a melhoria pra casa delas. Iam para casa dos turistas de empregadas e começavam ver as coisas também (...) e querer. E o próprio marido foi vendendo alguma coisa para cumprir as vontades da mulher e melhorar a qualidade de vida. E os turistas vieram e começaram comprar. **Compraram barato porque a gente não sabia** (...). O preço que a gente falava pra eles a gente achava que era um dinheirão, mas não era nada porque a gente não sabia quanto valia. Compraram barato mesmo, mas eles não têm culpa porque era o preço que a pessoa pedia, então comprava” (07/2011).*

Da mesma forma, um antigo morador da Vila de Picinguaba comentou que “teve gente que veio do Cambury morar aqui e trocou [sua terra] por cavalo, por espingarda. Porque não tinha ideia do valor da terra. Então, eles vieram grilando. E aí, ninguém gritava porque não dava valor. Você chegava aí e fazia uma roça e ninguém gritava” (05/2010). Este último depoimento e outros que já apareceram anteriormente ressaltam as características do valor não monetário que tinha a terra para os moradores originários antes deste processo migratório, assim como as formas através das quais se relacionavam entre si no que se refere às questões territoriais. A terra não tinha, então, um valor mercantil definido e usado entre os moradores. Cada um deles poderia saber a quem “pertencia” e fazia uso de um determinado terreno, tendo que pedir permissão a essa pessoa para poder construir uma casa ou uma roça dentro dos seus limites. A relação entre os moradores com

¹¹² É interessante indicar aqui que, quando este senhor se refere a áreas congeladas, pode estar confundindo os motivos pelos quais isto foi decretado. Existem áreas congeladas nesta região devido a que são consideradas áreas de risco (DI GIULIO e FERREIRA 2012).

respeito à terra parece ter sido dessa forma, pelo menos até a chegada das “pessoas de fora”¹¹³. Atualmente, esta relação pode variar em função à comunidade, como será visto mais à frente.

Aquele morador antigo da Vila de Picinguaba relacionou três acontecimentos que transformaram a comunidade:

“primeiro a luz, depois a estrada e depois o Parque, um diferente do outro. Quando veio a luz, tinha uma estradinha de barro, mas a luz veio primeiro. O primeiro homem que veio aqui (...) e falou pra uma tia minha: (...) ó dona, a luz vai chegar aqui. E veio mesmo! O primeiro homem que veio comprar casa aqui já morreu (...). Mas, só que ele disse o dia que a luz chegou (...): não presta mais este lugar porque não devia de ter luz, porque devia ficar no escuro. Agora não presta mais, porque a luz clareou (...). Quando veio a luz, e a estrada a bomba ia estourar (...). O pessoal, antigamente, não dava valor às terras!” (05/2010).

A presidenta da associação do bairro concordou quando disse que: *“o pessoal antigamente não dava valor à terra. Você comprava um pedacinho assim e ninguém sabia o valor que tinha”* (05/2010). Ela relatou a chegada à comunidade das primeiras pessoas de fora:

*“os primeiros que vieram foi Guido Camargo, Fernando Henrique [Cardoso] e o Suplicy... Eu tinha 12 anos quando eles vieram para cá (...). Mas, **eles eram daquele tipo de pessoas que ficavam na casa deles e não se metiam com nós** (...). Porque, na verdade, eles queriam de Picinguaba o sossego. Esses que vieram pelo sossego, porque as casinhas eram casinhas de caçara, eram feitas de taipa. As casas que eles compraram eram de taipa, por fora eram de cimento, mas por dentro era taipa, eram casinhas simples” (05/2010).*

Logo, continuou relatando a chegada de outro tipo de pessoas, que ela relaciona com a abertura da estrada: *“Depois abriu a estrada e o progresso veio. Ah, me vende ali, me vende ali, vou comprar ali. E, depois, começou a estrada e, aí, acabou, veio a luz (...) acabou (...). Progresso vem, mas atrás do progresso vem muita coisa (...). Porque quem que não quer ter uma casa num paraíso desses aqui? (...) Turista, vem um dia, dois, ele tem dinheiro na carteira dele, ele tem trabalho em*

¹¹³ Segundo Itesp (2002), no Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da Comunidade do Quilombo de Cambury, se refere à questão da ocupação da terra na comunidade desta forma: “Para termos uma idéia dos mecanismos tradicionais de ocupação da terra, a entrada de uma pessoa ou mesmo uma família “de fora” para a comunidade, estava condicionada ao casamento com algum membro do bairro. A partir desse marco de aliança, o novo casal (ou o novo núcleo familiar que com ele se formava) poderia – com a permissão tácita do restante da comunidade – ocupar uma fração do território tanto para moradia como para roça. A terra até naquele momento, não havia ainda se convertido em uma mercadoria e o seu valor para o caçara de Camburi estava totalmente articulado à moradia e à subsistência econômica. Esse antigo sistema de posse comunal, que articulava ocupação territorial, apropriação e socialização de recursos naturais (roças familiares, pesca e coleta) e relações de parentesco, foi durante quase 100 anos a espinha dorsal pela qual se manteve coesa a comunidade do Camburi”.

São Paulo, tem o belo trabalho dele. Ele vem aqui, fica dois três dias, come, bebe (...), acabou e vai se embora, e nós ficamos aqui e pagamos a consequência” (05/2010). Desta forma, parece que as características das “pessoas de fora” que chegaram à região de Picinguaba mudaram após da construção da estrada, pelo menos segundo a visão e experiência dos moradores.

Desde então, o conflito entre os chamados “turistas” e a população local permanece e se transforma continuamente, no tempo, mas também no nível da discussão e segundo o assunto abordado. A comunidade onde isto aconteceu e acontece de uma forma muito mais evidente é na Vila de Picinguaba, onde, segundo os moradores originários, mais da metade das pessoas que lá moram são “de fora”. Segundo Evans (2007), uma parcela significativa da população que detém terras ou propriedades na área do Núcleo Picinguaba é composta por indivíduos que residem em outras partes do estado, particularmente na cidade de São Paulo e centros urbanos ao longo do Vale do Paraíba, assim como também no Rio de Janeiro. Metade das residências na Vila de Picinguaba são de propriedade desse tipo de turista.

O antigo morador desta comunidade reclamou desta situação:

“Cadê o pescador? Por que está morando no morro? Não deveria estar na beira da praia? Precisa estar na beira da praia para trabalhar. Por que está no morro? E ninguém sabe explicar por que. Porque, na verdade, os primeiros pescadores moradores daqui, os antigos, que tinham os ranchos de pesca na beira da praia já venderam tudo. Nós que estamos pagando as consequências. É difícil (...). Isso aqui era tudo rancho de pesca. Todos esses antigos já morreram. Os filhos, uns ficou e outros (...) venderam e foram embora. E dos que ficaram, sobrou nós, os nativos somos nós. Poucos que ficaram. Não tem casa na beira da praia. O único caçara que tem casa e mora em Picinguaba, e mora na beira de praia e é casa de morar, sou eu. O restante é tudo turista (...) acabou. O resto estão tudo no morro” (05/2010).

Continuando no relato, ele se referiu especificamente a uma casa, onde hoje também funciona um restaurante, construída à beira da praia, sobre umas rochas:

“Essa casa verde foi grilado (...). Grilou, fez um ranchinho, venderam e fizeram esse monstro. Aí, esse era o lugar mais bonito que tinha. Ali a gente brincava (...). Era o lugar mais bonito que tinha. As pessoas desciam o morro e era ali que se encontrava. Acabou as pedras, acabou tudo. Cimentou tudo, fez muro (...), grilou e vendeu. Acabaram com tudo. Os turistas chegaram e acabaram com tudo. Os turistas jogavam pedras dentro do mar para fazer píer dentro do mar. As casas que têm pra lá... é isso. Esgoto saindo. A gente também ajudou a poluir porque a gente não tem pra onde colocar, mas a maioria que poluiu nosso lugar foi eles. Foi isso, acabou. Entra tomar um banho e pega infecção, de ouvido, de urina, micose, mancha branca. É isso que a gente tem aqui na praia” (05/2010).

As pessoas que vieram de fora, como já disseram os mesmos moradores da Vila de Picinguaba e do Sertão de Ubatumirim, tinham diversas características. Uma moradora de Ubatumirim conta que *“falam de uma pessoa que comprou uma área grande, mas não mexeu (...) como se fosse um nativo que estivesse morando. Um nativo de fora, né? Porque ele não desmatou, ele não estragou o terreno, não ficou todo o terreno. É a casa que era do meu avô, reformou e mora lá”* (05/2010). É interessante notar que, ao mesmo tempo em que narra esse fato, ela diferencia “os nativos” dos “turistas” a partir do trato que eles dão à terra. Era como “um nativo de fora”, disse ela para reforçar o fato de que “os verdadeiros nativos” cuidam e têm cuidado do mato e das terras.

Este talvez não seja o caso de um desses moradores “de fora” e que ainda permanece na região, o dono de um bar na Vila de Picinguaba. Este senhor narrou como foi sua chegada à comunidade e sua percepção sobre o lugar no seguinte depoimento:

“Eu nasci na Alemanha em 1952. Meus pais saíram da Alemanha e vieram morar no Brasil. Morei em São Paulo. Me formei em engenharia mecânica e trabalhei até uns 30 anos lá. Aí, em 1982, eu vim passar umas férias aqui na Vila. Eu tinha uma lancha em São Paulo que ganhei da minha irmã (...). Uma pessoa me perguntou se conhecia Picinguaba. Eu conhecia só até Ubatuba. Ele escreveu uma mensagem para um senhor Jonas. Ele tinha uma construção meio abandonada aqui. Eu cheguei aqui com muita dificuldade, a estrada era de terra até aqui. (...). Consegui achar a casa do seu Jonas, ele foi muito gentil comigo. A casa estava abandonada havia muito tempo (...). Passei um mês (...). Quando acabaram minhas férias e fui embora daqui, mas aluguei uma casa”(09/2010).

“Até então não tinha Parque enchendo o saco” (09/2010), completou a esposa dele por trás da conversa. Ele aclarou que *“existia o Parque, mas não tinha nada. Todo mundo falava Fazenda da Caixa aqui. Eles cuidavam, mas eles eram coniventes, todo mundo invadia, não tinha escritório do Parque, nada, nada”* (09/2010). Continuou, depois com seu relato:

“Voltei e pedi demissão da empresa que estava e voltei pra cá. Recebi uma boa indenização depois de 10 anos na empresa e o dono me pagou todos meus direitos. Vim pra cá com essa casa alugada (...). Aí pensei, eu tenho que fazer uma coisa, né? Eu tinha três opções: ou eu montava uma empresa concorrente a que eu estava, ou vinha morar na praia, e fazer um entreposto de pesca. Eu via o pessoal daqui com dificuldade de gelo, às vezes o caminhão vinha, às vezes não. Eu fiz um estudo completo para fazer uma fábrica de gelo, de salmoura, fiz estudo completo disso. Comprei uma câmara frigorífica de 27 metros cúbicos e vim morar aqui. Comprei um barco, depois comprei outro. Mas, eu não sou pescador. Eu vi que não era muito meu campo, acabou nosso dinheiro porque acabei gastando nessas coisas todas (...). Aí, como terceira opção era fazer um bar, que aqui não tinha onde tomar uma coisa descente, um suco (...) e chegava turista aqui e não tinha onde tomar um suco, comer alguma coisa. Aí, fizemos o bar na varanda desta casa (...). Era um ranchinho abandonado. Esta construção já tinha mais de 100 anos. Aí,

*aluguei, fiquei 13 anos pagando aluguel. Aí, me ofereceram comprar e comprei. Depois o barzinho foi indo devagar, foi crescendo, fiz freguesia, comecei a receber gente que vem de lancha. **Comprei um terreno lá encima logo no começo e comecei a construir**" (09/2010).*

Logo, quando lhe perguntei se tinha mais pessoas de fora morando na comunidade naquela época, ele disse que

*"(...) não tanto. Tinha 4 ou 5 famílias que moravam aqui, mas que não eram daqui. Depois da estrada que deu acesso, já tinha turistas, não moravam, mas iam e viam. E o pessoal vinha. Fernando Henrique Cardoso tinha casa, Suplicy tinha casa. Então, tinha muitas casas de turistas que vinham final de semana, feriado, uma vez a cada mês. Assim, o barzinho foi crescendo, crescendo, crescendo. Eu acompanhava e fiquei envolvido na associação. **Nunca quis ser presidente porque acho que tem que ser daqui.** Eu fiquei por trás, sou tesoureiro, tento fazer a arrecadação" (09/2010).*

Então, a questão da terra, seu valor no mercado, a migração à região de Picinguaba (catalisada pela abertura da BR-101) e os métodos, às vezes questionáveis, que utilizaram os que chegaram de fora para obter as terras ocasionaram grandes mudanças socioambientais e conflitos que perduram até hoje. Uma das gestoras do Núcleo Picinguaba, descreveu este processo da seguinte forma:

*"Então, vários dos que se dizem donos proprietários de terra dentro do Parque, principalmente dentro de Cambury. Provavelmente ainda que eles tenham que apresentar títulos legítimos, para serem legítimos têm que ter conexão com as sesmarias. Se eles não comprovarem essa vinculação, a terra é considerada devoluta e o título precário, porque na década do 50, 60, aconteceu uma situação de muita grilagem de terras lá (...) ligado ao processo da estrada e antes. Porque **as pessoas chegavam de barco às pequenas localidades, e ofereciam um recurso, um montante em dinheiro para compra da terra e fazia um acordo: você não precisa sair, fica aí, e eu te pago, e a terra passa a ser minha.** Para a leitura dos caixas, maravilha, dinheiro na mão, eu fico aqui. Não tinha valor de venda a terra, né? Não era assim a relação. Então, beleza. E foram se criando títulos frágeis, irregulares" (06/2011).*

Este processo de grilagem e suposta titulação de terras em Picinguaba originou uma ação discriminatória que começou a ser implementada, pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), no final da década de 1990 e continua até hoje. Entretanto, é inegável que o estabelecimento do PESM e o começo de suas ações em Picinguaba tornaram mais complexa a dinâmica socioambiental da região.

A CHEGADA DO PARQUE

Como foi dito acima, para os moradores de Picinguaba o Parque, como aquele ente poderoso, não foi criado e implementado, ele “chegou”. E sua chegada às comunidades que hoje estão dentro do Núcleo Picinguaba foi, de certa forma, traumática para os moradores. Foi um ponto de inflexão na sua forma de usar os recursos naturais, no acesso a seus territórios, na luta por seus direitos e na sua organização social. Como dizem Ferreira e colaboradores (2001), a criação de Unidades de Conservação colocou em confronto os agentes das instituições públicas e os moradores dessas áreas que, em sua maioria, não tinham uma experiência prévia importante de participação política, e que foram lançados, repentina e inusitadamente, a uma situação de ator. Além disso, foi propiciado o aparecimento em cena de outro tipo de atores, antes quase completamente ausentes, como pesquisadores e membros de ONG, que historicamente iriam se incorporando à arena. A implementação do PESM e a incorporação da área da chamada Fazenda Picinguaba (que se tornaria o Núcleo Picinguaba) (SÃO PAULO 2006) foi a segunda grande mudança socioambiental pela que passaram os moradores da região em muito pouco tempo. Entretanto, com o começo das ações do Parque foi quando os agricultores e pescadores da região viram seus direitos ao trabalho e à terra anulados. Passaram assim a ser considerados “bandidos” e “destruidores do meio ambiente”, como eles mesmos disseram durante as entrevistas. As primeiras ações da gestão, em alguns casos violentas segundo os moradores, têm influenciado, sem dúvida, na forma como os atores vinculados ao Núcleo Picinguaba se relacionaram e ainda se relacionam. Esta história não tem como ser mudada e já forma parte da bagagem com a que os moradores chegam à arena.

Quando os moradores das comunidades de Picinguaba narram os primeiros contatos entre eles e “o Parque”, os depoimentos estão marcados, sem exceção, por sentimentos de frustração e indignação. Uma liderança do quilombo do Sertão da Fazenda disse:

*“O Parque apareceu em 80, 82, também não tenho uma data. Foi entre 79 até 80 e pouco que foi tombado o Parque Estadual da Serra do Mar (...). Daí, que começou todo um conflito. Aí, veio um pessoal da SUDELPA¹¹⁴, (...) que era um órgão do Estado (...) e **anunciaram que ia ser tombado o Parque da Serra do Mar e que provavelmente as pessoas teriam que deixar suas terras e ir embora, mas o Parque ia indenizar todo mundo.** E aí, que entrou o desespero do povo, porque quem quer deixar sua terrinha e ir morar na cidade? Teve algum que até topou, mas que acabou não sendo indenizado e teve que voltar. Porque o Parque acabou fazendo assim, tipo, enganando mesmo ao povo, prometendo uma coisa que não cumpriu*

¹¹⁴ Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), hoje extinta pelo Decreto nº 37.546, de 28 de setembro de 1993 do Estado de São Paulo.

depois. E aí, **foi tombado o Parque, e aí, começou todo um conflito, uma guerra, né?** (...) Porque, no começo do Parque, eles não trouxeram nenhuma educação ambiental. O povo do mato é analfabeto, nem sabia o que era meio ambiente. Apesar deles preservarem, porque se eles encontraram uma mata preservada, uma água limpa, foi porque quem estava aqui há 150 anos preservou. Entendeu? (...). Mas, o pessoal, eles tinham um manejo, eles tinham uma noção, de ter cuidado (...). Eles sabem, eles têm essa sabedoria, essa técnica que já vem do sangue mesmo, porque eles sabiam tudo isso, entendeu? (...). **Então, já era preservado. Então, aí eles chegavam e diziam que os destruidores era a gente, e que a gente tinha que sair. Para eles poder preservar a mata nós, os destruidores, tínhamos que sair. E isso acabou gerando um conflito** (...). Eu já tive minha casa demolida pelo Parque. Grávida de 5 meses com 5 crianças pequenas” (07/2011).

Resulta incompreensível para esta moradora como pessoas de fora, do governo, podiam dizer que os “destruidores” eram eles, quando, precisamente por eles estarem lá e pela forma como eles usavam os recursos naturais era que esse local estava preservado. Pedi para esta liderança narrar como foi o episódio da sua casa derrubada pelo Parque. Ela lembrou que:

“um dia eles chegaram na minha porta. Isso quando eles começaram, quando foi tombado [o Parque]. **Quando eles começaram espalhar na comunidade que eles iam ter que sair**, eles apareceram na minha porta, 30 homem armados de revolver, facão. Armados! No começo (...) eles ameaçavam as pessoas, eles batiam nas pessoas (...). Aí, ele chegou e falou assim: **você sabe que você vai ter que sair dessa casa, né? - Por quê? - Porque essa casa hoje é do Estado, não te pertence mais, e você tem que sair porque a gente vai demolir tua casa** (...). Aí, eu perguntei pra ele: e se eu sair daqui pra onde eu vou? Que vai acontecer comigo? Ele virou pra mim assim e falou o seguinte (...): pra baixo da ponte, pra onde a senhora quiser, não me interessa, porque **estou aqui para resolver o problema do Estado, não o seu**. Aí, eu falei, o senhor faz o favor de se retirar da minha porta (...). Eles foram lá, picaram todinha minha roça, picaram tudo, tudo, tudo, com aqueles 30 homem igual a gafanhoto. Num dia eles detonaram. Voltaram na minha porta e me ameaçou, ele falou que se eu voltar, picamos a sua roça e, se você voltar a plantar, você vai pra cadeia. **Naquele momento eu virei a bandida do pedaço, né? Eles eram os poderosos e eu era a bandida. Aí comecei toda uma luta**” (07/2011).

Este fato, lembrado com frustração pela hoje liderança, mostra como alguns encontros entre a gestão do Parque e os moradores podem ter sido violentos e como influenciaram na ação e na posterior organização social dessas pessoas; é o conflito como motor de mudança, como transformador de práticas sociais (FERREIRA *et al.* 2007, FERREIRA 2005) e como promotor de novos arranjos na sociedade, produzindo agregação ou desagregação social (SIMMEL 1983, GLUCKMAN 1955). Os acontecimentos narrados por esta liderança não são só a origem da sua luta, mas constituem a definição do seu adversário e a guia para sua posterior conduta coletiva organizada (TOURAINE 2006). Quando ela disse “aí comecei toda uma luta”, ela estabeleceu a arena

mentalmente, ela posicionou as peças na cabeça, no seu raciocínio. Ela decidiu o lugar dela nessa arena e decidiu que, no confronto, estava contra eles, contra o Parque.

Como disse Touraine (1994), o conflito social visa sempre a realização de valores culturais e a vitória sobre um adversário social em uma dupla relação com seu objetivo, com o que está em jogo. Definiu-se então, a luta da “bandida”, em conjunto com os que ela representa, contra “os poderosos” do Parque pelo direito de permanecer na sua terra e de continuar sendo quem era antes do surgimento desse conflito. Esta liderança carrega essa lembrança até hoje e, muito provavelmente, ainda é o motor da sua luta. Entretanto, e como já foi dito, as situações mudam, os conflitos e os indivíduos também. Hoje, esta liderança é funcionária do NP. Quer dizer, ela tem que se dividir entre dois papéis na arena que poderiam parecer contraditórios, mas que podem ser assumidos coerentemente em função da situação de ação e ao nível da arena. Como diz Gluckman (1940), os indivíduos podem viver vidas coerentes através da seleção situacional de uma mistura de valores contraditórios, crenças incompatíveis, e interesses e técnicas variadas. Os atores não são definidos por sua conformidade com as regras e normas, mas por uma relação consigo mesmos, pela sua capacidade de constituir-se como atores, capazes de mudar o seu ambiente e de reforçar a sua autonomia (TOURAINÉ 2000).

Um antigo morador da comunidade do Cambury se referiu não só ao Parque, mas também ao Meio Ambiente, como aqueles entes que chegaram para modificar e atrapalhar a vida que eles tinham: *“Nós estamos aqui vivendo. Agora, nuns tempos entrou o Parque, o meio ambiente, né? Aí, não deixou o povo fazer sua roça, sua lavoura. E aí, proibiram tudo. Isso começou há uns 30 e poucos anos. Meio ambiente chegou e proibiram tudo. (...) Aí, não pode arrumar a casa, tem que pedir autorização, não pode fazer mais nada. Nada. Nossa vida está assim desse jeito”* (02/2011). Eu lhe perguntei sobre as reações que tiveram os moradores quando isso aconteceu. Ele respondeu: *“O pessoal ficou revoltado. Porque quem descobriu o Cambury foi o povo, não foi o meio ambiente. Foi o povo. O povo quer continuar a trabalhar de verdade, quer escritura da terra. Então, o povo vivia na boa na pescaria, tinha batata, feijão, milho, tudo na roça. Tinha tudo, era uma fartura de mesa (...). Agora não tem mais nada (...). E foi aí que aconteceu, a vida foi complicando cada vez mais. E ficou difícil. E agora o meio ambiente dificultou mais a vida”* (02/2011).

Um pesquisador, membro de ONG, comentou o uso que os moradores da região fazem do termo “meio ambiente” para se referir a tudo aquilo que atrapalha o uso dos recursos naturais e sua permanência na terra:

“O pessoal do meio ambiente, eles chamam. Tem um saco comum que chama o pessoal do meio ambiente. Nele entra o Tamar, o Instituto de Pesca, o pessoal da APA, o Ibama. Todo mundo é o pessoal do meio ambiente. E é difícil (...) essa separação, para nós mesmos é complicado. A gente se encontra num lugar que acontece em raríssimos lugares do mundo. Um órgão que é responsável pelo fomento e outro responsável pela punição (...). Dentro do mesmo Estado. (...). Tem o Ministério da Pesca que fomenta, e o Ministério de Meio Ambiente que protege as espécies. É difícil para todo mundo entender. Para nós que circulamos neste meio é difícil, imagina para quem não circula!” (07/2011).

Voltando à revolta que os moradores tiveram e têm sobre a chegada do Parque, uma liderança antiga da Vila de Picinguaba disse: *“Depois veio o tal de Parque e acabou tudo. Porque eles vieram e não comunicaram ninguém aqui (...). A perseguição veio de vez (...). A gente fica revoltado, mas, a gente não tem uma força para combater com eles. Lá fora não pode porque você não tem argumento para falar com aquelas pessoas”* (05/2010). Como foi dito no começo deste capítulo, o Parque (e o “meio ambiente”) era percebido como um ente muito poderoso, contra o qual não tinham armas bem definidas de luta porque *“ele tinha uma força sobre a gente que [era] difícil até de entender”* (07/2011). Este momento, o do estabelecimento do PESM, é sem dúvida um momento de crise, um ponto de inflexão.

Na realidade, o momento crítico foi o aparecimento dos primeiros funcionários do PESM na região de Picinguaba, porque, segundo os moradores, passaram alguns anos entre a criação do Parque e sua implementação. Uma jovem liderança de Ubatumirim disse:

*“No caso do dia-a-dia do caçara, a criação do Parque não mudou em nada, nem pra melhor nem pra pior, no ato da criação, até porque foram saber que existia um Parque ali, acho que uma década depois, no mínimo. Antes ninguém vinha pra cá. **A implantação em si, quando foi alguém falar, ó é aqui um Parque, acho que ninguém entendeu.** Que que é isso? É um parquinho de diversões? Não é na cidade? Não tinha essa ideia do que era um Parque, para que que servia um Parque. Porque quem tá ali, dificilmente sai dali. E quando sai dali, vê que é difícil um lugar no Brasil, que é bonito igual ali. Ele está acostumado a acordar e ver o verde, e dormir no verde. Então isso já é costume”* (05/2010).

Nesse mesmo sentido, um morador antigo da mesma comunidade relatou: *“O Parque chegou na época da estrada. Eles criaram o Parque encima das comunidades”* (05/2010). Mas, como foram saber da existência do Parque? Ele continuou: *“não tinha nada, não tinha demarcado. Aqui é*

Parque, ninguém apareceu, não tinha nada” (05/2010). Enquanto isso, sua filha, antiga presidenta da comunidade, aclarou: “não tem marca até hoje. Bom, a gente sabe hoje onde é a cota 100. Porque assim, porque tiraram ponto do GPS para o negocio da luz. Mas, nunca veio ninguém a dizer aqui é cota 100, aqui é cota 400 (...). Mas, dizer que o Parque veio demarcar aqui alguma coisa, não.” (05/2010). “Na época”, continuou o antigo morador, “já tinham multado o vizinho. Aqui a gente planta banana e derruba o mato, né? Aí, eles estavam derrubando lá e foram multados. Falaram: já passou da cota 100, mas, não tinha marca nenhuma aqui (...)” (05/2010). A ex-presidenta da comunidade de Ubatumirim disse que “antigamente, o pessoal sofreram muito aqui, nossa! Não só meu pai, mas outras pessoas também. Teve uma época que Dona M. não podia sair de Ubatuba. Ela foi atuada e daí ela teve os bens dela tipo hipotecados, não podia sair de Ubatuba. Uma vez por semana tinha que ir ao foro bater carteirinha. Por roça. Até hoje ela está pagando (...)” (05/2010).

Este tipo de relato, sobre multas e ações de fiscalização acompanhados da desinformação dos moradores nos primeiros anos do Núcleo Picinguaba, é constante. Esta mesma ex-presidenta de Ubatumirim disse que “logo da chegada do Parque, chegaram as multas. Mas, o pessoal continuou plantando” (05/2010). Ela defende o fato que os moradores, agricultores, precisavam continuar trabalhando, como tinham feito até o momento da chegada do Parque, apesar das multas. Ela comentou que: “Uma vez vieram aqui fazer reunião, e nós falamos: se pagarem um salário para gente, a gente não planta!” (05/2010)¹¹⁵.

¹¹⁵ Este tipo de situação e reclamação das pessoas que acabaram morando no interior de Unidades de Conservação de Proteção Integral no Litoral do Estado de São Paulo é constante. Só como um exemplo, reproduzo aqui a fala de uma liderança da Estação Ecológica da Juréia-Itatins em uma reunião no ano de 1994, citada por Ferreira (1996): “Porque é o seguinte: O Estado não tem condições de fiscalizar e a população precisa de comer, precisa sobreviver. Como? Vocês dando condições. E como vão dar condições? (...) Sou proprietário da Juréia e me envolvi nessa questão porque fui proibido de trabalhar. Hoje na Juréia o palmito está sendo dilapidado. Por quê? Porque a população, proprietário e trabalhador não pode explorar. O seu Peixe, por exemplo, tem uma área aqui, ele não pode mais explorar seu palmito, então ele também não fiscaliza. Então, o que acontece? Eu vou à noite na área dele e roubo o palmito dele, e daí? Ele não pode mesmo explorar, então tanto faz se alguém tira o palmito da área dele. Mas, se a população vira uma aliada na preservação? Quem tira palmito dali? Gente, mas essa discussão é tão simples! Por que a coisa ficou caótica? A população aliada não pode nunca ser um instrumento de destruição. A legislação que foi feita até agora, foi feita em 88 sob pressão das entidades ambientalistas e hoje já está na hora de fazer uma inversão. Nós temos que adaptar a legislação que impede as atividades das pessoas que moram dentro de um parque, de uma estação ecológica. O que era restritivo tem que sofrer uma adaptação, para que as pessoas possam trabalhar e ao mesmo tempo conservar” (em intervenção durante o I Encontro Internacional dos Povos do Mar e da Floresta, São Sebastião, dezembro de 1994). Em referência à criação desta mesma Estação Ecológica, o Plano de Manejo do PESM (SÃO PAULO 2006) disse: “Outra luta simbólica pela Mata Atlântica foi a campanha em defesa da Juréia, que culminou com a criação da Estação Ecológica de

Alguns outros moradores que, ainda que não tenham nascido na região de Picinguaba, eram descendentes de antigos moradores e foram aceitos pela comunidade, tiveram maiores problemas na sua luta pela permanência na área. Um morador da comunidade de Cambury descreve sua experiência nesse sentido:

*“Eu não nasci aqui, mas meu avô, minha avó, nasceu tudo aqui. Nasci em Paraty. Tenho 44 anos (...). Quando tinha arrumado tudo de ir pra lá [para o sul do país e trabalhar na roça], não sei o que me deu na cabeça e vim pro Cambury. Aí, vim trabalhar uns tempos com Z. R., que é o genro do G. Aí, na época a L. me deu um terreno para fazer uma casa lá encima. **Eu vinha pro Cambury desde a época da minha avó porque ela era daqui** (...). Ela deixou fazer a casa aqui. Me perguntou de que família eu era. Aí, ela disse: você sabe que você é meu primo? Aí, pronto, eu fiquei aqui. Fiquei, fiquei. Fiquei trabalhando na roça. Aí, veio o Parque em cima” (02/2011).*

Em que ano foi isso?, lhe perguntei. “90”, respondeu, e continuou:

*“Aí, fiz a casa e comecei trabalhar na roça (...). Aí, na época, o Parque começou multar em cima, né? **Quando a casa estava pronta, só faltava botar a porta, o Parque bateu em cima de mim** (...). o Parque bateu, queria derrubar a casa e a vizinha falou: é a casa do rapaz, como é que vocês vão derrubar? Está pronta, só falta colocar a porta! Porque ele não pediu licença. Mas, o G. já tinha ido pra lá, feito a folha para mim, registrando tudo. E os caras não queriam saber. Dizendo que eu era de fora e que não podia fazer a casa”.*

Quem era esse pessoal? Ele disse: “Eram os florestal mesmo, essa turma que andava mesmo perturbando, nem era a 13¹¹⁶ ainda, era a turma do meio ambiente que andava. Aí, G. foi lá, arrumou tudo. Ainda discutiu com o diretor do Parque que ele sabia que era minha casa, que ele tinha ido lá registrar, e o homem não sei o quê, que é de fora. O G. falou: não, ele não é de fora, ele é raiz do lugar, os avôs dele são raiz do lugar, por que o rapaz não é raiz? O rapaz é raiz do lugar”. A identidade, como alguém “raiz do lugar” é muito importante na luta deste morador frente à fiscalização do Parque, vista por eles como injusta.

Por outro lado, aquele morador da Vila de Picinguaba dono de um bar, narrou: “O Parque apareceu aqui em 84, 85. Eu já estava construindo lá encima (...) e ia fazer uma casa. Aí, apareceu de repente o pessoal do CONDEPHAAT¹¹⁷, do Parque na época, a SUDELPA, vieram com revólver. Fizeram reunião na escola e falaram que aqui, daqui pra frente, era Parque e deram as instruções.

Juréia-Itatins em 1986”. Pode-se notar, então, as posições e pontos de vista em confronto a respeito da permanência, acesso aos recursos e à terra por parte dos moradores dessas áreas e a necessidade de conservação das mesmas.

¹¹⁶ O Núcleo Picinguaba contrata uma empresa terceirizada chamada “13” para apoio de segurança e fiscalização.

¹¹⁷ Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

Falaram que queriam ajudar a gente, trabalhar em conjunto com a gente. Mas, só vieram as proibições” (09/2010). Eu perguntei se, naquela reunião, tinha sido falado qual era o objetivo da criação do Parque. Ele disse que “falaram que era manter isto aqui verde. Tudo bem, só que esta vila tem mais de 200 anos de história, quase 300 anos. Se conversa com os antigos, os avôs, os bisavôs, os tataravôs já tinham nascido aqui. Eram 3 famílias que moravam aqui e foram se misturando. Agora são três famílias que são os antigos. Aí, veio o Parque e quis colocar na cabeça da gente imposições. Essa vila perante a Prefeitura é distrito. Temos sede própria aqui. Eles querem alegar que aqui não tem características urbanas. Claro que tem. Nós temos ruas, temos telefone. Só não tem esgoto porque a Prefeitura piscou no automático com a gente” (09/2010). Ele recorreu à urbanidade da Vila de Picinguaba para ressaltar sua incongruência com o estabelecimento e manutenção de um Parque.

Aparentemente, em um primeiro momento, a incorporação da região de Picinguaba ao Parque Estadual da Serra do Mar tinha como objetivo tentar incorporar os moradores das comunidades na conservação, uma visão que era pouco utilizada naquela época, pelo menos no Brasil. Devido a isto, parece que, em determinados momentos, fossem contadas duas histórias diferentes. Por um lado, aquela já relatada pelos próprios moradores, seus encontros com os fiscalizadores, as multas, o desconhecimento, a violência e a imposição. E, por outro, a visão que, pelo menos em um começo, teriam tido os que propuseram a incorporação da Fazenda Picinguaba ao PESM. Segundo Simões (2010), esta porção do Parque foi acrescentada em 1979, porque: abrangia área de domínio público contendo 7900 ha; estava submetida à forte invasão e especulação imobiliária, atraída pela abertura (1974) e asfaltamento da BR-101 (1975); continha ecossistemas em estado relevante de conservação e também, grupos sociais portadores de estatuto jurídico de tradicionais, o qual de alguma forma, interessava para alguns técnicos e ambientalistas da época, também conservar ou manter.

Já a respeito do PESM (antes da inclusão da Fazenda Picinguaba), Raimundo (2008) disse que segundo Hélio Ogawa (técnico do Instituto Florestal que participou da criação do PESM), o Parque foi delimitado em apenas dois dias, e com o material cartográfico disponível na época. Ogawa e o Dr. José Pedro de Oliveira Costa, continua Raimundo (2008), debruçaram-se sobre as cartas topográficas do IBGE da fachada litorânea paulista, a maioria delas datadas de 1973, e com o apoio de fotografias aéreas de 1962, traçaram os limites do Parque.

Um antigo pesquisador da área, conhecedor desta história, descreveu o processo da seguinte forma:

*“Quando a área de Picinguaba foi anexada ao Parque, basicamente você tinha a situação de uma grande área que tinha sido utilizada como um empréstimo de uma empresa que acabou não sendo pago e isso acabou com a Caixa Econômica Estadual possuidora (...). Antes de se tornar parte do Parque, teve uma tentativa de que aquela área passasse a ser área de pesquisa das três universidades. Não deu certo. Então, a opção foi anexar aquela parte ao Parque. **As conversas na época eram de que ali a gente teria uma oportunidade para trabalhar com a questão de populações em Unidades de Conservação. Por isso a Vila de Picinguaba foi colocada dentro do Parque**¹¹⁸. Isso foi muito tempo antes da existência de RDS e tal. Você tinha parques e áreas de proteção ambiental. A ideia era de que seria uma experiência de como lidar com a questão das populações, manterem seus meios de vida, e manterem seus direitos. Tanto que os primeiros gestores que foram pra Picinguaba tinham esse tipo de visão. A última dessa linha seria L. Pessoas que estavam tentando criar regras para viabilizar as populações. E, dentro do plano de manejo, acabou-se colocando uma área especial. Uma forma de acomodar. Infelizmente teve uma mudança de governo, uma mudança de orientação que parece que hoje é muito mais distante. **Os órgãos gestores me parece que não têm essa visão, mas essa visão de que não pode ter populações dentro porque é um Parque. A população local, lógico, se sentiu encolhida pelo Parque.** Mas, hoje também veem o Parque como algo benéfico porque viu o que aconteceu nas outras praias, com a ocupação das áreas, que foram vendidas, ocupadas, tomadas...” (02/2012).*

Depois de escutar este lado da história é impossível não se perguntar: então, o que aconteceu? Se a incorporação da Vila de Picinguaba e das outras três comunidades era vista como uma oportunidade para que os moradores sejam incluídos no manejo das áreas destinadas à conservação da biodiversidade, e isto tinha sido bem pensado, por que as experiências narradas por estes mesmos moradores diferem tanto do esperado se essas intenções primordiais tivessem, de fato, acontecido? Provavelmente, o divórcio entre estas duas possibilidades aconteceu porque

¹¹⁸ Simões (2010) salienta na sua descrição sobre os processos decisórios no Núcleo Picinguaba que os documentos iniciais produzidos pelas equipes de gestão do NP mencionam o objetivo de valorização da cultura caiçara e conciliação da conservação ambiental e do desenvolvimento sustentável dos residentes, estabelecendo o recorte de benefícios destinados aos tradicionais. Essa ideia, continua Simões (2010), aparece esboçada em alguns documentos antigos de implantação do NP e no discurso de alguns técnicos, de forma não completamente explícita, mas era uma corrente de pensamento vigente entre os agentes ambientais que compuseram a Equipe de Resolução dos Conflitos da Terra (Grupo da Terra), da Superintendência do Litoral Paulista (SUDELPA), ligada à Secretaria Estadual do Interior, que atuaram na região da Picinguaba, desde antes da implantação efetiva do NP, com a missão de controlar e coibir as invasões e grilagem de terras em curso na área entre 1974 e 1983. Nesse mesmo sentido, no Plano de Manejo do PESM (SÃO PAULO 2006) se indica que, na década de 1970, existiram campanhas realizadas para a proteção dos legítimos direitos dos caiçaras à posse da terra que tiveram êxito, e que este movimento evoluiu, na década seguinte, para a criação da Equipe de Resolução dos Conflitos da Terra (o Grupo da Terra) e do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA) em São Paulo, que constituíram o primeiro núcleo da Secretaria do Meio Ambiente, criada no Governo Montoro em 1986 (SÃO PAULO 2006). Ver detalhes em: Simões (2010), Raimundo (2008), São Paulo (2006) e Sansolo (2002).

aquela intenção primordial não coincidia com a ideologia institucional do Instituto Florestal do Estado de São Paulo à época¹¹⁹. Sem cair no anacronismo, podemos pensar que, por um lado, e no nível institucional mais alto, essa visão, digamos, mais participativa da população local na conservação da biodiversidade, não estava arraigada nem tinha as condições de ser implementada (até porque não era a visão que primava no Brasil); e, por outro, que no nível local, os gestores e funcionários do recém criado PESM, não tinham as ferramentas para lidar com os grupos sociais residentes, não acreditavam naquela participação, ou acreditavam nessa forma de manejo da área, mas de uma forma muito diferente a como seria esperado hoje em dia¹²⁰.

A importância dos gestores no nível local e as possíveis diferenças que poderiam acontecer entre os diversos níveis onde são tomadas as decisões foram descritos por um membro da gestão do NP da seguinte forma: *“A relação [entre a gestão e os moradores] é construída pelas ordens que são dadas pelo gestor, mas quem leva são os funcionários. Isso pode ser a peça chave, o que chega lá. O a forma em que chega lá, isso é o que importa. Talvez, a peça chave seja o fio condutor dessa relação”* (02/2011).

Neste momento é de suma importância o que o antigo pesquisador disse:

“Temos que lembrar que o Instituto Florestal nasceu como um instituto de pesquisa de como, aonde e de que forma ter o maior rendimento de plantação de Pinus no Estado de São Paulo. Para isso que ele foi criado no governo de Carvalho Pinto. Era pra ter um testa Pinus aqui, testa Pinus aqui (...). Deixa um pedaço de Cerrado para demonstrar como o Pinus é muito mais produtivo. Depois o Pinus foi substituído pelo Eucalyptus; mas essa era a vocação do [Instituto] Florestal. De repente, no governo Montoro, jogaram as Unidades de Conservação para dentro do [Instituto] Florestal. Mas, as pessoas lá não estavam treinadas para administrar Unidades de Conservação, estavam treinadas para administrar unidade de produção. Então, se é pra proteger, é pra proteger, então fecha. Acho que as pessoas perderam a perspectiva. Claro que até muito recentemente quase todos os diretores da Florestal vinham da escola da produção, de

¹¹⁹ Segundo Simões (2010), até dezembro de 2006, as Unidades de Conservação estaduais eram administradas pelo Instituto Florestal, vinculado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Através do Decreto nº 51.453, de 29 de dezembro de 2006, a gestão das Unidades de Conservação foi transferida para a Fundação Florestal, sendo que ao Instituto Florestal coube a responsabilidade de gerenciar as pesquisas científicas realizadas nas Unidades de Conservação.

¹²⁰ Quero remarcar aqui, mais uma vez, o cuidado que se deve ter quando se analisa uma situação histórica desta natureza. Não podemos julgar as ações desses gestores a partir das visões de conservação da biodiversidade existentes hoje em dia. Entretanto, nesse processo histórico e como será apresentado posteriormente nesta pesquisa, é muito provável que os gestores mais próximos às ideias “participativas” ou à manutenção dos moradores originários nas áreas de conservação não compartilhassem com eles as formas em que isso deveria acontecer. Alternativas válidas para um setor desses profissionais da conservação não vão estar em concordância com os desejos da maioria dos moradores (inclusive com aqueles favoráveis à Unidade de Conservação). Por outro lado, tanto naquela época quanto na atualidade, existiam e existem profissionais protecionistas que entendem a conservação da biodiversidade como a exclusão das populações humanas. Eles influenciaram e ainda influenciam, em maior o menor grau, estes processos.

uma forma ou de outra. A própria equipe que fez o levantamento do Biota foi treinada para fazer levantamento de Pinus e Eucalyptus” (02/2012).

Segundo este depoimento, os diretamente encarregados da gestão do Núcleo Picinguaba não teriam tido nem a formação nem as ferramentas para conseguir que os grupos sociais residentes mantivessem seus modos de vida e seus direitos ao mesmo tempo em que eram conservados os recursos naturais. Outro grupo que provavelmente não agiu da forma inicialmente planejada foi, sem dúvida, o da fiscalização. Depoimentos sobre suas ações e o impacto delas nas populações local já foram extensamente apresentados.

Então, se de alguma forma os gestores do novo Núcleo Picinguaba tiveram a intenção de envolver os moradores na gestão da área e isso foi comunicado, isso ficou claro para eles? O pesquisador respondeu:

*“Acho que não, isso nunca ficou claro. Elas [as comunidades] se sentiram tolhidas. **Elas passaram a cobrar e a ter atitudes de luta mesmo, de demarcar território (...).** A minha sensação é que eles sempre iam esticando a corda para ver até onde era possível administrar. Acho que, como teve a discussão do plano de manejo, eles finalmente se viram com a oportunidade de decidir seus destinos. **Não completamente porque no plano não havia possibilidade da área ser desafetada do Parque, mas que eles poderiam retomar várias das atividades, e que de fato retomaram várias atividades.** Acho que eles viam as administrações, toda vez que tinha uma mudança você vai tentar ver o que você consegue (...). Alguns gestores foram um pouco mais rígidos. Fizeram restrições que nunca fizeram muito sentido, nem desde o ponto de vista da conservação, muito menos para as populações. Agora, **a última forma de organização que apareceu foi se declararem quilombolas, e tentarem através disso uma modificação**” (02/2012).*

Estas estratégias serão objeto do próximo capítulo, mas é interessante perceber como, em um nível alto da gestão, podem ter surgido ideias muito diferentes das que foram percebidas e comunicadas no nível local. Mais ainda, os efeitos podem ser inclusive piores quando essas ideias são comunicadas mas não desenvolvidas, dando a sensação de engano.

Dentre os moradores entrevistados, só aquele morador “de fora”, dono de um bar na Vila de Picinguaba, disse que, no começo do processo, as pessoas do PESM que chegaram disseram que ele seria benéfico para os moradores. Ele lembrou que *“fizeram reunião na escola e falaram que aqui, daqui pra frente, era Parque e deram as instruções. Falaram que queriam ajudar a gente, trabalhar em conjunto com a gente. Mas, só vieram as proibições”* (09/2010). Desta forma, a

gestão do Parque é lembrada como uma instância que chegou para enganar. Um exemplo dessa percepção de engano se refere às indenizações oferecidas pela gestão do Parque quando informaram que os moradores teriam que deixar suas terras. Uma liderança do Sertão da Fazenda disse: *“Teve algum que até topou, mas que acabou não sendo indenizado e teve que voltar. Porque o Parque acabou fazendo assim, tipo, enganando mesmo ao povo, prometendo uma coisa que não cumpriu depois”* (07/2011).

Nesse mesmo sentido, uma antiga moradora da mesma comunidade manifestou que seu sogro foi indicado para “tomar conta da Fazenda da Caixa”, mas teria sido enganado pelo Parque com o objetivo de não dar-lhe uma indenização: *“Aí, antes do meu sogro, tinha um alemão que tomava conta que chamava Alexandre, italiano, francês, sei lá. Aí, o homem foi cobrar o direito dele e não pagou. E ganhou em terra, porque levou na justiça. Se meu sogro tivesse feito a mesma coisa, toda essa terra aqui agora era dele. Mas, ele era analfabeto, um homem que nunca teve emprego, né? Aí, quando o Parque entrou aqui driblou ele, né? E aí, disseram que iam dar salário pra ele, que iam botar cooperativa e fazer casa de farinha o forno de fubá (...). A casa da farinha até saiu, mas o forno de fubá até agora (...) e ele aceitou seu salário...”* (07/2011).

Essa relação antiga de desconfiança entre os moradores e os gestores, muitas vezes deixando o Parque como aquele ente que “chegou para enganar o povo”, pode se observar no relato do presidente da associação do bairro da comunidade Cambury a respeito de um episódio relacionado ao camping localizado na praia:

*“Aí, chega agora a tal de cota 100, isso que o Parque chega, e fez 31 anos que o Parque chegou em Cambury; mas, antes do Parque chegar, você construía, você plantava, você derrubava, não existia problema nenhum. Aí, o Parque chega. Aí, vem daquela opinião que você não pode fazer isso, se você faz é multado, tem que pagar carteirinha. **Eu mesmo paguei carteirinha por um camping que fiz para a associação. Porque aqui em Cambury era acampamento na praia.** (...) O que que eu fiz? (...) Eu fiz, com o presidente, uma reunião com o povo, vamos fazer acampamento na praia? (...) Aí, fui no gestor do Parque, e pedi pra ele umas áreas. Então, o dono do terreno (...) cedeu a área para a gente fazer o camping. E o gestor da área mandou os guarda-parque vir medir a área (...). Limpamos 28 homem daqui do Cambury, fora dos turistas que estavam ali que ajudaram limpar (...). Depois do banheiro estar quase pronto, só colocar o vaso, o próprio gestor mandou embargar. Fui multado em 1500 reais na época. Tive que recorrer, não tinha jeito”* (05/2010).

Mas, não tinham vindo guarda-parques a medir o terreno?, lhe perguntei sabendo que ele esperava minha pergunta. Ele continuou: *“Aí, que é o problema... Mas, aí quando ele mandou*

chamar, você não pode fazer uma coisa dessas, um camping, sem autorização! Mas, olha, meu bem, eu disse, você me deu autorização, não de papel, mas de boca, e disse pra mim ainda que o que valia era as palavras” (05/2010). Independentemente da exatidão dos detalhes desta história, fica clara a posição desta liderança em apresentar a gestão do Parque como uma entidade na que não se pode confiar e, de certa forma, contraditória.

Por outro lado, uma antiga liderança do Sertão da Fazenda disse que “o Parque, no começo, foi uma coisa muito ruim para a comunidade, não porque o Parque fosse ruim, mas porque o Parque caiu de pára-quedas na cabeça da comunidade que não esperava. Quando decretaram o Parque (...) os políticos deviam orientar as comunidades, e dar conforto para as comunidades tradicionais para depois criar o Parque e isso não aconteceu. E por isso deu muito conflito entre o Parque e a comunidade, muita briga, muita confusão” (07/2011).

Esta liderança tem tido uma relação estreita com diversos atores relacionados ao NP, não só com os gestores, mas, talvez principalmente, com os pesquisadores, devido aos trabalhos que são realizados dentro do território da comunidade. Adicionalmente, ele é um propulsor da cultura quilombola e maneja um discurso acorde com essa realidade. Ele continuou narrando os eventos acontecidos com a chegada do Parque, que

“entrou derrubando das pessoas de fora, que algumas vezes tinha razão porque já estava invadido por gente de fora que não era da comunidade, não era tradicionais. Por exemplo, a praia da Fazenda já estava tomada por gente de fora. Que se não fosse o Parque aquilo ali já estava (...). Então, acostumo dizer nas entrevistas que faço, nas rodas de conversa que o pessoal faz, que não pode condenar o Parque, porque quando era nós só não tinha como a gente depredar nada, cortar nada (...) a comunidade trabalhava para os recursos familiares e alimentação. Quando entrou a Rio-Santos, eu acostumo dizer assim, às vezes o dedo se machuca e descarrega a culpa em outros... a culpa foi da Rio-Santos. Porque antes dessa estrada não tinha nada” (07/2011).

Quando lhe pedi que me explique melhor como ele relaciona a chegada do Parque com a abertura da estrada, ele continuou: *“fizeram estrada, fizeram o Parque. A ideia eu acho que foi boa para reservar, porque se não vinha os depredador de lá e pegava os caras carente e depredava tudo, tirava tudo, palmito. Todo esse morro lá era palmital” (07/2011).* Como pode ser observado, esta liderança é, digamos, menos crítica ao Parque devido à sua relação mais estreita com a gestão e com os outros moradores. Entretanto, é importante remarcar que ele maneja bem seu discurso em função aos seus próprios objetivos e que, como ator, também tem conflitos internos.

Ao longo de todos estes anos, e como será retomado nos próximos capítulos, a mudança social tem acontecido no NP. A gestão mudou, a organização dos moradores e seu empoderamento também mudaram e, dessa forma, a relação entre eles também tem mudado. Estas mudanças têm acontecido em função de diversas variáveis, entre as que é importante destacar as posições pessoais dos gestores e o empoderamento das lideranças locais. Os esforços da gestão a procura do diálogo e a capacidade das lideranças de dialogar foram determinantes neste processo histórico. Um membro da gestão do NP reconheceu que:

“O Parque tem uma dívida com a comunidade. Quando o Parque foi implantado, foi terrível. A verdade é essa, foi feita numa forma brutal, grosseira, derrubando casa, invadindo casa. Chegando e dizendo aqui não pode fazer mais nada, sem ao menos dizer por quê, ou dando alternativa. Foi brusca, insensata. E, entendo também quem implantou isso na época. Enfim, veio de uma ideologia norteamericana de conservação que não tem nada a ver com Brasil. E você está sempre com essa sensação de ‘eu tenho uma dívida com a comunidade’. Para você ver até onde chega essa sensação de dívida que tenho que pensar como isso não vai atrapalhar a que eu cobre da comunidade aquilo que tenho que cobrar” (07/2011).

Eu lhe perguntei se ele achava que essa era uma sensação só pessoal ou se acreditava que essa podia também ser uma posição institucional da Fundação Florestal. Ele disse: *“Eu acho que essa é uma sensação institucional e pessoal” (07/2011).*

*

Segundo os relatos colhidos e apresentados ao longo deste capítulo, podemos dizer que foi a partir desses primeiros contatos e dessa relação acidentada, violenta e sem diálogo real, que os moradores do Parque começaram sua luta pelo direito de permanecer na região, reforçando sua condição de trabalhadores do campo que dependem do uso que fazem dos recursos naturais. A organização e a ação coletiva foram, então, a forma como eles conseguiram, pouco a pouco, alcançar algumas conquistas. É importante reforçar a ideia, entretanto, que cada palavra e cada relato dos moradores devem ter sido pensados e expostos sabendo que quem fazia as perguntas, quem tinha o interesse de conhecer esses relatos e os gravava, era também um ator na arena. Esses mesmos relatos e sua relação comigo como ator podem se organizar em um discurso estratégico de luta, como é lógico e esperado. Levando em consideração este fato, estes relatos são interessantes porque demonstram a base sobre a qual estão construídas as histórias que

vieram depois, as relações entre os atores e o que acontece no presente no Núcleo Picinguaba. São interessantes também, levando em consideração as três questões transversais nesta pesquisa, porque revelam como eram enfrentadas e utilizadas a questão da identidade, a questão da terra e a questão do uso dos recursos naturais ao longo da história destas comunidades.

O conflito originado pela “chegada do Parque” foi realmente transformador, originou uma organização dinâmica e incentivou o uso de estratégias por parte dos diversos atores, estratégias que, acredito, são aquelas possíveis, segundo as diversas conjunturas históricas do processo. No próximo capítulo, espera-se indagar mais nestes assuntos, sempre através da voz dos atores.

CAPÍTULO IV

CONFLITOS TRANSFORMADORES, ORGANIZAÇÃO DINÂMICA E ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS

Como foi descrito no capítulo anterior, a relação entre gestores e moradores do Núcleo Picinguaba e os moradores foi, e ainda é, acidentada. Podemos constatar, através das vozes dos mesmos atores, que a criação do Parque e sua posterior implementação significaram um ponto de inflexão na história da região e na vida dessas pessoas. A construção da Rodovia BR-101 também é parte desse mesmo processo. As mudanças que a “chegada do Parque” trouxe consigo, foram relacionadas principalmente à substituição da condição de trabalhador por uma outra que reduziu os moradores a meros moradores ilegais, clandestinos e “bandidos” e ocasionaram uma revolução na sua dinâmica social e na sua organização¹²¹. A luta pelos direitos que eles caracterizam como violados foi o motor dessa revolução. O conflito surgido a partir da criação do Parque foi, e ainda é, o catalisador da mudança. Novos tipos de relações sociais surgiram, novos atores entraram em ação e o morador da região não esteve mais sozinho, ou quase sozinho, nos processos de tomadas de decisão a respeito do uso dos recursos naturais. Os outros atores da arena começaram, então, a ter

¹²¹ Esta mesma situação foi observada através dos anos pelos integrantes do Grupo de Pesquisa de Conflitos do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), coordenado por Lúcia da Costa Ferreira, e os registros aparecem em vasta produção (CALDENHOF 2013; SIMÕES 2010; MENDES 2009; CREADO *et al.* 2008; FERREIRA *et al.* 2007; CREADO 2006; CAMPOS 2006, 2001; FERREIRA 2005, 2004, 1999, 1996; FERREIRA *et al.* 2001).

estratégias e a exigir que sejam implantados os tipos de uso dos recursos naturais que cada um deles considerava como prioritários. Estes tipos de uso dos recursos podiam incluir, inclusive, o não-uso. Adicionalmente, a assimetria de poder entre estes diversos atores é uma característica da arena, onde, em diversos níveis, se discute o futuro desta região altamente ameaçada, mas com um histórico de uso dos recursos naturais muito antigo e onde ainda moram grupos sociais que precisam desses recursos para sobreviver.

NATUREZA DO CONFLITO OU UM CONFLITO PELA NATUREZA

A região de Picinguaba nunca mais foi a mesma. Seus moradores também não. Como foi amplamente discutido no capítulo anterior, a criação e implementação do Parque e a abertura da BR-101 são, sem dúvida, dois dos acontecimentos mais importantes da história recente da região e da história de seus moradores. Segundo eles, este processo poderia se resumir nestas duas falas, a primeira de uma antiga liderança da comunidade Sertão da Fazenda: *“a culpa foi da Rio-Santos. Porque antes dessa estrada não tinha nada”* (07/2010); e, a segunda, de um antigo morador da Vila de Picinguaba: *“(...) depois foi que melhorou, veio a estrada, veio a luz. A luz chegou primeiro, depois a estrada, e assim foi melhorando. A escola foi melhorando. Mas, depois veio o tal de Parque e acabou tudo. Porque eles vieram e não comunicaram ninguém aqui. Falar, ó pessoal, aos caixaras, como é que nós vamos fazer (...) o Parque vai entrar aqui”* (05/2010).

O conflito produzido por estes acontecimentos parecia ser de uma natureza nova, que mexia com a identidade dos moradores da região, identidade como trabalhadores, como detentores de direito, como proprietários de suas terras¹²². Um morador da comunidade Cambury reclamou sobre sua condição de trabalhador: *“então, como te falo, nasci aqui, me criei aqui, não quero sair daqui, quero morrer aqui, mas só quero ter trabalho. Quero viver em Cambury e quero ter trabalho. Não só eu, mas que todo mundo trabalhe”* (05/2010).

Lembrando o primeiro contato com algum fiscal do Parque, uma liderança do Sertão da Fazenda repetiu a resposta que deu pra ele quando foi visitada na sua casa, que foi logo derrubada: *“(...) o senhor não tem, mas eu tenho, eu sou uma pessoa que trabalho e tenho responsabilidade com*

¹²² Margarida Maria Moura (1988), descreve uma situação na que a população camponesa do sertão de Minas Gerais perde as condições de produção, e onde as situações de injustiça tornam uma luta pela terra numa luta pelos direitos trabalhistas.

minha família, por tanto não me perturbe meu direito” (07/2011). Da mesma forma, a primeira presidenta da Associação de Moradores da Comunidade de Ubatumirim disse o que aconteceu depois que o Parque foi decretado e começou a fiscalização: *“Aqui o povo é um trabalhador bandido. Trabalha, mas tem que ficar olhando se a viatura não vem pra me levar (...). Aí, fica sem a terra, sem dinheiro e sem casa para morar” (05/2010).* Uma jovem liderança disse a esse respeito que *“os órgãos querem colocar no papel o jeito que a gente tem que viver. Colocar a, b, c, d. Não sei que alegria eles veem nisso” (07/2011).*

Como já foi dito anteriormente, a ocupação da Serra do Mar tinha trazido conflitos referentes à venda de terra, especulação imobiliária e deslocamento de pessoas, mas, desta vez, era o próprio Estado que tirava a condição de trabalhador e tornava ilegítima e ilegal a presença dos moradores nos territórios que ocupavam e de onde retiravam os recursos naturais que precisavam para sobreviver¹²³.

Este conflito tem evoluído desde então, tem propiciado o aparecimento de novos conflitos e a ressignificação de outros. O Brasil não se encontra mais numa ditadura, a discussão sobre Unidades de Conservação tem avançado, e os direitos das chamadas populações tradicionais têm sido reconhecidos, pelo menos em parte. Entretanto, no fundo, este conflito mantém as mesmas características, ainda que ressignificadas: trata-se de uma luta pelo direito dos moradores a permanecer na área e a continuarem usando os recursos naturais, em confronto com a visão e objetivos de outros atores, que consideram outros tipos de uso da terra e dos recursos como prioritários: o uso para pesquisa, para turismo ordenado e para conservação da biodiversidade. Posições em confronto¹²⁴ em uma área de grande relevância ecológica. Uma área onde a natureza precisa ser conservada.

Estas posições em confronto são influenciadas por diversas variáveis, dentre elas, as percepções diferentes da própria natureza e do uso e conservação dos recursos naturais. Uma liderança da comunidade de Ubatumirim disse que com o Parque *“criou-se uma estrutura para proteger o meio ambiente que o próprio caiçara cuidou. Isso veio para proteger o meio ambiente, mas isso veio para interferir na vida do caiçara. E interfere mesmo porque o caiçara não tem aquela prática de*

¹²³ Ver detalhes em Ferreira (1996).

¹²⁴ Estas posições em confronto serão abordadas mais diretamente no próximo capítulo, colocando a voz de todos os atores.

lidar com burocracia, com papelada, tem uma vida aparte, lá no campo, vive da agricultura, da pesca (...)" (09/2010).

Uma ideia que se repete na fala das lideranças locais é que a conservação da região de Picinguaba deve-se à própria presença dos seus moradores, a suas práticas tradicionais de usar os recursos e de conviver com a natureza. Esta mesma liderança continuou assim:

*"a gente está acostumado a uma abundancia de natureza. Se a maioria da população não tá é uma questão de sorte, o pessoal é sortudo. Mas, também é nossa preocupação trabalhar pra isso. **Eles souberam cuidar daquele tesouro.** Então, a existência de uma estrutura governamental para proteger o ambiente ficou meio que vago. Porque já existia essa prática natural, tanto é que se houvesse uma atitude inteligente por parte do Estado naquela época, eles teriam talvez contratado pessoas do bairro para orientar, não fiscalizar, para orientar, e posteriormente fiscalizar. Hoje teríamos um Parque nota dez, parceiro da comunidade e, talvez, muitos problemas que temos hoje, conflitos, não teria, não existiriam" (09/2010).*

Uma liderança da comunidade Sertão da Fazenda reforçou a ideia de que o uso dos recursos naturais antes da chegada do Parque não só não afetou a floresta, mas que contribuiu com sua conservação:

*"O povo do mato é analfabeto, nem sabia o que era meio ambiente. Apesar deles preservarem, porque se eles [os gestores do Parque] **encontraram uma mata preservada, uma água limpa, foi porque quem estava aqui há 150 anos preservou,** entendeu? A pesar deles ter essa noção que era analfabeto, (...) eles tinham um manejo, eles tinham uma noção, de ter cuidado, de não pescar na época que os peixes estavam criando, ou a caça, de caçar na época, eles tinham todo esse manejo, eles sabem, **eles têm essa sabedoria, essa técnica que já vem do sangue mesmo,** porque eles sabiam tudo isso, entendeu? Então, eles tinham todo esse cuidado. Então, já era preservado. Então, aí eles [os gestores do Parque] chegavam e diziam que os destruidores era a gente e que a gente tinha que sair. Para eles poder preservar a mata, nós, os destruidores, tínhamos que sair. E isso acabou gerando um conflito" (07/2011).*

Nesse mesmo sentido, o presidente do bairro do Cambury contou que

*"meu pai sempre viveu da roça, de cana, feijão, milho. (...). Cambury tudo plantava (...). Antes derrubava um alqueire, dois alqueires de mata verde (...), desde essa cachoeira que você passou até bem do lado da pista tudo era roça, todinha. Era tudo roça da gente, porque o seguinte: a gente cultivava um alqueire de terra, trabalhava dois anos. Aí, [a terra] ficava fraca, a terra já não ficava muito boa. Então, deixava a coisa crescer e ia pra outro lugar. Então nunca acabava. **Sempre tinha água, sempre tinha sol, sempre tinha chuva, (...) e nunca faltou nada, e nunca faltou mato também.** Como você esta vendo aí, tem mato (...) mas, nós plantava feijão, arroz, a cana, mandioca, o cará, o inhame, vários tipos de cará, a taioba, e a gente ia vivendo com isso. A gente não comprava nada (...) até o sal se pegava da costeira" (05/2010).*

O confronto de perspectivas que, desde a posição dos moradores¹²⁵, existiria entre eles e os gestores do Parque fica claro na fala de uma liderança da comunidade de Ubatumirim:

*“O Parque às vezes tem que se adaptar à regra, e aí ele vai contra os princípios dele, do caiçara. Utilizar a natureza de uma forma que nunca vai acabar. Então, se ele [o caiçara] faz uma roça, e abandona a roça, aí vai criar mato. Aí, abre uma outra roça. Como propõe a regra ambiental, é o contrário disso. Eles [os gestores] querem destruir a natureza. Você quer que o cara plante num único lugar até aí não crescer nem sapé mais, nem capim? E vai fazer o que com aquela terra? Vai ter que usar adubo químico. Então, **a gente não entende muito qual é a ideia da proteção ambiental, porque o caiçara faz do jeito certo e vem o Parque e quer impor de um jeito errado e quer que o caiçara faça isso. Eu acho que isso é ser inimigo do meio ambiente. Eu acho que isso aí é trabalhar contra a natureza. Me desculpe mas é, se for pra pensar, é dessa forma. Por que não aproveita essa metodologia já testada e aprovada? O caiçara utiliza isso há centenas de anos. Não quer implantar uma outra forma. Então, é andar na marcha ré, eu acho**” (09/2010).*

Já o ex-presidente da associação do bairro do Sertão da Fazenda disse que *“entrei como presidente da associação para contornar esse negócio. Eu não tenho dificuldade de entender o lado das comunidades e o lado do Parque. Eu tenho dificuldade de entender, e ainda de fazer casar, a comunidade com o Parque. Até politicamente, porque politicamente é pior”* (09/2011), indicando assim a dificuldade de pôr as duas perspectivas em consenso, como será discutido mais amplamente no próximo capítulo.

O lugar dos seres humanos na natureza e como eles deveriam usá-la é uma questão muito importante nesse confronto e só pode ser compreendida sob uma perspectiva histórica. Entretanto, devido ao grau de ameaça da Mata Atlântica de um modo geral e da Serra do Mar em particular, constituindo uma parcela importante do pouco que se mantém em pé, esse confronto é muito mais forte na região. Pode até parecer contraditório de certo ponto de vista porque, por um lado, Picinguaba é uma das áreas de Mata Atlântica “mais conservadas”¹²⁶, mas, por outro, não é possível ignorar o histórico do uso dos recursos naturais de seus moradores. Esses moradores reivindicam a conservação da área à suas práticas e às dos seus antepassados, mas o Estado,

¹²⁵ Como já foi dito antes, não se pode perder de vista o fato de que as posições dos atores mudam, mudam em função ao nível da arena e ao tempo, mudam em relação as posições dos outros atores, adversários ou aliados.

¹²⁶ Temos que ser conscientes quando usamos este tipo de qualificativo, “mais conservado” ou “menos conservado”, porque sua interpretação vai depender muito do tipo de ator que diz essa frase, sua experiência, seus objetivos, sua percepção e, claro, dos dados concretos que se tem para poder asseverar isto. Por outro lado, e como já foi dito, observar só uma floresta, como a Mata Atlântica, em pé não é garantia de que todos seus processos evolutivos e ecológicos continuem acontecendo e todas suas espécies continuem ocorrendo. Assim o indicam Canale *et al.* (2012) através de um estudo sobre fragmentos de Mata Atlântica. Manter habitats florestais só estruturalmente não pode garantir a persistência em longo prazo de grandes vertebrados na maioria das regiões florestais tropicais.

devido à situação crítica do bioma e às grandes ameaças que enfrenta, restringe os tipos de usos desses mesmos moradores.

Em outras palavras, os moradores de Picinguaba, uma das áreas mais conservadas de Mata Atlântica, vêem restringidos, e até negados, os usos dos recursos naturais e sua permanência na área devido precisamente a que é uma das poucas que ainda existe¹²⁷. Esse grau de, digamos, conservação é o que faz atraente a região a estes outros atores, como turistas, gestores, ou pesquisadores. O confronto apresenta-se aos meus olhos como muito complexo, acontecendo em vários níveis. É um confronto de interesses, mas também é um confronto de perspectivas históricas, de posições nessa história que estão determinadas pelo lugar desde onde cada tipo de ator foi testemunha e/ou protagonista dela. Não é a mesma coisa ser filho de agricultor ou pescador de Picinguaba e conhecer a história da região a partir dessa vivência, que ser um pesquisador ou um gestor com outro tipo de visão e percepção dessa mesma história. Um morador de uma UC pode não compreender ou não concordar com a visão dos gestores devido à posição diferente desde onde cada um deles vê o que acontece e aconteceu. É possível que os gestores e os pesquisadores vejam a particularidade de Picinguaba desde um contexto bem mais amplo, desde aquele emblemático 7% de Mata Atlântica remanescente; já os moradores¹²⁸ vão ver essa mesma região como seu lugar de trabalho, de moradia, de história familiar. Eles podem não achar justas as restrições de uso e permanência a partir dessa grande diferença de perspectivas. Eles podem não achar justo que alguém de fora lhes diga como devem agir.

A presidenta do bairro da Vila de Picinguaba o explicou assim:

¹²⁷ Segundo M.W.B. Almeida (2004), muitos camponeses são escoraçados de suas terras, não mais por fazendeiros, mas pelo próprio Estado conservacionista, o que é paradoxal porque outros permanecem em suas terras exatamente porque alegam ser conservacionistas. Eu, particularmente, prefiro relacionar a palavra “conservacionista” ao uso sustentável dos recursos naturais garantindo assim o usufruto das gerações futuras. Muitas vezes os mesmos antropólogos usam os termos “conservação” ou “conservacionista” como antagônicos aos interesses das populações camponesas. Estaríamos falando, na realidade, de um confronto de ideias, talvez só semânticas, que poderia atrapalhar o diálogo entre os profissionais da conservação preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas sob regime especial de uso, como são as UCs. O não-uso ou a proteção estrita é só uma das alternativas dentre as que existem como políticas destinadas a manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos e evolutivos. Continuamos, então, nos referindo ao confronto entre os múltiplos usos dessas regiões e seus recursos naturais. Usos dentre os quais pode estar incluído o “não-uso”. No mesmo sentido em que uma alternativa válida de manejo dos recursos naturais também pode ser a não exploração.

¹²⁸ Estou me referindo aqui especificamente aos moradores originários da região que têm sua residência e seu trabalho em Picinguaba, não àqueles que só usam a região com fins de veraneio. Entretanto, também é importante não esquecer daqueles antigos turistas que chegaram à região e permaneceram nela ao longo dos anos e hoje atuam, principalmente, no setor de serviços, como donos de pousadas, restaurantes, ou que, inclusive, desenvolvem trabalhos junto às comunidades.

“na verdade, todas as lei vem de cima para abaixo e não de baixo pra cima. Eles fazem a lei e só comunica as populações (...) e para fazer uma lei você tem que ver as populações primeiro, consultar cada lugar. O que seria melhor. Mas, as lei, quando chega aqui, elas já estão feita lá encima e você é obrigado a cumprir. Se você não cumpre, você é multado (...). Eles têm poder e nós não somos nada para eles. Um grão de areia ou, então, uma pedrinha no sapato deles. Arranca fora, joga essa pedra e vamos continuar andando. A gente fica revoltado. Acabou-se nosso lugar. É isso aí, e acho que cada vez vai ser pior” (05/2010).

O pai dela, antigo morador da comunidade, concluiu: *“a gente fica revoltado, mas a gente não tem uma força para combater com eles. Lá fora não pode porque você não tem argumento para falar com aquelas pessoas” (05/2010).*

A respeito da visão que algumas lideranças locais têm sobre a perspectiva dos outros atores, como gestores ou pesquisadores, a antiga liderança do Sertão da Fazenda comentou sobre os pesquisadores que trabalham na região:

*“O pesquisador, ele vive do estudo da mata. Ele vem estudar as coisas e leva pra lá para mostrar as coisas, o que é e o que não é. O morador daqui, os tradicionais, eles têm experiência própria do que é e do que não é. A não ser que ele não saiba. Contra pesquisador eu não tenho nada. Alguns têm pagado à gente pra trabalhar. **Só que a ideia do pesquisador eu não sei da onde veio, do Parque, não sei da onde.** Eu tenho um conhecimento com eles, não tenho nada contra” (07/2011).*

Contrário a esta visão, uma jovem liderança da mesma comunidade disse: *“eu acho que os pesquisadores se sentem o dono do pedaço. Se sentem que não têm que dar satisfação para a comunidade, senão pro Parque” (07/2011).* Seja como for, na primeira fala pode-se ter uma ideia de como alguns moradores têm uma relação com os pesquisadores que pode estar baseada no trabalho e não na troca de conhecimentos ou no possível benefício que os conhecimentos produzidos pelos pesquisadores possam trazer à vida dos habitantes do lugar; enquanto que, na segunda, (talvez por essa falta de intercâmbio de conhecimentos) fica evidente a assimetria na relação entre ambos, entre os moradores e “os donos do pedaço”. Um membro da gestão do NP, disse, em referência a este assunto, que *“falando da pesquisa, vem tanto pesquisador aqui, fazendo tanta coisa legal. Mas, a comunidade nunca recebeu nada. Às vezes é tao simples fazer isso. Fazer uma palestra na Vila [de Picinguaba], por exemplo. Mas, ia gerar muitas informações (...)” (02/2011).*

Desde o ponto de vista dos pesquisadores, a opinião está baseada na perspectiva da conservação da área. Assim o indicou um antigo pesquisador da área quando comentava sobre o uso direto dos recursos naturais por parte dos moradores:

*“as áreas que são cultivadas são áreas que estão sendo usadas há muito tempo. Então, eu não vejo problema ali na região da Casa da Farinha. **Eu acho que o impacto maior que eles têm é quando eles entram a floresta e caçam, quando entram e extraem palmito.** Esse impacto é muito maior. Porque o palmito dá dinheiro, então, você corta desmedidamente. E eles têm um impacto importante na caça. E de novo, muitas vezes é caça para vender” (02/2012).*

Em resposta a esta perspectiva pode ser citada uma fala do ex-presidente do Sertão da Fazenda, colocando o outro lado, como ele o vê:

*“[a agricultura] ficou pra baixo, e o pessoal foi procurar outro meio de vida. Que agora, eu não acredito muito em coisa mal feita, eu acredito em coisa certa, mas o pessoal fala, não deixou plantar, fazer nada, então, tira palmito mesmo. E aí, pegam uma coisa meio errada para seguir, para se manter de alguma forma, e foram pra palmito mesmo. Eu sei que tem alguma coisa errada de uma parte, mas também tem alguma coisa errada da outra parte. Igual falei no começo [da entrevista], se entrasse um meio de controle, de contornar esse pessoal, não acontecia isso que aconteceu. Muita briga. **Aqui muita briga deu entre comunidade e o Parque**”¹²⁹ (07/2011).*

De certa forma, esta situação pode encontrar um paralelo com aquela que acontece quando se trabalha com espécies vulneráveis à extinção nas regiões onde elas ainda existem. É muito difícil para um pesquisador ou educador ambiental que, a partir de um nível que foge da localidade, tem uma visão da situação crítica dessa espécie (do seu histórico de uso, de suas ameaças e de sua distribuição geográfica passada e atual), comunicar aos moradores de uma região onde ela ainda existe em relativa abundância o estado altamente ameaçado da espécie como um todo. A experiência do dia-a-dia desses moradores não coincide com a informação proporcionada pelo pesquisador ou educador ambiental. A perspectiva a partir da qual os atores estão decidindo e observando a realidade é muito diferente. Pode não fazer muito sentido para um caçador de peixe-boi amazônico, desde sua perspectiva histórica e seus costumes, a norma legal que estipula

¹²⁹ É importante ressaltar aqui que os extratores de palmito na região podem ser ou não moradores destas comunidades. E, de fato, a extração de palmito tem levado ele a um nível muito crítico de conservação. O mesmo ex-presidente do Sertão da Fazenda disse em outro momento da conversa: “quando entrou a estrada, aí entrou os “titulador”, e usou as pessoas com necessidade para tirar o palmito para vender. Foram tirando, tirando e agora está em extinção. Agora tem que fazer a replantação, jogar semente... não cortar o palmito mais e salvar da depredação” (07/2011). Adicionalmente, é importante indicar que a extração de palmito responde a uma demanda de consumidores de alta renda a diferença da farinha.

a proibição de caça desses animais (CALVIMONTES 2009). É um desafio muito grande para gestores, educadores e pesquisadores lidar com essa diferença de abordagem e compreendê-la em um sentido amplo. Os moradores de áreas protegidas se deparam sem aviso prévio com as proibições baseadas em informações abrangentes sobre a situação dessas espécies, dificilmente compreendidas a partir da realidade vivenciada na localidade onde moram (da mesma forma, “os de fora” deveriam(os) entender a perspectiva desde o nível local). Para eles é difícil não achar injusta essa situação. Uma liderança antiga de Picinguaba disse que *“tem que defender a natureza, mas também tem que defender o ser humano que está na terra”* (09/2010).

A partir desta discussão podemos nos perguntar: todos os atores veem o conflito da mesma forma? Cada tipo de ator apresentará um olhar diferente da mesma situação em função do lugar de onde observa? A interpretação do conflito dependerá da perspectiva de cada um e dos objetivos que cada um tenha. É fundamental tentar entender o que organiza as ideias e as reflexões dos atores, do morador, do gestor, do pesquisador; em torno do que se organizam, entram em conflito, agem. A diferença que existe entre o que cada um dos atores considera como ponto central do conflito faz com que a negociação, a discussão e as ações sejam muito complexas. Os atores no estão definidos pela sua conformidade a respeito das regras e normas, mas pela sua relação consigo mesmos, pela sua capacidade de constituir-se como atores, capazes de mudar seu ambiente e de reforçar sua autonomia (TOURAINE 2000). Adicionalmente, as agregações e desagregações (SIMMEL 1983, GLUCKMAN 1955), os aliados e os adversários (FERREIRA 2012, FERREIRA 2005), que se produzem neste conflito vão mudar em função do nível de análise e das situações de ação específicas (FERREIRA *et al.* 2007, FERREIRA 2005, FERREIRA 2004, FERREIRA *et al.* 2001).

Como foi dito anteriormente, uma característica da arena surgida pela criação do Parque é que outros atores e não só os moradores negociam e decidem sobre o uso e as restrições ao uso dos recursos naturais. Os gestores, os pesquisadores e os ambientalistas teriam, então, tanto direito a discutir esses usos quanto seus usuários locais? Podemos falar só de “moradores” como se todas as pessoas que moram em Picinguaba tivessem as mesmas características? Quando se discute o uso dos recursos, como pretendo fazer aqui, só nos referimos aos usos diretos? Nesta arena, ainda que de forma assimétrica, pode observar-se que todos os atores estão discutindo uma grande variedade de tipos de uso dos recursos, desde aqueles mais diretos até os mais indiretos. Dizer que um cientista tem tanto direito de discutir o futuro dos peixes quanto um pescador pode ser

muito controverso, mas, talvez, o problema não esteja (só) no tipo de ator, nem nas características deles, mas na natureza da discussão, na falta de espaços onde todos possam se manifestar da mesma forma e com os mesmos recursos de poder. Esses espaços são como uma balança muito sensível onde todos os atores estão distribuídos. Infelizmente, a balança pode inclinar-se para um lado ou para o outro com muita facilidade, e os atores, geralmente, não estão muito dispostos a ter o mesmo peso relativo na discussão (que todos os atores possam ter o mesmo peso relativo na discussão também pode ser discutível). Se isso fosse possível, as opiniões mais divergentes poderiam anular-se mutuamente e todos teriam o direito de opinar e discutir. Dito de outra forma, a dificuldade pode não estar nos atores que acham que têm direito de participar do processo decisório, mas nas condições históricas dadas para essa discussão. E essas condições históricas colocam o morador da área, o usuário direto do recurso, em desvantagem. Quando consultado sobre a ação e benefícios que poderia trazer para as comunidades de Picinguaba a participação de uma das lideranças de Ubatumirim na gestão municipal, uma antiga liderança do Sertão da Fazenda disse: *“ele trabalha na Regional. Ele é boa gente. Mas, ele também está no meio dos gatos lá e não pode fazer nada. Ele é um cara conhecido, boa gente. A gente tinha vontade de ele fazer alguma coisa, mas ele não pode. Normalmente, eu acho que muitas pessoas que entram lá querem fazer e não podem fazer”* (07/2011).

Por outro lado, quando perguntei a uma liderança local se achava que os objetivos do Parque e os da comunidade eram semelhantes, ela disse:

*“não, atualmente não batem. Só se o Parque quiser. O caiçara, ele pede pouco. Só que esse pouco não é atendido, isso que é incrível. Se ele pedisse muito, tudo bem, mas não, ele pede pouco. Aliás, ele até pede, que não deveria nem pedir, ele está pedindo algo que deve ser feito acima de uma área que é dele. **É como se você tivesse que pedir licença para passear no seu quintal.** Você tem que pedir antes de sair da porta de casa, ir pro portal do seu quintal, você tem que pedir licença, se eu posso abrir a porta ou não. Eu só saio da casa para ir trabalhar, e lá parece que está no terreno dos outros para ir trabalhar, para cuidar do seu plantio. E o Parque coloca umas situações visando a conservação, mas não é clara a visão. Porque assim, em termos práticos, quem determina as ordenanças, não conhece de fato o que acontece aqui”* (05/2010).

A distância entre quem toma as decisões e quem as executa pode, de fato, influenciar no processo. E isto, infelizmente, não é uma novidade. No capítulo anterior foi discutido como a incorporação do NP ao PESM parecia responder à intenção do Instituto Florestal de usar esta área como um laboratório onde pudessem ser abordados os assuntos relacionados às populações locais no interior das UCs. Entretanto, e como foi amplamente mostrado, a implementação do Parque

não parece ter acontecido dessa forma. A intenção do Instituto Florestal nos níveis mais altos da gestão (aqueles onde se tomavam as decisões sobre os limites das UCs, que eram estabelecidos sobre cartas topográficas do IBGE sobre as mesas dos escritórios na cidade¹³⁰) não chegou a tornar-se realidade no nível local, onde a relação do morador com a gestão foi baseada, segundo eles mesmos, na fiscalização, nas proibições e, em alguns casos, até na violência. Esta distância também pode acontecer no nível, vamos dizer, semântico. Inclusive os gestores que pudessem acreditar na participação dos moradores no manejo da UC e seus recursos naturais poderiam ter diferenças semânticas com eles sobre o que significaria essa participação e como deveria ser implementada.

Outra liderança manifestou que: *“sabe uma coisa? Tem coisa que, às vezes, eu não gosto nem de conversar sobre o Parque, que me dá um... não sei. Já passei fome por causa do Parque, sabe? Tinha mês que minha mulher sentava, meus filhos sentava, se olhava e falava vamos dormir. Não tinha coisa pra fazer. A roça não tinha condições de plantar. Então, tinha que olhar um pro outro e falar, vamos dormir, amanhã quem sabe nós come”* (09/2010). A própria ideia da conservação da natureza, como já foi dito antes, pode ser muito diferente entre os moradores e os gestores. Um morador do Cambury disse: *“já pensou nós morar numa terra e não saber preservar a terra? a gente sabe, porque se nós não soubesse preservar, esse mato não estaria aí. Se nós abrir mão, não tem mais esse mato aí. A gente segura o mato, a gente sabe preservar”* (02/2011). Este tipo de depoimentos mostra a base sobre a qual são feitas, ainda hoje, as discussões entre a gestão do Parque e as comunidades. Não é possível negar que estas experiências influenciam as relações atuais ao interior do Parque Estadual da Serra do Mar.

Por outro lado, não se pode assumir que sempre estamos nos referindo a dois bandos: por um lado a gestão, “o Parque”, e por outro, os moradores (originários) e seus interesses contraditórios e de naturezas diferentes. O posicionamento de ambos os tipos de ator, e dos outros também, pode mudar em função do nível e do tema que se discute. As mesmas lideranças locais que lembram o Parque como um, e talvez o mais forte, dos causadores de seus problemas e, portanto, inimigo, podem ter uma opinião que pareça contraditória. A presidenta da associação dos moradores da Vila de Pinguaba manifestou que, apesar de todos os problemas, *“eu ainda prefiro o Parque”* (05/2010). *“Eu também”* (05/2010), confirmou o pai dela, antigo morador da comunidade. Eles acham que a presença do Parque tem conseguido, de alguma forma, proteger a

¹³⁰ Ver detalhes sobre o estabelecimento dos limites do PESM em Raimundo (2008).

comunidade da “ameaça das pessoas de fora”. O Parque faria “*cumprir a lei. (...) Os que chegaram depois [da criação do Parque] (...) e compraram [terra], é tudo irregular (...). Se eles não podem construir, eles não podem. Aí, tem que dar direito pra nós. Eu ainda prefiro o Parque porque a prefeitura vai retornar [se a comunidade for desafetada do Parque], e porque quem tem dinheiro manda. [O turista] vai na prefeitura e tira alvará. Precisa o alvará e tem dinheiro*” (05/2010). As lideranças podem preferir o Parque e usar os recursos legais que ele lhes poderia brindar contra algumas ameaças de fora¹³¹. Nesse mesmo sentido, a ex-presidenta da associação da comunidade de Ubatumirim disse que o Parque “*foi ruim num ponto porque não pode trabalhar, porque as pessoas venderam seus terrenos para poder sobreviver. Mas, a gente tem que reconhecer que nós hoje temos terreno porque o Parque segurou a gente aqui. Porque se não estivesse o Parque aqui, com tudo o que as pessoas sofreram no passado, as pessoas teriam vendido tudo. Era muito mais fácil para eles venderem e hoje não tinha. A gente tem que ser bem consciente*” (05/2010). Entretanto, minutos mais tarde, ela mesma, quando consultada sobre as perspectivas de futuro com o Parque, disse: “*sendo do Parque, não espero nada bom não*” (05/2010).

Como já foi discutido, as motivações dos atores também são muito variadas e mudam ao longo do tempo. Um pescador discute o futuro do peixe de uma forma muito diferente da qual o discute um ictiólogo, ainda que ambos tenham como um objetivo final que o peixe não acabe. O nível de necessidade, de vivência e de risco na discussão são muito assimétricos. Se o peixe acabar, o pescador pode ficar sem sustento e ser afetado diretamente, em um nível físico, tangível. O ictiólogo, pelo contrário, será afetado em um nível mais intangível, mais filosófico, por assim dizer. Os conhecimentos e as experiências de cada tipo de ator podem ser muito diferentes, fazendo com que a bagagem que trazem à discussão não seja da mesma natureza. É por isso que, se não levarmos em consideração essas diferenças na natureza do conflito, não será fácil entendê-lo nem manejá-lo.

¹³¹ Como foi discutido anteriormente, o estabelecimento de UCs ainda que seja só papel já instaura uma institucionalidade que favorece à conservação da biodiversidade. Existem muitas críticas aos “Parques de papel”, como áreas protegidas onde a falta de logística e de recursos as tornaria praticamente invisíveis, entretanto, eu acredito que uma UC de papel é melhor à ausência completa de uma institucionalidade que seja favorável à conservação. Possivelmente, no nível local isto tenha pouca influência concreta, mas em níveis mais altos do poder, a existência dessas áreas aparece nos planos de uso do território em contraposição a outros usos, como a exploração de minério, hidrocarbonetos ou alguns outros que são mais difíceis de serem associados à conservação da biodiversidade.

CONFLITOS CATALISADORES DE ORGANIZAÇÃO EM PICINGUABA

O conflito entre a gestão do Parque e os moradores foi o catalisador para o aparecimento de novas formas de organização social no PESH e para a modificação daquela já existente. Lideranças surgiram e formaram-se associações comunitárias que tinham por objetivo a luta pelos direitos que eles sentiam estarem sendo violados. Uma das antigas lideranças da região disse: “A associação começou pelo Parque, porque [a gente soube que] o setor de Ubatumirim vai virar Parque, porque já foi feita uma lei. Essa foi a conversa que chegou na comunidade. Aí foi feita a associação. O jeito era se unir, se firmar a comunidade toda, para que na hora dela entrar, ter força para lutar por nossos direitos” (05/2010). Sem dúvida, já existiam algumas lideranças locais antes da criação do Parque, como por exemplo, Dona Madalena em Ubatumirim, Seu Zé Pedro no Sertão da Fazenda, ou Seu Genésio no Cambury¹³². Entretanto, o que os movimentava era diferente até a criação do Parque. Assim o narrou o primeiro presidente da comunidade do Sertão da Fazenda:

*“Eu acompanhei como presidente da associação quando o Parque chegou. Um ano depois eu entrei de presidente da Costa Norte, que era da comunidade Puruba até Cambury, 7 comunidades (isso faz uns 20, 22 anos, mais ou menos), para contornar, explicar o que era meio ambiente, comunidade local e para mostrar as coisas. Porque, quando nós éramos sozinhos, não precisava ter associação. **A gente era associado sem saber.** Um ajudava o outro, a gente fazia mutirão. **Quando entrou o Parque, o Estado, a gente de fora, teve que montar a associação para mostrar lá fora qual era a necessidade.** Fazenda, Cambury, Picinguaba, Puruba, Ubatumirim e Almada, cada um montou uma associação nesse lugar para mostrar lá fora quem era e quem não era (...). Antes de chegar o Parque não tinha presidente. Tinha um inspetor de quarteirão, que era um homem que mandava, mas não tinha comunidade, comunidade era tudo tradicional” (07/2011).*

Por outro lado, lideranças mais novas das comunidades já foram formadas e empoderadas a partir da experiência direta com o Parque. Segundo relataram, estas lideranças mais novas só conheceram a região antes do estabelecimento do Parque através das histórias que lhes eram narradas na infância e a partir dos ensinamentos das lideranças mais antigas. Uma liderança da comunidade de Ubatumirim, hoje também funcionário da Prefeitura de Ubatuba, descreveu a influência que teve sua mãe no seu empoderamento como ator:

¹³² Uso aqui o nome destas lideranças porque elas são por todos conhecidas e porque têm exercido um papel muito importante na história da relação entre a gestão do Parque e as comunidades.

*“Minha mãe é uma pessoa muito fibra, pessoa que não recuava não. Mulher fera e fez a parte dela, no momento de alta dela, né? Uma mulher muito respeitada na região. Ela é enfermeira, praticamente médica, vamos dizer assim. Quando veio pra cá, não tinha energia, não tinha estrada. Ela dedicou muito apoio a comunidades, não só Ubatumirim, pessoal todo procurava ela para se tratar e ela tinha um acesso à parte de saúde (...). Ela, por ter essa liderança, ela fundou a associação. Ela é fundadora. E, na comunidade, ela traçou algumas ações no começo. **E muitas delas eram em relação ao Parque.** Como te disse, não tinha muito contato nessa época. O contato dela era quando chegava uma multa pra alguém, e chegava desesperado. E ela ia pra cima, **conversar com um e com outro para ver o que estava acontecendo. E começou virar rotina isso. Aí, começou a ter esse montagem de um grupo, né?** Pessoas que estavam trabalhando em cima desse objetivo (...). Na época dela eu era adolescente. Eu não queria nem saber. Mas, eu via tudo o que acontecia, eu via. As reuniões que tinha, eu passava e dava só uma olhada para entender o que estava acontecendo. E isso foi criando um arquivo, né?” (05/2010).*

Logo, esta mesma liderança, continuou narrando sua própria ação como presidente da comunidade:

*“Quando eu entrei, se eu não me engano, foi em 2003, por aí. E, nessa época, estava muito em alta a atuação do Parque. Então, existia muito sobrevoos, em seguida vinha equipes para multar todo mundo. Então, **o pessoal estava irado, e tinha sede de liderança que pudesse colocá-los em pelotões para eles atacarem.** Então, é isso. Então, eu não queria muito, mas acabei aceitando o desafio (...). Tinha que haver mudanças, né? Nunca ninguém quis, assim, eu quero ser presidente, nunca (...). Então, tinha que ser alguém, porque ninguém queria assumir, era uma bucha. Tanto é que eu aguentei dois mandatos (...). De algumas situações eu me arrependo. Outras não, eu acho que valeu a pena (...).” (05/2010).*

Ele também reforçou a ideia de que Ubatumirim era uma comunidade diferente as outras de Picinguaba no que se refere ao seu embate com a gestão do Parque:

*Mas, **existe uma necessidade de embate com o Parque e de mostrar que o nosso bairro era diferente dos outros.** Se nos outros ocorreram implantação de sistema de perseguição, aqui não ia acontecer isso. E eu sei como que a comunidade não deu outra, a comunidade foi pra cima. E, hoje, nós temos uma visão do Parque que nós somos a comunidade que menos o Parque conhece. Da que menos tem informação sobre nós. Em contrapartida, essa frase já vi sendo contestada por pessoas do bairro, dizendo assim: **exatamente, somos os que menos vocês conhecem, mas também somos os que mais temos liberdade.** Porque os bairros que vocês conhecem estão de baixo do julgo de vocês. Então, estão com coleira num pau só. Então, você está vendo o que está acontecendo com Cambury, Fazenda. Não queremos isso pro nosso bairro. Nós queremos uma vida boa, uma vida digna para os moradores” (05/2010).*

Fica evidente nesta fala, como as experiências particulares de cada ator e de cada comunidade influenciaram de forma diferente no surgimento das associações comunitárias e nas ações que cada um realizou e realiza. Foi a partir das diversas relações e experiências que cada comunidade do NP adotou uma estratégia e se relacionou historicamente com a gestão do Parque de formas diferentes. Entretanto, talvez sejam os moradores de Ubatumirim os que têm mais clara a posição de terem se mantido “ocultos” ao Parque, como o mesmo morador disse: “(...) *nós somos a comunidade que menos o Parque conhece*” (05/2010), como uma estratégia para continuar mantendo suas atividades produtivas.

Com respeito a esta comunidade, uma gestora do NP disse: “(...) *Eles sempre vão conseguir ser um mundo aparte. Eles têm uma forte ideia estabelecida de que eles são um mundo aparte, e que vão continuar sendo. Eles difundem essa coisa que eles matam, que eles dão capacetada na cabeça (...). Furam pneu das pessoas, impedem (...), e eles fazem isso mesmo. Eles têm estratégias de resistência muito próprias deles*” (06/2011). Em concordância com isto, um membro de uma ONG local disse: “*o que acontece é que Ubatumirim é a comunidade que eles tem medo, o Parque. Tanto que assim, a antiga gestora tinha que ir escoltada. A galera é brava, a galera sabe do que está falando. Eles têm consciência que se aquela área existe de mata é porque eles conservaram*” (07/2011).

Parece evidente, então, que o surgimento das lideranças e seu empoderamento estão intimamente relacionados à existência do Parque e à forma como a população local se sentiu, e ainda se sente, ameaçada e excluída: “*É um fato que as lideranças normalmente surgem pela necessidade de defesa dos interesses dos caiçaras, devido à pressão que exerceu sobre eles, pelo Estado em geral, pela implantação dos sistemas de áreas de proteção ambiental, né? De Parque, como é o caso aqui, e que em alguns momentos, a maioria deles, interfere na cultura caiçara, (...) e tem a necessidade de ter pessoas que liderem um diálogo pra tentar soluções que venham a tornar a vida do caiçara normal, como sempre foi, antes de ter o Parque*” (05/2010), disse uma dessas jovens lideranças. Adicionalmente, neste depoimento, pode-se notar o uso da identidade caiçara na discussão sobre os conflitos entre a comunidade e o Parque.

A organização da comunidade e sua integração em um grupo coeso é um fator muito levado em consideração pelas suas lideranças. Uma jovem liderança da comunidade Sertão da Fazenda reconheceu que “*é importante a comunidade estar organizada. O que falta pra gente é isso, porque agora a gente tem uma força maior e a gente tem que agarrar isso e correr atrás. Mas, por*

enquanto ainda está meio devagar. Nós precisamos muito ainda, muito ainda. Em primeiro lugar o entendimento da comunidade. A comunidade tem que se unir, se cada um for ver seu próprio umbigo, aí que vamos continuar sempre assim, muitos desistindo, outros deixando para lá (07/2011). Essa organização tem propiciado, nas lideranças em particular, mas também em geral em todos os moradores, uma maior circulação de informações sobre seus próprios direitos, e que possam articular, junto a seus aliados (a Fundação Palmares, no caso dos Quilombos, por exemplo), novas estratégias de ação de acordo com cada momento do processo e com o nível da arena onde estão agindo.

Nesse sentido, uma liderança antiga de Ubatumirim ressaltou que *“na hora da necessidade, a comunidade se une. Para defender os direitos, se unem”* (09/2010), a pesar dos conflitos internos e dos desacordos entre grupos intracomunitários. Como disse Touraine (1988), uma população excluída exprime a sua dor e a sua cólera de maneira comunitária, erguendo barricadas e acendendo fogueiras que mostram mais a sua resistência à entrada dos elementos hostis do que a sua vontade de atacar os centros de poder. Esta organização e as ações coletivas podem acontecer em um nível em que todas as comunidades do Núcleo Picinguaba participem como uma forma de fazer frente à fiscalização e pela reivindicação de direitos: *“a punição é palavra chave, só que o caiçara ele é muito bom, mas também ele gosta de justiça. Então, se há uma repressão, há uma revolta. Então, há uma ação, há uma reação. O caiçara acostuma reagir de uma forma meio ignorante. Tanto é que até um tempo atrás teve uma invasão do Parque. A primeira que, no caso, Ubatumirim promoveu. Não tenha duvida que se não acontecer resultados, vai acontecer de novo. Eu sei porque eu conheço, eu sei como é que o sangue da turma lá, como é que é o temperamento”* (05/2010), disse uma jovem liderança de Ubatumirim fazendo referência a uma das invasões à sede do Núcleo Picinguaba realizada pelos moradores das comunidades¹³³.

¹³³ Algumas medidas de protesto mais ativo, por assim dizer, dos moradores das comunidades contra a gestão do Parque têm acontecido. Simões (2010) relata o primeiro: “No entanto, em 25/11/2003, a comunidade do Cambury realizou um protesto à demora no atendimento de suas reivindicações através de uma ocupação pacífica da sede administrativa do NP, durante 36 horas. Uma nova lista de reivindicações foi apresentada, com destaque para a pavimentação do leito da estrada de acesso ao bairro, antes da temporada de verão. Em função desse impasse colocado, o IF autorizou emergencialmente o asfaltamento de trechos críticos da estrada, pela PMU. Fruto também, dessa mobilização da comunidade, foi realizada uma reunião emergencial dos membros da CT, com a participação de aproximadamente 100 (cem) moradores, que teve como pauta discutir a recuperação da estrada, o saneamento do bairro, o estudo para a implantação de energia alternativa e a minuta de instrumento jurídico regulamentando o zoneamento do bairro” (SIMÕES 2010: 194). Alguns moradores de Cambury fizeram referência a este evento quando foram consultados sobre o asfaltado da estrada de acesso a sua comunidade e as ações que eles precisaram tomar para que isso acontecesse. Entretanto, esse evento não foi o único deste tipo realizado pelos moradores. Simões (2010) disse:

Desta forma, podemos dizer que os conflitos em Picinguaba são transformadores. Eles transformaram a realidade social da região e a organização de seus atores. Esta organização, por sua vez, é dinâmica, vai mudando ao longo do tempo, se adequa às novas realidades, influencia e é influenciada pelos processos que acontecem nos diversos níveis. É muito útil, então, trazer de volta à nossa análise a ideia da arena como um lugar simbólico onde as decisões são tomadas e onde os atores atuam, mobilizam recursos e têm estratégias para influenciar esse processo decisório, os conflitos existentes entre todos os atores produzem agregação e desagregação social (FERREIRA 2012, HANNIGAN 2009, RENN 1993, OSTROM 1990). Entretanto, não podemos imaginar que essas estruturas de alianças são estruturas duras e imutáveis. Como dizem Ferreira e colaboradores (2001), nos diferentes níveis da arena, a organização e as estratégias podem mudar em função das novas condições políticas e sociais surgidas, assim como dos processos de retro-alimentação da mesma arena que é continuamente reformulada. Em outras palavras, as posições, ações e estratégias vão sempre se modificando através da tensão entre características diferentes da mesma situação.

Um exemplo deste tipo de situação foi narrado por uma gestora do NP se referindo a como as lideranças comunitárias podiam usar um discurso politizado nos níveis mais altos da arena como parte da sua estratégia de ação frente ao Parque, ainda que, no nível local, os diálogos com a gestão não se dessem necessariamente nos mesmos termos:

*“Teve um evento do Mosaico Bocaina (...). Eu fiz apresentação de todo o processo de criação de acordos de manejo de recursos florestais, que foram conduzidos de maneira belíssima por duas biólogas. Em seguida, falou D.L., do Cambury. Que que ele falou?: **Nós não podemos plantar, nós não podemos construir nossas casas, não podemos extrair madeira do mato, não podemos fazer nada. Esse Parque só atrapalha nossa vida. Por isso, nós queremos o Quilombo. Eu fiquei chocada (...).** (...) esse discurso em público de 140 comunidades desmoralizava completamente o que estava falando. Então, é uma falácia o que estou falando? Não é. Entendeu?” (06/2011).*

Essa ausência de rigidez também deve ser percebida quando falamos dos próprios atores. Não podemos analisar a arena de uma forma dicotômica na que temos os aliados e os inimigos muito bem demarcados. É preferível ver esta realidade como uma arena com aliados e adversários numa

“no final de 2005, repetiram a estratégia de ocupação da sede do NP, desta vez unindo-se a outros moradores dos bairros adjacentes. Cerca de 120 pessoas permaneceram na sede durante três dias (21 a 23 de novembro de 2005), reivindicando a instalação imediata de energia elétrica, através do Programa Luz para Todos” (SIMÕES 2010: 197). Nesta nova invasão, os moradores das comunidades reclamaram a instalação da energia elétrica. Uma invasão ocorreu em 2009, que é a que esta liderança de Ubatumirim se refere neste depoimento.

dinâmica de agregação e desagregação que depende do nível da análise, do assunto abordado e da conjuntura. Um exemplo claro desta dinâmica é a relação dos moradores com a gestora nomeada acima. Foi esta gestora quem discutiu, idealizou e implementou as ZHCAn e as ZOT (ver detalhes em SIMÕES 2010). Em algumas circunstâncias, como a narrada no parágrafo anterior, ela pode ter sido uma adversária das lideranças comunitárias, em outras pode ter sido uma aliada (GLUCKMAN 1955). Isto também vai depender do momento do processo, do assunto específico e da percepção dos próprios atores. Em outras palavras, cada ator terá a própria percepção sobre seu lugar e seu papel na arena, sobre o lugar dos outros atores e sobre a percepção dos outros atores sobre suas ações. O processo de estabelecimento das ZHCAn e das ZOT é um bom exemplo para explicar esta dinâmica.

A relação com o Parque e com esta gestora tinha esses matizes, segundo uma liderança de Ubatumirim:

*“Aí, quando tinha um problema, ia pra sede do Parque, procurava o diretor, IBAMA, e assim. Depois, quando começou mais a participação, acho que na época da L., aí aconteceu mais reunião. Se não me engano acho que na minha gestão¹³⁴ houve a primeira reunião do Parque no bairro. E **para eu marcar uma reunião do Parque no bairro, eu era tido como traira: tá trazendo o Parque pra cá pra dentro? Queriam esses caras bem longe daqui. Se vieram pra cá, se pegava pancada mesmo. Era assim a visão da população. Eu disse: pessoal eles querem ter uma conversa com vocês, o Parque quer ter uma conversa. Não, a gente não quer ter conversa com eles, não teve até hoje, então, não vai ter nunca**¹³⁵. Então, e eu ficava numa situação no meio do tiroteio. Então, eu tive que ter muita sabedoria para conduzir toda a situação. Defendendo o interesse da comunidade, procurando compreender quais eram os interesses do Parque, filtrando muita informação, porque se fosse feito do jeito que eles queriam tudo, aí eu ia virar funcionário do Parque!” (05/2010).*

O histórico da relação entre a comunidade e o Parque criou um ambiente de desconfiança entre os moradores a respeito dos gestores, e, inclusive, a respeito das próprias lideranças comunitárias que começaram o diálogo com a gestão. A mesma liderança de Ubatumirim continuou:

¹³⁴ Em outro momento da entrevista ele tinha falado que “quando eu entrei, se eu não me engano, foi em 2003, por aí. E, nessa época, estava muito em alta a atuação do Parque” (05/2010), em depoimento já citado na página 140.

¹³⁵ Anos depois do tempo ao qual se refere esta liderança, eu mesmo pude ser testemunha da relação mais próxima entre as lideranças de Ubatumirim e o gestor do Parque (que não era mais aquela a que se refere neste relato). Em 2011 eu estava na casa de uma das lideranças da comunidade, ex-presidenta, e ela recebeu uma ligação no seu celular do gestor do NP. Talvez, um fato deste tipo teria sido impossível anos atrás. Isto não quer dizer, obviamente, que os conflitos entre os dois não existam mais, só que eles estão constituídos de outras formas.

*“Então, era uma situação difícil. Entendia as metas que eles [os gestores] tinham que cumprir. E a comunidade, ela era imparcial. Tinha sua forma de pensar, e tinha razão, e tinha motivo para isso, de ser desconfiada, digamos assim. E é assim até hoje, **a comunidade não confia no sistema do Parque**. Porque ela não tem histórico para isso. Então, na minha época eu fui mais consultado. Aí, foi quando eu fui mais exposto ao funcionamento do Parque, as propostas, os objetivos. E foi quando as pessoas abriram mais o olho, começaram entender melhor” (05/2010).*

Ele continuou narrando a mudança da relação entre a gestão do Parque e os moradores da comunidade desta forma:

*“Aí, depois dessa fase, aí eles foram pra cima. Mas, aí na forma buscando seus direitos. Teve uma inversão: **como antes eles eram caçados, no final eles foram pra caçar o Parque**: então, fizeram uma invasão, para resolver de uma vez. E, como te falei, por questões legais, não pode ser atendida a proposta que a comunidade fez. Foi feita uma proposta pelo Parque? Foi. Mas, não atendia a necessidade da comunidade. Isso é usado pelo Parque, dessa forma assim atualmente: foi feita a proposta, vocês não aceitaram. Não temos culpa. Isso é usado” (05/2010).*

Um pesquisador que trabalha na região também se referiu à organização das comunidades do NP surgida devido ao conflito com a gestão: *“(...) [As comunidades] antes eram bastante desorganizadas (...). Agora melhorou muito com crises grandes que teve, e resultou numa reorganização” (07/2011).* Da mesma forma, um membro da gestão do Parque disse: *“A comunidade começou passar num processo de mudança: ‘temos que nós pôr de acordo para as coisas que vamos levar ao Parque’. Isso foi legal porque você via a mudança dentro da comunidade (...). A organização comunitária é muito complicada” (07/2011).*

Nestes depoimentos é interessante constatar como os espaços criados a partir do conflito com o Parque contribuíram ao fortalecimento e ao empoderamento das lideranças comunitárias, assim como ao acesso à informação que pudesse ser usada pelos moradores para lutar com mais recursos frente ao Parque. É o conflito articulando as relações sociais mais fundamentais (TOURAINE 2006), como gerador de agregação e desagregação social (SIMMEL 1983, GLUCKMAN 1955), produtor de mudança e de novos arranjos na sociedade, assim como transformador das práticas sociais (FERREIRA 2012, 2005, 2004, 1999; FERREIRA et al. 2007; FERREIRA et al. 2001).

A posição frente à utilidade do ordenamento territorial baseado na identidade de alguns dos moradores reconhecidos como “morador tradicional”, pode variar muito em função do ator e do

nível da análise. No nível das lideranças comunitárias dos “tradicionais” este ordenamento parece não ter muita influência nas tomadas de decisão. Entretanto, a questão identitária por trás do ordenamento sim é importante para os moradores, funcionando como sua arma de luta. Já pelo lado da gestão local, o uso desse ordenamento é também muito importante politicamente. Para a gestão local esta poderia ter se tornado uma estratégia para fora do Parque, e não para dentro, devido a que significava criar um mecanismo institucional que assegurasse (e legitimasse) de alguma forma a presença dos moradores que, segundo a própria gestão local, teriam direito de permanência. Esta negociação se deu em outro nível da arena, como será visto mais à frente.

Outro bom exemplo da importância da análise multi-nivelada e dos vários papéis que alguns atores podem cumprir, estando em alguns casos agregados e em outros desagregados, são os moradores/lideranças que trabalham como funcionários do Parque. Um deles é uma liderança da comunidade do Sertão da Fazenda, funcionária de muitos anos do Parque e uma das cabeças comunitárias na luta pelo estabelecimento do Quilombo. Analisando em profundidade este caso podemos ver que existem distintos olhares para essa mesma situação e para o mesmo ator. Por um lado, ela pode, e de fato é, um nexos entre a gestão do Parque e a comunidade, mas, ao mesmo tempo, essa proximidade com a gestão faz com que alguns comunitários a vejam com certa desconfiança. *“Ainda acontece isso. É difícil. Dentro da própria comunidade é difícil. É difícil”* (02/2011), disse ela mesma quando se referiu a esse papel duplo e a sua relação estreita com ambos os lados. Um membro da gestão do NP se refere a esta situação assim: *“muitos dos trabalhadores do Parque são moradores, (...) isso é um ingrediente, e uma coisa extremamente complexa. Você tem moradores que trabalham, que são funcionários públicos dentro de uma UC. E eles sofrem com isso, e a UC também sofre. Muitos são hostilizados por trabalharem aqui”* (07/2011).

Já por outro lado, no nível intracomunitário, a moradora à que me refiro no parágrafo anterior teve de conquistar seu lugar dentro da comunidade aos poucos, devido a que não nasceu lá nem pertence a nenhuma das três famílias à que pertencem a maioria dos moradores: *“eu sou de outra família. Então, muitos não entendem. Eu, ainda de ser uma família que meus pais, meus avós e meus bisavós nasceram aqui na Fazenda (...). E aí, por que cria uma certa barreira, um certo medo. E eu trabalho aqui [no Parque] e putz, pior ainda. Quiseram me podar de todas as formas”* (02/2011), disse. Entretanto, em um nível mais alto na arena, esta moradora luta pela comunidade

como um todo para alcançar os objetivos que tem o grupo, conseguir a institucionalização do Quilombo e, com isso, um maior poder de negociação com a gestão do Parque.

Isto, claro, não quer dizer que ela mesma não tenha objetivos particulares nesta luta, como todos os atores têm. Em outras palavras, as diferenças e conflitos internos às comunidades podem não ser observáveis desde níveis mais altos de análise, os papéis dos atores variam e eles se agregam ou desagregam em função do nível e da situação (GLUCKMAN 1955). É possível que, em alguma situação específica, a divergência intracomunidade passe a ser visível numa arena mais ampla. Mas, é provável que isso seja só uma contingência e não aconteça sempre. Dessa forma, a tendência seria que, quando a situação acontece em uma arena de nível mais alto, os moradores¹³⁶ formem um bloco que lhes permita mobilizar maiores recursos de poder¹³⁷.

Ao longo de todo este processo, as lideranças comunitárias tiveram acesso a maior informação e, com isso, a mais ferramentas de luta, negociação e diálogo, assim como a maiores espaços para usá-las. Nesse sentido, se pode dizer que a assimetria de poder que existe atualmente entre os diversos atores, como entre moradores e gestores, é menor do que foi nos primeiros anos deste processo, quando o Parque era aquele ente *“poderoso, [que] ele tinha uma força sobre a gente que [era] difícil até de entender”* (07/2011). Ao longo de todo este tempo, a partir das relações entre os diversos atores, às vezes mais fáceis, às vezes mais difíceis, mais ou menos próximas, existiu um aprendizado, uma transformação. E isto não só aconteceu com os moradores, os gestores, os pesquisadores e os membros das ONG atuantes na região também têm aprendido, ao longo dos anos, a negociar, escutar e compartilhar espaços com os outros atores.

Sobre o surgimento de lideranças nas comunidades do NP, um membro de uma ONG local disse que se *“fortaleceram as lideranças a partir da interlocução com o Parque que começou ter”* (08/2011). Logo ela ressalta a influência do conflito nesse processo:

“O conflito com o Parque fortaleceu a comunidade de alguma forma. Tanto que eles conseguiram se organizar, pontoar, ir lá, invadir e tudo isso. (...). Tem o pessoal do Quilombo do

¹³⁶ Se falarmos, claro, naqueles reconhecidos como “tradicionais”. Já quando incluímos na análise àqueles sem esse estatuto jurídico, a situação se complica mais ainda.

¹³⁷ Gluckman (1955) descreve esta dinâmica usando os termos de Evans-Pritchard (1969, 1940) (ambos os autores se referem aos Nuer) de fissão e fusão. Fusão, quando os grupos se agrupam para lutar contra grupos maiores (ou, no caso, em níveis mais altos da arena); e, fissão, quando o conflito não envolve grupos maiores (ou, neste caso, no nível intracomunitário). Perrone-Moisés (2001) disse que este mecanismo de fissão-fusão de Evans-Pritchard (1969, 1940) é um princípio estrutural compartilhado pelos Nuer e os Dinka, pelo que não deveria espantar que os conflitos e as negociações de paz envolvam segmentos capazes de se unir e de se separar dependendo dos contextos políticos.

*Cambury, [por exemplo]. É uma coisa impressionante o que eles mudaram o discurso. Tudo bem que tem um trabalho do Itesp, do governo, da Fundação Palmares, que é um pessoal bacana, e que trabalhou bastante com as lideranças também. Mas, o discurso do A. que é artesão, [por exemplo]. Nossa senhora, ele não se comunicava. E fala disso do Quilombo com orgulho, acho o máximo e isso fez parte do processo. Inclusive dessa forma antagônica com o Parque. **Se não fosse tudo isso, eles iam estar lá massacrados por uma legislação que proíbe tudo**” (08/2011).*

Em definitivo, os espaços de diálogo, de luta e de negociação que foram criados a partir do conflito entre a gestão do Parque e os moradores de Picinguaba têm produzido lideranças, organização e empoderamento dos atores que fazem com que eles estejam bem mais capacitados para lutar pelos seus direitos do que estavam anos atrás. É obvio, então, que, independentemente de seus recursos de poder e influência, os atores sociais modificaram-se neste processo (FERREIRA 2004), originando um aprendizado social (FINGER 1996 *apud* FERREIRA 2004) no Núcleo Picinguaba.

Nesse sentido, um morador comentou que, quando aumentou seu acesso à informação, graças à interação com seus aliados, suas estratégias possíveis de ação se refinaram e, devido a isso, a própria relação com a gestão do Parque mudou: *“Aí começaram falar: vocês têm direito a isso, direito aquilo, aí sim. Aí que a comunidade... entendeu? Antes era ó, não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, aquilo isso, isso a gente já sabia, isso eles falavam sempre. Mas nosso direito? A gente tem direito a alguma coisa, né? Claro, para eles, enquanto menos a gente soubesse nosso direito era melhor. Mas depois não.”* (07/2011). A identidade é, sem dúvida, uma das armas de negociação e luta que maiores frutos têm trazido para os moradores.

DISCURSO DA IDENTIDADE COMO ARMA DE LUTA

Os moradores do Núcleo Picinguaba organizaram-se (e ainda se organizam) em torno da luta pelo direito à permanência, o direito à terra, recorrendo para isso a estratégias identitárias e a categorias como populações tradicionais, quilombolas e caiçaras¹³⁸. Aparentemente, e devido à rigidez da lei, os moradores tiveram que recorrer a este tipo de estratégia como um recurso de luta, frente ao que eles consideravam uma violação dos seus direitos mais elementares: o direito

¹³⁸ Jolivet e Léna (2000) dizem que “les études réalisées en Afrique, en Asie et en Amérique Latine montrent que, le plus souvent, les phénomènes identitaires en question, loin de constituer un simple repli face à une menace culturelle hégémonique – qui peut cependant, dans certains cas, avoir encore le dernier mot –, mettent en place des stratégies collectives innovantes pour tenter de maîtriser pratiquement et symboliquement un destin incertain” (JOLIVET e LÉNA 2000: 8).

de permanecer na terra e poder usar os recursos naturais. É provável que, devido a pouca flexibilidade das normas relacionadas às dimensões humanas nas Unidades de Conservação de Proteção Integral, os moradores originários tenham tido que chegar até o nível mais básico para lutar e reivindicar seus direitos: a identidade. A bandeira da “população tradicional” torna-se, então, arma de luta. Isto pode ser muito diferente ao que acontece nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável, como as RDS, onde as reivindicações podem vir desde outro tipo de estratégias, como o uso dos “conhecimentos tradicionais”. Este ponto será desenvolvido mais adiante.

Carneiro da Cunha (2009) disse que a “cultura” assumiu um novo papel como argumento político e serviu de “arma dos fracos”. Isto fica claro, continua a mesma autora, nos debates em torno dos direitos intelectuais sobre os conhecimentos dos povos tradicionais. Ela disse, adicionalmente, que enquanto a antropologia contemporânea vem procurando se desfazer da noção de cultura, vários povos estão mais do que nunca celebrando sua “cultura” e a utilizando com sucesso para obter reparações por danos políticos. Touraine (1988) disse que, na atualidade, a defesa comunitária de grupos camponeses, sejam eles indígenas ou não, indica a ligação mais forte entre o esforço para participar de um processo de modernização e a defesa de uma identidade. Dessa forma, existe a predominância das categorias políticas sobre as categorias sociais (TOURAINÉ 1988).

O uso político das categorias jurídicas como população tradicional (SIMÕES 2010), caiçaras e quilombolas é evidente no Núcleo Picinguaba. Quando consultada se a procura pelo reconhecimento como quilombolas tinha uma relação com os conflitos entre a comunidade e o Parque, uma liderança de um dos quilombos de Picinguaba disse: *“É, a comunidade se sentiu tão oprimida, tão pisada, que tinha que procurar uma solução. Tinha que fazer alguma coisa para sobreviver, e sendo quilombo, foi uma porta que se abriu. Pequeninha, foi. Mas você viu que dentro dessa portinha hoje temos luz, querendo ou não, tem o telecentro, tem internet”* (02/2011). Uma das principais propulsoras do reconhecimento quilombola da comunidade do Sertão da Fazenda disse: *“Aí, veio uma candidata a vereadora e falou: vocês estão sofrendo por quê? Vocês são remanescentes de quilombo. E, na época, Cambury já estava nessa luta. Vocês são remanescente, a lei que defende vocês, é uma lei federal. Aí, eu falei: menina, não é mesmo? Aí, eu comecei toda uma luta, eu fui em busca de uma associação como remanescente e foi aí, através da remanescente, que a coisa realmente começou melhorar pra gente”* (07/2011).

Da mesma forma, a liderança mais antiga desta mesma comunidade, falou sobre a forma como conheceram a figura jurídica de Quilombo e como se relaciona com a história da comunidade:

*“Conversei com umas pessoas. Eu já acompanhei muitos quilombos (...). Eu nasci em Cunha, fui para Paraty com 13 anos (...). E aqui cheguei com 18 anos, e casei. Eu já conhecia quilombo quando cheguei aqui. Conhecia quilombo da Serra da Bocaina, conhecia um em Cunha (...). Em Paraty descarregava navio negreiro que vinha da África. Então, Paraty é o lugar mais histórico que tem no litoral norte. (...) Tinha muito preto (...). Então, Campinho foi o primeiro quilombo reconhecido porque lá é a origem mesmo dos pretos e de lá espalhava (...). Esta fazenda era de Picinguaba (...). Eles, **quando chegou a libertação, não vendia a terra, entregava à paróquia, com isso a igreja, depois que gritou a libertação, veio e entregou a escritura (...). Quando começou ter que pagar, aí entrou o fazendeiro e entrou a lei. Depois disso tudo que veio o Parque, onde a gente morava muito tempo.** Eu tenho 11 filhos criados aqui. Veio o Parque e se decretou o Parque Estadual da Serra do Mar. Eu acho porque previram a depredação que ia dar, porque se não decretavam Parque ia estar igual lá, eu acho” (07/2011).*

Esta mesma liderança respondeu o seguinte quando lhe perguntei sobre as mudanças que esperava após o reconhecimento do Quilombo:

“Depois que estiver reconhecido como Quilombo, (...) o que acaba é a manipulação (...). Não vamos ser mais manipulado. Se tem gente na comunidade que sabe trabalhar não vai ser mais manipulado por político, por ninguém. Tem a defesa dele próprio. Entra verba deles próprio e pode fazer o que eles querem. Com um quilombo organizado não vai ser manipulado mais. Mas, na lei diz até dentro do quilombo não pode ter desmatamento irregular. É proibido, pesca predatória é proibido. Construção irregular é proibido. Seja dentro do Parque, fora, está na lei, tem (...). Se for reconhecido para quilombo e entrar verba para a comunidade e a comunidade pode assumir, pode receber o turismo (...), e não sentir falta de nada” (07/2011).

Independência, uma esperada emancipação das “pessoas de fora”, dos políticos, da gestão do Parque, poder decidir quais recursos usar e como usá-los, é o que deseja esta liderança. Ainda que ele fale diretamente sobre as regras, sabendo que existem regras sobre o uso dos recursos independentemente de eles estarem dentro de uma UC ou não, ele reivindica o benefício do uso para exclusividade da comunidade. A ideia de que só dentro das UC é que existem regras para o uso dos recursos naturais é muito difundida entre seus moradores: *“tem muito problema de comunicação. Se você fala para uma pessoa que não pode construir numa APP, é Lei Federal, não é do Parque, mas a culpa é colocada no Parque”* (07/2011), disse um membro da gestão do NP.

Esta percepção existe devido à falta de comunicação entre gestores e moradores, às deficiências nos esclarecimentos no momento do estabelecimento da área e, em muitos dos casos, à grande

separação que existe entre os objetivos da criação das UC se comparadas com os objetivos dos moradores. Aliás, talvez, a melhor palavra a ser usada aqui não seja “objetivos”. E falo isto porque, salvo algumas contadas exceções, dificilmente acharemos moradores destas áreas, com um histórico familiar e de trabalho nelas, que não desejem manter sua integridade, assim como os gestores também o desejam¹³⁹. Poderíamos, então, falar mais apropriadamente da diferença no “como”, como esse objetivo da conservação pretende ser alcançado; e até na mesma definição de conservação. Nestes casos, a UC se torna o ente da proibição, o ente que chega para proibir tudo, pescar, caçar, fazer roça, como se as leis que regem o uso dos recursos não fossem válidas também fora. Na UC os moradores personificam as regras¹⁴⁰.

Isto não acontece só no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral, nas de Uso Sustentável também acontece. A falta de esclarecimentos e de participação na gestão e no próprio estabelecimento das regras específicas de cada UC contribuem à existência dessa percepção entre os moradores. Por outro lado, em algumas regiões do país, a ausência do Estado fora das UC também pode contribuir com esta percepção. Assim, o uso da identidade surge como ferramenta para a luta emancipadora. A ideia da tradicionalidade emprestada dos antropólogos (VIANNA 2008, FERREIRA 1996)¹⁴¹, e mais recentemente dos gestores e ambientalistas (M.W.B ALMEIDA 2004)¹⁴², tem funcionado. Esta tradicionalidade pode se tornar um adjetivo de população ou um adjetivo de

¹³⁹ Tampouco se trata de ser inocente ao acreditar que todos os moradores de uma Unidade de Conservação têm a mesma ideia do que a conservação significa e quais seriam as medidas que deveriam ser adotadas para que ela seja garantida. Moradores locais podem derrubar grandes extensões de floresta para criar gado, por exemplo. O que me refiro aqui é ao fato de que, na maioria dos casos, os moradores destas áreas querem continuar trabalhando e usando os recursos naturais, e para isso eles precisam que os recursos existam. Os métodos de uso, às vezes mais acordes com a conservação, às vezes menos, podem ter mudado ao longo do tempo, como também pode ter mudado sua incorporação ao mercado, seu acesso à informação, suas expectativas de futuro, sua organização e suas relações, digamos, sócio-ecológicas. São diversas, então, as ideias sobre o que a conservação significa e sobre quais são os métodos que devem ser adotados para que ela possa ser alcançada.

¹⁴⁰ Como já foi comentado antes, e no mesmo sentido que as Unidades de Conservação se tornam o ente da proibição, o “meio ambiente” se torna quase um sinônimo de regras, de proibições e de pessoas relacionada à fiscalização que chegaram de fora para atrapalhar a vida dos moradores dessas áreas.

¹⁴¹ Carneiro da Cunha (2009) disse que foram os antropólogos os principais provedores da ideia de “cultura” (com aspas), levando-a na bagagem e garantindo sua viagem de ida. Desde então, continua a mesma autora, a “cultura” passou a ser adotada e renovada na periferia, e tornou-se um argumento central não só nas reivindicações de terras como em todas as demais.

¹⁴² Segundo M.W.B. Almeida (2004), vários líderes seringueiros apropriaram-se de parte do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos (M.W.B. ALMEIDA 2004: 34).

conhecimento. Populações tradicionais e conhecimentos tradicionais são ideias usadas por estes moradores em função da conjuntura institucional. Mais à frente discutirei isto com mais detalhe.

Voltando a Picinguaba, um dos moradores do Cambury, considerado em princípio como “de fora” pela gestão do Parque, mas com raízes familiares na comunidade, narra o processo do pedido de estabelecimento do Quilombo, reforçando a preocupação pela terra e pelo direito ao trabalho que, segundo ele, o Parque não os deixava realizar:

*“O Zezinho entrou de prefeito. Aí, uma época tivemos uma reunião lá. E (...) falou pra G: ó, tem uma lei para você se escapular do Parque. O G. perguntou: que lei é essa? O Zezinho chegou e disse: é a lei quilombo. Quilombo que dá direito aos morador da terra. (...) Na época, G. saía de casa em casa convidando às 6 horas da manhã. Um virava pro G. e dizia: o senhor tá caduco, o senhor depois de velho está caduco. O senhor **vai dar nossa terra pro governo!** O G.: não, não vou dar a terra pro governo. O governo já aprova que a terra é dele. E nós formamos uma associação, que a associação fala quilombo e dá direito os morador da terra tirar a terra da mão do governo pra nós criar nossos filhos, bisneto e tataraneto (...). **A lei de quilombo é uma lei que dá nosso direito de nós voltar trabalhar acima da terra.** Que hoje o Parque não deixa nós trabalhar (...). E G. desistiu de tanta pedrada. Ninguém queria. (...) E os florestal começou a continuar. (...) Isso não pode acontecer, gente! O morador da terra, criado e nascido na terra pressionado sem poder trabalhar. Nós ia pra roça e estava por cima e estava filmando. Vinha pra cá e os caras estavam perturbando por não poder fazer nada. E aí, falei: tio, vamos levantar esse quilombo? (...) E fomos fazendo reunião, ajeitando. E A. disse um dia: a gente tem que sair da boca e ir pro papel. Como é que nos faz? Olha, Cassandoca já está mais andada, já sabe como é que faz. E se juntemo, aluguelo um carro e batemo 10 pessoas para Cassandoca. Fazendo reunião com seu A., (...) ele disse: nós temos que ir pra São Paulo, procurar a procuradora pública, assembléia legislativa, e procurar o ITESP. E aí, que que fizemos? Foi 10 pessoas daqui e 8 da Cassandoca pra São Paulo. (...) E aí, mapeamos Cambury inteiro, até a praia brava, a última do Cambury (...). Aí, ITESP desceu pra reconhecer e fazer o mapeamento. E nisso, lá dentro, quando bateu ITESP chegou e disse, vocês estão com a faca e o queijo na mão, com o mapa de Cambury, já está pronto. E andemo, corremo atrás. Chegou em 2005 e Cambury foi reconhecido como quilombola (...). Aí, o governo na época entregou o livro de reconhecimento de terra e aí, ficou aquela pega (...). Aí, a luz e a briga da luz (...).” (02/2011).*

A busca da emancipação, da autonomia, por parte dos moradores de Picinguaba está intimamente relacionada à estratégia identitária. Isto parece estar claro também para a gestão do Parque. A gestora do PESM sob cuja gestão foram implementadas as ZHCAn e as ZOT, tipo de ordenamento do território baseado no “estatuto jurídico de tradicionais” dos moradores (SIMÕES 2010), disse que “a questão do quilombo surgiu lá na região como uma necessidade, como uma possibilidade, como uma perspectiva jurídica para garantir a permanência na terra, e a autoridade que geraria,

então, a autonomia total que eles imaginam. Com certeza o quilombo está ligadíssimo a essa situação” (06/2011).

Esta autonomia imaginada está relacionada ao direito à terra, e ao consequente uso dos recursos, pelo que identidade e luta pela terra podem ser consideradas faces da mesma moeda (FARIAS JR. 2010, LITTLE 2002, CASTRO 2000, JOLIVET e LÉNA 2000) ¹⁴³. Sobre isto, esta gestora comentou que

“a questão da terra é sim a questão de discussão deles. Associada a questão da autonomia (...). Então, é o quilombo que trouxe essa abordagem. Então, a identidade se constrói a partir daí, no meu entendimento. No Sertão da Fazenda aconteceu um processo parecido, no sentido de que, a medida de que eles foram vendo que o procedimento que a gente foi construindo em Cambury [processo de implementação da ZHCAn e do Plano de Uso Tradicional¹⁴⁴], foi pra eles e na cabeça deles um procedimento tolhedor e não um procedimento possibilitador de acesso e uso aos recursos (...). Eles optaram por correr atrás da questão quilombola de uma forma ainda mais ajombrada, forjada, né? A identidade mesmo da questão quilombola (...) Talvez a L., três ou quatro mais, mas dos demais ficam muito esquisitos¹⁴⁵” (06/2011).

Segundo ela, a estratégia identitária está relacionada à autonomia e ao direito à terra, pelo que a comunidade do Sertão da Fazenda teria optado por ela por achar que a proposta da gestão do Parque, relacionada ao ordenamento do território segundo o plano de manejo, era um procedimento, digamos, repressor, que os privaria dos direitos pelos que lutavam. A respeito disso, um pesquisador com grande experiência e conhecimento da área disse: *“Então, na Casa da Farinha¹⁴⁶, no começo, você teve uma coisa da contestação da briga, da oposição. E, talvez, foi, eu acho, um dos primeiros lugares que eu ouvi uma posição, por parte dos moradores, de quem era turista e quem era de fato morador” (02/2012).* A questão identitária, no sentido da diferenciação

¹⁴³ Castro (2000) diz que “a experiência da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos traz à linha de frente mais uma dimensão das lutas de grupos na defesa de direitos territoriais. A reivindicação do direito à terra de ancestrais estrutura a argumentação sobre outros direitos: a afirmação étnica, o território de uso comum, enfim, a reprodução de sua constituição como grupo agroextrativista. Campo de luta no qual se movimentam com ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas dos ancestrais. O reconhecimento dos lugares ocupados na história do grupo permite refazer dimensões específicas de ser e existir como camponês e negro. O território é fundamental à reprodução de sua existência e a manutenção da sua identidade” (CASTRO 2000: 177-178).

¹⁴⁴ Detalhes destes processos podem ser encontrados em Simões (2010).

¹⁴⁵ Ela se refere aqui a uma liderança da comunidade que teria mais “legitimidade” para se declarar quilombola do que outros moradores da mesma comunidade. Isto, por um lado, pode ser discutível, já que a lei diz que as pessoas devem autodeclarar-se como quilombolas. Mas, por outro, pode reforçar a ideia de que a questão identitária foi a estratégia possível que os moradores conseguiram adotar, o que a tornou sua arma de luta pela permanência, direitos sobre a terra e uso dos recursos naturais.

¹⁴⁶ A comunidade Sertão da Fazenda é conhecida também como a Casa da Farinha ou a Fazenda da Caixa, como já foi dito anteriormente.

entre os “do lugar” e os turistas, está presente desde cedo nas estratégias dos moradores desta comunidade e já foi comentada anteriormente.

Um membro da gestão do Parque disse, a respeito do processo de reconhecimento como remanescentes quilombolas por parte das comunidades, que *“uma das estratégias mais legais que já vi aqui (...), [foi na] comunidade da Fazenda: Pô! Estamos perdendo nossa terra, o Parque esta aqui. Vieram pessoas e falaram, olha vocês têm certo descendente de quilombola, vira Quilombo que a terra é de vocês (...). E é isso, e para mim é legítimo. Se eu estivesse aí, vou perder minha terra, vou perder tudo e vão me mandar para a cidade, então sou quilombola apartir de hoje. E fizeram, e a terra é deles”* (07/2011).

Da mesma forma, ainda que sem tanta força legal, a identidade caiçara está presente no discurso reivindicatório das comunidades que não têm a possibilidade de recorrer ao Quilombo. Uma liderança de Ubatumirim disse *“(...) eu sou daqui de Ubatuba, sou do Sertão de Ubatumirim, família caiçara, né? Gerou muitas gerações ali”* (05/2010). Este mesmo morador utilizou a história caiçara da comunidade para declarar sua oposição às políticas do Parque a respeito do uso dos recursos e da permanência da população, assim como da necessidade do conhecimento e da valorização da cultura caiçara para garantir a conservação da área:

*“Eu acho que **há pouco conhecimento da cultura caiçara**, pouco entendimento para se saber realmente o que deve ser feito para que, daqui para frente, tenha uma convivência pacífica entre comunidade e o Parque. Não que o caiçara não queira expor a sua vida, existem informações e muitas, existem livros escritos sobre a cultura caiçara, aqui de nossa região, desse cantinho do norte de Ubatuba. Então, informação tem aí. E os caiçaras estão aí, eles não mudam, estão lá no mesmo lugar, qualquer pessoa que for, tenho certeza que vai ter um diálogo aconchegante, informação precisa, de forma bem natural, para tirar toda dúvida e conhecer melhor a cultura caiçara. Porque a partir do momento em que há o conhecimento de algo ele pode ser compreendido. Se não se conhece como funciona, não se compreende. Então, eu acho que tem que haver o interesse de querer conhecer a cultura caiçara e querer respeitá-la. Eu acho que esse é detalhe, querer priorizar o caiçara, a cultura caiçara, é também querer preservar a conservação do meio ambiente, eu acho isso. **Não existe conservação sem história do caiçara.** Tá uma coisa ligada a outra. A cultura caiçara, ela é responsável pelo que a gente tem de riqueza hoje, em nível mundial. Então, por que não, não priorizar o caiçara, valorizar todo a bagagem cultural que ele tem?”* (05/2010).

Da mesma forma, uma ex-presidenta da associação da comunidade de Ubatumirim se apóia na identidade caiçara e no fato deles serem do lugar para defender seus direitos: *“o nosso direito eles nunca vão tirar, porque nós somos nativos, tradicional, né? Nunca eles vão conseguir tirar nós*

daqui. Então, a gente vai lutando, vai brigando. Eles vão dificultando as coisas pra gente, a gente vai pegando outros caminhos e vai dificultando as coisas para eles também. Porque hoje, nosso lado aqui em Ubatuba é o campeão, primeiro lugar de preservação do mundo. E isto está tudo preservado aqui porque foram os nativos que preservaram” (05/2010). A incorporação da tradicionalidade como referência de luta e de reivindicação é clara, assim como também o são as estratégias seguidas pelas lideranças locais em função a conjuntura¹⁴⁷. Também é interessante ressaltar a ligação que fazem entre a conservação e a identidade caiçara, dizendo que sua região “é campeão de conservação no mundo”. Esta informação e o uso que dela fazem os moradores deve ter vindo com outros atores atuantes na região, talvez dos mesmos gestores, membros de ONGs e de pesquisadores. Lima e Pozzobon (2005) dizem, neste sentido, que as “populações tradicionais”, incorporaram a marca ecológica às suas identidades políticas como estratégia para legitimar novas e antigas reivindicações sociais.

Por outro lado, e como já foi dito, não só os moradores usam as categorias identitárias, mas todos os outros atores, desde a gestão até os pesquisadores¹⁴⁸. A própria gestão do Parque passou a utilizar o “estatuto jurídico de tradicionais” (SIMÕES 2010) para poder diferenciar entre os moradores com quem seria permitido negociar e aqueles excluídos do processo. Ainda que o PESM seja uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e, segundo a Lei, não possa ter moradores no seu interior, o NP tem quatro comunidades bem estabelecidas (Sertão de Ubatumirim, Vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Cambury). Estas áreas são consideradas hoje como Zonas de Ocupação Temporária (ZOT) ou Zonas Histórico Culturais Antropológicas (ZHCA) segundo seus moradores tenham o estatuto jurídico de tradicionais ou não (SÃO PAULO 2006. Para detalhes e uma abordagem analítica ver SIMÕES 2010).

Segundo Simões (2010), os ocupantes enquadrados como “temporários” foram excluídos de um conjunto de benefícios, como a possibilidade de instalação de energia elétrica (exceto em casos

¹⁴⁷ Como já foi dito anteriormente, na Constituição Federal de 1988 e na mesma Lei do SNUC se reconhecem os direitos das “populações tradicionais”. Isto, sem dúvida, é a base desta conjuntura.

¹⁴⁸ Segundo Ferreira (1996): “a categoria “populações tradicionais” tem sido amplamente utilizada por ambientalistas e pesquisadores com o objetivo político de reivindicar o direito desses grupos sociais a permanecerem na terra. O critério utilizado para justificar a permanência é cultural e aponta para a compatibilidade entre sua permanência nos domínios da mata e a manutenção dos recursos ali existentes durante o predomínio da ocupação caiçara. As divergências no âmbito da reivindicação são eminentemente antropológicas, ficando circunscritas exclusivamente aos limites da categoria empregada. É uma discussão interminável sobre quem são os verdadeiros guardiões da cultura caiçara, como se a questão central fosse delimitar um período temporal de permanência no local, que fosse adequado à boa preservação” (FERREIRA 1996: 145-146).

considerados especiais pelos gestores), expansão das áreas ocupadas e reformas voluptuárias nas edificações já existentes, estando sob restrições de uso dos recursos e ocupação que se limitam à possibilidade de manter o uso já existente a partir da implantação do Parque (roças, criação de animais, edificações), sem a possibilidade de expandir. Quanto às ZHCAn, continua Simões (2010), caracterizam-se por territórios geograficamente espacializados ocupados predominantemente por residentes com estatuto jurídico de tradicionais, nos quais foi estabelecida a possibilidade de permanência dos mesmos, sob determinados regimes de uso do território e dos recursos, pois se trata de quilombolas e caiçaras, compondo vilas consolidadas anteriormente à criação do PESM, apresentando peculiaridades socioculturais.

Entretanto, é importante não esquecer que quando é criada uma categoria também se está criando uma categoria oposta¹⁴⁹. Dito de outra forma, quando se diz para um tipo de pessoas que foi decidido quem elas são, que são “tradicionais”, por exemplo, se deve levar em consideração que, ao mesmo tempo, se está definindo para o restante o que elas não são. O nível de arbitrariedade na escolha de quem pertence à categoria pode ser discutido, mas é inquestionável a existência dessa arbitrariedade¹⁵⁰. Basear a discussão do território, acesso aos recursos naturais e, inclusive, o alcance dos serviços básicos nessas categorias pode ser um tanto perigoso. As categorias identitárias são o pilar do ordenamento do território dentro do Parque. Assim, no plano de manejo, as ZHCAn e as ZOT, não são realmente áreas, mas pessoas. E me refiro a que são pessoas porque estão definidas a partir de quem habita nelas, se elas são consideradas tradicionais ou não. O mapa do Plano de Manejo onde as ZOT e as ZHCAn estão desenhadas é uma representação da localização dos moradores com um e outro estatuto jurídico. Entretanto, um morador com o estatuto jurídico de tradicional pode ser vizinho de um que não tenha esse mesmo estatuto, sendo que a área usada pelo primeiro se encaixaria dentro de uma ZHCAn e a do seu vizinho dentro de uma ZOT.

¹⁴⁹ Segundo Ferreira (1996), “a categoria “populações tradicionais” oculta também um grave problema político, representado pela discriminação de outras categorias sociais atraídas ao litoral em busca das oportunidades apresentadas por um mercado de trabalho aparentemente promissor, que continuam à margem das políticas sociais” (FERREIRA 1996: 143).

¹⁵⁰ E me refiro a esta arbitrariedade levando também em consideração que existem umas normas legais por trás dessas definições. A Convenção 169, por exemplo. A gestão do Parque, ou quaisquer órgãos vão decidir se aqueles grupos sociais, ou aqueles indivíduos, são de fato “tradicionais”.

Isto também pode ser um motivo de conflito interno às comunidades¹⁵¹. O posicionamento da gestão sobre com quem é permitido a participar da negociação e quem é excluído dela, baseado nestas categorias, cria uma brecha entre um e outro tipo de morador que, provavelmente, não existia antes¹⁵². Ou ressignifica essas brechas e conflitos intracomunitários dando-lhes outras características (CAMPOS 2006). Durante uma das entrevistas a uma liderança da comunidade de Ubatumirim, lhe pedi para que me indicasse alguém que não fosse da comunidade para uma posterior entrevista. Ela indicou o nome de uma senhora que morava na comunidade, perto da sua casa. Mas, diante minha pergunta de quanto tempo tinha essa pessoa “de fora”, não tradicional, morando na comunidade, ela me disse que “uns 50 anos” (07/2010)¹⁵³. Uma liderança de Ubatumirim disse a respeito deste assunto: “*Houve situações de misturar de quem é tradicional e quem não é. E virou um embate interno no bairro seríssimo que ocasionou, inclusive hoje, uma completa desfragmentação democrática no bairro*” (05/2010).

A discussão dos direitos baseados na identidade, no “quem”, será discutida mais adiante, mas o certo é que este debate desvenda dinâmicas sociais que são muito especiais. Segundo Arruti (1997), as fronteiras entre quem é e quem não é da comunidade, quase sempre muito porosas, passam a ganhar rigidez e novos critérios de distinção, genealogias e parentescos horizontais passam a ser recuperados como formas de comprovação da inclusão ou não de indivíduos na coletividade. A adoção da identidade de remanescentes (no caso quilombola), continua o mesmo

¹⁵¹ Mendes e Ferreira (2009) dizem que, devido à inserção do Estado enquanto gestor de políticas diferenciadas para indígenas (mas, esta situação poderia ser extrapolada para o restante de “populações tradicionais”) suscita reações diversas do ponto de vista sociológico: umas pessoas não se reconhecem ou não são reconhecidas enquanto indígenas, mas moram em comunidades onde a maioria se reconhece como tal; como também há disputas que tem a ver com a legitimidade da indianidade dos grupos que se reconhecem assim. Isto origina, continuam as mesmas autoras, uma arena de disputas em que os conceitos e as identidades não existem de forma substantiva e cristalizada, mas que são construções sociais e políticas que vão sendo definidas no curso da história e por atores políticos.

¹⁵² Quando me refiro a essa brecha quero dizer a diferenciação entre moradores “tradicionais” e aqueles “de fora”, mas que podem ter muitos anos morando na área, ter família originária na mesma, realizar práticas de uso dos recursos similares, formar parte das comunidades; e não aos “turistas” que tem na área só casa de segunda moradia e não estão inseridos na comunidade. As diferenças entre moradores “turistas” e moradores “tradicionais” serão mais discutidas no próximo capítulo.

¹⁵³ É pertinente aqui a abordagem de Carneiro (1998) que, ao discutir a ruralidade no contexto atual, disse que o desaparecimento da fronteira entre o “rural” e o “urbano” estaria diretamente associado à ideia de descaracterização do que se poderia chamar “cultura camponesa”. Nesse sentido, continua a mesma autora, as relações sociais e as organizações sociais se dispõem em um *continuum* entre dois eixos que variariam apenas em intensidade (do mais ao menos urbano) e não mais de natureza. Nessa perspectiva, se entende que a expansão da sociedade urbano-industrial e as transformações por ela engendradas no campo não implicam obrigatoriamente a descaracterização das culturas locais, ou tradicionais, mas a redefinição ou reelaboração de práticas e códigos culturais, a partir da relação de alteridade com o que é reconhecido como “de fora”, de maneira a poder consolidar a identidade local com base no sentimento de pertencimento a uma dada localidade (CARNEIRO 1998).

autor, por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade.

O surgimento destas categorias, aparentemente, provém da experiência empírica (muito valiosa) da gestão do Parque, e está baseada na legislação do Estado, obviamente. A discussão que se propicia a partir disso teria como pergunta básica: em que se deve basear a estratégia de incorporação dos moradores na gestão do Parque, dos seus direitos e seu uso dos recursos? Em uma questão moral, histórica, identitária ou pragmática? Talvez a questão identitária reproduza as clivagens já existentes, e se torne uma discussão que não tem, pelas suas próprias características, muita capacidade para evoluir e criar espaços nos quais se discuta o uso dos recursos naturais e o acesso à terra de uma forma mais abrangente.

Por outro lado, poderia parecer que, se analisarmos o discurso dos moradores desde a perspectiva da identidade e da cultura, na realidade estaríamos enxergando só a ponta de um iceberg, que ocultaria outra série de interesses entrelaçados, principalmente, à propriedade da terra e ao direito ao trabalho¹⁵⁴. Aparentemente, as condições e as características desta arena fazem com que seja mais fácil dialogar, negociar e lutar baseados na identidade do que em termos de propriedade. É importante salientar aqui que os próprios técnicos têm dificuldade em assumir que existe uma perspectiva materialista no discurso dos moradores ditos tradicionais. Ao que parece, esses técnicos creem que um discurso culturalista seja mais legítimo, mais honrado e mais justo. Em outras palavras, e como será discutido em seguida, a arena favorece a luta e as ações dos moradores baseadas nas reivindicações identitárias em detrimento das de propriedade, das econômicas e das relacionadas ao trabalho.

¹⁵⁴ Moura (1988) se refere à lógica dos conflitos sociais na área do sertão de Minas Gerais, onde ela desenvolveu sua pesquisa, como a expulsão e a invasão das terras dos lavradores. A mudança dramática, continua, supre exigências de redefinição da lógica econômica, que prescinde – numa área onde o capital é raro e caro – de mudanças tecnológicas que dariam nova roupagem à reprodução econômica. Desta forma, o peso maior da mudança recai sobre as relações sociais que unem lavradores à terra e ao trabalho.

ESTRATÉGIAS POSSÍVEIS¹⁵⁵

Segundo os moradores, os espaços de negociação e os recursos de poder das comunidades dentro desses espaços aumentaram só depois que começou o processo de reconhecimento como Quilombo. Este processo não foi nem é fácil, mas para eles representa uma mudança. Uma das lideranças do Quilombo da Fazenda disse:

*“Então, isso do Quilombo tem muito tempo (...). A gente começou a trabalhar, e você sabe que leva tempo, até você construir leva muito tempo. E aí, quando a gente construiu a associação, mesmo (já vai ter 9 anos de construção) (...) os conflitos começaram a diminuir um pouco. Porque aí, é claro, quando eles [os gestores] vêm, eles esbarram com a lei. Então, quando tem lei todo mundo fica meio (...) e quando eles sabem que tem alguém instruindo a comunidade, que **a comunidade tem uma lei que defende ela** (...). [Porque], enquanto você não tem lei nenhuma para apresentar, todo mundo faz gatos e sapatos. Eles não sabem, então vamos aproveitar. Aí, quando comecei a esfregar a lei na cara deles, e dizer, peraí, não é bem assim, dá um tempo, vocês estão errados. Aí, a **gente começou a negociar**, a ter entendimento. Aí, a gente começou a poder sentar e conversar. Aí, o Parque já senta e conversa, e até querem ser parceiro, entendeu? Hoje eles são parceiro da gente, entendeu? Hoje eles são parceiro da gente, mas antes eles não queriam nem saber” (07/2011).*

Fica evidente, então, como, segundo as lideranças locais, a lei deu, e dá, recursos de poder aos quilombolas. Segundo eles, só depois disso, tiveram o poder de negociar e “sentar com o Parque” para conversar.

Devido a vários comentários, opiniões e conflitos sobre as questões relacionadas à propriedade da terra pelas comunidades e ao uso da questão identitária como estratégia que permitiria isto, se pode reconhecer um confronto entre a propriedade coletiva da terra e a propriedade individual. A respeito da opinião dos moradores do Sertão da Fazenda sobre a propriedade individual da terra no interior da comunidade em contraposição ao estabelecimento do Quilombo e, por conseguinte, a obtenção da propriedade coletiva, o líder mais antigo da comunidade comentou que:

*“O quilombo é o seguinte: aqui tem três famílias, Assunção, Vieira e Vargas. Então, a gente tem que respeitar, eu tenho meus filhos, o Vargas tem os dele, o outro tem os dele. **O título é coletivo, mas o setor é do outro. Tem dividido o setor segundo as famílias**, setor do Vargas, do Vargas; setor do Vieira, do Vieira, e assim. As pessoas que estão fora (...) e agora querem voltar, porque agora a coisa melhorou, e ficou comprovado que é da origem, por um perito de fora, (...)”*

¹⁵⁵ Quando uso aqui o termo “possíveis”, quero referir-me a que os atores locais optaram por algumas opções a partir das situações concretas que se apresentaram ao longo do processo histórico. Quer dizer, a conjuntura e as circunstâncias favoreceram determinadas estratégias de ação e, desta forma, os atores as escolheram e as seguiram.

*Se for da minha parte fica no meu setor, e assim. Se não, tem mais espaço, o território é grande. **Eu acho que esse negócio de posse de cada um dentro acho que não.** (...) Tem um setor para cada família e sobra um pouco. (...) Então, eu acho que a comunidade não deve estar brigando por causa de terra. Agora, **o setor de cada um é o setor de cada um**" (07/2011).*

É interessante ressaltar aqui a diferença entre o quilombo do Sertão da Fazenda e o quilombo do Cambury a respeito deste assunto. Na comunidade Sertão da Fazenda, ainda que pareça que todo o território formaria parte da propriedade coletiva, na prática não funciona assim. Cada família tem garantida e já dividida e reconhecida internamente sua parcela de terra. Por outro lado, em Cambury esta divisão não tem sido registrada. Entretanto, provavelmente exista uma organização do território do Cambury em função da própria organização interna da comunidade.

Discutindo os assuntos relacionados ao estabelecimento do Quilombo do Cambury e à questão da terra, um morador da comunidade que trabalha estreitamente com uma ONG da região comentou o fato de que parte dos moradores não quisesse formar parte do quilombo e os motivos que tiveram para isso: *"Eles acharam que nós ia dar terra pro governo (...). E eles não quiseram se auto-reconhecer como quilombola, porque íamos dar terra pro governo"* (02/2011). Então, eles queriam segurar a própria terra ainda que fosse dentro do Parque?, lhei perguntei: *"Eles queriam dizer que eles tinham direito à terra e não o governo que tinha direito à terra"* (02/2011). O que eles queriam era o direito a título de terra deles, de forma particular?: *"É, (...) para nós ter direito à terra, nós tinha que formar o Quilombo. Foi que formamos o Quilombo"* (02/2011). Na explicação deste morador se reforça a ideia de que a estratégia possível que alguns dos moradores de Cambury seguiram foi a da propriedade coletiva da terra, ainda que, com isso, deixassem de ter direitos sobre a propriedade particular que almejavam. Outra parte da comunidade ainda preferiu continuar em uma luta pela propriedade individual e não se associaram ao quilombo.

Sobre essa diferença de perspectivas, entre a propriedade individual e a propriedade coletiva, a antiga liderança do Setor da Fazenda disse:

*"O pessoal ainda não esta entendendo muito, é por isso que está tendo um problema de confusão aí. Porque (...) agora estão fazendo uma associação (...). Não estão entendendo que é o coletivo, coletivo não é tudo. **Coletivo é da associação.** Se você faz uma festa, a associação pega o dinheiro. Se você tem um restaurantezinho, é da pessoa e é a alternativa econômica da pessoa na comunidade. Agora, a pessoa tem obrigação de pagar a mensalidade"* (07/2011).

FOTO: JORGE CALVIMONTES

Os moradores desta comunidade têm tido uma relação de maior distância com a gestão, devido principalmente à fiscalização que tem acontecido no bairro. Uma liderança desta comunidade disse: *“esse tipo de ações, fiscalização (...). Isso não é o ideal. Acho que o diálogo é muito melhor, porque para fiscalizar tem eficiência enorme, mas para viabilizar soluções não funciona. E o pessoal fica enfurecido com isso”* (07/2011). A atividade econômica principal na comunidade é a agricultura (de banana, na sua maioria), o que dificulta muito a negociação. Quando consultado se achava que ambos, o Parque e a comunidade, poderiam conviver e conseguir seus objetivos juntos, uma liderança da comunidade respondeu:

*“Legalmente falando, não. Você sabe que o entendimento legal do que é um Parque não pode ter gente dentro. Então, foi feito o negócio já errado. Olha, é difícil saber qual tipo, qual estrutura, de Unidade de Conservação poderia estar conciliado com os interesses da comunidade de Ubatumirim. E, já foi proposta uma **mudança de categoria e nenhuma delas se adéqua à necessidade local. Até eu cheguei a falar que tem que ser feita a criação de uma outra unidade, uma AUEC, uma área de uso especial caiçara.** Mas é uma coisa (...). Mas, caiçara está com todo esse pique não. Para isso não, para ter que fazer uma mudança legislativa no Brasil”* (05/2010).

E uma RDS ou uma Resex?, lhe perguntei.

“Não, não dá, porque uma parte é boa e outra parte não. Então, já esperamos tanto, tanto que tem que ser uma coisa que ajude de vez. Pela metade, é melhor do jeito que está. Então, é difícil conciliar que vai resolver não. Eu acho que essa briga vai durar bastante tempo. Assim, não sou pessimista não. Não quero pensar o pior, mas do jeito que vai, não tem perspectivas de coisas boas acontecerem não. (...) Eu acho que pode esquentar de novo a questão e aí fica ruim, porque eu vi como foi lá na época da invasão, foi chato, foi (...) e a gente percebe o temor da comunidade. Eles vão, vão, chega uma hora que explode” (05/2010).

A partir deste depoimento, é muito interessante pensar na discussão sobre as alternativas de manejo do território em Ubatumirim e como isso pode ser extrapolado ao restante dos territórios comunitários do Núcleo Picinguaba. Quando esta liderança disse que nenhuma das alternativas até hoje oferecidas, ou permitidas pela lei, está de acordo com a realidade da comunidade, está referindo-se basicamente à propriedade da terra. Permitir a recategorização da área para uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável seria, segundo ele, abdicar do direito que eles têm da propriedade da terra e o consequente uso dos recursos naturais nela contidos. No momento em que eles concordarem com a RDS, deixariam de ter direito de propriedade da terra, um direito pelo qual eles têm lutado desde que foi estabelecido o Parque.

Em outra ocasião, eu voltei a perguntar para esta mesma liderança sobre a possibilidade de o território de Ubatumirim se tornar uma RDS. Ele disse que *“parece que [a RDS] não tem o domínio da terra, né? Não adianta! Já basta eles terem colocado um Parque encima de nós”* (07/2011), e reforça a ideia de que *“se virasse território caiçara, aí seria diferente (...). Uma área específica para nós. Uma AUEC com regulamentação segundo nossos padrões”* (07/2011). Eu lhe perguntei se essa nova área, a AUEC, deveria garantir a propriedade privada da terra. Ele disse: *“com certeza, disso a gente não abre mão nunca. (...) se precisar ir no Oriente Médio procurar um míssil a gente vai”* (07/2011). Então, é muito importante a propriedade da terra?, lhe perguntei. Ele continuou: *“lógico, nossos avós vieram morrer aqui e a gente vai dar nossa terra?”* (07/2011). Essa mesma motivação parece ter sido a causante de que parte da comunidade Cambury não tenha se aderido ao quilombo. Outros conflitos internos à comunidade podem ter influenciado neste processo, sem dúvida, mas o que se pode resgatar dos depoimentos das lideranças destes moradores apontam a essa conclusão.

Essa mesma liderança tem usado esse discurso, se referindo a uma nova forma de ordenamento do território da comunidade do Sertão de Ubatumirim em várias situações. Um membro de uma ONG que apoia à comunidade relatou que isso tinha acontecido numa reunião entre gestores da Fundação Florestal e os moradores da comunidade com presença de outros atores, onde ela serviu de facilitadora:

“Semana passada teve uma reunião em Ubatumirim e assim, tipo, é um negócio insolúvel a negociação. Não conversa com as demandas. E a gente ali, tudo mundo, diversos órgãos tentando achar um caminho. Mas, no final, a fala de um caiçara: ‘a gente não quer só desafetar do Parque, mas essas UC de conservação que existem, esses modelos não servem para a gente. Nem a Resex nem a RDS, não cabe para nós. A gente quer uma UC para Ubatumirim com as especificidades de Ubatumirim’. E eles estão com uma proposta. Pediram a gente ajudar eles. (...) E é uma questão muito complexa” (07/2011).

Como foi dito anteriormente, o uso da estratégia identitária dos moradores de Picinguaba para garantir seu direito à discussão e à permanência no próprio território evoluiu para uma estratégia de propriedade coletiva da terra (os territórios quilombolas, por exemplo). Esta estratégia identitária e seu uso como arma de luta para poder criar espaços de negociação, para poder ter uma lei que os ampare e sob a qual se sintam protegidos, assim como para garantir sua permanência na área, foi o que as circunstâncias ofereceram para eles. A arena favoreceu esta possibilidade, devido à conjuntura política e a alguns atores chave que se tornaram aliados dos

moradores. Desta forma, as lideranças comunitárias tomaram a estratégia identitária e foram atrás de todo o que fosse preciso para poder usá-la.

Talvez, esta estratégia não foi a que eles mais tivessem desejado, mas foi a que as possibilidades lhes ofereceram. Provavelmente, as estratégias relacionadas à propriedade individual da terra teriam sido as preferidas, se elas tivessem sido possíveis¹⁵⁶. Entretanto, esta estratégia tem originado algumas clivagens no interior das comunidades. A mais clara delas é a separação da comunidade Cambury, onde só a metade da comunidade fazia parte do Quilombo reconhecido, pelo menos até o fechamento desta pesquisa. Aparentemente, essa divisão pareceria ocasionada pelos desacordos a respeito das questões identitárias (como os moradores que não se sentem quilombolas)¹⁵⁷, mas, muito provavelmente, ou na maioria dos casos, esse conflito esteve relacionado à forma de encarar a propriedade da terra. “*Se um dia eu quero ir embora, ou se meu filho quer vender, ou fazer casa, não pode*” (05/2010), disse um morador da comunidade que não pertence ao quilombo. Nesse sentido, parece evidente que eles querem ter direito a escolher o que fazer com sua terra, individualmente. Se algum deles quiser ir embora, quer ter a possibilidade de vender suas terras, mas sabem que com o estabelecimento do quilombo não vão ter essa alternativa.

Em outras palavras, um morador quilombola de um território legalmente reconhecido não poderia dispor da terra como bem lhe conviesse, pois a terra não se constitui como propriedade privada individual. Aparentemente, essa estratégia de reivindicar propriedade coletiva era a única possibilidade naquela ocasião e, favorecida pela conjuntura, transformou-se em uma arma de luta. Se os então moradores tivessem entrado na arena a partir da propriedade individual, e talvez tenham feito isso no começo da história, o diálogo não teria sido possível. Foi a partir da posição de defesa dos direitos relativos a identidades específicas, que justificavam tratamento especial, que lhes foi reconhecido o espaço na discussão e, dessa forma, os moradores tiveram a oportunidade de modificar ao seu favor a agenda dos gestores governamentais sobre a conservação.

¹⁵⁶ Como já foi comentado anteriormente, esta análise está relacionada ao Núcleo Picinguaba, que está inserido em um contexto de venda de terras a preços muito baixos, de especulação imobiliária e de deslocamento das populações locais devido ao poder econômico. Em outros lugares, as estratégias possíveis podem ter sido outras. (Ver M.W.B. Almeida 2004, 1995; para o caso dos seringueiros do Acre).

¹⁵⁷ Ver o Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da Comunidade do Quilombo de Cambury realizado e publicado pelo Itesp (2002).

Por outro lado, como já foi dito em várias oportunidades, as ZOT e as ZHCAn foram determinadas em função do tipo de morador que faz uso delas, sendo as ZHCAn aquelas onde os moradores considerados tradicionais poderiam solicitar certos usos dos recursos. Esta forma de organização e manejo do território no interior do NP foi aquela como a gestão local enfrentou o conflito relacionado às populações humanas na UC. De novo, e de forma semelhante aos próprios moradores, a gestão da UC (provavelmente muito devido às características dos atores individuais da gestão local) usou as estratégias possíveis de ação para fazer frente ao conflito e transformar essa situação crítica em outra que esteja mais de acordo com a realidade local. Essa estratégia e seus resultados, incluídos no Plano de Manejo do PESH de 2006, são parte do processo histórico do conflito no NP que vai se transformando de acordo com a conjuntura. As ações e estratégias da gestão se retroalimentam das ações dos moradores e vice-versa, produzindo novas formas de relacionamento, de organização dos atores e do próprio PESH. A ação de cada ator e sua posição na arena estão influenciados pelas posições e ações dos outros atores em processos de retroalimentação. Como já foi indicado, a estratégia identitária esteve presente neste processo, caracterizando a ação de ambos os lados.

É interessante trazer à discussão a reflexão que faz Moura (1988) no seu trabalho sobre camponeses do sertão de Minas Gerais. Ainda que as circunstâncias sejam diferentes devido a que os moradores de Picinguaba se encontram dentro de uma UC de Proteção Integral e não dentro de uma fazenda com um dono particular, e a que não estejamos falando em contratos de trabalho, mas em Termos de Compromisso (previstos na Lei) para o uso dos recursos pelos moradores reconhecidos como tradicionais (também protegidos pela Lei), algumas das reflexões que traz a autora podem ser interessantes se comparadas com o que aconteceu e acontece no NP. Moura (1988) se refere à jurisprudência moderna, baseada na lei romana, que considera a co-propriedade como uma situação excepcional e transitória nos direitos de propriedade. A hipótese, diz Moura, é que essa máxima serve tanto à transmutação de ocupantes de fato, de terras nas grandes propriedades, em *moradores de favor*, o que remete à graça e ao consentimento, mas não ao direito de ali estarem; como serve de núcleo à razão pela qual as relações desses ocupantes com a terra são transformadas em relações de trabalho rural (de ser e se manter “tradicional”?, no caso do NP). O espaço preenchido, continua a mesma autora, com a permissão e o favor, ou com o contrato de trabalho, ausenta e evapora vínculos permanentes com a terra, que caracterizam a existência social de diferentes frações de lavradores. Adicionalmente, continua Moura, a realidade física da terra, transportada para a realidade histórica dos homens, gera, nos diferentes contextos

em que se configura, fatos merecedores de análise. Será possível fazer uma aproximação entre estes dois casos, a pesar das grandes diferenças? Os moradores de Picinguaba poderiam se sentir quase como *moradores de favor* nas que consideram suas próprias terras? O compromisso de permanecer “tradicional” (FERREIRA 1996) para não perder esses direitos fazem com que seus vínculos com a terra se vejam afetados? A reflexão de Moura (1988) pode nos servir mais ainda quando ela diz que a transformação das questões da terra em questões de contrato/distrato ou permissão/proibição evidencia que as formas distintas de trabalho são melhor toleradas se manipuladas para se consubstanciarem em relações que servem à dominação da fazenda. Seria possível, então, comparar de certa forma este tipo de fazenda com uma UC de Proteção Integral, onde os moradores mudam de condição de trabalhadores a moradores transitórios, moradores ilegais, moradores “tradicionais”?

Quando consultado sobre a ZHCAn, uma liderança do Sertão da Fazenda disse: *“Essa parte aqui é uma (...). Nem lá vai porque nós temos cota 100. Mais lá não pode. O caiçara mesmo usa cota 50. Da cota 100 pra cima só pode tirar, cortar um cabo de ferramenta que tem as árvores mais grossas. Na cota 200 tem as árvores mais antigas, que têm as madeiras mais boa, isso aqui é capoeira. Não tem madeira boa, é tudo ruim. Lá você pode tirar cabo de ferramenta, cipó. Então, a área cultural é área de trabalho”* (07/2011). Mas, tem alguma utilidade para vocês?, lhe perguntei. Ele disse: *“De servir, serve. Mas, só que a área que eles marcaram para isso, dentro da comunidade, a gente nem sabe aonde que é, porque a gente precisa desse território quilombola para dentro desse território, a gente escolher as áreas que pode usar”*. Finalmente, indicou que: *“Prefiro o quilombo, porque aí está o conhecimento da gente, o trabalho da gente nas áreas que a gente quer trabalhar para mostrar como a própria comunidade tem que fazer (...). A própria comunidade tem conhecimento do que pode e não pode”* (07/2011).

Nesse sentido, um antigo pesquisador atuante na área, quando consultado sobre a estratégia identitária da população local, reconhece que *“tem umas lideranças que sabem muito bem o que querem para a população”* (02/2012). Essas lideranças têm usado as estratégias possíveis para poder, primeiramente, conseguir um espaço de diálogo, e, logo, para poder lutar pelo direito à permanência dentro do Parque e ao uso dos recursos naturais.

DA PERMANÊNCIA AO USO DOS RECURSOS E À PROPRIEDADE DA TERRA

Se tentarmos ultrapassar a discussão da permanência dos moradores de Picinguaba e começarmos a discutir o uso dos recursos por esses mesmos moradores, poderíamos dizer que as questões fundiárias são a base para a discussão sobre o uso dos recursos naturais. Sem ser normativos, podemos pensar que a terra, o acesso, a posse, a propriedade, são assuntos de muita importância para os moradores, pelo menos no contexto do Litoral de São Paulo, onde a especulação imobiliária assedia e onde existe um histórico complexo de venda de terra, principalmente a próxima à praia, para pessoas “de fora”, como já foi apontado anteriormente.

Se pensarmos na Amazônia Central, por exemplo, as questões territoriais podem não ser uma prioridade para os moradores. Colocando como exemplo a RDS Amanã, onde trabalhei alguns anos, podemos dizer que a questão da terra foi abordada desde o começo da implantação da RDS. Foram feitas muitas reuniões, onde os moradores delimitaram os territórios de uso de cada comunidade, o mapa produto desse trabalho existe e é por todos conhecido. Só depois de ter trabalhado na organização das comunidades e do território é que as equipes de manejo dos recursos começaram a trabalhar com mais força. Os conflitos podem existir entre um e outro membro de uma comunidade, mas o manejo dos recursos não é dependente dessa discussão.

Então, a organização do território pode ser um pré-requisito para a discussão sobre o uso dos recursos naturais¹⁵⁸? Mas, como poderia ser feito isto dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral? Na RDS Amanã, os moradores não temem pela sua permanência na área, talvez alguns tenham temido no começo da história¹⁵⁹, mas hoje essa dúvida não existe. Provavelmente,

¹⁵⁸ Ostrom (1990) disse que as instituições robustas e de longo prazo na sustentabilidade no manejo de recursos de uso comum se caracterizam por apresentar a maioria de uma série de princípios que ela apresenta. Estes princípios têm como função melhorar o entendimento compartilhado dos participantes sobre a estrutura dos recursos e de seus usuários assim como dos benefícios e custos envolvidos em observar um conjunto de regras acordadas. Especificamente, o princípio 1 se refere à questão da terra quando disse que é importante possuir regras que definam claramente quem tem direito de usar um recurso e os limites desse recurso. Isto asseguraria que os usuários possam identificar claramente a todos aqueles que não têm direitos e tomar ações contra eles (OSTROM 1990). Uma análise mais recente desses princípios pode ser encontrada em Agrawal (2002) e em Cox *et al.* (2010).

¹⁵⁹ Ao longo dos primeiros anos da gestão da RDS Mamirauá (estabelecida, nos seus limites atuais, como Estação Ecológica de gestão estadual em 1990 e convertida na primeira RDS do Brasil em 1996 (QUEIROZ 2005)), existia a crença local de que com a criação da reserva “ninguém mais poderia pegar nem uma vara para poder pescar” (PERALTA 2005; CALVIMONTES, J., observação pessoal). Posteriormente, a RDS Amanã foi criada em 1998 sobre a base do trabalho na vizinha Mamirauá. Devido a isto, os moradores de Amanã sabiam que as comunidades no interior da RDS Mamirauá não tinham sido removidas, senão, pelo contrário, seus moradores tinham sido favorecidos com alternativas de manejo dos recursos naturais.

devido a este motivo, a propriedade privada e/ou individual da terra não é uma questão entre a gestão e os moradores, pelo menos de uma forma evidente. É verdade que os contextos institucionais e de conservação de ambos os locais são muito diferentes, mas acredito que será muito difícil discutir o manejo dos recursos naturais enquanto os moradores do Núcleo Picinguaba não sentirem segurança a respeito da situação da terra que habitam e usam. A luta pela permanência, o estabelecimento dos territórios quilombolas, a tentativa de desafetação ou de criação de “áreas de uso especial caiçara” são o reflexo desta preocupação.

A liderança de Ubatumirim que me falou sobre essas “áreas de uso especial caiçara”, me disse o seguinte quando eu lhe comentei sobre a questão da terra na RDS Amanã e como era interessante para mim compará-la com Picinguaga: *“O nível cultural, o que você acha de lá em comparação a nós aqui? Aqui não é tanto assim”* (07/2011). Ele continuou na sua análise:

“Você percebe uma diferenciação pelo seguinte motivo: ninguém confia no Parque, ninguém confia no Estado. Porque até então, a gente só levou cacetada (...). Quando dizem que vai ser território comum, a gente se olha e disse: então, a gente vai morar num território que não é nosso? Assinar isso? Acabou a conversa (...). Porque a comunidade valoriza a palavra, mas com relação às conversas do Parque tudo o que é combinado não é cumprido (...). Tem que conviver com o Parque porque está aí (...). Alguma vez alguém criou isso e agora a gente tem que viver com essa tristeza. A gente está aqui e tem que lutar pelos seus direitos” (07/2011).

Se pensarmos em uma RDS, o ordenamento territorial - descrever o uso que os moradores têm da terra e organizar o território para poder realizar o manejo da área - é um requisito para sua institucionalização. Já em um Parque Estadual, o requisito, segundo a lei, seria retirar as pessoas¹⁶⁰. Não era possível no momento da implementação do NP, portanto, ter alguém da gestão do Parque organizando o território nesse sentido, porque teoricamente os moradores não deveriam estar lá. Foi só depois de muitos anos que, no Núcleo Picinguaba, alguém da gestão decidiu que alguma ação concreta devia ser feita e as condições foram propícias para realizá-la.

¹⁶⁰ Como já foi indicado antes, no artigo 42 da Lei do SNUC (BRASIL 2000) se indica que “as populações tradicionais residentes em unidades de conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes” (BRASIL 2000). Já no Decreto que regulamenta a Lei (Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002), em seu artigo 39, se indica que, enquanto forem reassentadas estas populações, suas condições de permanência na UC serão reguladas por um Termo de Compromisso negociado entre os moradores e a gestão (BRASIL 2002a). Este termo de compromisso deve indicar as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida (BRASIL 2002a).

Assim surgiram as ZHCAn, como uma acomodação às circunstâncias¹⁶¹. Mas, como já foi dito, à diferença dos territórios quilombolas, as ZHCAn parecem ter surgido como uma estratégia de ordenamento e institucionalização da presença humana dentro do Parque desde a gestão local para fora. Não parece existir, dentre os moradores, uma identificação auto-reinvidicatória com as ZHCAn que lhes dê legitimidade. No caso dos territórios quilombolas acontece o contrário, os moradores parecem ter se apropriado deles com o objetivo de obter maiores direitos sobre o uso dos recursos naturais e da terra. Toda essa discussão do território a partir do quilombo parece ter o matiz de “vou ter direito a esse pedaço de terra após o reconhecimento”.

A análise histórica da que, naquela época, era a gestora do Núcleo Picinguaba é de muitíssima importância neste sentido. Quando eu lhe perguntei se a estratégia do ordenamento territorial baseado nas ZHCAn e nas ZOT tinha surgido desde a gestão local para fora do Parque, ou, visto desde outra forma, em direção a níveis mais altos da gestão, ela me disse:

*“Sem dúvida que era [uma estratégia da gestão para fora]. Mas, isso era o que permitiria que eles permanecessem e tivessem acesso aos recursos. A questão é assim: em 2001, esses grupos: Ministério Público Federal, Comissão Pro-Índio foram provocados pelos mesmos moradores no intuito de dar conta de suas demandas básicas de infraestrutura, saúde, educação (...). Montaram [os moradores] uma lista de reivindicações que foram apresentadas ao Instituto Florestal, Prefeitura, e os órgãos, todos, numa grande reunião que teve dentro do bairro (...). E lá, se comprometeram a apresentar uma resposta. O conselho consultivo do Parque estava miado porque **o diretor anterior não acreditava nessa coisa participativa e a instituição também não dava respaldo de você construir processos participativos.** Ainda era o começo naquela época, 2001. Começo de se pensar nessa coisa de participação forte. Já tinha o SNUC, mas era muito insipiente. Eu não era gestora ainda, entrei em 2002, mas já era do Parque, acompanhei tudo isso. Quando acontece todo esse movimento, ele se viu motivado a retomar o conselho. (...) Nós do conselho e esses atores que ajudaram a montar essas reivindicações às vezes tínhamos chance de participar e todos os que participaram chegaram a mesma questão: **para atender luz, asfalto, saúde, que era demanda deles, tinha antes que mais nada pensar em um planejamento, que tanto pudesse dar suporte a definir quem seria beneficiário disso, porque já tinha muitos turistas com terra e casa lá dentro (...).** Precisava planejar esse acesso a infraestrutura, sobretudo porque luz e asfalto (...) chamaria a todos os que têm terra a construírem. Então, tinha que ter um controle disso, absoluto. Discutindo nesse caminho, **surgiu a ideia de fazer um planejamento do uso do solo, a exemplo de um plano diretor municipal, micro plano diretor. E aí, foi coisa evoluindo para se transformar em plano de uso tradicional.**”*

¹⁶¹ Segundo Simões (2010), a criação das ZHCAn baseava-se em interpretação jurídica formulada por representantes do Ministério Público Federal atuantes no Conselho Consultivo do NP, entre o SNUC e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal, que permitiu a formulação de instrumento jurídico específico para a gestão de territórios ocupados por tradicionais. A base jurídica do estatuto dos grupos sociais considerados tradicionais foi condição fundamental para a formulação de instrumentos de gestão aprováveis no âmbito do Plano de Manejo do PESH e pelos diversos órgãos gestores envolvidos com o processo decisório relacionado à presença humana no NP.

Então, foi uma construção desde 2001 até 2004 (...). E quando eu assumi, em 2002, essa foi minha meta, meu foco de trabalho, 90% do meu tempo destinado para isso. Então, tiveram oficinas na comunidade, feitas pelos atores do conselho, (...) **para encontrar o melhor instrumento jurídico, porque não era só fazer o zoneamento e definir beneficiários, era fazer com que isso tivesse validade legal. E aí sim, era uma lei para fora.** Então, tinha que validar com eles [os moradores] e validar pra fora. (...) Então, o que acontece? [Era] Um grupo semi-alfabetizado, na base analfabeto (...). A linguagem era completamente outra, **a confiabilidade do processo era pequena para eles, porque eram 30 anos de peso e opressão, que não vão acreditar que de repente isso vai mudar e vai melhorar a vida deles.** Todo o processo era no sentido de estabelecer regras que foram combinadas nesses processos, mas eles partiam numa situação de que tudo podia, para eles tudo podia (...). A fiscalização era incipiente, mas quando agia era super prejudicial para eles, porque não tinha nem grana para ir pra cidade e recorrer e entrar com recurso (...). A fala deles é sempre no sentido de não participaram, não tiveram acesso, não concordam, não gostam, não é legítimo (...). Então, **agora todo mundo tem que entrar com aquele procedimento e requerimento (...) para eles isso é tolher, claro, se eles fossem quilombolas, eles não teriam que se submeter a tantos procedimentos.** Mas, se eles morassem no Município de Ubatuba os procedimentos iam ser os mesmos, e o que é pior, iam ser muito mais lentos porque a gente criou todo um esqueminha de como fazer nosso lá (...). Então, também há uma coisa de dificuldade de compreender o mundo de acesso aos direitos e de interlocutar com todos esses atores, com um monte de clivagens internas deles, né? (...) Uma comunidade muito pobre passar para um outro patamar a partir de tudo isso é muito lento. Mas, luz elétrica tem, saneamento tem, asfalto só não tem porque a prefeitura era que tinha que encaminhar, não dava para a gente encaminhar. É um asfalto super precário, mas o ônibus já desce lá. Tem acesso a internet. Em termos de infraestrutura teve um salto (...). Demora, sim, claro. **Eles querem mais autonomia, sim, claro, todos queremos** (...). A visão que eles têm é que eles não tiveram possibilidade de participar. Eles tiveram. Talvez essa participação, o que foi propiciado de espaço de participação, não tenha sido suficiente, acho que não foi mesmo, tinha consciência disso, que não era suficiente” (06/2011).

Simões (2010), na sua análise deste processo, indica o seguinte:

Enquanto o Plano de Manejo do PNSB desconsiderou a necessidade de estabelecer medidas de gestão especiais que reconhecessem efetivamente a situação, a questão da ocupação humana presente no PESM foi tratada no âmbito do Plano de Manejo desta UC na forma de duas diretrizes básicas que conduziram à construção do zoneamento, de modo a enfrentar os problemas decorrentes dessa presença. Assim, foi estabelecido que as áreas ocupadas no interior do NP/PESM estariam enquadradas em duas zonas: Ocupação Temporária (ZOT) e Histórico-Cultural Antropológica (ZHCA_n) (essa ZHCA_n só foi identificada no NP/PESM. Os gestores dos outros Núcleos não identificaram ocupantes com estatuto jurídico de tradicionais e, ao mesmo tempo, tais ocupantes não se auto-identificam portadores do mesmo, assim todos foram enquadrados na Zona de Ocupação Temporária.). A ZOT caracteriza-se pelo reconhecimento da permanência dos ocupantes apenas enquanto não for possível desocupar as áreas, ou seja, há uma temporalidade pré-determinada, a médio ou a longo prazos. As benfeitorias ou terras consideradas legítimas, cuja ocupação ocorreu antes da criação do PESM, deverão ser indenizadas com indicativo para realocação subsidiada por políticas de governo voltadas para isso, quando couber (por exemplo, quando os ocupantes forem considerados tradicionais ou de baixa renda). As áreas ocupadas irregularmente após a criação do PESM e

submetidas a ações civis públicas, motivadas por embargos ou autos de infração ambiental, deverão ser demolidas. No caso do NP foram incluídas nas ZOT todas as áreas ocupadas predominantemente por não residentes, cujas edificações são utilizadas por fim social predominantemente de veraneio e/ou por residentes migrantes (populações aparentemente não portadoras do estatuto jurídico de tradicionais). Ou também onde há presença de tradicionais de forma pulverizada ou isolada, não configurando adensamento, portanto, não constituindo vilas caiçaras ou quilombolas (SÃO PAULO, SMA, 2006) (SIMÕES 2010: 52).

Independentemente da discussão entre a apropriação das ZHCAn e dos Territórios Quilombolas¹⁶², podemos dizer que os moradores ditos tradicionais já têm, de alguma forma, garantida sua permanência na área. O que parece que ainda não têm garantido é o uso dos recursos naturais. É pertinente pensar este processo através da história. Podemos dizer que as primeiras lutas estavam mais relacionadas à permanência, e isso está relacionado com a criação dos quilombos, com a apropriação da categoria de população tradicional, e com a estratégia de recorrer a essas categorias para lutar pela permanência.

Depois de alguns anos, essa contínua luta pela permanência foi se modificando e ressignificando para estar, agora, muito mais relacionada à luta pelo uso dos recursos. Uma luta que é mais difícil ainda porque, provavelmente, o assunto do uso direto dos recursos é aquele pelo qual os biólogos da conservação e os gestores têm mais dificuldade. Quando se fala em agricultura, caça, ou outro tipo de uso direto da floresta, como extração de madeira, ou pesca, a luta dos moradores é maior, e seus aliados tenderiam a diminuir. Muitos pesquisadores e membros de ONG, neste momento do processo, não colocam em dúvida o direito de permanência dessas pessoas, mas quando falam do uso dos recursos, se referem e dão prioridade aos usos indiretos, como turismo, administração de estacionamentos ou lanchonetes. Segundo eles, isso iria diminuir o conflito com a gestão. Não se pode perder de vista, assim mesmo, neste contexto de múltiplos usos, a importância da conservação da biodiversidade na região e as diversas perspectivas pelas quais ela deveria ser abordada. O embate entre a priorização dos usos indiretos, como estabelece a lei, e a permissão e organização dos usos diretos dos recursos desejados pelos moradores, aquelas posições em confronto, será objeto do próximo capítulo.

¹⁶² Simões (2010) indica que entre os objetivos da ZHCAn estão permeando as idéias de conservar a paisagem natural e cultural da região, que se relaciona aos objetivos do Projeto Picinguaba de 1987 e de compatibilizar os objetivos de conservação com o *modus vivendi*, previsto no SNUC. Embora isso tenha imposto à necessidade de inserir um último objetivo relacionado à realização de estudos para a alteração da categoria de manejo atualmente incidente sobre esses territórios, isto é a Proteção Integral.

Entretanto, já é possível dizer que alguns aliados dos moradores provavelmente não os apoiariam se a discussão passasse a ser pela propriedade da terra. Enquanto esta discussão tenha como base as questões identitárias, as sociedades diferenciadas, o apoio e as alianças são mais fortes e não entram em conflito com as percepções e objetivos dos outros atores. Por outro lado, quando os argumentos estão relacionados com a cultura, com aspectos imateriais e subjetivos, deve-se ter em consideração a relatividade que esses conceitos trazem consigo. Nem sempre é possível defini-los tão claramente para todos os atores envolvidos. Sempre há de se chegar a um consenso sobre o que está sendo discutido. Talvez não seja óbvio para todos os atores o que significa ser um caçara. Vale a pena perguntar-se se a ideia que o gestor tem de caçara coincide com a que os moradores e os outros atores da arena têm.

Uma fala de um dos principais propulsores do Quilombo da Fazenda pode ser muito útil para mostrar como todos esses elementos foram incorporados no discurso das lideranças locais:

*“Então, a luta da gente é ter um pedaço de algum lugar pra trabalhar, e fazer alguma coisa com o turismo (...) e a própria comunidade viver do turismo. Mas, precisa sim que o Parque libere umas áreas de terra para poder trabalhar, também sem depredação. Por isso entrou o Quilombo, pelo que tô dizendo. Está tudo tomado pelo turismo. Não tem mais lugar de só tradicionais. Mas, este lugar aqui não tem morador de fora ainda. Aqui só tem morador tradicional. Então, foi aonde **a comunidade requereu fazer uma comunidade de quilombo**. Porque Quilombo é para usufruto dos jovens da própria geração local. Não pode vender, você pode fazer casa para alugar, pode fazer uma pousadinha, pode fazer restaurantezinho, receber o turismo, mas vender não pode. E pode também se liberar a casa de farinha aqui para trabalhar e poder viver” (07/2011).*

Finalmente, não podemos perder de vista nesta análise que a discussão relacionada à terra é diferenciada entre os moradores que são considerados tradicionais e os que não são. Talvez a única comunidade onde não existiria muita diferença seja a Vila de Picinguaba, pois a estratégia deles é a desafetação relacionada à “urbanidade” do bairro, lembrando, ademais, que mais do 50% dos moradores do bairro da Vila de Picinguaba não são “tradicionais”.

A diferença entre estas duas posições, por um lado, a luta pela propriedade coletiva como estratégia possível, ou que foi favorecida pela conjuntura e, por outro, a como uma estratégia surgida desde os próprios moradores, pode-se dever à região do país e ao tipo de Unidade de Conservação envolvida. A pressão econômica pela terra, a especulação imobiliária, a proximidade a grandes núcleos urbanos, o grau de ameaça à biodiversidade são diferenciados entre uma e

outra região do país, mas também a própria formação da categoria de UC. Segundo M.W.B. Almeida (2004), os seringueiros e outros camponeses da floresta perderam a invisibilidade que tinham tido até antes da década de 1980 e, em outra série de manobras, ganharam o direito de posse coletiva de florestas. Muitos outros camponeses, continua o mesmo autor, são escoraçados de suas terras, não mais por fazendeiros, mas pelo próprio Estado conservacionista, o que é paradoxal porque outros permanecem em suas terras exatamente porque alegam ser conservacionistas. Por outro lado, no Núcleo Picinguaba a estratégia identitária utilizada para garantir, pelo menos, a permanência e a propriedade coletiva da terra, se adéqua à conjuntura que a favorece, mas que, provavelmente, o fim último da maioria desses moradores seja a propriedade individual. Talvez uma das variáveis que influencie esta diferença, entre a luta pela propriedade individual e a propriedade coletiva da terra, seja o próprio mercado de terras que existe (ou deixa de existir) em cada uma destas regiões. Como foi indicado anteriormente, o histórico de venda de terra e as ameaças da especulação imobiliária no litoral paulista são muito marcantes e poderiam ter determinado a forma como os moradores se relacionam entre eles mesmos e com seus territórios. Já na região da Amazônia onde estes seringueiros moram e trabalham não lhes oferece a possibilidade de venda da terra de forma individual nem surge a ameaça consequente de que seus próprios vizinhos o façam.

Quando lhe comentei sobre a questão da propriedade da terra na RDS Amanã, uma liderança de Ubatumirim fez a seguinte comparação com Picinguaba:

“Aqui tem essa preocupação com o direito da terra. Aqui, o povo antigo já foi acostumado a ver documento, a saber que o que tem valor é o que está no papel. E lá pode ser que não foi dessa forma. Hoje o que se tem é um traço cultural indígena com características europeas, o caçara, o índio europeu. Então, esse pé atrás de ter tudo documentado, o caçara tem preocupação com isso” (07/2011).

Como já foi discutido, a questão da identidade “populações tradicionais” e seu uso político pelos moradores das regiões estabelecidas como Unidades de Conservação estão intimamente relacionadas com a luta pelo direito à permanência, pelo acesso aos recursos naturais e, em última instância, pela propriedade da terra. Um exemplo disso são os territórios quilombolas, que têm funcionado como uma estratégia para garantir esses direitos em diversas regiões do país, recorrendo para isso à propriedade coletiva, favorecida pela conjuntura política atual. Por outro lado, a questão da propriedade individual é muito controversa e coloca os moradores em uma

situação que aparenta ser de “menor tradicionalidade”, como se eles não pudessem se relacionar dessa forma entre si e com o território que ocupam e no qual trabalham. Identidade e território são duas faces da mesma moeda (FARIAS JR. 2010, LITTLE 2002, CASTRO 2000, JOLIVET e LÉNA 2000) no conflito pelos direitos dos moradores nas diversas regiões do país onde a conservação da biodiversidade é necessária e de interesse nacional. Como diz Castro (2000), a inclusão na CBD¹⁶³ do princípio de respeito e preservação de direitos das populações tradicionais, direitos referidos ao território e aos seus modos de vida, certamente constitui uma oficialização desse modo de relação (CASTRO 2000).

*

A natureza do conflito que surgiu pela implementação do PESH era de natureza nova, como foi indicado neste capítulo. O próprio Estado tornava as atividades produtivas dos moradores da região de Picinguaba como irregulares e ilegais, originando assim um ponto de inflexão na história da região. As posições desde as quais os diversos atores enxergam, vivem e são testemunhas desta história influenciam a forma como agem, o que têm em jogo e quais serão suas estratégias de ação nas disputas sobre o uso dos recursos naturais e o acesso à terra. Como ficou em evidência, esses conflitos originaram novas clivagens e foram catalizadores de novas formas de organização social e de reformulação das já existentes. Surgiram associações comunitárias e lideranças locais foram empoderadas, mobilizaram recursos e se organizaram para fazer frente a estas novas situações nas quais entravam em ação atores com os que até então não tinham tido que se relacionar. A arma de luta utilizada por estes moradores e que foi favorecida pela conjuntura foi a identidade como populações tradicionais, caiçaras e quilombolas; que também foram usadas pela gestão do Parque como forma de organização do território e de diferenciação entre os moradores com quem é possível dialogar e com os que não. Desta forma, a questão da propriedade coletiva da terra foi a estratégia possível utilizada pelos moradores, que foi favorecida pela conjuntura e através da qual conseguiram fazer alianças e encontrar aliados. Neste processo, diversas posições estão em confronto, como veremos a seguir.

¹⁶³ Uma análise sobre as populações tradicionais na CBD pode ser encontrada em: Carneiro da Cunha, M. 1999. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. Estudos Avançados 13 (36).

CAPÍTULO V

POSIÇÕES EM CONFRONTO: USO DOS RECURSOS NATURAIS, ACESSO À TERRA E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Ao longo dos capítulos anteriores, nos quais me refiro tanto à situação de moradores no interior de Unidades de Conservação de uma forma mais geral, quanto a resultados específicos sobre o Núcleo Picinguaba, tem ficado em evidência o confronto de posições existentes na arena. Posições que respondem aos interesses e perspectivas de cada um, que estão influenciados, por sua vez, pelos diversos lugares desde onde cada ator enxerga, vive, é testemunha ou protagonista e, ademais, por como é afetado pelo conflito. Como já foi apontado, a perspectiva a partir da qual os atores estão decidindo e observando a realidade é muito diferente. A interpretação do conflito vai depender do lugar que cada ator ocupa na história, das perspectivas de cada um, de seus objetivos e do que cada um deles tenha em jogo. A diferença que existe entre o que cada um dos atores considera como ponto central do conflito faz com que a negociação, a discussão e as ações sejam muito complexas. Touraine (2006) diz que o movimento social é a conduta coletiva organizada de um ator lutando contra seu adversário pela direção social da historicidade em uma coletividade concreta. O campo da historicidade, que é o local dos conflitos mais importantes, é o conjunto formado pelos atores sociais e pelo que está em jogo nas suas lutas, que é a historicidade delas mesmas (TOURAINE 2006). Desta forma, a história da luta dos moradores de Picinguaba é ao

mesmo tempo a história do próprio movimento de resistência e o próprio lugar do conflito, que é a causa da luta.

Entretanto, essa história não só tem como protagonistas os moradores ditos “tradicionais”, muitos outros atores entraram em cena desde a criação do Parque e, inclusive, antes, como é o caso dos moradores “de fora”. É assim que o confronto apresenta-se como muito complexo e acontecendo em vários níveis. É um confronto de interesses, mas também é um confronto de perspectivas históricas, de posições que estão determinadas pelo lugar desde onde cada ator foi testemunha e/ou protagonista dela, como já foi comentado anteriormente. Cada ator vai agir em função dessas características próprias, inerentes a cada um e que são as que os torna atores em Picinguaba. Cada um está nesta arena por algum motivo e chega nela com uma bagagem. Alguns entraram na arena por decisão própria, como os gestores, os pesquisadores e os membros das ONGs; outros não, os moradores das comunidades de Picinguaba se viram, de um momento a outro, sendo atores e tendo que agir, ter estratégias e se organizar para fazer frente às novas situações (FERREIRA *et al.* 2001). Adicionalmente, cada ator terá a própria opinião sobre o lugar que ocupa e sobre seu papel na arena, mas, também, sobre o lugar que outros atores ocupam nela e sobre a opinião desses outros atores sobre suas ações.

Estas posições em confronto são influenciadas por diversas variáveis, dentre elas, as perspectivas diferentes sobre a natureza, o acesso à terra e sobre uso e a conservação dos recursos naturais. Nesta arena, ainda que de forma assimétrica, pode observar-se que todos os atores estão discutindo uma grande variedade de tipos de uso dos recursos, desde aqueles mais diretos até os mais indiretos. O embate entre a priorização dos usos indiretos, como estabelece a lei, e a permissão e a organização dos usos diretos dos recursos desejadas pelos moradores serão abordados neste capítulo. Ficará evidente como entram em confronto não só as posições sobre um e outro tipo de uso, mas as visões de mundo, as experiências e os lugares desde onde cada um deles fala e desde onde cada um vem.

Entretanto, a realidade em Picinguaba não é maniqueísta, existe uma multiplicidade de posições entre esses dois extremos que, por sua vez, variaram e ainda variam em função do tempo, como foi demonstrado ao longo do texto. A pesar disso, é muito importante levar em consideração que existem duas ideias que agrupam as posições que estão em confronto. Uma relacionada à importância da conservação da biodiversidade nesta área de grande relevância ecológica e sob alto grau de ameaça. E, outra, relacionada ao direito dos moradores da região ao trabalho, à

moradia e à cidadania plena¹⁶⁴. A proposta aqui é ver como essas duas premissas dialogam, se entrelaçam, se misturam e conformam as posições dos atores. Ainda que às vezes o pareça, essas duas premissas não têm por que ser antagônicas. Ambas convivem e correspondem à realidade de Picinguaba e de muitas outras UCs no Brasil e no resto do Mundo.

LIDANDO COM A(S) REALIDADE(S) DE PICINGUABA

A realidade em Picinguaba é a de uma área com grande relevância ecológica que necessita de medidas concretas de conservação, mas onde, historicamente, tem acontecido e acontecem diversos usos diretos dos recursos naturais. Na verdade, não é uma realidade, são várias. Cada ator enxerga essa realidade desde diferentes posições e age segundo a sua própria. São realidades de múltiplos usos dos recursos naturais, como de múltiplos atores, interesses, posições e confrontos.

POSIÇÕES E CONFRONTOS SOBRE O USO DOS RECURSOS NATURAIS

Como foi indicado no capítulo anterior, a discussão sobre o uso direto dos recursos naturais em Picinguaba é complexo, e, provavelmente, tem um leque mais amplo de posicionamentos entre os atores se comparado com a questão da permanência dos moradores no interior do Parque. Se falarmos especificamente dos moradores ditos “tradicionais”, existe certo consenso entre os atores sobre seus direitos a permanecerem na área. Entretanto, onde existe maior confronto de opiniões é no “como” esses moradores deveriam permanecer, sob quais condições e realizando quais atividades. Novamente a questão da tradicionalidade vinculada à identidade parece ser o eixo que guia algumas opiniões.

Quando pedi a um membro da gestão do Parque que me falasse sobre sua opinião com respeito à relação dos moradores com a gestão, ele disse: “[é] uma divisão (...), existem alguns parâmetros (...). Morador tradicional é caiçara, é quilombola. Já estava aqui antes do Parque. Mas, tem

¹⁶⁴ Sobre isto, Simões (2010) disse: “Antes da construção do Plano de Manejo, havia uma sobreposição e indefinição de políticas claras no âmbito das instituições que gerenciavam as UC no Estado de São Paulo, que propiciava uma miscigenação de propostas de atuação, entre as altamente restritivas, que procuravam tornar desinteressante a presença humana no Parque, forçando a desocupação e de outro, aquelas que tentavam reconhecer, assimilar e trabalhar com a permanência dos residentes com estatuto jurídico de tradicionais”.

peessoas que estavam aqui antes que não tem nada a ver com tradicional” (07/2011). Então, eu lhe perguntei a que estaria relacionada essa tradicionalidade: *“a tradicionalidade é prática. Está na cara quem é” (07/2011),* respondeu. Entretanto, se a tradicionalidade estiver relacionada à prática, e esse for o parâmetro seguido para garantir o uso dos recursos, o que acontece com moradores que não são nascidos na região, mas que têm muito tempo morando lá? Tradicional poderia ser alguém que está “só” 20 anos aqui?, perguntei. *“Não. Pode ser considerado local, mas ele não é tradicional. Tradicional está diretamente relacionado ao lugar onde ele vive (...). Aí, o negócio começa ficar complexo (...). A Fazenda é uma comunidade (...). A praia da Fazenda é tradicional? Sim, são descendentes. Mas, são tão tradicionais quanto Cambury? Não, Cambury são mais (...)” (07/2011),* respondeu já colocando um grau maior de complexidade na questão da tradicionalidade.

Então, têm comunidades “mais tradicionais” que outras? Indivíduos “mais tradicionais” que outros? Como a gestão poderia administrar essas diferenças no que se refere ao uso dos recursos naturais baseada na identidade? Sendo assim, eu lhe perguntei quem teria o poder para decidir essa tradicionalidade atribuída aos moradores. *“Ninguém tem poder. Eles têm que se reconhecer (...). É que se você analisa minuciosamente, tem moradores tradicionais (...). É difícil, mas você sabe quem é” (07/2011),* disse. A pergunta que surge aqui seria: a tradicionalidade que, segundo algumas posições, deve ser usada para negociar o uso dos recursos naturais está baseada nas práticas ou na origem de quem executa as práticas?

Este membro da gestão se refere a isso de duas formas que podem resumir, por um lado, a posição que tende ao essencialismo com respeito à tradicionalidade: *“tradicional é quem nasceu aqui, quem foi criado aqui como criança, isso faz toda a diferença (...) o cara pode ser pedreiro, mas ela ainda é tradicional. Porque quando volte pra cá, ele vai (...) entrar em sintonia com o lugar novamente. [Outro, que não nasceu aqui] pode ter práticas tradicionais, mas não é tradicional” (07/2011).* E, por outro lado, a posição que entende a tradicionalidade como estratégia dos moradores para garantir o uso dos recursos naturais. Então, se pensarmos no Quilombo, os moradores estão tentando preservar sua identidade ou defender seu modo de produção, seu trabalho?, lhe perguntei. Ele respondeu: *“seu trabalho, seu modo de sobrevivência” (07/2011).*

Por outro lado, outra gestora foi bem clara a respeito do uso da tradicionalidade como uma ferramenta da gestão juridicamente útil:

*“A opção que eu considero pessoalmente, profissionalmente como pesquisadora e gestora, é que você tem que definir um procedimento de acesso e uso aos recursos naturais independentemente da posse da terra. Baseado na história de ocupação que remete aos direitos de uso e acesso. E aí, **a questão da tradicionalidade é um complemento que juridicamente tem se mostrado muito útil para isso, mas acho que a coisa é muito mais em termos de história de ocupação e a real necessidade do uso dos recursos**” (06/2011).*

Existem algumas dificuldades, então, sobre a questão identitária relacionada ao uso dos recursos¹⁶⁵. Se os moradores ditos tradicionais são os que teriam direito a permanecer na área e a certo grau de uso dos recursos, e, por outro lado, aquela tradicionalidade é valiosa para a gestão a partir de produzir práticas mais acordes com a conservação, por que algumas dessas práticas teriam tanta dificuldade para serem realizadas? Se a tradicionalidade garante a conservação, por que não são aceitas *a priori* todas as práticas tradicionais? E se um morador deixa de ser considerado tradicional porque já não é “conservacionista”, por que um morador que não era considerado tradicional não passa a sê-lo logo de se tornar “conservacionista”? Um bom exemplo para discutir isto pode ser a dinâmica de agricultura local¹⁶⁶.

Os moradores reivindicam as práticas tradicionais relacionadas à agricultura, como o pousio, frente à gestão do Parque. Uma liderança da comunidade Ubatumirim indicou, neste sentido, que

*“eu tive a oportunidade de participar da oficina de criação do Plano de Manejo, quando foi incluído o pousio (...). E, por incrível que pareça, **não agradou muito ao Parque pelo fato de você desmatar uma parte da floresta**, que não é necessariamente a mata nativa (...). Mas só que lá já foi roça (...). Por que que está daquele jeito? Porque o caíçara (...) larga a roça e deixa crescer, a natureza se encarrega de solucionar (...). Como propõe a regra ambiental, é o contrário disso. **Eles [os gestores] querem destruir a natureza. Você quer que o cara plante num único lugar até aí não crescer nem sapé mais, nem capim?**” (05/2010).*

Para os moradores que trabalham com agricultura, essa posição da gestão do Parque não tem sentido. E, poderia parecer incoerente se lembrarmos que a gestão do Parque toma a posição da tradicionalidade dos moradores como requisito para a conservação. Em outras palavras, se o que

¹⁶⁵ Com isto não quero desqualificar nenhuma posição, pelo contrário, o que pretendo é mostrar como o assunto é complexo, polifônico e polissêmico. As incoerências e conflitos internos fazem parte dos posicionamentos de todos os atores e são tão constituintes a eles quanto os conflitos sociais o são à sociedade (SIMMEL 1993). O conflito ocorre em todos os níveis da vida social, desde os interpessoais até os internacionais (DEUTSCH 1991).

¹⁶⁶ Mendes e Ferreira (2009) reforçam a ideia de que esse perfil “conservacionista” não está necessariamente associado à etnicidade, pois tanto não-índios poderiam realizar práticas consideradas conservacionistas quanto índios; da mesma forma em que não-índios e índios podem não respeitar as regras de conservação (FERREIRA *et al.* 2007, LIMA e POSSOBON 2004).

se procura é manter a tradicionalidade dos moradores e o pousio é uma prática tradicional, por que ele não poderia ser realizado como antigamente?

A gestão do Parque e os biólogos não enxergam esse “mato” que cresce depois das roças serem abandonadas, a floresta secundária, da mesma forma que o enxergam os agricultores. Essa floresta secundária pode existir, mas não teria valor desde o ponto de vista da conservação da biodiversidade, que é o objetivo da gestão do Parque e dos biólogos conservacionistas. Um antigo pesquisador da região disse: *“eu acho que, as áreas que são cultivadas (...) estão antropizadas há muito tempo. São áreas que estão naquele sistema de pousio (...). Eu não vejo problema ali naquela região, inclusive ter aumento das áreas que estão sendo utilizadas. Eu acho que o impacto maior que eles têm é quando eles entram na floresta e caçam, ou cortam palmito. Esse impacto é muito maior do que as atividades que desenvolvem com mandioca”* (02/2012). Os biólogos sabem que a manutenção da cobertura florestal não é garantia de que os processos ecológicos de uma floresta estejam sendo conservados (ver, por exemplo, CANALE *et al.* 2012). Provavelmente, os agricultores não prestam atenção nos mesmos detalhes, talvez eles focalizem mais nos aspectos da produtividade da atividade agrícola, enquanto que os biólogos conservacionistas não têm isso como foco. Desta forma, é importante refletir sobre a importância de entender o raciocínio dos outros usuários quando se lida com recursos de uso comum para poder negociar com eles utilizando argumentos mais refinados e que levem em consideração o valor que eles outorgam a determinado recurso. O argumento do agricultor pode não ser tão relevante para o biólogo conservacionista quanto ele gostaria que fosse.

Com a caça acontece a mesma situação, ainda que de forma muito mais drástica. Os aliados dos moradores para a manutenção dessa atividade é muito menor. Isto pode ser explicado de diversas maneiras, mas, por enquanto, quero me focalizar na tradicionalidade da atividade. Isto é, se a caça para alimentação é uma prática tradicional dos grupos sociais que habitam e habitaram a Mata Atlântica, e a tradicionalidade das práticas faria a diferença entre os moradores tradicionais e os que não são considerados dentro deste estatuto jurídico; por que a caça não tem nenhum espaço na discussão sobre o uso de recursos naturais na região? Um morador da Comunidade Cambury disse que *“no tempo passado, (...) o povo era da roça mesmo. A vida do caçara era assim (...). Quando se fala de viver da roça era que a gente vivia de tudo o que era do mato. Não só da lavoura, mas também dos bichos do mato”* (09/2010). Com isto não estou querendo dizer que, só porque antes acontecia, tem que acontecer hoje e que as condições não tenham mudado.

Obviamente, as circunstâncias mudaram, como já disse em várias oportunidades. Só estou tentando reflexionar sobre como a questão identitária relacionada à tradicionalidade está, neste momento da história e levando em consideração todo o processo, contribuindo com a discussão sobre uso e conservação de recursos naturais e sobre direitos dos grupos sociais que os utilizam.

A questão da caça me parece particularmente interessante devido a que é controversa e a que atinge os atores em diferentes níveis, desde os meramente técnicos, de uso, até os mais filosóficos. O fato concreto, entretanto, é que a caça aconteceu e ainda acontece na região de Picinguaba. Acontece de diversas formas, desde aquelas em que moradores caçam para continuar usando os recursos da fauna como faziam antes da chegada do Parque, até as relacionadas ao comércio. Um antigo pesquisador da região disse: *“eu sou filosoficamente contra a caça, e entendo também quando você tem um desbalanço populacional muito grande (...) tem que ter um processo de (...) controle a população”* (02/2012). Ele mesmo reforça a ideia do comércio como muito mais perigoso: *“eles [os moradores] têm um impacto importante na caça. E de novo, muitas vezes é caça para vender”* (02/2012).

Sem dúvida, e como é lógico, o comércio de carne da caça é insustentável se não for sob planos de manejo muito bem elaborados, com levantamentos populacionais e com atividades de monitoramento contínuo; e, obviamente, é recomendável que esta atividade seja realizada só onde existam populações animais que possam suportar a atividade (BODMER e ROBINSON 2004, BODMER *et al.* 1997). Entretanto, a questão da caça em Picinguaba, e possivelmente na Mata Atlântica como um todo devido ao alto grau de ameaça do bioma (CULLEN JR. *et al.* 2001, 2000), é praticamente um tabu para o qual não existem espaços de discussão entre gestores e usuários diretos, ainda que eles existam e continuem usando o recurso. O único que existe é fiscalização¹⁶⁷.

Quando perguntei a um membro da gestão do Parque se achava que a caça poderia ser um bom exemplo de como a institucionalidade poderia dificultar o estabelecimento de espaços de

¹⁶⁷ Novamente quero esclarecer que não estou defendendo a caça na Mata Atlântica, só pretendo mostrar como o alto grau de ameaça do bioma, a institucionalidade relacionada a ela e as posições dos atores não favorecem a que sejam criados espaços onde essa atividade, que de fato existe, possa ser discutida. Na Amazônia pode ser diferente, muito provavelmente devido às grandes diferenças no que diz respeito ao grau de conservação e a outras características relacionadas à Mata Atlântica. Existem numerosos exemplos de pesquisa e monitoramento de caça por comunidades locais (ver CONSTANTINO *et al.* 2012, LOPES *et al.* 2012, PUERTAS e BODMER 2004, TOWNSEND 2001, dentro outros) e espaços onde essa questão pode ser abordada. Eu mesmo tenho participado de vários desses espaços, no Brasil e no Peru. Nas RDS Mamirauá e Amanã, por exemplo, existem monitores comunitários de caça em algumas comunidades, alguns com muitos anos de trabalho. Os profissionais da conservação nesses lugares não seriam, desta forma, tão reticentes a abordar a questão devido às diferenças entre ambos os biomas.

discussão¹⁶⁸, ele disse: *“Concordo, é que, assim... opinião pessoal, quando você vai abrir um espaço polêmico para discussão, você tem que saber até onde se pode chegar em temas polêmicos”* (07/2011). As circunstâncias na Mata Atlântica, no geral, e em Picinguaba, em particular, não favorecem esta discussão. *“Acho que vai demorar muito para chegar a um denominador comum (...). É possível debater (...), mas, acho que vai se chegar a um acordo. O morador teria todo o direito de caçar, mas, quando vende... é diferente para consumo”* (07/2011), conclui o membro da gestão, reforçando a questão do comércio¹⁶⁹.

Então, novamente, se o caçador pode ser considerado um morador tradicional e a caça uma atividade tradicional, mas o principal problema para a conservação é o comércio da carne, o foco da análise deveria estar na “tradicionalidade” do caçador e da atividade ou nas regras vinculadas a essa atividade? Em outras palavras, eu acredito que o importante não é o conhecimento “tradicional” dos moradores, mas como é usado esse conhecimento. O importante não é a identidade do morador, mas como ele age.

Nesse mesmo sentido, uma das diretoras de uma ONG que trabalha na região disse: *“O Parque tinha uma área que (...) tinha pessoas que moravam ali, e elas sempre viveram dos recursos da floresta da Mata Atlântica. O fato do território deles virar Quilombo não quer dizer que eles não vão usar os recursos da mesma forma. Muito pelo contrário, legitima eles para fazer isso, e eles vão continuar usando os recursos da onde? Do Parque”* (08/2011). Esta pessoa tem um histórico de trabalho próximo às comunidades e à gestão. Sob essa experiência, ela relatou que *“a gente foi descobrir que eles têm uso do território (...) bem mapeado para saber o que que eles vão fazer em cada lugar. E isso não terminou [com o estabelecimento do Parque] porque essa é a relação que eles estabelecem com o ambiente (...). A relação é muito mais profunda do que a gente chamar de Quilombo ou Parque porque os caras vivem daquilo. Algumas famílias, por exemplo, não têm acesso a proteína animal, então eles vão a caçar mesmo. Vamos fingir que não?”* (08/2011). A realidade é essa, alguns moradores de Picinguaba caçam. Como disse um pesquisador de uma

¹⁶⁸ Não se pode esquecer que existe uma legislação brasileira vigente e que é válida para todo o território nacional e não só dentro das UCs, sejam elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. (Vide: Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências; ou a Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências).

¹⁶⁹ A questão da venda de produtos extraídos da floresta, sejam eles animais ou vegetais, sempre está presente nas discussões sobre o manejo destas espécies. Uma liderança da RDS Amanã me disse uma vez a esse respeito: “caçar para comer tem limite, caçar para vender não tem”. A questão do comércio é fundamental quando se discute manejo de recursos naturais.

ONG da região: “O uso do recurso é fato, a caça é carne utilizada de forma larga e continua por vários da comunidade” (08/2011). Mas, isso está sendo discutido? E, mais ainda, como poderia ser discutido, se a legislação brasileira, as normas das UCs de Proteção Integral e a conjuntura relacionada à Mata Atlântica não favorecem esta discussão?

Então, quando perguntei à diretora da ONG que conhece de perto a relação da gestão com as comunidades se achava plausível que, em um futuro, ambas pudessem discutir a questão da caça, ela disse enfaticamente: “Não, não dá. Impossível. Nem as ONGs, nem o Ministério Público. Não dá. Essa não é uma discussão (...). Isso não vai ser colocado por eles [os moradores], nem pelo Parque” (08/2011). Como já disse, é verdade que o NP pertence a uma UC de Proteção Integral, fazendo que este tipo de atividade não tenha condições apropriadas para acontecer: “Um plano de manejo para caça é um ponto que as próprias regras do Parque acabam inviabilizando” (08/2011), disse um pesquisador da região. Mas, talvez para a Mata Atlântica, neste quesito, a diferença entre um tipo de categoria de UC e outra não faça muita diferença devido ao estado de conservação do bioma como um todo e as posições dos atores relacionados à conservação que atuam nela. Quer dizer, a caça no bioma Mata Atlântica, dentro ou fora de UC, sendo elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável, não tem as condições propícias para ser discutida e, menos ainda, aceita como possibilidade de uso direto dos recursos pelos moradores.

Então, será que as condições dadas para a discussão sobre manejo de recursos vegetais e recursos de fauna são muito diferentes? Seria mais fácil para a gestão discutir sobre manejo florestal, por exemplo?, perguntei ao membro da ONG. Ele disse:

“Acho que seria. Muito mais fácil (...). Da mesma forma não acontece [o manejo], mas é mais fácil. Porque tem outras formas de manejo florestal que talvez você pode incluir, a história da jussara [por exemplo]. Têm várias histórias que dá pra fazer que acho que não são tão esdrúxulas. Mas, quando você fala de matar animal é muito mais complicado. Culturalmente, para todos nós da área da conservação. Desmatar, também é uma coisa complicada. Dá uma coisa...” (08/2011).

A propósito do manejo da jussara (*Euterpe edulis*), uma das coordenadoras de uma ONG que trabalha com manejo de recursos vegetais na região ressaltou o potencial desta espécie:

“Acredito muito no manejo como uma forma de conservar. A jussara está tendo uma série de qualidades, desde o marketeiro, espécie em extinção que você mantém em pé e gera semente, a história do açaí abrindo mercado (...). A gente acredita no uso múltiplo da floresta. Então, uma série de espécies nativas que têm potencial para se trabalhar juntas. A jussara, por ser uma

espécie que, no estágio inicial, precisa de sombra a gente propõe que seja plantada na agrofloresta (...)" (07/2011).

Entretanto, comentou sua insatisfação sobre a posição dos gestores a respeito do manejo da espécie:

*"Desde 2008 começou se discutir a readecuação de uma Resolução da Secretaria de Meio Ambiente que legaliza o manejo de corte de palmito. O nosso trabalho foi usado como base, como parâmetro, porque não se tem pesquisa disso, para o plano de manejo (...). Naquele momento, **a gente batalhou pelo uso múltiplo**. Que é que? Manejar fruto no primeiro momento e, a partir de certa quantidade, de alguns anos, (...) fazer um manejo de corte do palmito e o manejo da madeira, que é uma ripa excelente para construção de casas (...). **Mas, hoje a resolução não foi aprovada por causa do uso múltiplo** (...). Se a gente tivesse focado numa resolução só para fruto talvez já tivesse saído. Então, é tudo muito complicado porque eles não conseguem (...) ter uma visão positiva de, por exemplo, manejar madeira" (07/2011).*

Ela é clara na sua posição crítica aos gestores quando disse: *"Infelizmente, quem está na gestão dessas unidades de conservação são técnicos de escritório que não têm a visão prática" (07/2011).*

O confronto de posições com respeito à agricultura e ao manejo de espécies vegetais pelos moradores não é de fácil solução. Ainda entre os atores da gestão e os relacionados à pesquisa existem algumas dúvidas sobre os limites que estes usos deveriam ter na área. O antigo pesquisador chama a atenção ao seguinte: *"Esse extrativismo, seja de plantas ou de animais, responde a uma pressão de mercado, porque você vai ter gente para comprar. Isso eu acho muito mais problemático que as áreas que estão sendo cultivadas. De novo, falo isso na Casa da Farinha" (02/2012),* disse reforçando o fato de estar referindo-se exclusivamente ao Sertão da Fazenda e as áreas dessa comunidade que têm sido utilizadas historicamente para agricultura. Continuou: *"Eu acho que o que está acontecendo em Ubatumirim, que eles estão cada vez mais subindo com as bananeiras, pode ser muito mais problemático" (02/2012).* Dessa forma, poderia existir agricultura só nas áreas onde foi realizada durante longos períodos de tempo. Em outras regiões, como na comunidade de Ubatumirim, dedicada principalmente a agricultura de banana, esta posição muda, favorecendo os usos indiretos dos recursos naturais.

Entretanto, inclusive no Sertão da Fazenda, comunidade a que se refere o pesquisador, as atividades agrícolas tampouco têm acontecido sem contradições e conflitos. Uma das lideranças da comunidade disse: *"Eles restauraram a Casa da Farinha (...) dizendo que (...) ia gerar renda pra comunidade. Isso foi por volta de 84, 87, por aí. (...) Aí, restauraram e tiraram o direito de plantar!*

[Ela ri] E aí, virou ou quê? Virou pra uso turístico, tirar foto, porque daí, se as pessoas não podem plantar sua mandioca, vão fazer sua farinha como? De areia de praia? (...) É casa da farinha, mas cadê a farinha?" (07/2011). Uma liderança antiga da mesma comunidade reforçou esta situação quando disse: "Eu sou obrigado a conviver com o turismo porque acabou a pesca artesanal que o pessoal fazia, a agricultura que ainda precisa. A Casa da Farinha aqui, mas precisa plantar alguma coisa! (...) Na minha opinião eu dependo das pessoas de fora" (07/2011). Os moradores desta comunidade, assim como das outras três comunidades do NP, têm tido que adequar-se, em maior ou menor grau, aos usos indiretos dos recursos naturais, como o turismo, para poder continuar trabalhando.

É importante, então, refletir se todos moradores de Picinguaba vão poder sobreviver e cobrir suas necessidades a partir dos usos indiretos. Os moradores também se definem a si mesmos a partir de suas atividades. Não só lutam pelo direito de vender a banana, brigam pelo direito de serem agricultores de banana, de continuar fazendo o que eles faziam antes, pelo direito ao trabalho. Como já foi descrito antes, a chegada de pessoas de fora a região de Picinguaba produziu uma transformação social. O turismo, tanto de segunda residência quanto de veraneio, proporcionou alternativas aos moradores que viram restritos os usos diretos dos recursos naturais devido à chegada do Parque, à suas regras e à fiscalização.

Uma liderança da comunidade de Ubatumirim disse:

"Quem tem dificuldade em fazer uma roça pega serviço com o turista. Há quem pense assim, já percebi: não, eu vendi minha área para pessoas de bem, meus filhos vão trabalhar agora de caseiros com eles, cuidar das áreas (...). Ou seja, era uma área que ele não podia mais plantar, ele fatiou, e vendeu pra pessoas de poder razoável, aquisitivo, e a família toda trabalha para esses turistas, cuida da casa. Quando desce [o turista], a família trabalha, cozinha (...). Outros aproveitam da necessidade de mão de obra (...) principalmente na construção ou na manutenção, em geral, jardinagem. É um projeto de vida atrasado, encima de uma situação. Raro, mas tem" (05/2010).

O trabalho com os turistas que têm terrenos na comunidade se tornou, então, uma alternativa, principalmente na Vila de Picinguaba e em Ubatumirim¹⁷⁰. Esta liderança continuou dizendo: "E

¹⁷⁰ As atividades relacionadas ao turismo no Cambury estão mais relacionadas aos moradores que mantêm quiosques na praia, a administração de um terreno para um camping e manutenção de algumas pousadas. Nestes quiosques, os moradores têm colocado restaurantes e bares, utilizando para isso conexões clandestinas de eletricidade às que não têm direito. Eles não formam parte do Quilombo pelos motivos que foram descritos no capítulo anterior, vinculados principalmente à propriedade individual da terra, tudo isto origina que mantenham confrontos constantes com a gestão

têm lá o seu ganha-pão, e já vão deixando de lado a cultura de plantio e tal. Uma, porque não pode, tá sujeito a ir preso, e outra porque vê uma situação mais fácil” (05/2010).

Entretanto, a relação entre os moradores e os “de fora” que compraram terrenos nas comunidades não só é assimétrica desde o ponto de vista no qual os primeiros acabaram sendo os empregados dos segundos. As posições que ocupam um e outro reproduzem essas assimetrias de muitas outras formas. Uma liderança da Vila de Picinguaba reclamou dessa situação:

*“Tem turista aí que tem alvará de funcionamento para funcionar um quiosque. Mas, [se] qualquer caçara quer colocar um quiosquinho na beira da praia, ou um carrinho de lanche, ele não consegue o alvará. Só que o turista foi à prefeitura e comprou, e a prefeitura deu, vendeu para ele. Por quê? **Quem tem que ganhar o dinheiro somos nós.** É nós que dependemos do que nós ganhamos 365 dias do ano (...). **Só que não acontece isso. O rico que vem de lá pra cá, ele já tem dinheiro, porque se não tivesse dinheiro, não compraria uma casa em um lugar desse.** E essa não é a primeira casa dele, é a segunda ou terceira ou quarta. (...) Nós temos que fazer uma casa para dar um conforto para nossos filhos, para nossos netos. (...) Mas, não acontece com a gente isso. Se a gente quer fazer uma casa para nossos filhos, não podemos. Mas, por que o turista pode, então? A lei é só pra nós? É muito complicado” (05/2010).*

Por outro lado, alguns outros usos indiretos dos recursos são propostos pela gestão, como a administração da lanchonete próxima ao Centro de Visitantes do Núcleo Picinguaba, ou o estacionamento do mesmo lugar. Mas, destas alternativas econômicas poderão manter-se uma porção considerável dos moradores da comunidade do Sertão da Fazenda, que é a beneficiária? Um membro da gestão do Parque disse: *“Tem o estacionamento que quem toma conta é o pessoal da comunidade quilombola, tem a lanchonete (...). O gestor se ajustou dentro da Fundação Florestal para dar tudo o que podia para eles, o estacionamento, a lanchonete (...), e muitas outras coisas que eles têm que buscar um pouco. Eu acho que o Parque está aberto” (02/2011).*

Se o esforço do gestor para conseguir essas duas alternativas aos moradores frente à Fundação Florestal foi muito grande mesmo, os usos diretos dos recursos têm poucas possibilidades de acontecerem. O membro da gestão continuou: *“As comunidades estão indo buscar [alternativas] e tudo dentro do correto. Eu vejo muito auxílio do Parque para a comunidade quilombola” (02/2011).* Isso “correto” corresponderia à posição da gestão do NP, mas, muito provavelmente não as posições e objetivos dos moradores.

do Parque. No Sertão da Fazenda, e como já disse, a Casa da Farinha é o lugar onde os moradores da comunidade poderiam ter benefícios com o turismo através da venda de produtos. Este aproveitamento, entretanto, não é simétrico entre todos os membros da comunidade devido a que existem conflitos internos pelo controle deste espaço.

Outros tipos de alternativas econômicas baseados nos usos indiretos têm sido implementados pela gestão do NP. Este mesmo membro da gestão disse: *“Estão surgindo atividades que estão dando renda, como a trilha fluvial. Vejo eles ganhando dinheiro, a observação de pássaros (...), eles vão levar os visitantes... essa troca tem que acontecer permanentemente”* (02/2011). Além do turismo, alguns moradores, principalmente do Sertão da Fazenda, têm trabalhado como assistentes de pesquisa ao longo dos últimos anos. Estes assistentes podiam ser moradores treinados pela gestão do Parque ou contatados diretamente pelos pesquisadores. Assim o indica um pesquisador: *“(...) a gente negociou os monitores, o pessoal que fazia acompanhamento de nossos equipamentos, diretamente com a comunidade. Então, não eram os monitores que eram treinados por eles [pela gestão do Parque] (...) porque os monitores que estão treinados no Parque já estão tendo um ganho adicional. Foram treinados e capacitados. Nós vamos treinar mais gente para fazer um outro tipo de trabalho que não é levar turistas a uma trilha”* (02/2012).

Por outro lado, segundo os moradores, a pesquisa científica realizada na área não dialoga com os conhecimentos locais e não tem servido para a melhoria da sua qualidade de vida: *“O pesquisador não traz retorno nenhum para a comunidade, nem pra fazer uma palestra, olha, fiz esse trabalho aqui. E isso é uma pena. Às vezes entra e a comunidade pensa: quem é? Entra lá, deixa o carro, vai pras trilhas, todo solto”* (07/2011), disse uma moradora. Já entre os pesquisadores existem diversas posições à respeito dos moradores locais, entretanto, a maioria concorda que é preciso negociar e que essas pessoas devem ter acesso a alternativas de uso dos recursos naturais.

POSIÇÕES E CONFRONTOS SOBRE O ACESSO À TERRA

Como já foi discutido no capítulo anterior, a questão da terra, o acesso, a posse, a propriedade, são assuntos de muita importância para os moradores de Picinguaba devido ao histórico de venda de terras para pessoas “de fora”, às ameaças da especulação imobiliária no litoral paulista e ao próprio estabelecimento do Parque, o que poderia ter influenciado a forma como os moradores se relacionam entre si e com seus territórios. Isto significa que os moradores de Picinguaba levam algumas décadas sentindo-se ameaçados por atores com maiores recursos de poder no que diz respeito não só a propriedade da terra que os moradores consideram própria, mas, inclusive ao direito de permanecer nela e continuar realizando as atividades produtivas das que dependem. O

uso da questão identitária também é um eixo nesta luta pelo direito à cidadania plena, à moradia e ao trabalho.

As estratégias seguidas por eles ao longo destes anos, relacionadas à propriedade individual ou coletiva da terra, se dirigem a garantir o mais possível que a incerteza, a insegurança e a dependência às que têm sido expostos diminuam e possam, desta forma, (voltar a) ter a liberdade para decidir o que fazer com suas terras, assim como garantir seu trabalho e a melhoria da sua qualidade de vida. Um antigo morador de Ubatumirim, quando consultado se considerava que sua vida tinha melhorado desde que era mais jovem, respondeu: *“melhorou porque a gente tem mais coisas. Piorou só porque não pode trabalhar sossegado, né? Se a gente for desmatar para plantar uma mandioca ou banana, a gente trabalha assustado. Espiando pra trás. Acabou a liberdade da gente”* (05/2010).

Entretanto, sendo a Serra do Mar uma área de grande relevância ecológica e com alto grau de vulnerabilidade, outros atores, outros tipos de uso dos recursos naturais e outras posições sobre o acesso à terra entram em confronto com os desejos dos moradores, sejam eles originários ou não. Nesse sentido, a questão do acesso e propriedade da terra se torna central no confronto entre a gestão e os moradores de Picinguaba. Quando lhe perguntei se achava que o espaço de discussão entre a gestão e os moradores estava ocupado pela questão da terra, uma antiga gestora disse: *“Eu acho que está contaminado. Mas, (...) eu fazia sempre questão de mostrar a outra possibilidade [o uso dos recursos], porque a primeira, que é a mais real e necessária, é a que realmente vai resolver o problema de vez (...). Eu acho que tinham que ser coisas paralelas”* (06/2011).

Ainda que o ideal fosse que ambos os assuntos sejam discutidos de forma paralela e que a questão territorial possa ser resolvida para poder investir mais recursos no manejo dos recursos naturais, a legislação que dá a estrutura institucional às UCs de Proteção Integral não dá o suporte para isso acontecer¹⁷¹. Desta forma, tanto a gestão quanto os moradores tiveram que ter estratégias para avançar dentro do possível, como foi indicado no capítulo anterior.

¹⁷¹ Como já foi indicado várias vezes, o Termo de Compromisso ao qual se refere o artigo 39 do Decreto nº 4.340, que regulamenta o SNUC, especifica as condições de permanência das populações tradicionais em Unidade de Conservação de Proteção Integral, enquanto não forem reassentadas. Esse mesmo Termo deve indicar o prazo desse reassentamento. Com isto quero dizer que este Termo não garantiria uma segurança real para os moradores, pelo

Outro membro da gestão analisou a relação entre as discussões relacionadas ao uso dos recursos e à questão da terra desde sua posição de gestor, mas também, tentando se colocar na posição dos moradores. Para ele, a questão da terra, da moradia, é tão básica para o morador que compreende por que ela ocupa maior espaço na discussão, além de colocá-la no contexto da conservação do ambiente como um todo:

*“Tem que ter o espaço [de discussão sobre uso de recursos entre a gestão e os moradores], o problema é como fazer esse espaço produtivo. Porque, **aonde que influencia a reforma da casa [dos moradores] na preservação do ambiente como um todo?** Às vezes ele [o morador] está vendo a casa dele cair, (...) ele vai ficar com raiva do Parque (...). Então, ele o que quer é ver seu filho tranquilo, não quer que a casa caia (...), depois ele vai pensar em outras coisas. Então, **não adianta nada discutir caça e outras coisas se antes ele não tiver moradia e direto de terra garantido. Eles vivem há 30 anos assim: vão me tirar daqui, não vão, vão me tirar daqui, vão me levar preso, não vão. Que que vão fazer comigo?** (...). 30 anos com esse pensamento na cabeça. **Ele continua caçando, fazendo as coisas dele, mas sua preocupação é essa.** Então, adianta discutir a caça agora? Pode ser produtivo, mas é a questão chave? Talvez é melhor que seja assim, ele sabe que a gente sabe, a gente sabe que eles caçam. Mas, tudo bem, quem sabe eles preferem que seja assim. **A questão fundiária e a questão da habitação é o mínimo**” (07/2011).*

Um membro de uma ONG da região disse à respeito da questão da terra:

*“**Eu acho que a discussão sempre foi de território, acho que em poucos momentos passou pelo uso dos recursos.** (...) Tem algumas famílias que caçam algumas épocas do ano, e não porque eles são quilombolas agora, é que o Parque se livrou deles. Não é assim não, (...) porque a relação está instituída e estabelecida. **E acho que a discussão deveria ser em torno do uso do recurso, mas o Parque só trata, o governo só trata como território, mas os moradores fazem uso dos recursos. É um negocio meio esquisito, meio diferente**” (08/2011).*

A questão da desafetação das áreas de uso das comunidades como uma saída para o conflito entre os moradores e a gestão do Parque também tem posições em confronto, como é de se esperar. Um membro da gestão do NP disse, com respeito a isso, que a *“estratégia do Parque, pensando friamente, da proteção integral não existe. Existe desafertar ou mudar de categoria de UC, seja uma Resex, uma APA, ou coisa assim”* (07/2011). Por outro lado, um antigo pesquisador da região prefere que as comunidades do NP se mantenham no interior de uma UC devido a que, se esse território fosse desafetado, a pressão sobre ele seria muito perigosa, tanto para os moradores quanto para a própria conservação da biodiversidade:

menos não no longo prazo. A questão da terra continuaria no centro da atenção, devido a que eles lutam pela permanência na área e pelo uso dos recursos naturais por um tempo indefinido.

*“Eu tenho brigado muito com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, porque a posição deles era desafetar aquelas áreas, desafetar a Vila, Ubatumirim, todas as áreas de população sair do Parque. **Eu tenho a impressão que se o Estado sair, eles não vão conseguir manter suas formas tradicionais.** Eles vão ser pressionados por grandes empreendimentos, antigos proprietários vão voltar e reivindicar posse (...). **Então, a proposta é desafetar do Parque, mas criar uma RDS ou alguma forma na qual o Estado continue presente. Mas, que eles tenham mais liberdades (...), que se abra um espaço de diálogo.** (...) A minha visão da atual administração da Secretaria e da Fundação Florestal é que isso dá muito trabalho. Então, o jeito mais simples é desafetar, lavamos nossas mãos. Eu não sei qual vai ser o destino daquela região (02/2012).*

Sobre a possível desafetação dos territórios das comunidades que têm sido reconhecidas como Territórios Quilombolas ou estão em processo de sê-lo, uma antiga gestora do NP, ante a pergunta de se, através dessa estratégia, os moradores conseguiriam a autonomia desejada, respondeu:

*“Código Florestal... **E eles vão continuar sendo vizinhos de duas UCs.** Então, se eles quiserem qualquer coisa que afete as UCs, têm que ter submissão para licenciamento. Então, **não é verdade que tem autonomia.** Aliás, que ninguém tem, porque para você viver em sociedade tem que... (...). Não faz sentido pensar em uso coletivo da terra com quilombancos¹⁷²(...). **E acho que tem a coisa de como a questão quilombola é vendida, né? O que ela significa, é um mundo aparte com direitos completamente especiais? Que não submetem a lei brasileira? Como assim? Não é verdade isso” (06/2011).***

Entretanto, um membro de uma ONG da região que trabalha com manejo de recursos naturais critica o esforço gasto no assunto da possível desafetação das comunidades porque tiraria a atenção de assuntos mais urgentes:

*“**A gente gasta muita energia nisso da desafetação da área quando era para eu estar me focando na pesquisa, na educação ambiental, na conservação ambiental.** E fico gastando muita energia com isso porque, falo para eles [para os moradores], que **pro Parque era bem melhor se livrar do problema.** Acho que isso também é aquela coisa que o gestor não tá preparado (...), num enrosco tão complexo e fica preso com isso (...) e no final ele não tem tempo de fazer as coisas que devia” (07/2011).*

Por outro lado, um morador da Vila de Picinguaba, dono de um bar e que é considerado “de fora” porque não nasceu na região, indicou sua preocupação sobre a possível desafetação da comunidade e descreveu a que ele acha ser a posição da Fundação Florestal sobre o assunto:

¹⁷² “Quilombancos” é o termo que usa esta gestora para referir-se a moradores das comunidades que estão reivindicando a remanescente quilombola, mas que não são negros. Geralmente estas pessoas não são originárias da região, mas se instalaram nela não muito tempo atrás.

*“Pelo que sei por cima, do **próprio pessoal do Instituto Florestal**, eles querem que seja assim. Mas, o assunto é como. **Não é pra jogar a Vila aos leões, né?** Já existe um plano de manejo, que nós pagamos para fazer, fizemos um plano de uso e ocupação do solo (...), na associação pagamos. É um plano grande, tem arestas e tudo. (...) Onde existem todas as regras de construir, onde, como (...). Ainda não foi implantado” (09/2010).*

Lhe pedi para que me explicasse o que aconteceria com a comunidade se fosse desafetada. Ele me disse que *“se a Vila sair do Parque, seria uma administração tripla: a Associação, Prefeitura e o Parque [que] também tem voz porque vamos ser do entorno. E aqui ainda existe o CONDEPHAAT (...). Eu acredito que se a Vila sair não vai poder autorizar um prédio aqui. Nem a associação, eu seria completamente contra”* (09/2010). Também lhe perguntei quais seriam as posições internas à comunidade sobre a possibilidade da desafetação. Ele respondeu:

*“Olha, existem duas ideias aqui: a presidenta atual quer requalificação, ela pessoalmente. Eu prefiro desafetação, eu acho que você morar dentro de um Parque... **Agora falam em Resex. Eles [os moradores originários] não entendem o que é isso.** Isso tudo é do Estado. Eles dão concessão para você trabalhar na área só. Eles confundiram Resex com APA Marinha ainda. Eles acham que a Resex vai incluir o mar, o mar não tem nada a ver com a terra. (...) Eu li a lei, **uma Resex, tudo é do governo e eles dão a concessão para as pessoas trabalhar na terra de acordo com o que eles querem, mas a propriedade passa a ser do governo, não é particular.** Ele tem uma concessão do uso dessa propriedade, enquanto os filhos, os herdeiros quiserem continuar... tudo bem. Mas, a propriedade não é da pessoa. Ela não pode vender, não pode negociar, não pode fazer nada”* (09/2010).

Fica evidente, então, segundo o depoimento deste morador “de fora” qual é sua posição sobre a questão do acesso à terra na comunidade. Ele prefere a desafetação porque assim poderia garantir seu direito à propriedade individual da terra e poderia ter o direito de fazer com ela o que bem achasse. Ele sabe que segundo o Plano de Manejo do Parque (SÃO PAULO 2006), o território que ele ocupa na comunidade é uma ZOT e que ele é considerado um morador temporário. Entretanto, se a Vila for desafetada do Parque, ele conseguiria sair dessa situação para uma de maior segurança para ele e para sua propriedade.

A presidenta desta comunidade, por outro lado, se queixou da quantidade de edificações que estavam sendo feitas na comunidade no momento da entrevista, e critica a gestão do Parque por não agir com a mesma força de fiscalização contra os moradores originários em comparação aos “turistas”. Ela disse que conversaria com o gestor e lhe reclamaria o seguinte:

*“O negócio é o seguinte: **você disse que tudo que é pra fazer é porque tem autorização** [sobre manutenção e construção de edificações na comunidade]. Picinguaba ainda continua um Parque de Proteção Integral, hoje é uma Zona Cultural Antropológica Cultural, essa coisa. Então, ainda continua um Parque. Ele é Parque? E por que está acontecendo do mesmo jeito? **Por que vai desafetar? Mas, quando vai desafetar?** (05/2010).*

Eu lhe perguntei se ela tinha certeza de que a Vila de Picinguaba ia ser desafetada do Parque. Ela me disse: *“eu não tenho certeza de mais nada. Eu gostaria que não desafetasse. Porque a Prefeitura não vai assegurar, porque não liga pra nós. Quem vai gerir de verdade, se desafetar, vai ser a Prefeitura e todo mundo vai fazer o que quer. Eu vou tirar uma foto e vou guardar tudo, e daqui a 10, 15 anos vou mostrar e dizer: eu falei pra vocês que nada podia ser assim”* (05/2010). Depois de indicar que prefere que a comunidade se mantenha dentro do Parque, ela falou do conflito existente entre os moradores originários e os “turistas”. Ela teria a posição de que a comunidade se mantenha dentro do Parque porque sabe que é uma forma de contra-arrestar o crescente poder dos “turistas” no interior da comunidade.

Ela se queixou: *“Os turistas não querem ajudar nós. Eles querem que a gente vá embora. Que a Vila é deles. Que a gente vá embora, porque nós somos lixo pra eles...”* (05/2010). “Turista acha que nós somos lixo” (05/2010), reafirmou o pai dela, antigo morador da comunidade. Ela continuou:

*“Eles acham que a gente não é nada pra eles, que a gente tem que trabalhar pra eles e acabou. Eu não trabalho pra ninguém. Eu tenho meu bar (...) e para me tirar daquela ilha vai ter guerra, porque é meu direito. Tem muito caçara vendendo e as consequências vamos pagar nós. Eles vão pra Ubatuba, as vezes consegue trabalho (...). Eles acham que vão vender a casa e vão viver muito bem com 50 mil, 100 mil e acha que nunca vai acabar. Aí, depois vai e fica maldizendo (...). Muito se arrependeu. (...) Mas, as consequências somos nós que sofremos, porque **eles vendem e vem mais um turista**”* (05/2010).

“Chega uma hora que você não aguenta. Você podendo viver num lugar tranquilo, os caras vem para perturbar você, acabar com sua raça” (05/2010), disse finalmente o antigo morador da Vila de Picinguaba sobre sua relação com os turistas.

A respeito do confronto pelas terras dentro do Parque entre os moradores originários e os turistas, um antigo pesquisador da área disse que alguns moradores, que antes eram contra a presença da UC, *“hoje também veem o Parque como algo benéfico porque viram o que aconteceu nas outras praias, com a ocupação das áreas, que foram vendidas, ocupadas, tomadas...”*

(02/2012). Desta forma, ele reafirma o já dito por alguns moradores originários, a presença do Parque, ainda que conflituosa e, às vezes, indesejada, se pode tornar a única possibilidade de contenção dos turistas nas comunidades no interior do Parque.

Esta relação de confronto entre os moradores originários e os chegados de fora para comprar terrenos na região também foi narrada por uma ex-presidenta da comunidade de Ubatumirim:

“Meu pai sempre soube que dentro de Parque não podia vender terreno. Então, teve pessoas que enganaram as pessoas de fora e venderam porque não tinha nenhuma demarcação de Parque e aproveitaram e venderam o terreno (...). Por isso que a gente tem consciência que alguns nativos enganou as pessoas para poder vender o terreno, e quem comprou tem medo de perder” (05/2010).

É interessante esta fala porque, até então, os moradores originários sempre tinham se referido aos “de fora” como os que os enganaram no processo de compra de terrenos pagando preços muito baixos. Os moradores aceitaram essas condições de venda por desconhecimento do valor de mercado das terras e por necessidade, como já foi indicado anteriormente (detalhes em FERREIRA 1996). Ela mesma, em outro momento da conversa se referiu a essas duas coisas: *“Teve pessoas que trocou pedaço de terra por um Brasília velho. Teve pessoas que não podia trabalhar pelo conflito, né? Parque, polícia e tudo mais (...). Claro, não pode trabalhar, tem um monte de filho pra alimentar, tenho essa terra, vendo e os filhos podem comer mais um pouco”* (05/2010).

Teriam existido, então, pelo menos estas três circunstâncias em torno à venda de terra para pessoas “de fora” no NP: a necessidade de venda de terras por parte dos moradores originários devido à necessidade econômica ocasionada pelo embate com o Parque; o engano por parte dos “de fora”, que pagaram preços extremadamente baixos; e, nesse contexto, os moradores que aproveitaram a situação e venderam a terra ainda sabendo que estavam dentro de um Parque, como disse esta ex-presidenta. Esta última situação é utilizada por ela como o motivo pelo qual tiveram que aceitar as pessoas de fora dentro da comunidade: *“Eles compraram, tinham que morar, né?”* (05/2010), disse. Além de manifestar que, a partir da chegada dos “de fora”, houve novas possibilidades de trabalho para os moradores originários: *“Gerou serviço pra algumas pessoas, porque o cara comprou, fez uma casa e pega uma pessoa para tomar conta”* (05/2010), comentou.

Entretanto, ela também indicou que, pelo menos na comunidade de Ubatumirim, os moradores originários conseguiram, de certa forma, manter uma posição de predominância sobre os “de fora”. Ela disse que:

*“Muitos de fora que teve problemas aqui com a gente (...). Alguns a gente até expulsou daqui do Sertão. Sendo pessoas de fora querem vir bater de frente com a gente! **A gente fala que quem manda aqui somos nós, nós nativos.** Já teve uma pessoa que a gente conseguiu expulsar da comunidade, aqui quem manda somos nós. E todas as pessoas que procuram a gente para comprar terreno, (...) a gente fala assim: ó, para construir uma casa aqui perto... só pode construir uma casa na frente e uma no fundo. A gente fala para as pessoas, porque aqui não vai fazer favela aqui não. (...) Aí, a gente explica a realidade do Sertão (...). A gente sempre falou, **não é aquilo que a gente quer para Ubatumirim**” (05/2010)*

Quando perguntei para outro ex-presidente da associação da comunidade de Ubatumirim se ele achava que o tratamento aos “moradores tradicionais” deveria ser diferente aos “de fora”, ele disse:

*“Não, quem está aqui é porque o caiçara permitiu. E se permitiu por necessidade. Quem tá aqui agora, do jeito que está aqui, tem que ser tratado como alguém daqui (...) independente (...) pode ter colegas do bairro que pensem diferente, mas... **O Parque propôs uma coisa para os tradicionais e outra para quem não são (...). Deu a entender que essa foi uma estratégia para dividir a população**” (07/2011).*

Ele disse que esta diferenciação originou conflitos internos à comunidade:

*“e deu uma guerra aqui no bairro que atrapalhou a nossa atividade de cidadania, pode se dizer. Porque, de lá pra cá, teve muito atrito interno, teve pessoas que até saiu daqui. Entre a gente mesmo. Então, aonde tem desunião alguma coisa está arreda. Então, eu acho que todos os que estão aqui estão no mesmo barco. E, se estão aqui é porque algum caiçara cedeu os direitos. **Devem ser todos tratados da mesma forma, queira o Parque ou não.** Essa situação não foi criada pelo caiçara, mas pelo Parque. **Quem está junto com a gente, a gente trata igual, pode não ser tradicional**” (07/2011).*

Ainda sobre o futuro dos moradores com respeito à questão da terra, perguntei para um membro de uma ONG da região o que achava que ia acontecer, ela disse:

*“Eu não sei. **Às vezes tenho impressão que nunca vai se resolver.** Mas, aí você vai numa reunião tipo essa que rolou em Ubatumirim¹⁷³, e pensa que está tendo uma predisposição para resolver.*

¹⁷³ Ela se refere àquela reunião que aconteceu na comunidade do Sertão de Ubatumirim com a participação de membros da Fundação Florestal da que já falei no capítulo anterior (Página 163).

*Mas, como é uma coisa com muitos interesses escuros, fico sem saber. Porque, **ao mesmo tempo em que o Parque fala que para eles era melhor desafetar, eles não querem desafetar.** E eu não sei, viu? Mas, sinceramente, para a gente é uma coisa muito louca (...)* (07/2011).

A questão da terra é, para este membro de ONG, onde se gastam muitos recursos, complicando assim os outros assuntos. Entretanto, reconhece que *“eu acredito que talvez não só ali no Picinguaba, acho que deve ter outros [lugares]. Agora aqui é mais agravante pela questão das comunidades. Porque em todo Parque tem essa coisa mal resolvida da terra, mas aqui é uma pedra no sapato mesmo. Mas, fica claro que eles gastam muita energia com isso e o resto fica tudo no segundo plano”* (07/2011). Por outro lado, ela é clara quanto a sua posição crítica à gestão do NP sobre os processos relacionados ao uso dos recursos e ao acesso à terra:

*“Estava sendo feito o Plano de Manejo do Parque. E aí, eles definiram o zoneamento (...), de criar essa zona para poder ligar as comunidades. E aí, **foi criado o Plano de Uso Tradicional, e assim, o Parque veio com essa proposta de participativo, de vamos construir. Na verdade, foi goela abaixo, foi nada participativo.** Eles têm essa visão que foi participativo, mas a gente que sabe o que é participação sabe que não foi. (...) Tanto que o Plano de Uso Tradicional só conseguiram fazer na Fazenda e no Cambury que são comunidades que não são muito organizadas. **Em Ubatimirim não conseguiram.** Eles [os moradores] falaram não, não vamos validar isso aí (...)*” (07/2011).

Em discordância com esta posição está um membro da gestão que disse que a criação das ZHCAn *“foi um avanço imenso (...). Se não houvesse o Plano de Uso Tradicional a guerra seria muito grande. Teria pessoas com casas caindo, foi um passo enorme. Para a gestão foi um passo enorme”* (07/2011). Como já foi discutido, por um lado existem os Territórios Quilombolas que são reivindicados pelos moradores como uma forma de garantir o direito à terra; e, por outro, as ZHCAn que foi a forma que encontrou a gestão do NP para institucionalizar a presença humana no interior do Parque. Levando em consideração isto, perguntei a este gestor se achava que as ZHCAn tinham sido incorporadas pelos moradores. Ele respondeu:

*“Parte sim, parte não. **Parte, de olha eu não aceito o Parque, não quero saber.** Tem pessoas que não estão interessadas (...). **‘O terreno é meu, sempre morei aqui e acabou. Eu tenho que pedir esses caras para poder reformar minha casa?’** (...). Mas, é melhor essas pessoas que policia’. **Então, eles aceitam, não de forma positiva nem voluntaria.** Fazem isso porque se não teria um prejuízo muito maior. Infelizmente, a realidade é essa. Funciona? Funciona. Mas, **do lado da comunidade não vejo ninguém que goste disso”** (07/2011).*

Então, esta estratégia da gestão teria funcionado, segundo este gestor, e através dela, os moradores originários têm garantido seu direito à permanência e a alguns serviços básicos. Entretanto, este mesmo gestor disse:

*“Funcionou, mas é algo temporário (...). Aí, nós entramos lá encima [na Fundação Florestal], e falamos: até quando? Isso não vai durar muito mais. A situação é muito complexa (...). A distancia é tão grande. A Fundação Florestal teria que estar mais aqui presente (...). **Falta política voltada para comunicação** (...). A comunidade não sabe nada dos processos (...). Deveria ter um procedimento que fale como estão os processos. **Falta diálogo institucional** (...) **que seja aberto para todo mundo**. Falta aproximação via comunicação. E isso poderia acalmar os ânimos. (...) **A comunidade não consegue esperar** (...), não entende que um processo leva 3, 4, 5 anos. **Para a gente também é difícil**” (07/2011).*

Nesse mesmo sentido, um morador da comunidade Cambury descreveu sua posição sobre o Plano de Uso Tradicional e a relação dele com o acesso aos serviços básicos na comunidade, como a luz elétrica, e com o uso direto dos recursos naturais: *“O ITESP veio e falou e disse [que] não era para ter assinado isso aí. A luz é obrigatório, é rural. Era obrigatório a luz ir pra vocês. Não tinha essa de eles embargar a luz pra vocês. (...) Não era pra vocês assinarem esse Plano de Manejo. Fizeram a maior bobeira ter assinado esse Plano de Manejo. Mas, agora já foi”* (02/2011). Mas, o pessoal da comunidade sabia o que eram as ZHCAn?, lhe perguntei. Ele disse que *“muitos sabiam, outros não”* (02/2011). E, concordavam com o Plano de Uso Tradicional? Ele continuou:

*“Não, a gente não queria concordar com esse plano porque ia ser ruim pra gente porque, já pensou? Você mora na sua casa, aí, chegou fulano, e insiste que para você usar [os recursos] vai ter que assinar um plano de manejo que (...) tem que assinar (...). Tu já pensou? Como é triste. Dentro da minha propriedade! (...) Eu moro no mato, (...) e, para mim tirar uma madeira para minha casa, ter que ir pedir ordem do Parque, (...) é que não seria ruim? Tá, era isso que a gente não concordava. **Nós queria que eles entendesse a gente**. Se nós morasse na cidade, tá tudo bem, (...) aí, sim. Aí, nos ia concordar que tinha que ir lá pedir ordem porque nos tava vindo da cidade para tirar madeira. Mas, **a gente morava na roça**. Eu com minha casa de estuque aí, levei 6 meses para a autorização sair, e ainda não posso tudo tirar madeira. Ainda quando tirar madeira tenho que ir lá chamar a turma do Parque para eles ir e filmar daonde eu vou tirar madeira, já pensou? Se eu vou tirar uma madeira, eu vou tirar uma daqui, outra de lá. **Eu não vou desagradar o mato, eu não vou desmatar o mato todo. É só um pouco de madeira. Já pensou que absurdo? E aí, que nós não concordava**” (02/2011).*

Como disse o membro da gestão linhas acima, para os moradores da comunidade é muito difícil aceitar e concordar com a dependência que têm em relação à gestão do Parque. Dependência em relação ao uso dos recursos, acesso à terra e aos serviços básicos. Por outro lado, a

institucionalidade relacionada a uma UC de Proteção Integral, como é o caso do PESM, poderia oferecer melhores condições? Estas duas posições em confronto, por um lado a dos moradores que precisam do uso dos recursos; e, por outro, da gestão que precisa adequar-se as regras e à legislação, produzem conflitos que são muito complicados de administrar. Existe, da mesma forma, uma falta de sincronia entre as exigências de um lado, e as possíveis respostas do outro. Esse mesmo morador continuou narrando este confronto:

*“Depois da invasão, assinamos o Plano de Manejo. Demorou, demorou ainda um tempo e veio a luz. Veio a luz primeiro para a turma que não morava na praia. **Eles diziam que quem morava na praia não tinha luz, por tanto a metade da praia lá é tudo gato, fizeram gato. Aí, falaram que não pode luz para a turma de fora, só pra turma daqui, depois o cadastro (...).** Aí, não sei quem foi lá e disse, mas o A. é de fora, não é daqui. Aí, barraram minha luz, aí, vieram aqui e falaram que você é de fora, eu disse: (...) Olha, o seguinte, vocês que sabem, não quer botar a luz, o poste está passando na frente da minha casa, vou fazer gato. Aí, falaram pode esperar que tal dia chega a luz, não veio. Aí, falaram que vinha o chefe, nada (...). Aí, semana seguinte veio o cara, fez o cadastro, e botou a luz. Teve que ser na luta, na briga. Que se não fosse não iam botar. **Eu sou raiz da gente. Por que que não vai botar a luz?**” (02/2011).*

POSIÇÕES E CONFRONTOS SOBRE A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

Ao longo de todo este capítulo e do texto como um todo, tenho apresentado depoimentos dos mais diversos atores da arena relacionada ao uso dos recursos naturais e acesso à terra no Núcleo Picinguaba, assim como reflexões sobre suas distintas posições. E, se tratando de uma UC de Proteção Integral com uma legislação e umas normas que colocam os parâmetros sob os quais todos esses atores poderiam agir, as posições dos diversos atores sobre a conservação da biodiversidade têm ficado evidentes. Estas posições poderiam ser extrapoladas a muitas outras UCs brasileiras, sendo elas de Proteção Integral ou não.

Entretanto, é importante dizer que alguns confrontos entre as posições da gestão do NP e os moradores e seus aliados no uso dos recursos naturais têm como pano de fundo essa estrutura legal. Isto é, ainda que se leve em consideração as posições individuais dos gestores que, segundo meu ponto de vista, têm sido muito importantes na procura de mecanismos de diálogo e de avanço a respeito do tema da manutenção dos grupos sociais no interior do Parque (as ZHCAn são um exemplo. Para detalhes, ver SIMÕES 2010), existe uma legislação que limita a ação desses mesmos gestores. Por este motivo é importante lembrar que os conflitos relacionados ao uso dos

recursos e ao acesso à terra no NP acontecem em vários níveis. Um membro da gestão local do NP manifestou que, em alguns casos, esta situação multi-nível era difícil: *“O Parque carece de apoio de quem está em cima. Aí, é onde começa enfraquecer a relação [entre a gestão e a comunidade]. A gente quer atender a demanda da comunidade, mas não consegue porque a política superior é diferente (...). Temos o IBAMA em cima, o Governo Federal... é muito difícil”* (07/2011). O nível onde as leis são concebidas e formuladas é muito importante e, por isso, para que possam acontecer mudanças concretas e duradouras sobre estes assuntos nas UCs brasileiras é necessário também uma mudança na legislação.

Um membro de uma ONG local que trabalhou perto da gestão do NP disse: *“Tinha uma discussão dos ambientalistas mais conservadores, que diziam: ‘como assim vocês estão discutindo com a comunidade? Mas, aqui não tem que ter comunidade, tira esses caras daí!’ Tinha isso. Existiam forças bem antagônicas. Era um exercício de pôr todo mundo junto e fazer todo mundo conversar”* (08/2011). A criação desses espaços foi determinante, segundo esta pessoa, para o avanço na discussão, assim como as posições pessoais de alguns gestores locais em confronto com posições de atores em níveis mais altos:

“Antes não existia isso. Caiçara está lá, fez a cerca, derrubou a árvore, tem multa, processo. Eu não via essa interlocução. Eu vi essa interlocução nascer aqui. E era bastante criticado dentro da Fundação Florestal. É ainda. Você tem gestores com posturas diferentes. Em vez de ser uma política é uma posição pessoal. O que também é uma prova de que as instituições neste país não têm uma política muito bem definida, né? (...) A gente não tem Parque como em Estados Unidos, a gente tem outro tipo de Parque. Então, a gente precisa se adaptar. Não adianta ignorar os moradores. Não adianta só multar os moradores. Não vai resolver. Não resolveu. A gente passou anos fazendo isso e não resolveu” (08/2011).

Nesse sentido, um membro de uma ONG da região que trabalha com manejo de recursos naturais tem uma posição crítica com respeito à forma como é feita a conservação no Brasil, chamando a atenção para a inclusão dos moradores nas estratégias a serem implantadas:

“O Sistema de Parques no Brasil, ele não é funcional. Porque eles não conseguem fiscalizar. Não conseguem garantir o domínio da terra. Então, são áreas que fica ao deus dará. Não são áreas necessariamente conservadas. Vira e mexe, caçador, e palmitreiro e tudo mais, e as pessoas vão ocupando o Parque. Não se tem esse controle. Então, se eles vissem a comunidade como parte daquele ambiente, ajudando a manter aquela diversidade, seria um ganho enorme. Mas, eles não conseguem ver isso” (07/2011).

Ainda sobre os Planos de Manejo e as discussões sobre o uso dos recursos naturais e sua conservação dentro do NP, outro membro de ONG, desta vez atuante na pesquisa, opinou que:

*“Eu acho que essa é uma discussão que tem que vir à tona o mais rápido possível, porque não adianta de nada a gente manejar algo na teoria e na prática acontecer algo diferente. **As pessoas utilizam os recursos da mata para se alimentar, para o que precisam, isso é fato.** Então, temos que trabalhar com uma legislação para quem está dentro de área de Parque e não pode fazer isso (...). Mas, **as pessoas estão lá há 30 anos fazendo isso e nada mudou.** Continuam usando (...). Acho que, a única coisa concreta que eu tenho, na minha visão, é que a estratégia utilizada foi errada porque não se conseguiu isto de jeito de nenhum. (...) **Uma coisa que você bate martelo há 30 anos e isso não ocorre, está na hora de parar e rever a estratégia** (...). Você não implementa uma estratégia e fica 30 anos para ver se ela funciona e fica batendo na mesma tecla (...). **Envolve até uma revisão de SNUC.** (...) **Se aproximar à realidade.** Essa discussão me parece prioritária e complicada (...). Talvez o caminho seja se perguntar se a estratégia utilizada surtiu efeito. O que a gente queria, como a gente buscou obter isso e se o objetivo foi alcançado ou não” (07/2011).*

Sobre aquela separação entre o que de fato acontece na área e o que está estipulado na legislação em relação à conservação e ao manejo das UCs, uma liderança de Ubatumirim disse: *“O Parque coloca umas situações visando à conservação, mas não é clara a visão. Porque assim, em termos práticos, quem determina as ordenanças não conhece de fato o que acontece aqui. Então, quando chega a informação do que é para ser feito, (...) o Parque deve falar (...) assim, assado, a regra é essa, o sistema é esse. **Aí, a comunidade escuta isso e se organiza: não, para que que a gente quer isso? É pra piorar? Aí, fica a conversa pela metade**” (05/2010).*

O confronto de posições entre a conservação da biodiversidade e o uso dos recursos naturais pelos moradores do NP, que está relacionado ao trabalho, como já disse antes, pode ser muito forte. Na perspectiva de um morador da porção da comunidade de Cambury que não pertence ao Quilombo, estas duas posições são antagônicas, tornando o ambientalista seu inimigo; e, o “meio ambiente”, uma ideia contrária aos seus direitos e aos de quem não for considerado detentor deles pela gestão, devido à sua origem:

*“O povo do lugar, se precisa fazer uma roça, até agora não tem condições de fazer; de trabalhar de cabeça erguida, como é natural, você não tem. Eu não quero conflito. **No tempo passado, lá eu faria, tanto faz ir pra cadeia. Eu vou ir preso?** Então, o que eu faria, o dia que eu fizer um trabalho que mexer no meio ambiente, segundo eles, eu ia parar na frente do juiz e falaria: o senhor vai me prender, não vai? O senhor não quer que eu trabalhe, né? Então, quando eu sair, o primeiro que vou assaltar vai ser o senhor (...). E o ambientalista daqui pra frente não vai escapar comigo. **Eu só vou assaltar ambientalista.** Então, eu quero que todo ambientalista, me deposite na minha conta um salário. Então, tá bom. Planto árvore em*

*qualquer lugar... entende? Então, o Parque não tem cumprido nada. Até para ter energia aqui na minha casa demorou tanto, porque segundo eles era Parque. (...) E, em segundo lugar, tinha a vegetação pra cortar. **O projeto do governo era “Luz para todos”, não pra alguns. Se é luz pra todos é pra todos, não importa da onde você veio.** Se você chegou aqui e comprou. Se era meu 50 anos e passou pra você, passou pra você. É do mesmo jeito. Mas, vai ter que sair? (...) Até hoje não existe uma aderimento do Parque com o povo do lugar, **o povo quer viver em paz com o Parque. Mas, o Parque não quer.** Mas, o povo do lugar teme a deus. Mas, se não fosse assim, o povo do lugar fazia besteira com eles” (09/2010).*

Um membro da gestão do NP, disse o seguinte em relação aos confrontos entre os moradores e a gestão, principalmente sobre os relacionados aos direitos de uso dos recursos e de moradia: *“O desafio de quem faz conservação meioambiental é de sensibilizar quem toma as decisões e não o morador” (07/2011).*

O diálogo entre estas posições em confronto tem se apresentado como muito complexo, e assim o relatam os atores da arena. O que cada um acha da posição do outro é interessante e é produto dos anos de relacionamento entre eles. Um exemplo de como estas relações são complexas e cheias de arestas pode ser notado no depoimento de um membro da gestão do NP. Quando lhe perguntei se achava que um plano de manejo para caça poderia ser possível na área, disse: *“Seria ideal. Todos têm direito dentro do limite. É difícil pelo Parque, mas também pela comunidade. Eles querem liberdade total. Se ela quiser caçar 10, ela decide. Talvez a comunidade não respeite esse plano de manejo. Não vejo isso possível, infelizmente” (02/2011).* Por quê?, lhe perguntei. Ela continuou:

“Pelos objetivos do Parque e porque não ia ser respeitado isso, pela comunidade. Porque isso acontece. Se sabe que tem caçador que vai no meio do mato (...). Acho que eles não têm limite, e o limite não vai ser respeitado. Eles vão fazer festa. Tanto tempo oprimidos, não pode, não pode. Que se têm possibilidade de um plano de manejo, acho que não seria respeitado pela comunidade” (02/2011).

A confiança mútua e construída é muito importante para conseguir avanços, tanto na conservação, quanto na melhoria de qualidade de vida dos moradores.

ESPAÇOS DE CONFIANÇA E CONFIANÇA PARA CRIAR ESPAÇOS

A confiança, ou melhor dito, a falta de confiança entre os atores no Núcleo Picinguaba fica evidente em vários dos relatos dos entrevistados. Uma gestora narrou que:

“Em Ubatumirim, eles não quiseram avançar muito com essa história de RDS e tal porque, embora eles enxergassem que isso traria uma opção até de apoio à conservação do ambiente deles do jeito que eles queriam, ia entrar em discussão a questão da propriedade da terra. Porque a terra teria que ser desapropriada e eles iam receber um título de concessão de uso. Nossa, isso foi um choque para eles. Como assim? E, na verdade, é muito interessante esse título de concessão de uso da terra, porque pela ação discriminatória, ia demorar muito tempo até qualquer coisa (...). Isso já solucionava o problema deles. Por mais que a gente tenha dito, e pessoas da equipe daqui da Diretoria de Uso Sustentável [da Fundação Florestal] foram até lá para apresentar o que significava e tal. Apavorou. E aí, é questão de desconfiança em relação ao Estado. Tem que ser um processo que vai ter que ser retomado” (08/2011).

Tendo como base a desconfiança no Estado, que foi construída a partir da história, os acordos e as negociações se tornam muito difíceis. Sempre permanece a ideia de que as propostas são, na realidade, novas formas de engano¹⁷⁴. Uma liderança local disse, nesse sentido, que “*é uma cultura de desconfiança que está sendo cultivada (...). Então, como o Estado vai dar crédito necessário para acreditar nele? Cada vez é mais difícil. É uma desconfiança permanente, porque a cada momento surge uma novidade*” (07/2011). Reconstruir a relação entre a gestão e os moradores não foi nem será uma tarefa fácil. O olhar de desconfiança mútua, como quem olha a um bandido, permanece em Picinguaba a pesar dos esforços da gestão. A análise de Simões (2010) indica isso quando se refere à Câmara Técnica da comunidade Cambury:

É importante ainda mencionar que, parte do processo de negociação, bem como a participação dos residentes representantes do bairro tornava-se prejudicada devido à dificuldade de comunicação entre os técnicos e os residentes e mesmo, de repasse do conteúdo das discussões por parte dos representantes, para todos os residentes e vice-versa. A linguagem utilizada muitas vezes era inacessível e complexa, mesmo entre os técnicos. Assim como, os técnicos apresentavam escuta pouco sensível e habilitada a captar as demandas e sabedoria popular. Muitas estratégias foram utilizadas para melhorar a qualidade dessa interação (SIMÕES 2010: 99).

¹⁷⁴ Também é importante ressaltar, como já foi feito anteriormente, que a questão da terra é muito importante para os moradores. Eles não concordaram com a RDS não só por desconfiança, mas porque seus interesses particulares a respeito da propriedade da terra são prioritários. Do outro lado, a gestão pode achar que o fato dos moradores de Ubatumirim não abraçarem a proposta da RDS tem uma dose de teimosia e de incoerência, quando, na verdade, seus interesses são mais complexos.

Como já disse antes, não só os moradores tiveram que aprender e se adaptar as novas situações com relação ao Parque, mas os gestores tiveram que fazer o mesmo. O processo de aprendizado e de empoderamento das lideranças locais é paralelo ao processo de adaptação e de aprendizado dos gestores do Núcleo Picinguaba. Este processo, certamente, teve muito a ver com os objetivos e perspectivas dos atores individuais da gestão. Isso foi, em grande medida, o que contribuiu a gerar maiores espaços de confiança e de negociação. Continua Simões (2010):

Essas ações trouxeram maior condição de participação aos residentes, ampliando a presença de representantes da comunidade nas reuniões, a capacidade dos técnicos de compreensão das questões apresentadas pelos moradores bem como de apreensão do conhecimento vivencial para aproveitamento no planejamento e na construção dos acordos; aumentou o envolvimento dos residentes que apenas se faziam representar, bem como auxiliou a representação e a difusão das informações trabalhadas em cada etapa, aumentando assim a legitimidade do processo (SIMÕES 2010: 99).

Claramente, os processos de construção de espaços de confiança e de negociação não são lineares. Diversos acontecimentos podem produzir novos conflitos, ou reformular os já existentes, fazendo com que as negociações se trunquem, se tornem mais difíceis, ou, inclusive, que desapareçam temporariamente os espaços de negociação. Da mesma forma, alguns acontecimentos podem funcionar como catalisadores e originar novas formas de organização, de mobilização e de aprendizado de uma forma muito mais rápida. Segundo Simões (2010):

Salienta-se ainda que, apesar de todo esse esforço empreendido ao longo dos oito anos de trabalho exaustivo da CT [Câmara Técnica], muitas dificuldades foram encontradas e retrocessos ocorreram. O processo não foi linear. A cada reunião realizada no bairro ocorriam várias menores, paralelas, em que grupos de influência locais, às vezes orquestrados por agentes externos, distorciam as informações e combinados, fazendo com que os avanços fossem desconsiderados ou diluídos. Isso ocorria muitas vezes intencionalmente ou em consequência das falhas na comunicação ou ainda, simplesmente porque as relações de confiança se mantinham inalteradas. Isto quer dizer que, muitas vezes, o campo de atuação de determinado ator permanecia como referência para os residentes como contexto de onde partiam falas, argumentos, decisões, diretrizes, os quais, sempre seriam vistos de forma preconcebida, ou indissociável dos interesses que representavam, portanto, isentos de confiabilidade (SIMÕES 2010: 99-100).

Os atores, de uma ou outra forma, carregam o peso da história. Um novo gestor chegado em Picinguaba carregará nas suas costas todos os anos de relação entre os moradores e a gestão do Parque, da mesma forma em que todas as relações entre os diversos atores estão influenciadas por ideias preconcebidas. A desconfiança pode permanecer em maior ou menor grau a partir das ações concretas e da conjuntura, mas ela tende a permanecer. Essas ideias preconcebidas

contribuem a que as ações da gestão sejam sempre recebidas com um pé atrás pelos moradores e seus aliados. Uma liderança de Ubatumirim disse a respeito de uma gestora: *“Teve uma época que puxaram o tapete da L. Ela veio falar: ó, pessoal, vamos certificar a banana de Ubatumirim, mas, naquela época, ela já estava queimada, e assim não deu”* (05/2010).

A construção da confiança entre os atores é frágil no Núcleo Picinguaba. Não só os atores têm ideias preconcebidas e desconfiam dos outros, como a confiança ganha pode desaparecer facilmente depois de algumas ações pontuais. Obviamente, essas ações pontuais no nível local podem estar influenciadas por decisões em níveis mais altos da arena, ou estar influenciados pelas características particulares dos atores¹⁷⁵. Essa teia de relações continua permeada por essa história tornando os espaços de negociação instáveis. A mesma liderança de Ubatumirim disse: *“Depois que tiraram a L. daí [do cargo de gestor do Núcleo], ficou um sossego. Ficou a S. da Fundação Florestal, e vinha duas vezes por semana (...). Depois entrou A. e está sossegado, de outubro pra cá está mais sossegado”* (05/2010). Entretanto, poucos meses depois ela mesma se queixou daquele novo gestor: *“Ele já está queimado. Começou sendo bom para a gente, mas hoje já está queimado”* (10/2010).

Outra das lideranças de Ubatumirim também tinha mudado, na época, sua expectativa sobre o novo gestor, assim o disse quando lhe perguntei se achava que a mudança tinha sido boa: *“Olha, no começo sim. Mas, agora está tendo pequenos embates. Uma semana atrás, arrumou uma autorização para 13 ligações de energia elétrica. Só que a autorização não nos moldes da L., autorização pedindo uns condicionantes que são uns condicionantes meio difíceis, bem difíceis”* (05/2010). Fiquei interessado em saber quais seriam os moldes da gestora anterior. Ele disse que:

“Ela ia lá, catalogava a casa, quem era a família, pertencente a qual tronco familiar, é tradicional ou não é. Assinatura do presidente da associação comprovando isso. Autorizou a energia, e vai lá e coloca energia (...). Agora, está pedindo uma planta aprovada pela prefeitura, por exemplo, porque a prefeitura não pode atuar na área do Parque. E a casa do cara lá encima. Uma casinha simples que não sabe o que é uma planta, nem que é um engenheiro, para que serve um engenheiro. [O gestor] Pedir um plano da casa! Então, assim, a comunidade entendeu como um não disfarçado (...). Então, o pessoal já estressou, né? E aí, eu percebi que não caiu

¹⁷⁵ Como já tinha sido comentado antes, muitas das ações e estratégias da gestão estiveram relacionadas às características individuais dos gestores. Uma liderança do Sertão da Fazenda disse a esse respeito: *“... isso também muda muito de gestor para gestor. Porque tem gestor que é mais flexível. Por exemplo, eu já passei por 5 gestores e tive a oportunidade de pegar o B., que era uma pessoa tranquila, sabe? Uma pessoa que dá pra você conversar com ele. Você senta e conversa, e ele é muito franco. Se ele acha que não dá, ele já falou, por esse caminho nós não vamos conseguir, mas por esse a gente vai. Entendeu?”* (07/2011).

*bem essa questão. Não sei se houve intenção, mas **se teve intenção de dar uma segurada no pessoal ou uma dificultada, isso não foi muito bom não***” (05/2010).

Logo, ele expressou como essa pouca confiança que o novo gestor poderia ter ganhado desde o começo da sua gestão se perdeu rapidamente:

*“**O que tinha de creditozinho conquistado, já perdeu.** A comunidade se tem que tratar muito delicadamente. **Qualquer detalhezinho já joga todo o trabalho pra baixo.** Então, não sei como vai ser daqui pra frente a conduta entre eles. Eu só acompanho de longe para ver como é que está. Mas, na visão deles têm dado uma mudada, do começo pra cá tem mudado. Começou bem, mas acham que ele está meio dificultando as coisas. Essa é a visão que eles estão tendo atualmente”* (05/2010).

A desconfiança no processo de construção de espaços e de arranjos institucionais no Núcleo Picinguaba também provém de outros âmbitos, como as ONGs que são mais próximas às comunidades. Quando lhe perguntei sobre a melhoria da relação entre a gestão e os moradores ao longo dos anos, um membro de uma ONG que trabalha diretamente com os moradores no manejo dos recursos naturais disse:

*“Foi, e tem essa questão... **eu faço essa leitura de como eles [os gestores] manipulam, como eles se colocam por uma situação. Por exemplo, o ano passado ou retrasado eles [os moradores] ocuparam o Parque para reivindicar. Então, vieram aí uns cabeças da Fundação Florestal para ver a situação. E aí, eles, as comunidades, pediram a cabeça da L., né? E aí, eles tiraram a L. e as comunidades ficaram achando que eles fizeram isso por causa que eles pediram. Quando têm outros interesses por trás, né? Aí, colocaram A., que inicialmente tinha uma posição pró-comunidade, mas ele teve um monte de atitude completamente contra. Eu nem isso sei o que está por trás, se ele foi obrigado a fazer isso, se ele foi obrigado a fazer a Operação Bocaina***¹⁷⁶*, que fechou a cerraria (...) e depois mandaram embora. **Tem um monte de coisa que acontece e a gente não sabe.** E as comunidades ficam nessa situação”* (07/2011).

Falando das mesmas situações das que as lideranças locais tinham manifestado e foram discutidas nos parágrafos anteriores, esta pessoa, ligada a uma ONG que trabalha diretamente com os moradores, discutiu as motivações subjacentes às mudanças de gestor e a aplicação de algumas medidas de manejo e fiscalização. A desconfiança é evidente.

¹⁷⁶ A operação Bocaina foi uma operação de fiscalização na área das comunidades que ocasionou o fechamento de uma oficina de canoas na comunidade de Ubatumirim e outros fatos que originaram muito descontentamento nas comunidades.

Outro ator, também membro de uma ONG atuante na região, mas desta vez mais próxima à gestão do Núcleo Picinguaba, explica como era difícil criar e manter espaços de confiança entre todos os atores, sendo que as posições de cada um podiam ser muito diferentes e ditas desde situações de muita assimetria de poder. Ela disse que, com a criação de espaços de discussão no Núcleo Picinguaba, se

*“fortaleceram as lideranças a partir da interlocução com o Parque que começou ter. Com a L. tinha todo um procedimento que antes era difícil. Como é que a gente é parceiro da comunidade se você não fala para a Polícia Florestal que pode destruir todo o trabalho que a gente está fazendo. **Alguma relação de confiança tinha que ter.** Por mais que fosse que o Parque tinha que exercer o cumprimento da lei. Eu participei muito das câmaras técnicas, principalmente do Cambury. A gente fez parte da invenção desse troço. Às vezes era um pau danado” (08/2011).*

Nesse mesmo sentido, outro membro de uma ONG que atua com pesquisa na região disse: “Para trabalhar com a comunidade, a primeira coisa é estabelecer o laço de confiança. E eles têm todos os motivos do mundo para ter essa desconfiança. Eu chegar lá sorrindo não quer dizer que não seja um sacana. Então, como estabelecer isso é o complicado” (07/2011).

Da mesma forma, é interessante reconhecer que a vinculação que qualquer ator tenha com uma determinada organização influenciará a forma como os outros atores se relacionem com ele e a confiança que lhe tenham. Este foi o caso de um membro da gestão do NP que anteriormente tinha trabalhado diretamente com as comunidades para uma ONG local. Ela disse:

*“Hoje eu vejo o procedimento que a comunidade tem com o Parque. Veio um pescador que queria que ajude a escrever um projeto para ele. (...) Querem trilha subaquática na Vila [de Picinguaba]. E eu falei que escrevo sem querer nada em troca. Mas, no dia seguinte veio o pescador e disse: olha, **a gente não quer porque você é do Parque.** (...) No grupo tinha 11, e um deles disse que não. A J. está no Parque, é diferente agora” (02/2011).*

Por este motivo, este membro da gestão disse que é importante que se construam relações de confiança com os moradores sobre as bases de novas relações entre o Parque e a comunidade, diferentes às anteriores, geralmente baseadas em um “não”, em fiscalização: “O Parque precisa ter mais liga por motivos diferentes [nas comunidades] (...). O Parque vai lá no Cambury para derrubar casa, para falar que não pode. Precisa ir para fazer festa com criança, para fazer atividade de educação ambiental, ou para levar uma notícia que seja boa para eles. O Parque precisa mudar isso” (02/2011). Da mesma forma, ela indica a importância das relações no nível da

comunidade entre a gestão e os moradores. Quer dizer, a relação direta que têm os membros da gestão com os moradores, além das ordens vindas desde os níveis mais altos: *“A relação é construída pelas ordens que são dadas pelo gestor, mas quem leva são os funcionários. Isso pode ser a peça chave, o que chega lá. De que forma que chega lá, isso é o que importa. Talvez a peça chave seja o fio condutor dessa relação”* (02/2011).

*

As relações e os conflitos resultantes das posições em confronto entre os atores caracterizam a arena. Tanto as posições quanto as relações entre eles estão determinadas pela história e pelas perspectivas, objetivos e o que cada um deles tenha em jogo, porque, como disse Touraine (2006), a interdependência entre o que está em jogo e os atores é total. Ao longo deste capítulo tem ficado em evidência a diversidade e complexidade de posições sobre o uso dos recursos naturais, o acesso à terra e a conservação da biodiversidade no Núcleo Picinguaba e, ademais, como esta complexidade influencia na forma como os atores se relacionam, se organizam e agem.

A confiança entre os atores não tem sido favorecida ao longo do processo histórico em Picinguaba e isso fica muito claro nos depoimentos apresentados neste capítulo. As diversas posições existentes entre eles, que nem sempre podem ser divididas segundo o “tipo de ator” (gestores, moradores, pesquisadores), assim como os históricos e perspectivas diferentes ocasionam que se vejam com desconfiança e que os processos de negociação não sejam simples. Mas, então, levando em consideração tudo o dito, há bandidos na Serra do Mar?

CONCLUSÃO

SIM HÁ BANDIDOS NA SERRA DO MAR

Este texto começou com uma pergunta que quis ser retórica: Bandidos na Serra do Mar? Entretanto, a pesquisa que deu origem ao texto começou muito antes da formulação dessa pergunta, que foi produto de um aprendizado, de uma reflexão vinda do campo e da minha experiência prévia. Ela quis ser retórica porque não pretendia ser respondida, sua resposta estava dada. Eu só pretendia explicá-la, usá-la como ponto de partida para contar a história e descrever o conflito, a ação dos atores, suas estratégias, suas lutas e como isso influenciava nos processos sociais associados à conservação da biodiversidade. A motivação dessa pergunta proveio dos depoimentos dos moradores do Núcleo Picinguaba, de como eles se sentiram e ainda se sentem a respeito das ações do Parque, da perda da sua condição de trabalhadores, das restrições no uso dos recursos naturais e, claro, no acesso e propriedade da terra. Eles colocaram essas palavras para se referir a si mesmos porque a história os tinha colocado nesse lugar. “Viramos bandidos”, “somos trabalhadores bandidos”, disseram. Dessa forma, fui construindo o argumento da tese para tentar demonstrar que a pergunta era mesmo retórica: será que eles são mesmo uns bandidos? Obviamente, não. Contudo, a trajetória desta pesquisa me levou a perceber que, na realidade, cada um dos atores envolvidos neste conflito e participantes desta arena acha que sim há bandidos na Serra do Mar. Cada um deles tem seu(s) próprio(s) bandido(s) e suas próprias razões para tê-los.

Olhar a realidade do Núcleo Picinguaba desde diferentes pontos de vista, desde o dos moradores, o dos gestores, o dos pesquisadores e o dos membros de ONGs, fez com que pudesse ter acesso às

posições de cada um, porque a realidade não é uma só. Sempre escutamos falar que as guerras são contadas pelos que as ganharam. Pode ser verdade. É por isto que, sendo eu um ator que vem da academia e que pertence ao grupo dos “conservacionistas”, a pergunta do começo se refere ao outro, ao morador. O morador de Picinguaba é o “outro mais outro”¹⁷⁷ dentre todos os atores com os quais conversei. Minhas características se parecem mais com as daqueles atores que contam as histórias acadêmicas e preponderantes, e com a dos atores que fazem e fizeram as leis e que as implementam. Essa pergunta foi feita, também, desde minhas próprias perspectivas, desejos, objetivos, porque eu também sou um ator na arena e trago uma bagagem¹⁷⁸. Na ciência, devemos tentar ser imparciais e responder as nossas perguntas através de dados coletados com uma metodologia concreta, assim confirmamos ou negamos as hipóteses iniciais, vindas da observação. Entretanto, um cientista também traz uma bagagem e não está isento de interesses e objetivos.

Se quem escreve esta tese fosse um morador originário¹⁷⁹, a palavra “bandidos”, contida no título, provavelmente faria referência aos gestores (ao “Parque”, ao “meio ambiente”). E, esse hipotético autor, também poderia sentir que essa pergunta é retórica, porque, segundo suas perspectivas e sua posição na história, a resposta também poderia ser óbvia. Foram os gestores os que apareceram para privá-los das atividades que exerciam antes. Os bandidos, então, seriam eles. Dessa forma, percebi que essa pergunta é pertinente para qualquer um dos atores da arena. De qualquer maneira, tentar olhar o conflito a partir das diferentes perspectivas (em confronto) me deu uma visão privilegiada, não isenta de obliquidades, sobre o que acontece e aconteceu em Picinguaba. Reconhecermos-nos como atores que carregam uma bagagem é fundamental.

Sendo assim, e como já disse, a trajetória desta pesquisa me levou a perceber que, sim, há bandidos na Serra do Mar. Os gestores e os encarregados da fiscalização, e muito mais no começo do conflito pelo estabelecimento do Parque, poderiam ter achado e tratado os moradores

¹⁷⁷ Querendo ou não, um gestor de UC, um pesquisador ou um membro de ONG tem mais em comum comigo e com minha história que um pescador ou um agricultor de Picinguaba. Isso não quer dizer, necessariamente, que eu concorde mais com um que com outro a respeito das suas opiniões ou suas ações.

¹⁷⁸ Obviamente, minha participação no grupo de pesquisa em Conflitos Sociais do NEPAM, coordenado por Lúcia da Costa Ferreira, e a feliz coincidência entre as perguntas que trouxe ao doutorado e as que vinham sendo desenvolvidas ao longo dos anos por distintos pesquisadores deste grupo, foi o catalisador desta análise.

¹⁷⁹ Uso aqui o termo “originário” para não usar “tradicional” que já é uma categoria vinda de fora e com uma carga muito forte. Como falarei mais à frente e já foi sugerido ao longo deste texto, acho que devemos tirar o protagonismo dessa “tradicionalidade” na discussão sobre uso dos recursos naturais nas Unidades de Conservação e, assim, avançar nas propostas teóricas e empíricas que nos permitam sair de certo círculo vicioso relacionado à identidade. Uso, então, originário para me referir aos moradores de Picinguaba que nasceram nas quatro comunidades pesquisadas, mas também àqueles que moram nelas e são procedentes de regiões próximas.

originários como bandidos, como aqueles que “destroem” o lugar que eles são chamados a proteger. Mas, estes moradores originários também consideraram e, em alguns casos, ainda consideram os moradores “de fora” e os turistas como bandidos, aqueles que chegaram para enganá-los, que hoje lucram com o que tiraram deles e que não os respeitam. Para os gestores, um morador “de fora” é mais bandido que um morador originário. Os moradores acham que a gestão do Parque (o “meio ambiente”) também é bandida, são os bandidos que tiraram seus direitos, os que derrubaram suas casas, os que estão aí para enganá-los, para fazer difícil sua vida, para não deixá-los trabalhar, melhorar de vida. Os moradores “de fora” veem os gestores como os bandidos que querem negar seus direitos adquiridos. Alguns membros de ONGs mais favoráveis aos moradores originários, podem achar que a gestão do Parque é bandida também, bandida porque não deixa esses grupos humanos continuarem morando do jeito que moravam antes da implementação da UC e não permitem a melhoria da sua qualidade de vida. Alguns pesquisadores podem achar bandidos os moradores que caçam para comer, que derrubam a mata para plantar; assim como alguns moradores podem achar bandidos os pesquisadores que chegam, coletam dados, vão embora, “ganham dinheiro” e nunca mais voltam para dar satisfação. Em definitiva, todos nós, todos os atores que de alguma forma estamos vinculados ao NP e que participamos nesta arena, somos um pouco bandidos para alguns dos outros atores. Sempre, e desde qualquer um dos olhares, tem um bandido. Tudo isto, claro, pode mudar em função da situação e da conjuntura.

Então, esse sinal de interrogação que construía a pergunta retórica no começo deste texto tornou-se uma afirmação. Sim há bandidos na Serra do Mar, e os bandidos somos todos. Todos nós vemos, uns aos outros, como bandidos. Talvez todos os usuários dos recursos de uso comum que, neste caso, seria o território do Parque (onde acontecem e são disputados os usos em pesquisa, os usos diretos, a conservação, a agricultura, a caça), acham em menor ou maior grau que os outros são bandidos. E, para completar e tornar mais complexa a análise, podemos pensar que existiria a consciência de que, em algum lugar e de alguma forma, estamos transgredindo alguma ordem, algum trato, alguma regra (havendo participado na sua elaboração ou não), algo que faça parte do senso comum, da convivência¹⁸⁰. Isso levaria a que um fator determinante para o manejo do

¹⁸⁰ Malinowsky (1926), no seu relato sobre o Crime primitivo e sua punição nas Ilhas Trobriand, indica como, apesar das regras sociais estabelecidas e aceitas por todos os membros do grupo social, nos deparamos com discrepâncias entre o ideal da lei e a realização da lei, entre a versão ortodoxa e a prática real (em tradução de M.W.B. Almeida).

conflito (ainda que de uma forma temporária¹⁸¹) e para que os acordos possam ser alcançados, não aconteça, pelo menos não plenamente. Isso que falta é a confiança. Sem confiança nas pessoas com as quais temos acordos, eles, se chegarem a existir, não têm um futuro muito promissor.

Talvez, em lugar de confiança, o que existe é certa tolerância. A tolerância faz com que alguns avanços possam acontecer e que a arena não seja sempre um espaço de conflito direto, de enfrentamentos constantes que só desgastam os atores e suas relações. Algum tipo de trégua tem que existir porque os atores precisam realizar suas atividades, viver. Não é possível viver sempre em guerra. Essa tolerância¹⁸² pode ter contribuído à construção e manutenção de espaços de discussão, à produção de alguns avanços e à períodos de certa tranquilidade. Mas, a tolerância é muito frágil e muito instável. Espaços nos quais se constrói uma verdadeira confiança são necessários se se pretende que todos os atores negociem, cooperem e se organizem de formas mais democráticas, produtivas e benéficas para todos¹⁸³. As regras estabelecidas entre todos deveriam ser criadas e discutidas em espaços de confiança, mas, o processo de construção desses espaços também precisa de confiança para acontecer. As armas dos bandidos têm que ficar do lado de fora da sala onde se reúnem para discutir e definir as regras, e, claro, as sanções impostas para aqueles que não as cumparam¹⁸⁴.

¹⁸¹ Ferreira (2012, 2005) apresenta uma discussão sobre as perspectivas de resolução e transformação de conflitos segundo as propostas de Väyrynen (1991).

¹⁸² Dependendo do tipo de análise e da abordagem que se queira dar, a tolerância da que estou falando poderia ser entendida como um nível inferior da confiança necessária. Isto é, não existe só um nível de confiança, pleno, ideal. Talvez acreditar nisso seja um pouco utópico, porque nem no interior das famílias é fácil achar graus de confiança plenos e totais. Essa tolerância poderia ser, talvez, um estadio inicial dentro de um processo destinado a criar confiança. Isto não quer dizer que maiores níveis de confiança vão acontecer certamente. Vai depender do processo, dos novos conflitos e aqueles reformulados, da organização dos atores, das respostas, dos resultados e das diversas conjunturas que se estabeleçam e perdurem os espaços de confiança.

¹⁸³ Segundo Ostrom (2002), é importante que a organização com o objetivo de criar regras que especifiquem direitos de deveres para os participantes cria um bem público para todos aqueles que estão envolvidos. Os regimes políticos mais amplos podem facilitar, continua Ostrom (2002), a auto-organização local mediante a provisão de informação precisa sobre os sistemas de recursos naturais, proporcionando foros nos quais os participantes possam se comprometer em procesos de descobrimento e resolução de conflitos, assim como mecanismos para apoiar esforços locais de monitoramento e aplicação de sanções. Os benefícios percebidos da organização são maiores quando os usuários têm informação precisa sobre as ameaças que enfrenta o recurso.

¹⁸⁴ Ostrom (1990) define no seu princípio 2, que processo de governança dos recursos de uso comum deve envolver a congruência entre as regras que dão benefícios e as regras que dão custos. As regras têm que fazer sentido à realidade, ser congruentes com essa realidade. As pessoas afetadas pelas regras devem poder atuar na adequação, modificação, e decisão do uso das regras. No princípio 3, se refere as sanções graduais para os usuários que não cumparam as regras.

Uma das dificuldades no estabelecimento das regras e das sanções é que, facilmente, se pode cair em falsos espaços democráticos. Talvez o importante seja que cada ator saiba que todos os outros também têm algo em jogo, algo a perder se não forem respeitadas as regras, assim como deveriam estar dispostos a fazer algumas concessões. É aqui que os gestores do Parque não aparecem com o mesmo poder que os usuários diretos dos recursos naturais. Da mesma forma como se deveriam criar sanções para os usuários que não cumpram as regras definidas democraticamente, não se deveria falar também em sanções para os gestores que não respeitem suas atribuições? E para os pesquisadores? Poderíamos pensar em mecanismos participativos de controle local nesse sentido?

Entretanto, e como sugerem Ferreira e colaboradores (2001), é importante ressaltar, que o estabelecimento de regras não vai acabar com as assimetrias de poder existentes entre os atores da(s) arena(s). Existem conflitos que são estruturais, que não vão ser resolvidos só pelo estabelecimento de regras, ainda que sejam construídas de forma participativa. Inclusive, algumas dessas assimetrias provavelmente nunca vão mudar¹⁸⁵. Um exemplo disto já foi comentado anteriormente: o que um pescador tem em jogo quando se discute a conservação de uma espécie de peixe da que ele depende é equivalente ao que tem em jogo um ictiólogo? Essa diferença entre o que cada um tem em jogo é estruturante.

Como já disse, existe um confronto entre o que cada ator considera que está em jogo, mas também é um confronto de perspectivas históricas, de posições nessa história que estão determinadas pelo lugar desde onde cada tipo de ator foi testemunha e/ou protagonista dela. Não é a mesma coisa ser filho de agricultor ou pescador de Picinguaba e conhecer a história da região a partir dessa vivência, que ser um pesquisador ou um gestor com outro tipo de visão e percepção dessa mesma história. Um morador de uma UC pode não compreender ou não concordar com a visão dos gestores devido à posição diferente desde onde cada um deles vê o que acontece e aconteceu. É possível que os gestores e os pesquisadores vejam a particularidade de Picinguaba desde um contexto bem mais amplo, desde aquele emblemático 7% de Mata Atlântica remanescente; já os moradores originários vão ver essa mesma região como seu lugar de trabalho, de moradia, de história familiar. Eles podem não achar justas as restrições de uso e permanência a

¹⁸⁵ Perrone-Moisés (2001) disse, logo de uma pesquisa da situação atual dos Nuer, no Sudão, que as estruturas sociais que revelou Evans-Pritchard (1969, 1940) pareciam ter passado o teste que ele propôs: não é só a estrutura a que permite compreender a história, mas a estrutura se revela tal ao perdurar na história. Estruturas de fato são as que persistem.

partir dessa grande diferença de perspectivas. Eles podem não achar justo que alguém de fora lhes diga como devem agir; e, inclusive, o que devem ser e permanecer sendo.

Esse confronto de perspectivas se dá em vários níveis e entre diferentes atores, inclusive entre os que poderiam aparecer como livres de discórdia. Alguns antropólogos usam os termos “conservação” ou “conservacionista” como antagônicos aos interesses das populações camponesas. M.W.B. Almeida (2004) disse que muitos trabalhadores do campo foram expulsos de suas terras, não só por fazendeiros, senão pelo próprio Estado conservacionista, o que é paradoxal porque outros permanecem em suas terras exatamente porque alegam ser conservacionistas. Essa afirmação não deixa de ser verdade em alguns casos, como já disse antes. Entretanto, eu, particularmente, prefiro relacionar a palavra “conservacionista” ao uso sustentável dos recursos naturais que garante seu usufruto também pelas gerações futuras e ao conjunto de medidas concretas para garantir isto (como discutem MINTEER e CORLEY 2007). Estaríamos falando, na realidade, de um confronto de ideias, talvez só semântico, que poderia atrapalhar o diálogo entre os profissionais da conservação preocupados com a melhoria da qualidade de vida dos moradores das áreas sob regime especial de uso, como são as UCs. Poderia, assim mesmo, dificultar o diálogo entre esses profissionais da conservação e os moradores dessas áreas, quem os vinculariam com posições contrárias às deles desde o primeiro momento. O não-uso ou proteção estrita é só uma das alternativas dentre as várias que existem como políticas destinadas à manutenção da biodiversidade e dos processos ecológicos e evolutivos.

Por outro lado, também é importante não essencializar as posições, assim como deixar de lado os discursos polarizados entre os bons e os maus e perceber que estamos frente a uma realidade multisetorial e polifônica. Ainda que a diferença estrutural entre o pescador e o ictiólogo exista, não podemos assumir *a priori* que o pescador é essencialmente conservacionista e está completamente livre de influência do capital. Isto me traz à memória uma anedota que me aconteceu 17 anos atrás, quando era estagiário na Reserva Nacional de Paracas, no litoral do Peru. Eu viajava desde o posto de vigilância mais afastado da Reserva (uns 42 km ao sul da sede), localizado numa vila de pescadores conhecidos por ser contrários à UC devido à fiscalização (que era mínima devido aos escassos recursos), em direção à sede.

Como a logística era muito difícil e o local muito afastado, um amigo e eu tivemos que voltar de carona em um caminhão de pescadores que atravessaria o deserto até a cidade mais próxima. Viajávamos na caçamba do caminhão junto com uns dez pescadores, todos sobre sacas de

mariscos. Em determinado momento, percebemos que os mariscos sobre os que estávamos em pé eram *chanques* (*Concholepas concholepas*). Sabíamos que, naquele momento do ano, o *chanque* estava no defeso. Nós, jovens conservacionistas inexperientes e engajados, decidimos increpar os pescadores por esse motivo sem prestar atenção no lugar onde estávamos e na disparidade, em muitos sentidos, entre eles e nós. A resposta de um deles me deixou realmente impressionado. Logo de que eu perguntasse para eles: mas não sabem que o defeso é para cuidar que o *chanque* não acabe? Ele disse: não importa! Se o *chanque* acabar, a gente procura outra coisa para tirar do mar.

Naquele momento, lembro, fiquei sem entender como podia ser possível que um pescador que dependia diretamente desse recurso pudesse não achar importância no defeso e me responder aquilo. Como podia ter essa relação com os recursos dos quais dependia? Hoje, anos depois, me pergunto: ele era realmente um bandido? A resposta não é simples porque muitas variáveis podem ter influenciado a sua resposta, mas o importante aqui é saber que ele, quando disse o que disse, não estava isento de interesses, de influência, de vontades e de contradições, como todos os seres humanos. Essa resposta proveio de uma história e de um contexto de relações complexas e desiguais.

Em resumo, a participação de todos os atores no estabelecimento das regras não será suficiente para solucionar os conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais. Deveria acontecer dessa forma, mas não será suficiente. Esta realidade polifônica, na que todos nos vemos como bandidos, está relacionada às diversas posições em confronto e aos usos múltiplos dos recursos naturais e precisa de uma análise também diversa, desde os diferentes olhares e levando em consideração os vários níveis da arena. Por outro lado, a gestão compartilhada dos recursos naturais deveria incluir, também, a democratização dos sistemas coercitivos em direção a todos os atores e não só aos moradores e usuários diretos. Mas, vamos por partes.

A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E A REALIDADE

Linhas acima, falei da importância de reconhecer que os atores da arena carregam uma bagagem e que ela influencia nos seus objetivos e nas suas ações. Minha bagagem é a de um biólogo da conservação que tenta discutir as formas como as medidas de conservação são implementadas,

sabendo que devemos lidar com a realidade de cada região em particular e não negá-la ou ignorá-la, como acontece muitas vezes. Essas negações podem, de fato, provir desde todas as posições. A realidade à que me refiro inclui indivíduos, comunidades, trabalhadores, cientistas, os mais diversos usuários e os mais diversos interesses sobre os recursos naturais e sobre a terra onde eles ocorrem. Todos esses interesses e atores podem coincidir em regiões altamente ameaçadas e que, sem dúvida, precisam ser conservadas. Picinguaba, a Serra do Mar e a Mata Atlântica precisam ser conservadas. Entretanto, não é possível pensar em medidas de conservação que não incluam esses atores e que não levem em consideração a(s) realidade(s). Todos os atores deveriam ser incluídos na discussão, mas sem esquecer os moradores originários, que são os que historicamente têm sido menos ouvidos.

No começo do texto fiz uma breve discussão sobre a conservação e a preservação, que não era mais que a contraposição das correntes de pensamento sobre a inclusão dos usuários diretos dos recursos nos processos de conservação ou sua exclusão, não só dos processos, mas, inclusive, das mesmas áreas a serem protegidas. Se pensarmos em extremos, estando, de um lado, aqueles que defendem a preservação dos ecossistemas livres de toda presença humana e de todos os usos diretos dos recursos naturais; e, do outro, aqueles que colocam toda sua atenção nos moradores dessas áreas, seus direitos sobre a terra, o uso intensivo dos recursos naturais e a exclusão de outros atores; podemos perceber que nenhum dos dois leva em consideração a realidade. Não existe lógica nem desde um extremo nem desde o outro.

Não existe lógica em uma proposta que almeja uma floresta completamente inabitada e onde os processos ecológicos e evolutivos aconteçam sem interferência da(s) nossa(s) sociedade(s), como é o desejo de alguns biólogos e preservacionistas¹⁸⁶ (e que, *per se*, não tem nada de errado¹⁸⁷), em regiões historicamente habitadas e manejadas; como é o caso de Picinguaba. Entretanto,

¹⁸⁶ Como disse antes, uso aqui o termo “preservacionista”, que faz referência àqueles que defendem a exclusão dos usos diretos dos recursos naturais, para distingui-lo do termo “conservacionista” que se refere aos que acreditam nos múltiplos usos como uma forma de manter os ecossistemas, a conservação mediante o manejo (que pode incluir o não-uso), (como discutido por MINTEER e CORLEY 2007). Acredito que pode ser um problema quando, perante os grupos sociais que habitam áreas ameaçadas ou sob algum grau de manejo especial, como as Áreas Protegidas, se usa o termo “conservacionista” como uma forma de caracterizar a todos os atores que seriam seus inimigos. Desta forma, os “conservacionistas” são identificados como profissionais insensíveis às necessidades desses grupos sociais, quando não tem por que ser dessa forma.

¹⁸⁷ Não estou julgando *a priori* o desejo e a importância que possa ter a perspectiva e o desejo de que grandes áreas de florestas tropicais se mantenham livres da presença humana e do uso direto dos recursos naturais. De fato, acho que não é só importante, mas necessário. Entretanto, discuto aqui quais deveriam ser essas áreas e se ainda é possível encontrá-las em alguns lugares, como a Mata Atlântica, por exemplo.

tampouco existe lógica em uma proposta que só leve em consideração os interesses dos moradores, quaisquer que sejam, e todos os tipos de uso, em detrimento da conservação da biodiversidade e o estado atual dos ecossistemas. Ambas as posições são irreais. Lidar com a realidade é o primeiro passo para adotar medidas concretas para a conservação sem detrimento dos que moram nessas regiões. Eles moram lá, essa é uma realidade¹⁸⁸.

É possível que a justificativa das políticas protecionistas relacionadas à maior complexidade no manejo e conservação das áreas que têm população humana (RIOS 2004) tenha, sob um primeiro olhar, uma dose de verdade. Obviamente, uma região sem população humana vai se aproximar mais daquele ideal de conservação da biodiversidade e da manutenção dos processos ecológicos e evolutivos. Entretanto, e mais ainda no contexto da América Latina, o difícil é achar uma região onde não existam seres humanos (das mais diversas características, como indígenas, colonos, trabalhadores do campo, dentre outros) morando e usando os recursos naturais ao longo de gerações. Nesse sentido, o verdadeiramente complexo seria tentar deixar essas regiões sem a população humana que sobrevive nelas. Complexo, polêmico e injusto, na maioria dos casos. O manejo e o zoneamento dessas áreas, assim como o estabelecimento de regras e acordos entre todos os usuários dos recursos naturais de forma consensual pareceria ser a melhor opção.

Não é realista fazer de conta que uma floresta está vazia quando ela não está vazia, nem esteve vazia ao longo dos séculos. Por outro lado, também é inocente achar que as pessoas que as habitam hoje têm o mesmo impacto que tinham seus antepassados. O mundo é outro, as perspectivas são outras, as necessidades são outras e o estado dos ecossistemas também é outro. Essa nova situação deveria ser abordada, primeiramente, desde a realidade atual, sem deixar de entender a história, o que os atores têm em jogo, e quais são os objetivos de cada um.

A história não tem como ser mudada e já faz parte da bagagem com a que os atores chegam à arena. Por mais que alguns acontecimentos tenham ficado no passado (como os episódios de violência contra moradores de Picinguaba narrados e apresentados neste texto, por exemplo), todos esses fatos estão gravados nas lembranças dos atores. Não têm como serem apagados. Com

¹⁸⁸ Aqui também quero fazer a distinção entre os diversos tipos de moradores dessas regiões. Estou me referindo aqui, principalmente, aos moradores originários ou àqueles que usam os recursos de forma similar e acordes com a conservação. A tolerância e a negociação com os outros tipos de ator (turistas, por exemplo) vão estar em função à conjuntura. E, obviamente, aquelas atividades que ameacem os ecossistemas e sua conservação e que não cumpram com as regras estabelecidas deveriam ser proibidas. Quem decide quais são essas atividades? Quem estabelece as regras? Os atores locais que têm algo em jogo.

isto não quero dizer que a situação não possa mudar, não tenha mudado e que não possamos ser otimistas. Mas, o que não podemos ser é inocentes e perder o senso histórico do processo. Quando falamos dos moradores destas áreas, estamos falando, principalmente, de pessoas pobres¹⁸⁹, excluídos historicamente do mundo da cidadania e que precisam ter seus direitos garantidos.

A conservação não é menos importante que a vida dos moradores, porque a vida dos moradores não pode ser boa sem a conservação. Desde meu ponto de vista, deveria deixar-se de enxergar essas duas coisas como se fossem questões antagônicas. O que existem são contextos diferentes. Realidades diferentes. E a diversidade tem que ser enfrentada com diversidade. Deveríamos aprender a lidar com a realidade e a idear mecanismos que sirvam para todos os atores, os interesses, as populações locais, a pesquisa e a conservação. Só poderão ser enfrentados esses conflitos e poderemos alcançar a almejada conservação dos recursos naturais desde ações inovadoras e acordes com esta nova situação. Esta nova situação acontece no Núcleo Picinguaba, como em muitos outros lugares: não é um Parque sem pessoas, é uma floresta que, em muitas áreas, já foi transformada, já foi habitada, e continua sendo. Seus moradores são trabalhadores do campo, mas não só, também ocupam outros lugares na arena e têm interesses das mais diversas naturezas. A questão da terra é de interesse primordial para eles porque sabem que garantindo o acesso à terra poderiam ter mais garantias para assegurar o uso dos recursos e, talvez, se sentiriam mais inseridos na sociedade, como cidadãos plenos e com todos seus direitos garantidos. Só desde essa realidade, agindo de forma consciente e lidando com ela é que discussão pode evoluir.

Como já disse, na análise particular feita nesta pesquisa, não é possível fugir de uma discussão que tem como pano de fundo a justiça e a cidadania plena, que é o que finalmente exigem os moradores de Picinguaba, talvez não com essas palavras; mas, nas entrelinhas de seus depoimentos, essa exigência fica muito clara. Como dizem Esterici e Schweickardt (2010), os agentes públicos negociam e dão novas formas à intervenção do Estado consolidando seu poder tutelar sobre os grupos sociais que habitam no interior de UCs. Dessa forma, deveríamos refletir se

¹⁸⁹ Moura (1988) disse que é preciso distinguir entre a pobreza ideológica e a pobreza concreta. Esta autora explica que os agricultores que formaram parte de sua pesquisa sempre fizeram menção à sua condição de pobres – mas, pobres com decência-, que tinham roça para plantar, casa para morar e comida para comer. Não se consideravam, portanto, “pobres absolutos”, como nos planos do governo. A expressão “pobre absoluto”, continua a mesma autora, se adequa melhor ao expulso da terra e ao invadido, que perderam tudo o que tinham, já que é justamente nos dias presentes que suas roças e lavouras são estancadas.

queremos que o Estado continue tutelando os moradores dessas áreas, definindo como eles devem agir para continuar tendo ou, melhor, para voltar a ter alguns dos seus direitos garantidos. Ou, pelo contrário, promoverá sua autodeterminação e seu empoderamento como grupos humanos auto-suficientes que possam discutir, junto aos outros atores, o uso dos recursos naturais e sua conservação¹⁹⁰.

A partir do que exponho nos parágrafos anteriores, quero enfatizar que, quando critico a consolidação do poder tutelar do Estado frente às populações que habitam no interior de UCs, não pretendo negar as assimetrias existentes entre os diversos atores, como já disse em várias oportunidades. É importante ter cuidado para não cair em falsos espaços democráticos onde, sob a premissa da igualdade, não se levem em consideração as assimetrias e a história. Nesses espaços de discussão e negociação, o recomendável seria tratar igual aos iguais e diferente aos diferentes, promovendo assim seu empoderamento com atores. Entretanto, tampouco quero dizer que os moradores deveriam ser sempre tratados como os atores hegemônicos porque, na maioria dos casos, eles não estarão sós. Todos os atores procuram alcançar seus próprios objetivos e negociam com os outros tendo como base a conjuntura e os processos de retroalimentação.

MÚLTIPLOS RESULTADOS ÓTIMOS

Muito provavelmente, nenhum dos atores da arena vai conseguir alcançar completamente os resultados que almeja. Como já disse, é muito importante que todos tenham algo em jogo, mas também que todos tenham a capacidade de ceder e negociar. A assimetria de poder entre os atores na arena sobre o uso dos recursos naturais e acesso à terra em Picinguaba é óbvia e já foi discutida amplamente. Nesse sentido, ainda que essa assimetria tenha se reduzido nos últimos anos, não todos os atores têm as mesmas possibilidades de alcançar o que eles achariam como seus resultados ótimos. Assim como, de alguma forma, todos os atores somos bandidos para alguns dos outros, também os resultados ótimos para uns não o são para outros¹⁹¹.

¹⁹⁰ Uma discussão aprofundada sobre estes assuntos pode ser encontrada em Mendes (2011).

¹⁹¹ Segundo Olson (1999), que analisa a dinâmica da ação coletiva no interior dos grupos, ainda que os membros de determinado um grupo tenham um interesse comum em alcançar o benefício coletivo que os estimulou a formar aquele grupo, eles não têm nenhum interesse comum no que concerne a pagar o custo do provimento desse benefício coletivo. Cada membro preferiria que os outros pagassem sozinhos todo o custo, o que faria com que desfrutassem de qualquer vantagem provida quer tivessem ou não arcado com uma parte do custo. Isto fica evidente quando as lideranças das

Quando trabalhava na RDS Amanã, visitava continuamente as comunidades e conversava com seus moradores. Em várias oportunidades pude escutá-los se referir ao que consideravam comunidades “bonitas”. Uma comunidade “bonita” para eles era aquela que não tinha a floresta perto, mas que era sistematicamente mantida afastada; era aquela que não tinha grama ao redor das casas, aquela que era uma comunidade “limpa”. Para mim, como para muitos dos meus colegas, as comunidades mais bonitas eram precisamente as que tinham a floresta próxima e nas que o verde da Amazônia chegava muito perto. Para nós, as características ótimas dessa comunidade estavam relacionadas aos nossos padrões estéticos e ao que esperávamos encontrar naquele lugar a partir do nosso imaginário. Para eles, moradores rurais e trabalhadores do campo, o adjetivo “bonito” se relaciona principalmente com questões utilitárias. Manter afastada a floresta significa também manter afastadas as cobras e outros perigos, que, para mim e meus colegas não eram variáveis a serem levadas em consideração devido a quem éramos e de onde vínhamos.

No depoimento de um morador antigo da Vila de Picinguaba, ele se refere ao primeiro morador “de fora” que comprou uma casa na comunidade. Ele contou que, quando a luz elétrica chegou à vila, o morador “de fora” ficou magoado e disse que o lugar não prestava mais. Enquanto este morador “de fora” se lamentava pela chegada da luz elétrica, os moradores originários comemoravam porque isso significava uma melhora na sua qualidade de vida. A posição desde onde cada um deles enxergava esse fato era muito diferente.

Os moradores das comunidades de Picinguaba poderiam considerar um resultado ótimo (OSTROM e WALKER 2000, TSEBELIS 1998) na disputa que analiso nesta pesquisa, sua possibilidade de emancipação da gestão do Parque e o consequente uso dos recursos naturais da forma que eles considerem melhor para si mesmos. Os gestores locais, por sua vez, teriam outro resultado ótimo, talvez relacionado ao cumprimento das regras de gestão do NP e que estejam em concordância com o Plano de Manejo; e assim por diante. Para os biólogos preservacionistas o ótimo seria uma floresta sem pessoas. Como para um pesquisador de ariranha o ótimo seria que esta espécie não tenha que ver-se ameaçada por pescadores que a percebem como um competidor pelo peixe e tentem matá-la por causa disso (ROSAS-RIBEIRO *et al.* 2011, LIMA 2009, CALVIMONTES e MARMONTEL 2006, MARMONTEL e CALVIMONTES 2004, GÓMEZ e JORGENSON 1999). Ou, para um pesquisador de

comunidades se queixam sobre o grande esforço que fazem, ou fizeram quando eram presidentes das associações comunitárias. Eles reclamam do tempo investido e da pressão que têm desde todos os lados, assim como de algumas consequências negativas que têm devido ao seu papel de ponte entre um grupo e outro.

peixe-boi o ótimo seria que os moradores das áreas onde eles ainda habitam não os considerem a carne mais gostosa que existe (CALVIMONTES 2009)¹⁹². Ou, para alguns pesquisadores e gestores que atuam em Picinguaba seria ótimo que os moradores das comunidades possam viver na região e melhorar sua qualidade de vida só através de usos indiretos dos recursos naturais; enquanto que para outros, o ótimo seria que não existam tais moradores. Exemplos não faltam, mas, estes ótimos são realistas?

Estes resultados ótimos também variam em função ao nível da arena que está sendo analisado. Não todos os moradores das quatro comunidades têm os mesmos objetivos individuais. Desta forma, eles lutam pelo benefício coletivo que, também depende dos grupos formados e suas alianças. Já foi discutida a separação da comunidade Cambury entre os que tiveram como estratégia a formação do Quilombo e os que não, por exemplo. Nesse sentido, as estratégias possíveis das que falei no quarto capítulo seriam os caminhos para conseguir os resultados sub-ótimos (OSTROM e WALKER 2000, TSEBELIS 1998). Aqueles que, segundo a conjuntura e as relações com os outros atores, constituem a melhor alternativa. Esses resultados sub-ótimos estão em função aos resultados sub-ótimos dos outros atores. Os resultados ótimos de cada indivíduo não correspondem necessariamente com os resultados ótimos do grupo que conformam, como os resultados ótimos de cada grupo provavelmente também não vão coincidir com os resultados ótimos de todos os outros grupos.

Trazendo a ideia da arena e de como cada um dos atores define seu papel, suas estratégias e suas ações em função da presença dos outros atores, podemos pensar que a dinâmica dos grupos na obtenção dos resultados sub-ótimos tem as mesmas características. A tolerância da que falei acima poderia ser a margem que cada grupo dá ao outro nesta dinâmica. Sem essa tolerância, a sociabilidade se tornaria impossível e os espaços de negociação, ainda que em alguns casos sejam muito reduzidos, não poderiam acontecer. Os indivíduos também se organizam para fugir do conflito. Ostrom e Walker (2000) dizem que, dada a estrutura de uma situação inicial, os problemas da ação coletiva ocorrem quando os indivíduos, como parte de um grupo, selecionam estratégias que geram resultados que são sub-ótimos desde a perspectiva do grupo. O problema da ação coletiva, continuam estes autores, é achar uma maneira de evitar resultados deficientes e chegar o mais perto possível do resultado ótimo. Entretanto, já que não existe um ótimo absoluto

¹⁹² Obviamente, as únicas ameaças contra as populações destas espécies não são suas relações com os grupos sociais que habitam nas regiões onde ocorrem, mas também outras, talvez mais graves, como aquelas que afetam seus habitats, como o desmatamento, a exploração de hidrocarbonetos e de minério, por exemplo.

para todos os atores e devido a que eles precisam negociar para assegurar a sociabilidade e continuidade das relações entre eles, não seria melhor pensar em que cada ator ou grupo de atores aprendem a lidar com os sub-ótimos? Os atores mobilizaram recursos de poder para aproximar-se o mais possível ao próprio ótimo, mas reconheceriam a quase impossibilidade desse resultado.

A discussão feita neste texto sobre as estratégias possíveis de luta dos atores do NP se encaixa nesta discussão. Os resultados, ou ganhos, que cada indivíduo ou grupo almeja alcançar (emancipação do Parque, manutenção só dos usos indiretos dos recursos naturais, conservação das espécies ameaçadas, e assim por diante) não existiriam independentemente dos ganhos dos outros indivíduos ou grupos. Dessa forma, segundo a conjuntura e as relações dos atores na(s) arena(s), os resultados seriam aqueles possíveis de acordo com a realidade que, como já disse, é polissêmica. Então, de alguma forma, também seriam ótimos. Segundo Tsebelis (1998), casos de escolhas aparentemente sub-ótimas são, na verdade, casos de discordância entre o ator e o observador. Este autor argumenta que, se, com a informação adequada, a escolha de um ator parece sub-ótima, é porque a perspectiva do observador está incompleta. Este observador, continua Tsebelis, estaria centrando sua atenção em apenas um jogo, mas o ator estaria envolvido em toda uma rede de jogos, que ele chama de jogos ocultos. O que pareceria sub-ótimo a partir da perspectiva de um único jogo é, na verdade, ótimo quando se considera toda a rede de jogos. Quer dizer, aquele único jogo corresponderia a um nível da arena analisada, sendo que, quando se analisa as arenas desde uma perspectiva multi-nível¹⁹³, a situação pode mudar e se tornar mais realista.

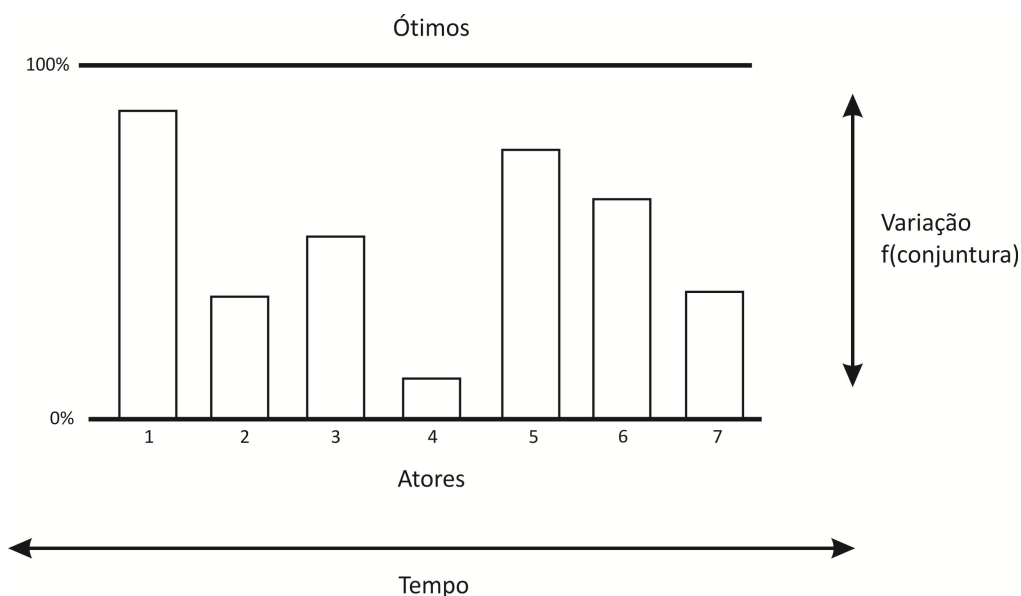
Estes resultados ótimos conjunturais e coletivos provêm, então, da somatória de relações nos múltiplos níveis da arena. Eles mudarão, também, em função ao tempo, devido a que a conjuntura também muda. Essa tensão entre as estratégias e ações dos diversos atores para conseguir alcançar seus próprios ótimos, determinadas pelas estratégias e ações de todos os outros atores,

¹⁹³ Nesse sentido, Tsebelis (1998) disse que há duas razões principais para a discordância entre ator e observador. A primeira seria que a opção escolhida não é ótima porque o ator está envolvido em jogos em diversas arenas, mas o observador centra sua atenção na arena principal. Se ele conseguisse examinar as implicações de outras arenas, a escolha do ator seria ótima, o que Tsebelis chama de jogos em múltiplas arenas. No segundo caso, continua Tsebelis (1998), a opção não é ótima porque o ator “inova”, ou seja, toma medidas para aumentar o número de opções disponíveis de modo que alguma nova opção se torna a melhor. Isto significa, na realidade, modificar as regras do jogo. Nesse caso, o observador não vê que o ator está envolvido não apenas em um jogo na arena principal, mas em um jogo sobre as regras do jogo, o que ele denomina projeto institucional.

influencia as características da arena como um todo e o que finalmente vai acontecer. Como disse antes, esta tensão propiciou em Picinguaba a formação de uma arena que favorece a ação coletiva relacionada à luta pela propriedade coletiva da terra baseada em categorias identitárias, como populações tradicionais, caiçaras e quilombolas, e não à luta (grupal) pela propriedade individual e aos direitos individuais do uso dos recursos naturais.

Graficamente, penso no equalizador de um aparelho musical, onde cada barra que aumenta ou diminui o faz em função ao aumento e diminuição das outras. Os ótimos mudam com o tempo e com o tipo de música que está tocando, mas é muito difícil que todas as barras cheguem a 100% juntas. É um jogo muito dinâmico e onde cada ator vai ir modificando suas estratégias em função às estratégias dos outros, todos na tentativa de conseguir o máximo resultado possível (FIGURA 21).

FIGURA 21. VARIAÇÃO DOS ÓTIMOS EM FUNÇÃO AO TEMPO E À CONJUNTURA



A dinâmica entre o estabelecimento dos Quilombos de Picinguaba (uma estratégia possível para os moradores segundo a conjuntura) e a incorporação do manejo territorial vindo desde a gestão com o estabelecimento das ZHCAn pode-se encaixar nesta discussão. Enquanto que a estratégia identitária no estabelecimento do Quilombo parece ter funcionado para os moradores de Cambury e do Sertão da Fazenda em relação à garantir o direito à terra, o poder de negociação e

certa emancipação do Parque no nível local da arena, as ZHCAn têm dado legitimidade à presença de grupos sociais “com o estatuto jurídico de tradicionais” em níveis mais altos.

Desta forma, se analisamos as estratégias do morador de Picinguaba ao longo dos anos, poderíamos pensar que a decisão de lutar pela propriedade coletiva da terra através do reconhecimento como quilombolas levou-os a obter um resultado sub-ótimo. Entretanto, se analisamos esta realidade como realmente aconteceu, temos que enxergar os moradores de Picinguaba em um jogo de múltiplas arenas em um contexto no qual existe não só uma, mas duas UCs de Proteção Integral (o PESH e o PNSB), sobre os territórios que reivindicam. Sendo assim, poderíamos concluir que essa estratégia e seus resultados foram os melhores dadas as circunstâncias atuais e históricas.

Como foi demonstrado a partir dos depoimentos dos moradores e dos outros atores em Picinguaba, a questão da terra é de interesse primordial para os primeiros porque sabem que garantindo a terra garantiriam também o uso dos recursos naturais e sua emancipação do Parque. As estratégias usadas, relacionadas à identidade, tinham e ainda têm por objetivo não só a propriedade da terra e o direito ao trabalho, mas, à cidadania plena. A questão da terra, então, tem sido e continua sendo um atrator¹⁹⁴ na discussão em Picinguaba.

A QUESTÃO DA TERRA COMO UM ATRACTOR DA DISCUSSÃO

Dona Digé, liderança do Movimento Interestadual de Quebradeiras do Coco, durante sua fala no Seminário “Povos Tradicionais e Comunidades Indígenas: Valorização do Conhecimento”, na Arena Socioambiental, no dia 20 de junho de 2012, na Cúpula dos Povos¹⁹⁵, disse: *“Tem uma luta que é igual a todas as comunidades tradicionais e povos indígenas, que é a luta pela terra”*. A questão da terra é, não só em Picinguaba, mas em muitas outras regiões do país, o que movimenta os moradores de áreas sob proteção especial; vinculadas a grandes empreendimentos econômicos, sejam eles energéticos, industriais ou agropecuários; ou onde existe especulação imobiliária. É ao

¹⁹⁴ Na física matemática contemporânea, um atrator pode ser definido como o conjunto de comportamentos característicos para o qual evoluiu um sistema dinâmico independentemente do ponto de partida.

¹⁹⁵ Eu e outros alunos do doutorado em Ambiente e Sociedade participamos da Cúpula dos Povos, realizada paralelamente à Rio+20. A partir desta experiência e de colaborações com outros autores se está editando um livro. Este depoimento foi registrado por mim em caderno de campo.

redor da questão da terra que se organizam, têm estratégias e agem. Aparentemente, o direito à terra seria a base sobre a que todos os outros direitos estão cimentados.

Então, tentando extrapolar a discussão, a organização do território pode ser um pré-requisito para a discussão sobre o uso dos recursos naturais nas UCs¹⁹⁶? Aparentemente, sim. Entretanto, como poderia ser feito isto dentro de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral onde, por lei, não deveriam existir moradores? Como já disse antes, na RDS Amanã, por exemplo, os moradores não temem pela sua permanência na área e, por este motivo, a propriedade privada e/ou individual da terra não é uma questão entre a gestão e os moradores, pelo menos de uma forma evidente. Então, a questão da terra não é o foco das ações dos moradores frente à gestão da UC. Eles se organizam para discutir os tipos de uso dos recursos naturais usando outro tipo de estratégias, mais relacionadas ao “como fazer”, aos “conhecimentos tradicionais”¹⁹⁷ que eles têm e que lhes permitem não só usar os recursos dos que precisam, mas a usá-los de forma sustentável, pelo menos em teoria¹⁹⁸. Esse conhecimento é sua arma na negociação com a gestão. Nesse espaço de diálogo criado também existem assimetrias de poder, obviamente, mas o empoderamento dos atores locais que acontece através da interação com a gestão e também devido à ação de profissionais destinados especificamente a realizar esse trabalho, contribui com o avanço dos processos.

Estes espaços de diálogo criados contribuem com o intercambio de conhecimentos entre os moradores e os gestores, podendo chegar a resultados benéficos para a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. Um exemplo emblemático disto é o manejo comunitário do

¹⁹⁶ Ostrom (1990) já apontava isto através da análise de estudos de longa duração sobre recursos de uso comum no mundo inteiro, a partir dos quais estabeleceu 8 princípios (*desing principles*, no original em inglês) que seriam os elementos essenciais ou condições que contribuiriam ao êxito das instituições de recursos de uso comum. Seu primeiro princípio diz que são necessárias fronteiras claramente definidas: “individuals or households who have rights to withdraw resource units from the CPR [common pool resources] must be clearly defined, as must the boundaries of the CPR itself” (OSTROM 1990: 90).

¹⁹⁷ Almeida e Carneiro da Cunha (2001) dizem: “Estamos discutindo o conhecimento que já existe no presente, ou o conhecimento presente e futuro? Em outras palavras, estamos focalizando o conhecimento disponível ou os processos para a produção do conhecimento? Aquilo que é “conhecimento tradicional”, segundo a pertinente formulação do documento final da Convenção de Participantes à Convenção da Diversidade Biológica em Buenos Aires (1996), ‘não é sua antiguidade, mas o modo de adquiri-lo e utilizá-lo’”.

¹⁹⁸ Não quero repetir aqui a discussão relacionada ao fato de que os moradores tradicionais seriam essencialmente conservacionistas que eu mesmo critico, o que quero dizer aqui é que a arma de negociação dos moradores em UCs de Uso Sustentável tenderiam a estar mais relacionadas ao seu conhecimento sobre a região, os recursos e seu manejo. Obviamente, esse mesmo conhecimento poderia ser prejudicial à conservação se usado de uma forma que não leve em consideração critérios de sustentabilidade. Daí a importância do estabelecimento de regras e sanções.

pirarucu (*Arapaima gigas*), produto desse diálogo e que, hoje, constitui uma fonte de renda muito importante para os moradores das RDS Mamirauá e Amanã, e que tem sido replicado em muitas outras regiões, tanto no Brasil quanto nos países vizinhos (CASTELLO *et al.* 2009)¹⁹⁹. Nestes processos, não livres de conflitos de interesses, de avanços e retrocessos, e de assimetria de poder entre os atores e seus conhecimentos, as condições estão estabelecidas para a negociação e o diálogo. Ambos os tipos de conhecimento, o local e o científico, convivem e se retro-alimentam.

Por outro lado, em um Parque Estadual, o requisito, segundo a lei, seria retirar os grupos sociais que habitam em seu interior. Portanto, desde o estabelecimento do PESH não era possível que alguém da gestão organizasse, junto aos moradores e levando em consideração sua organização prévia, o território e o uso dos recursos que nele ocorriam, porque teoricamente os moradores não deveriam estar lá. Como já foi descrito, só depois de muitos anos, alguém da gestão do NP decidiu que alguma ação concreta de organização do território devia ser feita e as condições foram propícias para realizá-la (ver detalhes em SIMÕES 2010). Ainda assim, a questão da terra neste tipo de UC não tem, institucionalmente, uma forma previamente estabelecida de solução, a não ser a desapropriação após o reconhecimento dos direitos de propriedade (BRASIL 2000), e, enquanto isso acontecer, estabelecer um Termo de Compromisso com os moradores considerados tradicionais sobre o uso dos recursos naturais (BRASIL 2002). Essas possíveis soluções tiveram que ser criadas e negociadas ao longo dos anos em um processo que ainda não terminou, como já foi descrito. Dessa forma, a disputa pela terra no Núcleo Picinguaba também continua²⁰⁰. Pode mudar, reformular-se, evoluir de diferentes formas, mas continua sendo, pelo menos até o momento em que redijo esta tese, o atrator da discussão.

¹⁹⁹ O Manejo Comunitário do Pirarucu desenvolvido nestas RDSs envolve as comunidades locais e organizações governamentais e não governamentais. Esse sistema de manejo baseia-se no levantamento anual dos estoques de pirarucus e no estabelecimento de cotas conservadoras de pesca (VIANA *et al.* 2003). O monitoramento das populações é realizado de forma direta pelos próprios pescadores envolvidos no processo de manejo. Em 1999, uma pesquisa desenvolvida na RDS Mamirauá mostrou que pescadores experientes são capazes de estimar a abundância de pirarucus pelas contagens que são feitas no momento da respiração aérea dos indivíduos da espécie (CASTELLO 2004). Depois de 8 anos de experimentação a população de adultos tem aumentado 23 vezes, a cota de pesca aumentou 10 vezes, número de moradores participantes dobrou e o ingresso *per capita* cresceu 8 vezes (CASTELLO *et al.* 2009). Adicionalmente, Castello e colaboradores (2009) fizeram uma análise dos resultados deste projeto baseados nos princípios de governança de Ostrom (1990), chegando a conclusão que os 8 princípios estão presentes a diferença do que ocorria antes da implementação do manejo, quando só 4 princípios ocorriam.

²⁰⁰ E, como já foi indicado, tem criado novas clivagens no interior das próprias comunidades (Cambury é um exemplo disso) devido à questão relacionada à perda do direito almejado da propriedade individual que tiraria a possibilidade futura de venda das terras que eles consideram próprias.

Dessa forma, eu sugiro que, como resultado de estratégias diferenciadas dos moradores que estariam em função à realidade institucional da Unidade de Conservação onde habitam, eles utilizariam a categoria de “população tradicional” ou de “conhecimento tradicional” segundo habitem UCs de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. Basicamente esta discussão está baseada na hipótese de que nas UCs de Proteção Integral, como o PESH, os moradores têm que recorrer à estratégia identitária para garantir a permanência e incorporam o discurso da “população tradicional”, favorecida pela conjuntura e que conta com o apoio de outros atores, como antropólogos, por exemplo. Por outro lado, nas UCs de Uso Sustentável, onde a permanência não está em jogo, os moradores reivindicam seus “conhecimentos tradicionais” sobre o uso dos recursos e a conservação da biodiversidade. Cada uma dessas estratégias tem por objetivo aumentar os recursos de poder na luta dos moradores pela manutenção de seus direitos e pelo diálogo com os gestores²⁰¹.

Aparentemente, então, a relação dos moradores de Picinguaba com a gestão do PESH teria como eixo principal a questão da terra, que ademais funcionaria como a base do restante das relações entre eles. Enquanto que, em uma RDS, esta mesma relação poderia estar estabelecida a partir do uso e manejo dos recursos naturais.

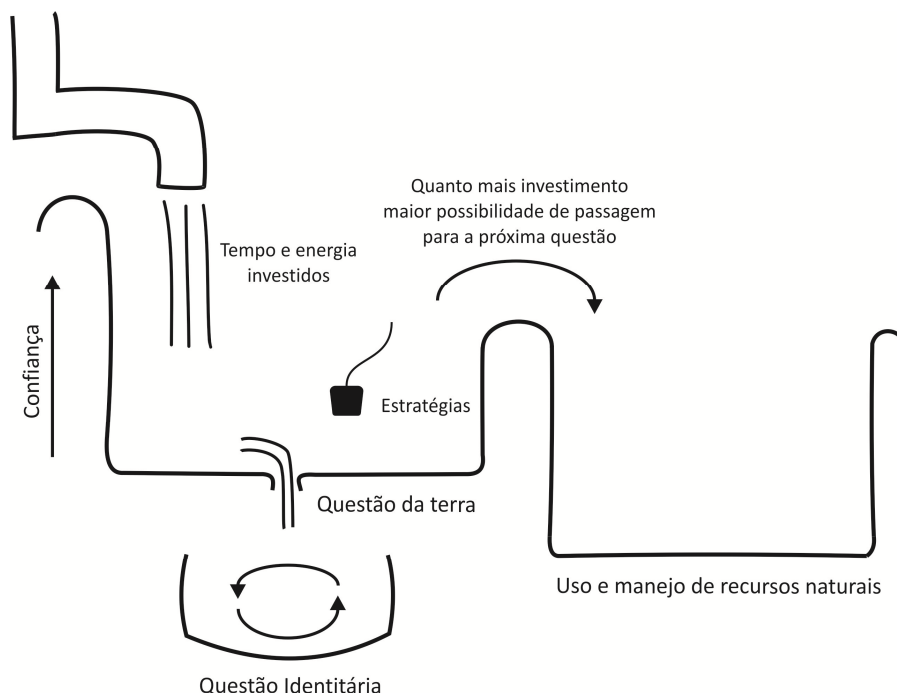
Levando em consideração esta análise, acredito que será muito difícil discutir o manejo dos recursos naturais enquanto os moradores do Núcleo Picinguaba não sentirem segurança a respeito da situação da terra que habitam e usam. A luta pela permanência, o estabelecimento dos territórios quilombolas, a tentativa de desafetação ou de criação de “áreas de uso especial caiçara” são o reflexo desta preocupação. Sendo assim, a autonomia buscada pelos moradores de Picinguaba está relacionada, então, ao direito à terra e ao consequente uso dos recursos. Como já foi discutido, a identidade foi a estratégia que, favorecida pela conjuntura, se tornou a arma de luta dos moradores originários e da própria gestão do Núcleo Picinguaba nesta disputa. Nesse sentido, a questão da identidade e a questão da terra podem ser consideradas faces da mesma moeda, como já sugeriram outros atores (FARIAS JR. 2010, LITTLE 2002, CASTRO 2000, JOLIVET e LÉNA 2000).

²⁰¹ Esta é ainda uma hipótese baseada na minha experiência de campo em diferentes UCs, entretanto, precisa de dados concretos e estudos de caso para que tenha consistência científica. Futuras pesquisas nessa linha poderiam contribuir com esta discussão. Por outro lado, isso não significa que possam ser usadas as duas categorias simultaneamente.

Através da analogia representada na FIGURA 22, pretendo explicar como vejo a situação. É como se tivéssemos uma torneira que representa quantos recursos são investidos na negociação. Devido às características da arena descritas nos parágrafos anteriores, estes recursos se dirigem diretamente a uma pia que representa a questão da terra. Esta pia não pode ser cheia na sua totalidade porque seu desaguamento está aberto. (Quase) Todos esses recursos investidos acabam caindo em um recipiente que representa a questão identitária, onde se discute “quem” teria direito de negociar com a gestão e à permanência no interior do Parque. Devido às características desta discussão e dos conflitos que surgem ou são ressignificados a partir dela, ela tende a ser circular sem muitas possibilidades de acordos concretos, representativos para todos os atores e que permitam avanços significativos em direção ao uso dos recursos naturais. Só aumentando muito os recursos destinados à discussão e diminuindo o mais possível o fluxo em direção à questão identitária é que esses recursos podem começar a passar para a próxima pia, que representa a questão do uso e conservação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, o nível de confiança entre os atores da arena contribuiria a e estaria influenciado pela passagem de recursos entre uma pia e a outra. Entretanto, a melhor forma que existe de garantir a passagem dos recursos entre a pia da questão da terra e a pia da questão do uso e conservação dos recursos naturais é colocar uma tampa no fundo da primeira. Dessa forma, não continuarão caindo recursos até o recipiente da questão identitária, podendo ser desperdiçados. Essa tampa representa as estratégias que os atores podem seguir para evitar que a discussão continue da mesma forma. Quer dizer, que continuem sendo investidas e mobilizadas grandes quantidades de recursos por parte de todos os atores em discussões que tendem a não evoluir.

A proposta que resulta da análise desta pesquisa é a de procurar mecanismos que contribuam para colocar essa tampa na primeira pia, que significa não mobilizar mais recursos em direção à discussão da questão identitária (relacionada aos múltiplos usos dos recursos naturais) e dirigi-los ao estabelecimento de regras e acordos sobre o uso e a conservação dos recursos naturais. Dessa forma, os espaços de discussão e negociação teriam mais possibilidades de avanço e os atores poderiam maximizar seus próprios recursos em direção à obtenção de resultados que sejam benéficos para todos. Isto não quer dizer que os conflitos e as posições em confronto vão desaparecer, senão que, nesse novo espaço de discussão, serão realmente abordados os assuntos que, através da negociação, poderiam chegar a resultados satisfatórios tanto para a conservação da biodiversidade quanto para a melhoria da qualidade de vida dos moradores de Picinguaba.

FIGURA 22. DINÂMICA DOS RECURSOS INVESTIDOS NA DISCUSSÃO SOBRE A QUESTÃO DA TERRA, A QUESTÃO IDENTITÁRIA E A QUESTÃO DO USO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS



TIRANDO A CENTRALIDADE DA DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE E PASSANDO ÀS REGRAS E ACORDOS

Como disse linhas acima e segundo os dados coletados nesta pesquisa, os espaços de discussão que existem entre a gestão e os moradores do Núcleo Picinguaba estariam quase sempre ocupados pela questão da terra, que funcionaria como um atrator. Esta situação não permitiria o avanço da discussão a respeito de questões concretas sobre manejo dos recursos naturais que não estejam relacionados à fiscalização. Como já foi indicado anteriormente, o histórico de proibições e de fiscalização no Núcleo Picinguaba parece ser a base sobre a qual as relações entre os moradores e a gestão estão construídas e, a pesar de alguns esforços, tem resultado muito difícil mudar essa situação. Desta forma, a questão da terra vinculada à questão identitária teriam desgastado, historicamente, as relações entre os atores da arena, prejudicando a confiança e gerando frustração coletiva.

Por outro lado, e como já foi apontado, se analisarmos os depoimentos dos moradores desde a perspectiva da identidade e da cultura, na realidade, estaríamos enxergando só a ponta de um

iceberg que ocultaria outra série de interesses. Eles estariam ligados, principalmente, à questão da propriedade da terra e do direito ao exercício do trabalho. Em definitiva, a questões relacionadas à cidadania e à justiça social. Desta forma, as circunstâncias históricas da arena de disputa que surgiu após o estabelecimento do Parque têm favorecido a luta e as ações dos moradores baseadas em reivindicações identitárias em detrimento das relacionadas à propriedade, às econômicas e às relacionadas ao trabalho. Esta conjuntura tem produzido novas clivagens no interior das comunidades que estão influenciadas pela discussão sobre “quem” tem direito à permanência, a participar das negociações e ao acesso aos serviços básicos. A discussão baseada na identidade como estratégia para decidir quem tem direito à permanência nas áreas, quem tem acesso aos espaços de negociação e aos serviços básicos não tem evoluído o suficiente ao longo dos anos, tornando-se circular e redundante, como o demonstram ou evidenciam os resultados das pesquisas desenvolvidas por diversos autores (SIMÕES *et al.* 2011; SIMÕES 2010; CREADO *et al.* 2008; MENDES 2006; CREADO 2006; CAMPOS 2006, 2001; FERREIRA *et al.* 2007; FERREIRA *et al.* 2001; FERREIRA 2005, 2004, 1999, 1996).

Há quase vinte anos atrás, Ferreira (1996) foi a primeira autora a apontar os conflitos que poderiam surgir de se utilizar categorias identitárias para abordar a questão do direito de permanência de populações em Unidades de Conservação. Entretanto, e como tem sido discutido nesta pesquisa, o uso da questão identitária não só foi amplamente utilizada ao longo dos anos, mas continua sendo. Numerosa produção científica tem discutido esta questão no Brasil desde então (CALDENHOF 2013; SIMÕES *et al.* 2011; SIMÕES 2010; GERHARDT 2010; ESTERCI e SCHWEICKARDT 2010; CREADO *et al.* 2008; VIANNA 2008; MENDES 2011, 2009, 2006; CREADO 2006; CAMPOS 2006, 2001; FERREIRA *et al.* 2007; BARRETTO FILHO 2006, 2004; FERREIRA 2005, 2004, 1999; ADAMS 2003, 2000a, 2000b; FERREIRA *et al.* 2001; ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA 2001; LITTLE 2002; CARNEIRO DA CUNHA e ALMEIDA 2000; DIEGUES e ARRUDA 2001; DIEGUES 2001, 2000; DIEGUES *et al.* 2000; CASTRO 2000; COLCHESTER 2000; ARRUDA 1999, dentre outros). Talvez seja o momento de refletir sobre quanto evoluiu a discussão ao longo desse tempo todo e, sobretudo, se, no futuro, este escopo contribuirá a produzir avanços, tanto teóricos quanto de políticas públicas, em relação aos conflitos sobre a presença humana em Unidades de Conservação, à participação social na sua

gestão, assim como em relação ao debate sobre os usos múltiplos que estão em confronto no interior dessas áreas²⁰².

Desta forma, sugiro que se deveriam fazer os esforços necessários para tirar o centro da discussão da questão identitária e colocá-lo nos processos definição, estabelecimento e monitoramento de acordos e regras sobre o uso dos recursos naturais e do território de forma participativa²⁰³. Vários autores já manifestaram que a ideia de que o perfil conservacionista não está necessariamente associado a etnicidade (MENDES e FERREIRA 2009, CASTRO *et al.* 2008, FERREIRA *et al.* 2007, LIMA e POSSOBON 2004)²⁰⁴. Colocar o foco do debate nos tipos de uso dos recursos naturais e não nos tipos de ator. Atualmente, os moradores de Picinguaba vinculam estas regras às “proibições”, às autorizações que precisam pedir para arrumar suas casas, e às multas que têm que pagar por “trabalhar”. Estas regras estariam vinculadas, segundo os moradores, sempre a um “não”, a uma negação que não tem negociação, nem antes de ser estabelecida, nem depois. Essas negações tirariam toda possibilidade de abrir espaços de diálogo entre os usuários, os gestores e o restante de atores. Estas negações, ademais, reforçariam a ideia de que o Parque chegou para prejudicar e que age sobre a vida dos moradores como um ente poderoso que decide pela vida, o trabalho e o futuro dos moradores.

O importante seria, segundo minha apreciação, definir essas regras e esses acordos criando mecanismos para que sejam estabelecidos de forma democrática e participativa e que, por sua vez, outorguem as condições para que possam ser cumpridos por todos os atores,

²⁰² Os recursos de poder que, a partir da questão identitária, foram alcançados não só pelos moradores de Áreas Protegidas, mas também por outros grupos sociais no Brasil inteiro, são inquestionáveis. Muitos dos direitos conseguidos e o estabelecimento de espaços de negociação têm sido possíveis graças às questões relacionadas à identidade (Territórios Quilombolas reconhecidos, Terras Indígenas e, por influência, outras lutas de movimentos sociais, como as Quebradeiras de Coco, por exemplo). Entretanto, minha discussão aqui se refere à gestão de Unidades de Conservação e ao manejo dos seus recursos naturais. Esta ferramenta deveria continuar sendo usada como marco de referência nas discussões? O que tem sido apreendido por todos os atores, nos diversos níveis, ao longo dos anos?

²⁰³ Quando me refiro ao estabelecimento de regras não quero dizer que antes do estabelecimento do Parque, ou no nível intracomunitário, não existissem regras, pelo contrário. O que quero dizer é que os moradores da região de Picinguaba tiveram e ainda têm de assumir e discutir regras que antigamente não formavam parte do seu cotidiano, que são de outra natureza, porque nelas participam outros atores, que antes não estavam presentes (FERREIRA *et al.* 2001), e se referem a múltiplos usos dos recursos naturais e da terra.

²⁰⁴ Castro e colaboradores (2008) dizem: “Being traditional does not ensure resource sustainability as much being non-traditional will not necessarily lead to resource depletion. Likewise, collective property rights alone may not be the most suitable solution for all “traditional populations”, just as private arrangements may not be the best solution for their nontraditional counterparts. In the other words, it is not the cultural background of a population or the property regime that ensures or jeopardizes resource conservation. Rather, the consonance of the rules with the ecological and social systems is the core issue to address both local and regional interests”.

independentemente da sua origem identitária e levando em consideração o contexto de desconfiança mútua. A definição da origem identitária sempre será relativa ao tipo de ator encarregado de fazê-la, a suas perspectivas, interesses e sua posição na arena e nunca estará livre de arbitrariedades. O estabelecimento de sanções para os usuários dos recursos naturais deveria ser igualmente discutido e sob as condições similares às nomeadas acima. E quando me refiro aos usuários o faço no sentido amplo, como o tenho feito ao longo de todo este texto. Isto é, levando em consideração os usos múltiplos, desde os mais diretos até os mais indiretos. Até hoje, todos os recursos mobilizados e toda a atenção têm sido focalizados em criar e monitorar regras destinadas aos usuários diretos dos recursos naturais, mas nada, ou muito pouco, para os usuários indiretos, como os relacionados à pesquisa e à gestão.

Por outro lado, se deveria levar em consideração que é muito comum que moradores de regiões onde se estabelecem UCs vinculem as regras sobre o uso dos recursos naturais exclusivamente a elas, como se as leis que regem o uso dos recursos não fossem válidas também fora. Desta forma, os moradores dessas regiões acabam relacionando diretamente “o meio ambiente”, como acabam sendo conhecidas estas instituições, com prejuízo e injustiça²⁰⁵. Na Unidade de Conservação, os moradores personificam as regras, tornando-a o ente da proibição²⁰⁶, o ente que chega para proibir tudo, pescar, caçar, fazer roça. Especificamente, no Núcleo Picinguaba, isto fica em evidência quando os moradores manifestam opiniões do tipo “*quem descobriu Cambury foi o povo, não foi o meio ambiente*”²⁰⁷ para expressar sua desconformidade com o estabelecimento do Parque.

²⁰⁵ Quando trabalhava na RDS Amanã, fui dos primeiros pesquisadores do Instituto Mamirauá a realizar visitas às comunidades mais afastadas da Reserva, na região do Lago Castanho, entre os anos 2002 e 2004. Apesar de que ações da gestão já durassem vários anos nos outros setores da Reserva, os moradores desta região ainda eram muito reticentes ao estabelecimento da UC e a vinculavam diretamente com as proibições, a fiscalização do IBAMA (inclusive nas áreas que não pertenciam à UC, como nos rios que percorriam para chegar até a cidade) e as limitações que encontravam para melhorar sua qualidade de vida. Ao mesmo tempo, nesta região registrei o maior número de peixes-boi caçados e de caçadores ativos, assim como o surgimento de novos caçadores (CALVIMONTES 2009). Na primeira reunião realizada na comunidade Monte Carmelo com participação dos profissionais do Instituto Mamirauá encarregados do relacionamento comunitário, a relação direta que os moradores faziam entre a Reserva e as proibições ficou evidente. A caça é um exemplo muito bom para discutir isto: é proibido caçar peixe-boi, por exemplo, não só dentro das UCs, mas em todo o território brasileiro.

²⁰⁶ Como já foi comentado antes, e no mesmo sentido que as Unidades de Conservação se tornam o ente da proibição, o “meio ambiente” se torna quase um sinônimo de regras, de proibições e de pessoas relacionada à fiscalização que chegaram de fora para atrapalhar a vida dos moradores dessas áreas.

²⁰⁷ Alguns moradores de Picinguaba também relacionam o Parque à ausência de ações da Prefeitura de Ubatuba, por exemplo.

Infelizmente, essa relação entre UC e proibições não acontece só no interior das Unidades de Conservação de Proteção Integral e seu entorno, nas de Uso Sustentável também. Isto provavelmente se deve à ausência do Estado e das instituições relacionadas ao uso dos recursos naturais em regiões afastadas ou que não fazem parte de Áreas Protegidas e seu entorno²⁰⁸; à falta de comunicação entre gestores e moradores; às deficiências nos esclarecimentos no momento do estabelecimento da área; e, em muitos dos casos, à grande separação que existe entre os objetivos da criação das UCs se comparadas com os objetivos dos moradores. Aliás, talvez a melhor palavra a ser usada aqui não seja “objetivos”, porque, salvo algumas exceções, dificilmente acharemos moradores destas áreas, com um histórico familiar e de trabalho nelas, que não desejem manter sua integridade, assim como os gestores também o desejam.

Uso aqui a palavra integridade em um sentido amplo porque até o que essa integridade significaria é relativo. Porque tampouco se trata de ser inocente ao acreditar que todos os moradores de uma Unidade de Conservação têm a mesma ideia do que a conservação significa e quais seriam as medidas que deveriam ser adotadas para que ela seja garantida. Moradores destas áreas podem derrubar grandes extensões de floresta para criar gado, por exemplo. O que me refiro aqui é ao fato de que, na maioria dos casos, os moradores destas áreas querem continuar trabalhando e usando os recursos naturais, e para isso eles precisam que os recursos existam. Os métodos de uso, às vezes mais acordes com a conservação, às vezes menos, podem ter mudado ao longo do tempo, como também pode ter mudado sua incorporação ao mercado, seu acesso à informação, suas expectativas de futuro, sua organização e suas relações, digamos, sócio-ecológicas. São diversas, então, as ideias sobre o que a conservação significa e sobre quais são os métodos que devem ser adotados para que ela possa ser alcançada. Nesse mesmo sentido, o que significaria a manutenção daquela integridade poderia não ser o mesmo para os moradores que para os outros atores. Se integridade fizer referência a que tudo seja mantido da mesma forma, quase estático e imutável, como alguns atores desejariam, provavelmente acharemos discordância e até oposição entre os moradores e esses atores²⁰⁹.

²⁰⁸ Quanto mais afastadas estejam as UCs dos grandes centros urbanos esta situação é mais provável de ser encontrada.

²⁰⁹ Anos atrás conheci a uma liderança comunitária da cabeceira do Lago Amanã. Ele trabalhava como educador ambiental, tinha sido presidente da comunidade e, inclusive, funcionário do Instituto Mamirauá, pelo que participava de um sem-número de atividades. Era um aliado muito bom e fazia muito bem seu trabalho. Uso a figura desta pessoa para exemplificar como nossas ideias e desejos a respeito dos ambientes podem ser muito diferentes, inclusive entre os que queremos e trabalhamos para que elas sejam conservadas. Em uma festa na comunidade onde ele morava, ele, na minha frente, disse para outro morador que o ideal para que a comunidade melhorasse era a construção de uma

Então, poderíamos falar mais apropriadamente na diferença no “como”, como esse objetivo da conservação pretende ser alcançado; e até na mesma definição de conservação que tem cada um dos atores da arena. Seja como for, tanto os gestores destas áreas quanto os pesquisadores e os membros de ONGs que atuam nelas poderíamos fazer esforços para mudar a percepção da conservação como antagonica ao uso dos recursos e à melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Retomo aqui a discussão que fiz anteriormente sobre a ideia do pacto “conservacionismo”/“território” discutido primeiramente por Ferreira (1996) e retomado por outros atores (como CARNEIRO DA CUNHA 2009 e ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA 2000, por exemplo). Neste momento do processo, não seria possível basear a negociação em pedir aos moradores das UCs que sejam “conservacionistas” porque, como foi mostrado ao longo deste texto para o Núcleo Picinguaba, os próprios moradores dizem que eles já eram e ainda são “conservacionistas”, nem podemos oferecer-lhes o “território” em troca porque eles lutam e acreditam que a terra lhes pertence por direito. Estes são campos de disputa.

Adicionalmente, e devido à própria discussão, às disputas, às alianças e aos novos atores na arena, os moradores destas áreas estão muito mais empoderados, têm maior conhecimento de seus direitos (que, em muitos casos, são novos direitos estabelecidos na Lei e que são produto deste mesmo processo) e contam com maiores recursos de poder. Estes moradores, pelo menos na região de Picinguaba, não aceitarão tão facilmente um pacto nos termos “conservacionismo”/“território”.

Por outro lado, no Núcleo Picinguaba, assim como em muitas outras UCs, os moradores organizam-se, têm estratégias e agem no sentido inverso à tutela da que falam Esterici e Schweickardt (2010). Em outros termos, agem dessa forma para alcançar a emancipação da gestão do Parque, das “pessoas de fora”, dos políticos, e poder assim decidir quais recursos naturais usar e como usá-los. Fazem-no também com o objetivo de conseguir que sejam atendidas suas demandas por serviços básicos, como energia elétrica e saúde. Muitas vezes, para conseguir estes objetivos, os moradores incorporam discursos vindos desde níveis mais altos da arena, modificam-

estrada que lhes ajudasse a escoar a produção agrícola. Esta estrada atravessaria uma grande porção de mata entre a cabeceira do Lago Amanã e a cabeceira do Lago Ipecaçu, onde eram mantidas grandes extensões de floresta, além de alguns roçados. A integridade que ele buscava quando disse isso não era mesma que buscavam os biólogos do Instituto Mamirauá, certamente. Ele estava atento à melhoria das condições do seu trabalho, segundo sua perspectiva.

nos segundo as circunstâncias e transformam-nos para utilizá-los no próprio benefício²¹⁰. A ideia da tradicionalidade emprestada dos antropólogos (VIANNA 2008, FERREIRA 1996), e mais recentemente dos gestores e ambientalistas (M.W.B. ALMEIDA 2004)²¹¹, favorecida pelas circunstâncias, seria um exemplo claro deste processo. Nesse sentido, e como disse Touraine (1988), a tradicionalidade responde mais como categoria política que como categoria social.

Segundo esta linha de análise, e como também já foi discutido, seria conveniente optar por outro olhar na discussão e encontrar a forma de estabelecer regras sobre o uso dos recursos naturais sem tutela, sem violência e sem considerar os moradores das áreas como cidadãos de segunda categoria, que precisam de tutela e de direção, pois, caso contrário, destruiriam o pouco que ainda permanece dos ecossistemas dos quais dependem e pelos que, agora, o Estado está preocupado em manter. Sem imaginar, claro, que o Estado é um ente único é homogêneo, como também não o são os moradores, os gestores, nem nenhum dos atores da arena (ver FERREIRA *et al.* 2001). Deveríamos fazer o esforço por procurar as melhores formas de garantir a gestão compartilhada desses ambientes²¹².

O diálogo, o debate e a negociação deveriam ocorrer, então, entre os tipos de uso e não entre os tipos de ator, que estão baseados em questões identitárias. Quer dizer, discutir se os tipos de uso são os mais apropriados para cada Unidade de Conservação levando em consideração as características do ambiente, dos moradores, o nível de ameaça, o histórico do uso dos recursos na região, dentre outras variáveis; e usando, ademais, critérios de zoneamento no interior de cada área. Mas, cuidado. Gostaria de esclarecer que, quando me refiro a que se deveria tirar o foco de atenção da questão identitária para colocá-lo nos processos de estabelecimento de regras e acordos não estou querendo dizer que as características dos usuários não sejam importantes. Como já disse anteriormente, ainda que exista uma diversidade de usuários e de tipos de uso dos

²¹⁰ A incorporação da questão identitária nas comunidades que se encontram no interior do NP, segundo algumas lideranças, também tem contribuído ao resgate de alguns aspectos culturais desses grupos sociais e sua valorização.

²¹¹ Segundo M.W.B. Almeida (2004), vários líderes seringueiros apropriaram-se de parte do discurso ambientalista/desenvolvimentista, não para parodiá-lo, mas para, de fato, incorporá-lo em suas próprias concepções e práticas locais, atribuindo a esse discurso novos significados. Ao fazê-lo, redefiniram sua maneira anterior de agir, mas o fizeram conforme critérios estabelecidos em tradições e costumes próprios; ao mesmo tempo redefiniram sua relação para com a sociedade, construindo para si um nicho onde pudessem ser reconhecidos, como “povos da floresta”, com direitos agrários e sociais reconhecidos como legítimos (M.W.B. ALMEIDA 2004: 34).

²¹² Discussões sobre gestão compartilhada, co-manejo e co-manejo adaptativo podem ser encontradas em vasta produção: Armitage *et al.* 2007, Chuenpagdee e Jentoft 2007, Carlsson e Sandström 2006, Carlsson e Berkes 2005, Olsson *et al.* 2004, Jentof 2003, dentre outros.

recursos naturais, desde os mais diretos até os mais indiretos, também existem diferenças estruturais entre esses usuários que deveriam ser levadas em consideração nas discussões.

Dizer que um cientista tem tanto direito de discutir o futuro da floresta quanto um morador originário dessa mesma floresta pode ser muito controverso, mas, talvez, o problema não esteja (só) no tipo de ator envolvido, nem nas suas características, mas na natureza da discussão, na falta de espaços onde todos possam se manifestar da mesma forma e em igualdade de condições. Esses espaços são como uma balança muito sensível onde todos os atores estão distribuídos. Infelizmente, a balança pode inclinar-se para um lado ou para o outro com muita facilidade, e os atores, geralmente, não estão muito dispostos a ter o mesmo peso relativo na discussão (que todos os atores mereçam o mesmo peso relativo na discussão também pode ser discutível)²¹³. Se isso fosse possível, as opiniões mais divergentes poderiam anular-se mutuamente e todos teriam o direito de opinar e discutir. Dito de outra forma, a dificuldade pode não estar nos atores que acham que têm direito de participar do processo decisório, mas nas condições históricas dadas para essa discussão. E essas condições históricas colocam o morador da área, o usuário direto do recurso, em desvantagem.

ENTRE O “NÃO” E O “COMO” NAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Como foi dito anteriormente, desde o ponto de vista dos residentes das unidades de conservação ou de seu entorno, conceitos e diretrizes ligados à Proteção Integral, ao uso indireto e à preservação relacionam-se a negações ou recusas, do tipo “não pode morar mais aqui” ou “não pode usar os recursos naturais como vinha fazendo”. Essas negações, aquele “não” relacionado às unidades de conservação de proteção integral, propiciam discussões relacionadas a um “quem”. Quem poderia ter direitos, com quem é permitido dialogar e com quem não, e a própria discussão de “quem somos nós” vinda dos moradores dessas áreas, usada como arma de luta pela reivindicação dos seus direitos mais elementares. Adicionalmente, surge um “que”. O que vai ser discutido? O que vai ser negociado? Esse “que” é muito importante no momento em que se estabelecem os espaços de discussão, podendo determinar inclusive a própria existência (ou não)

²¹³ Obviamente, existe uma estrutura legal que é subjacente a esta discussão (muito bem analisada por MENDES 2011). Entretanto, me permito fazer uma análise um pouco mais abrangente e que possa fugir um pouco dos limites impostos pela legislação vigente, que, como sabemos, também está sujeita a mudanças.

desses espaços. O “que” ao qual me refiro nesta pesquisa, na realidade, são vários “ques”, cada ator terá o próprio em função de seus interesses, perspectivas e objetivos. Esse “que” vai estar muito relacionado ao poder e aos recursos que tenham os atores. Esse “que” será definido pelos atores mais poderosos e com mais recursos, e os outros terão que elaborar estratégias para poder inserir seus interesses na discussão.

Já os conceitos e diretrizes ligados ao uso sustentável e à conservação relacionam-se a condicionantes, “os recursos e os ambientes poderão ser usados se for da forma como as regras das unidades de conservação estabelecem” e a discussão gira em torno de um “como”, como serão permitidos esses usos.

Entretanto, uma vez que a discussão sobre o uso dos recursos e o acesso à terra no Núcleo Picinguaba esteve, e de certa forma ainda está, baseado em um “quem”, o processo tende a permanecer repetitivo e circular. Quer dizer, as relações entre os moradores e a gestão do NP sempre estiveram baseadas em um “não”, em negações, em proibições. Estas proibições têm originado uma grande frustração entre os moradores que, como já foi dito, viram deslegitimados seus modos de vida e seus direitos ao trabalho. Posteriormente, com o avanço desta discussão, e com o uso da categoria de população tradicional, o “não” envolveu um “quem”. Quem teria o direito de negociar e de garantir, pelo menos minimamente, sua inclusão nas discussões. Esta nova forma de enfrentar o conflito tem feito surgir e ressignificar conflitos entre os próprios moradores. Entre os que teriam o direito por serem reconhecidos como “tradicionais” e os que não.

Quando uma categoria como esta é criada e usada, isso acontece pela sua negação. Neste caso, a “não categoria” é ser “de fora” ou ser “turista”, isto é, não tradicional. Estas categorias foram amplamente usadas para legitimar discussões, direitos e lutas, e têm sido incorporadas por todos os atores. A discussão de “quem” tem (ou eventualmente poderia ter) direitos, com quem se deve negociar, e quem tem possibilidades de sair da exclusão, não parece ter fim. A questão do território vinculado a esse “quem” está sempre presente nas discussões, conflitos e estratégias. É possível que só depois que as questões vinculadas ao território estejam encaminhadas, a discussão relacionada ao uso dos recursos naturais possa ser abordada mais diretamente e com todas suas arestas. Mas, enquanto essa discussão continue desta forma, baseada nesse “quem”, e os conflitos que isso traz consigo sejam protagonistas, dificilmente se conseguirá continuar em

direção a estratégias mais relacionadas ao uso que tenham o potencial de servir de espaço para que cada um dos atores se sinta representado.

*

Finalmente, posso dizer que, segundo minha opinião, seria recomendável que acontecesse um processo de recategorização das áreas ocupadas no interior do NP que não estejam reconhecidas como Territórios Quilombolas. Dessa forma, estas áreas não ficariam desprotegidas institucionalmente e vulneráveis às ameaças relacionadas, sobretudo, à especulação imobiliária. Entretanto, como tenho podido observar ao longo da pesquisa, os moradores dessas áreas não confiam nessa nova institucionalidade devido ao histórico de relação com o Parque. Seria importante, então, que tanto a gestão do Parque quanto a do Instituto Florestal do Estado de São Paulo façam todos os esforços necessários de diálogo para conseguir a recategorização desses territórios em uma o várias UCs de Uso Sustentável, ainda que a negociação não seja nem fácil nem rápida com os moradores e os outros atores. Espaços de discussão democráticos e amplamente participativos, onde se discutam os múltiplos usos desse território deveriam acontecer para que, assim, possam ser desenhadas as estratégias e os planos a serem seguidos por todos.

Por outro lado, no caso das comunidades que tenham conseguido certa independência da gestão do Parque através do reconhecimento quilombola, todo parece indicar que seus moradores não trocariam essa nova institucionalidade por outra UC, ainda que seja de Uso Sustentável. Nesse caso, elas poderiam ser incorporadas ao manejo participativo dos recursos naturais devido a sua condição de estarem localizadas no entorno do Parque e da(s) nova(s) área(s) a serem criadas, levando em consideração critérios de zoneamento. Nestes espaços de diálogo e de discussão, formados por todos os atores e onde se levem em consideração todos os múltiplos usos dos recursos naturais, deveriam ser feitos esforços para reduzir as fortes assimetrias de poder existentes na arena.

É muito importante indicar aqui que não era objetivo deste trabalho propor especificamente as áreas que deveriam tornar-se as novas UCs das que falei acima, categorizá-las nem delimitá-las em

um mapa. Este não pretendia ser um resultado da tese porque o escopo da minha análise e das sugestões para a gestão da área e para o manejo dos conflitos estava relacionado aos processos pelos quais isto poderia acontecer, de acordo com a realidade de Picinguaba. Em outras palavras, se eu propusesse um mapa com as novas UCs e suas categorias correspondentes, poderia significar que, novamente, alguém chegasse a esse resultado sem o diálogo e a negociação entre todos os atores que eu mesmo sugiro como parte inabdicável do processo de ordenamento territorial e de manejo dos recursos naturais.

Considero importante que os recursos disponíveis na arena sejam mobilizados a negociações que tenham por objetivo o estabelecimento de regras e acordos entre todos os usuários dos recursos naturais no Núcleo Picinguaba, independentemente da sua origem identitária. Isto quer dizer, colocar o foco do debate nos tipos de uso dos recursos naturais e não nos tipos de ator, levando em consideração as assimetrias de poder, os múltiplos usos, o estado de conservação da área, o histórico de uso dos recursos, os critérios de zoneamento e a democratização dos sistemas coercitivos em direção a todos os atores e não só aos moradores e usuários diretos.

Reconhecer que a realidade polifônica do Núcleo Picinguaba carrega uma história acidentada que leva a que todos os atores da arena se percebam, em maior ou menor grau, como bandidos e cujas posições estão confronto é de suma importância para regular os conflitos sobre o uso dos recursos naturais e acesso à terra na área. Levar em consideração a multiplicidade destes usos e que aquilo que cada um dos atores tem em jogo muitas vezes está baseado em características estruturantes da arena também é determinante para tentar diminuir as assimetrias entre eles e, assim, poder discutir democraticamente as regras de manejo que sejam benéficas para todos. Os arranjos institucionais surgidos ao longo deste processo, ainda que transitórios, estão sendo permanentemente testados como em um laboratório para criar novas instituições. Aqueles que funcionarem e mostrarem consistência para regular estes conflitos poderão permanecer e moldarão nossa sociedade no que respeita as dimensões humanas da conservação da biodiversidade.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, C. 2003. Pitfalls of Synchronicity: A case study of the caiçaras in the Atlantic Rainforest of Southeastern Brazil. In: Anderson, D.G. e Berglund, E. (Eds.). *Ethnographies of Conservation: Environmentalism and the distribution of privilege*. Berghahn Books. New York. 19-31 pp.

ADAMS, C. 2000a. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2000, v. 43 nº 1.

ADAMS, C. 2000b. As roças e o manejo da mata atlântica pelos caiçaras: uma revisão. *Interciencia* 25: 143-150.

ADAMS, W.M. e Hutton, J. 2007. People, Parks and poverty: Political Ecology and Biodiversity Conservation. *Conservation and Society*. v. 5, nº 2. 147-183 pp.

AGRAWAL, A. 2002. Common resources and institutional sustainability. In: Ostrom, E.; Dietz, T.; Dolsak, N.; Stern, P.C.; Stovich, S. e Weber, E.U. (Eds.). *The drama of the commons*. Committee on the Human Dimensions of Global Change. National Research Council. Washington. National Academy Press. 41-85 pp.

ALLEGRETTI, M.H. 2002. A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros. Tese para obter o título de Doutora em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília (UnB). 827 pp.

ALMEIDA, A.W.B. 2004. Terras tradicionalmente ocupadas. Processos de territorialização e movimentos sociais. R. B. Estudos urbanos e regionais. v. 6, nº 1. 9-32 pp.

ALMEIDA, M.W.B. 2004. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 19 nº. 55. 33-53 pp.

ALMEIDA, M.W.B. 1995. O Estatuto da Terra e as Reservas Extrativistas. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. V. 25. Nº1. 153-167 pp.

ALMEIDA, M.W.B. e Carneiro da Cunha, M. 2001. Global environmental changes and traditional people. In: Hogan, D.J. e Tolmasquim, M.T (Orgs.). Global environmental changes: Brazilian perspective. Academia Brasileira de Ciências, Rio de Janeiro.

ALONSO, A. 2009. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. Lua Nova. São Paulo, 76. 49-86 pp.

ARMITAGE, D.; Berkes, F. e Doubleday, N. 2007. Introduction: Moving beyond co-management. In: Adaptative co-management: collaboration, learning, and multi-level governance. Armitage, D.; Berkes, F. e Doubleday, N. (Eds.). UBCPress. Canada.

ARRUDA, R. 1999. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & Sociedade - Ano II - No 5 – 2º Semestre de 1999.

ARRUTI, J.M.M. 1997. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. Mana 3(2). 7-38 pp.

BARRETTO FILHO, H. T. 2009. Traditional Peoples: Introduction to the Political Ecology Critique of a Notion. In: C. Adams *et al.* (Eds.), Amazon Peasant Societies in a Changing Environment, Science+Business Media B.V. 95-129 pp.

BARRETTO FILHO, H. T. 2006. Populações tradicionais: Introdução à crítica da Ecologia Política de uma noção. In: Adams, C.; Murrieta, R. e Neves, W.A. (Orgs.). Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. Annablume, São Paulo. 109-143 pp.

BARRETTO FILHO, H. T. 2004. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: Ricardo, F. (Ed.) Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental. 53-63 pp.

BECK, U. 1998. La Sociedad del Riesgo, hacia una nueva modernidad. Editorial Paidós Básica. 304pp.

BENSUSAN, N. 2004. Terras indígenas: as primeiras unidades de conservação. In: Ricardo, F. (Ed.) Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental. 66-72 pp.

BENTLEY, A. 1949. The process of government. Principia Press.

BERKES, F. e Folke, C. 1998. Linking social and ecological system for resilience and sustainability. In: Linking social and ecological systems, management practice and social mechanisms for building resilience. Editores: F. Berkes e C. Folke, C. Cambridge University Press. 459pp.

BEST, R. 1983. Apparent dry-season fasting in Amazonian Manatees (Mammalia: Sirenia). Biotrópica 15(1): 61-64.

BEST, R. 1982. Seasonal breeding the Amazonian Manatee, *Trichechus inunguis* (Mammalia: Sirenia). Biotrópica 14(1): 76-78.

BODMER, R.E. e Robinson, J.G. 2004. Evaluating the sustainability of hunting in the Neotropics. In: Silvius, K.; Bodmer, R. e Fragoso, J.M.V., (Eds.). People in Nature: Wildlife Conservation in South and Central America. Columbia University Press, New York, USA, pp. 299-323.

BODMER, R.E.; Eisenberg, J.F e Redford, K.H. 1997. Hunting and the Likelihood of Extinction of Amazonian Mammals. Conservation Biology. V. 11, Nº 2. 460–466 pp.

BRASIL. 2012. Instrução Normativa nº 2, de 3 de fevereiro de 2012. Baixa instruções para o pagamento de indenização pelas benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé em Terras Indígenas.

BRASIL. 2012. Portaria nº 116, de 14 de fevereiro de 2012. Estabelece diretrizes e critérios a serem observados na concepção e execução das ações de demarcação de terras indígenas.

BRASIL. 2007. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

BRASIL. 2006. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).

BRASIL. 2006b. Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.

BRASIL. 2004. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.

BRASIL. 2003. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

BRASIL. 2002a. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.

Brasil. 2002b. Decreto Legislativo nº 143. O Congresso aprova o texto da Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989.

BRASIL. 2001. Medida Provisória nº 2.186-16. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica.

BRASIL. 2000. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

BRASIL. 1996a. Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 1996. Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas.

BRASIL. 1996b. Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. Sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. 1973. Lei nº 6.001. Sobre as relações do Estado e da sociedade brasileira com os indígenas, "Estatuto do Índio".

BRASIL. 1967. Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Cria a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

BRASIL. 1918. Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918. Localização de Trabalhadores Nacionais.

BRIDGEWATER, P. 1999. Monitoreo Biológico en la Selva Maya – Prefacio, US Man and the Biosphere Program, Tropical Ecosystem Directorate e Wildlife Conservation Society. 51pp.

BROCKINGTON, D. 2004. Community Conservation, inequality and injustice: Myths of Power in Protected Area Management. *Conservation and Society*, 2,2. SAGE Publications. 411-432 pp.

BROWN, K. 2002. Innovations for conservation and development. *The geographical Journal*, vol. 168(1): 6-17.

CAMPOS, S.V. 2006. Jaú em Jogo: mudanças sociais e conservação ambiental no Parque Nacional do Jaú (AM). Tese para obter o título de Doutora em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas. 233 pp.

CAMPOS, S.V. 2001. Mudanças Sociais e Conservação Ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins: o caso dos Despreziados. Dissertação para obter o título de Mestre em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas. 212 pp.

CALDENHOF, S.B.L. 2013. Mudanças sociais, conflitos e instituições na Amazônia: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini. Tese para obter o título de Doutora em Ambiente e Sociedade. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 361 pp.

CALVIMONTES, J. 2009. Etnoconocimiento, uso y conservación del manatí amazónico *Trichechus inunguis*, en la Reserva de Desarrollo Sostenible Amanã, Brasil. Dissertação para obter o título de Mestre em Conservação de Recursos Florestais. Escola de Pós-graduação, Universidad Nacional Agraria La Molina. Lima, Peru. 222 pp.

CALVIMONTES, J. e Marmontel, M. 2006. Percepções, conflitos e uso das espécies carismáticas (*Panthera onca*, *Lontra longicaudis*, *Pteronura brasiliensis*, *Inia geoffrensis*, *Sotalia fluviatilis*, *Melanosuchus niger*, *Caiman crocodilus*, *Arapaima gigas*, *Harpya harpyja* e *Trichechus inunguis*) pelos moradores da RDS Amanã, Brasil. VII Congresso de Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e Latino-América. 03-07 de setembro 2006. Ilhéus, Brasil.

CARLSSON, L. e Berkes, F. Co-management: concepts and methodological implications. *Journal of Environment Management* 75, p. 65-76. 2005.

CARLSSON, L. e Sandström, A. 2006. Network governance of the commons. Publicação apresentada no Eleventh Biennial Global Conference of the International Association for the Study of Common Property (IASCP). 19-23 de junho de 2006. Bali, Indonesia.

CARNEIRO, M.J. 1998. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*. V. 11. Outubro 1998. 53-75 pp.

CARNEIRO da CUNHA, M. 2009. *Cultura com aspas e outros ensaios*. Cosac Naify. 440 pp.

CARNEIRO DA CUNHA, M. 1999. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. *Estudos Avançados* 13 (36).

CARNEIRO DA CUNHA, M. e Almeida, M.W.B. 2002. (Org.). *Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações*. Companhia das Letras, São Paulo. 735 pp.

CARNEIRO DA CUNHA, M. e Almeida, M.W.B. 2000. Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon. *Daedalus*, v. 129, nº 2, Brazil: The Burden of the past; the Promise of the Future (Spring, 2000). 315-338 pp.

CASADO, C.M.M. 2010. Historia de la Teoría del Caos contada para escépticos. *Cuestiones de génesis y estructura. Encuentros multidisciplinares*. Vol. 12, Nº 34. 16-31 pp.

CASH, D.W.; Adger, W.N.; Berkes, F.; Garden, P.; Lebel, L.; Olsson, P.; Pritchard, L. e Young O. Scale and cross-scale dynamics: Governance and information in multilevel world. *Ecology and Society* 11(2):8. 2006.

CASTELLO, L. 2004. A Method to count pirarucu *Arapaima gigas*: Fishers, assessment, and management. *North American Journal of Fisheries Management* 2004; 24: 379-389.

CASTELLO, L.; Viana, J. P.; Watkins, G.; Vásquez-Pinedo, M. e Luzadis, V.A. 2009. Lessons from Integrating Fishers of Arapaima in Small-Scale Fisheries Management at the Mamirauá Reserve, Amazon. *Environmental Management* 43:197–209.

CASTRO, E. 2000. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: Diegues, A.C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Annablume. São Paulo. 165-182 pp.

CASTRO, F.; Siqueira, A.D.; Brondízio, E.S. e Ferreira, L.C. 2008. Use and misuse of the concepts of tradition and property rights in the conservation of natural resources in the Atlantic Forest (Brazil). In: Krishna, S. e Acharya, S. (Eds.). Common property resources. Concepts and country experiences. The Icfai University Press. 41-62 pp.

CAVALCANTI, R.B. 2002. Prefácio. In: Lewinsonh, T.M. e Prado, P.I. Biodiversidade Brasileira. Síntese do estado atual do conhecimento. Ministério de Meio Ambiente e Conservação Internacional. Editora Contexto. Brasília. 176 pp.

CHUENPAGDEE, R. e Jentoft, S. 2007. Step zero for fisheries co-management: What precedes implementation. Marine Policy 31 (2007) 657–668 pp.

COLCHESTER, M. 2000. Resgatando a natureza: comunidades tradicionais e Áreas Protegidas. In: Diegues, A.C. (Org.). Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Annablume. São Paulo. 225-256 pp.

COLEMAN, J. S. 1994. Foundations of Social Theory. Cambridge: Harvard University Press. 933 pp.

COLOMBO, F.A. 2008. Conseqüências potenciais das mudanças climáticas globais para espécies arbóreas da Mata Atlântica. Biota Neotrópica. V.8, N°4.

CONSTANTINO, P. A. L., H.; Carlos, S. A.; Ramalho, E. E.; Rostant, L.; Marinelli, C.; Teles, D.; Fonseca-Junior, S. F.; Fernandes, R. B. e Valsecchi, J.A. 2012. Empowering local people through community-based resource monitoring: a comparison between Brazil and Namibia. Ecology and Society 17(4): 22.

Cox, M.; Arnold, G. e Villamayor S.T. 2010. A review of design principles for community-based natural resource management. Ecology and Society 15(4): 38.

CREADO, E.S.J. 2006. Entre Lugares e Não – Lugares. Restrições ambientais e supermodernidade no Parque Nacional do Jaú (AM). Tese para obter o título de Doutora em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 298 pp.

CREADO, E.S.J.; Mendes, A.B.V.; Ferreira, L.C. e Campos, S.V. 2008. Entre “tradicionais” e “modernos”: Negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. *Ambiente & Sociedade*. v. XI, nº 2. 255-271 pp. Campinas, jul.-dez. 2008.

CULLEN Jr, L. ; Bodmer, R.E. e Valladares-Padua, C. 2001. Ecological consequences of hunting in Atlantic forest patches, São Paulo, Brazil. *Oryx* V. 35, Nº 02. 137-144 pp.

CULLEN Jr, L. ; Bodmer, R.E. e Valladares-Padua, C. 2000. Effects of hunting in habitat fragments of the Atlantic forests, Brazil. *Biological Conservation* 95. 49-56 pp.

DEUTSCH, M. 1991. Subjective features of conflict resolution: Psychological, social and cultural influences. In: Väyrynen, R. (Ed.). *New directions in Conflict Theory. Conflict resolution and conflict transformation*. International Social Science Council. Sage Publications. 26-56 pp.

DI GIULIO, G.M e Ferreira, L.C. 2012. Governança do Risco: Uma proposta para lidar com riscos associados às mudanças climáticas e ambientais no nível local. VI Encontro Nacional ANPPAS. Belém, Pará. 18-21 de setembro de 2012.

DIAS, B.F.S. 2002. Apresentação. In: Lewinsohn, T.M. e Prado, P.I. (Eds.). *Biodiversidade Brasileira. Síntese do estado atual do conhecimento*. Ministério de Meio Ambiente e Conservação Internacional. Editora Contexto. Brasília. 176 pp.

DIEGUES, A.C. 2001. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Editora HUCITEC. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, NUPAUB/USP. São Paulo. 169 pp.

DIEGUES, A.C. 2000. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A.C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Annablume. São Paulo. 01-46 pp.

DIEGUES, A.C. e Arruda, R.S.V. 2001. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério de Meio Ambiente.

DIEGUES, A.C.; Arruda, R.S.V.; Silva, V.C.F; Figols, F.A.V. e Andrade, D. (Org.). 2000. *Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil*. São Paulo: MMA/COBIO/NUPAUB/USP.

DOS ANJOS, R.S.A. 2006. Cartografia e Quilombos: territórios étnicos africanos no Brasil. In: *Africana Studia* Nº9. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP) (Ed.). 337-355 pp.

DOUROJEANNI, M.J. e Pádua, M.T.J. 2007. Biodiversidade. A hora decisiva. Editora UFPR. 282 pp.

DUDLEY, N. (Ed.). 2008. Guidelines for Applying Protected Area Management Categories. Gland, Switzerland: IUCN. x + 86pp.

DUDLEY, N.; Stolton S.; Belokurov, À.; Krueger, L.; Lopoukhine, N.; MacKinnon, K.; Sandwith, T. e Sekhran, N. (Eds.). 2009. Soluciones Naturales: Las áreas protegidas ayudando a la gente a enfrentar el cambio climático. IUCN-WCPA, TNC, PNUD, WCS, Banco Mundial e WWF. Gland, Suíça, Washington DC e Nova York, EUA.

ELBERS, J. (Ed.). 2011. Las áreas protegidas de América Latina: Situación actual y Perspectivas.

ESTERCI, N. e Schweickardt, K.H.S.C. 2010. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, nº 1, p. 59-77, jan.- abr. 2010.

EVANS, Y. 2007. Participação Comunitária em Gestão Ambiental: o caso do Parque Estadual da Serra do Mar, São Paulo, Brasil. Queen Mary, Universidade de Londres. Inglaterra, Reino Unido. 47 pp.

EVANS-PRITCHARD, E.E. 1969 (1940). The Nuer: A Description of the Modes of Livelihood and Political Institutions of a Nilotic People. Oxford University Press, Social Science. 271 pp.

FARIAS Jr., E.A. 2010. Unidades de conservação de proteção integral e territórios quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In: Almeida, E.A.F.; Marin. R.E.A.; Cid, R.; Müller, C.B. e A.W.B.; Júnior (Orgs.). Territórios Quilombolas e Conflitos. Caderno de Debates Nova Cartografia Social. v. 01, nº. 02. UEA Edições. 139-152 pp.

FERREIRA, L.C. 2012. A equação dinâmica entre conflitos sociais, recursos naturais e desastres ambientais: o estado da arte e uma proposta teórica. VI Encontro Nacional ANPPAS. Belém, Pará. 18-21 de setembro de 2012.

FERREIRA, L.C. 2005. Conflitos sociais e uso dos recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. Política e Sociedade. Nº7. Outubro 2005.

FERREIRA, L.C. 2004. Dimensões Humanas da Biodiversidade. Ambiente & Sociedade. 2004. 7(1), 5-29 pp.

FERREIRA, L.C. 2000. Importância da interdisciplinaridade para a sociedade. In: Philippi, A. E Hogan, D. (Eds.). Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais. Editora Signus. São Paulo.

FERREIRA, L.C. 1999. Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro. Ambiente & Sociedade - Ano II – nº 5 - 2o Semestre de 1999.

FERREIRA, L.C. 1996. A Floresta Intransitiva: Conflitos e Negociações na Mata Atlântica, SP. Tese para obter o título de Doutora em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

FERREIRA, L.C. 1993. Os fantasmas do Vale. Qualidade ambiental e cidadania. Editora Unicamp. 188 pp.

FERREIRA, L.C.; Di Giulio, G.M.; Simões, E.; Viglio, J.E.; Calvimontes, J.; Araos, F.; Mello, A.Y.I.; Manfredo, M.T. Feital, M.S.; Thiago, J.P. e Queiroz, J.F. 2012. Conflitos entre expansão urbana e a cobertura vegetal e suas consequências para as Mudanças Ambientais Globais: um estudo no Litoral de São Paulo. Urban Growth, Vulnerability and Adaptation: Social and Ecological Dimensions of Climate Change on the Coast of São Paulo. Relatório Técnico. 157-240 pp.

FERREIRA, L.C.; Campos, S.V; Creado, E.; Mendes, A.B. e Caropreso, C. 2007. Encontro das Águas: Dinâmicas Sociais e Biodiversidade na Amazônia Brasileira. Teoría & Pesquisa 50, vol.XVI nº 01, 15-37 pp.

FERREIRA, L.C.; Sivieiro, S.O.; Campos, S.V.; Silveira, P.C.B; Oliveira, V.G.; Mendes, A.B.V.; Pinto, A.O. 2001. Conflitos Sociais em Áreas Protegidas no Brasil: Moradores, Instituições e ONGs no Vale do Ribeira e Litoral Sul, SP. Revista Idéias, Campinas, IFCH/UNICAMP, ano 8 (2), 115-149 pp.

FLYVBJERG, B. 2001. Making social science matter. Why social inquiry fails and how it can succeed again. Cambridge University Press. 204 pp.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. 2007. Portaria nº 98, de 26 de novembro de 2007. Sobre certidão de autodefinição como remanescente de quilombo.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. <http://www.palmares.gov.br>

GALINDO-LEAL, C. e Câmara, I.G. 2003. Atlantic forest hotspots status: an overview. In: C. Galindo-Leal & I.G. Câmara (Eds.). The Atlantic Forest of South America: biodiversity status, threats, and outlook. Center for Applied Biodiversity Science e Island Press, Washington, D.C. 3-11 pp.

GERHARDT, C.H. 2010. Pesquisadores e suas táticas discursivas no debate sobre populações tradicionais e proteção à biodiversidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, nº 21, p. 43-67, jan./jun. 2010. Editora UFPR.

GERHARDT, C.H. 2008. Pesquisadores, populações locais e áreas protegidas: entre a instabilidade dos 'lados' e a multiplicidade estrutural das posições. Tese para obter o título de Doutor em Ciências Sociais. Curso de pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

GLUCKMAN, M. 1955. The Peace in the Feud. *Past and Present*. 8 (1): 1-14. doi: 10.1093/past/8.1.1

GLUCKMAN, M. 1940. Análisis de una situación social en Zululandia Moderna. La organización social. Tradução de Rocío Gil e José Luis Lezama do texto original em inglês: "The social organization of Modern Zululand". In: *Analysis of a social situation in Modern Zululand*, Manchester University Press.

GÓMEZ, J. R. e Jorgenson, J. P. 1999. An overview of the giant otter-fisherman problem in the Orinoco basin of Colombia. *IUCN Otter Specialist Group Bulletin*. v. 16, nº2.90-96 pp.

GUERRERO, E. 2011. Perfil socioeconómico y político de América Latina. In: Elbers, J. (Ed.) *Las áreas protegidas de América Latina: Situación actual y Perspectivas para el futuro*. Quito, Ecuador. UICN. 227 pp.

GUERRERO, E., Sguerra, S. e Rey, C. (Eds.). 2007. Áreas Protegidas en América Latina. De Santa Marta 1997 a Bariloche 2007. *Parques Nacionales Naturales de Colombia y Comité Colombiano UICN*. Bogotá. 100 pp.

HANNIGAN, J. 2009. *Sociologia Ambiental*. Editora Vozes. Petrópolis, Rio de Janeiro.

HARDIN, G. 1968. The Tragedy of the Commons. *Science*, v. 162. 1243-1248 pp.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). 2012. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 31 pp.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério do Desenvolvimento Agrário). 2012. Territórios Quilombolas, Relatório 2012. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas - DFQ.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS (IPAAM). 1997. Proposta de criação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Sociedade Civil Mamirauá (SCM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT) Wildlife Conservation Society (WCS), Department for International Development (DFID – UK), União Européia.

INSTITUTO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (IF-SP). 2006. Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar. 441 pp.

IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas). 1997. Proposta de criação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. Sociedade Civil Mamirauá (SCM), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT) Wildlife Conservation Society (WCS), Department for International Development (DFID – UK), União Européia.

ITESP (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo). 2002.

JANSSEN, M.A.; Bodin, O.; Anderies, J.M.; Elmqvist, T.; Ernstson, H.; McAllister, R.R.J.; Olsson, P. e Ryan, P. 2006. Toward a network perspective of the study of resilience in social-ecological systems. *Ecology and Society* 11(1): 15.

JENTOF, S. 2003. Co-management, the way forward. In: Fisheries co-management experiences. Accomplishments, challenges and prospects. D. Wilson, J. Nielsen e P. Degnbol (Eds.). Institute of Fisheries Management, Denmark. Klumer Academic Publisher.

JOLIVET, M-J e Léna, P.M. 2000. Des territoires aux identités. *Autrepart* (14), 2000: 5- 16 pp.

KUPER, A. 2002. Cultura, a visão dos antropólogos. EDUSC, Coleção Ciências Sociais. Bauru, São Paulo. 324pp.

LAUSCHE, B. 2011. Guidelines for Protected Areas Legislation. IUCN, Gland, Switzerland. xxvi + 370 pp.

LEITE, I.B. 2010. Humanidades Insurgentes: Conflitos e Criminalização Dos Quilombos. In: Almeida, E.A.F.; Marin, R.E.A.; Cid, R.; Müller, C.B. e A.W.B. e Júnior (Orgs.). Territórios Quilombolas e Conflitos. Caderno de Debates Nova Cartografia Social. V.01, Nº02. UEA Edições. 17-40 pp.

LEWINSONH, T.M. e Prado, P.I. 2002. Biodiversidade Brasileira. Síntese do estado atual do conhecimento. Ministério de Meio Ambiente e Conservação Internacional. Editora Contexto. Brasília. 176 pp.

LIMA, D.M. 1992. The Social Category Caboclo: History, Social Organization, Identity and Outsider's Social Classification of an Amazonian Region (The Middle Solimões). PhD. Thesis, Cambridge University.

LIMA, D.M. e Pozzobon, J. 2005. Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social. Estudos Avançados, 19 (54). 45- 76 pp.

LIMA, D.S. 2009. Ocorrência de ariranhas *Pteronura brasiliensis* (Carnivora: Mustelidae) e interferências antrópicas à espécie no lago Amanã, Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazonas. Dissertação para obter o título de Mestre em Biodiversidade Tropical. Universidade Federal do Amapá, Macapá. 58 pp.

LITTLE, P.E. 2006. Ecologia Política como etnografia: um guia teórico e metodológico. Horizontes Antropológicos, ano 12, nº25, 85-103 pp., jan/jun 2006.

LITTLE, P.E. 2002. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. Brasília: Série Antropológica, Universidade de Brasília.

LOPES, G.P.; Valsecchi, J.; Vieira, T.M.; Amaral, P.V. e Costa, E.W.M. 2012. Hunting and hunters in lowland communities. UAKARI. V. 8, nº 1. 7-18 pp.

MALINOWSKY, B. 1926. Crime and Custom in Savage Society, Londres. Routledge & Kegan Paul. Parte II: 71-129 pp. Em tradução de M.W.B. Almeida.

MARMONTEL, M. e Calvimontes, J. 2004. Conflictos actuales y potenciales entre los lobos de río (*Pteronura brasiliensis*) y los pobladores de las cabeceras del Lago Amanã, Amazonas, Brasil. V Congreso SOLAMAC. 11-17 de setembro 2004. Quito, Ecuador.

MARMONTEL, M.; Guterres, M.G.; Meirelles, A.C.O.; Calvimontes, J. e Rosas, F.C.W. 2002. Lago Amanã: Destino estival de manatíes amazônicos en la Amazonia Occidental Brasileña. IV Congresso SOLAMAC. 14-19 de outubro 2002. Valdivia, Chile.

McADAM, D.; McCarthy, J.D. e Zald, M.N. Oportunidades, estruturas de movilización y procesos enmarcadores: hacia uma perspectiva sintética y comparada de los movimientos sociales. In: Movimientos sociales: perspectivas comparadas. McAdam, D.; McCarthy, J.D. e Zald, M.N. (Eds.). Ediciones Istmo. Madrid, España. 1999.

MCCORMICK, J. 1992. Rumo ao Paraíso. A história do movimento ambientalista. Relume Dumará. Rio de Janeiro.

MEDEIROS, R. 2006. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. Ambiente & Sociedade – Vol. IX nº. 1 jan./jun.

MELUCCI, A. 1989. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova Nº 17. São Paulo. 49-66pp.

MENDES, A.B.V. (no prelo). Ambientalização de direitos étnicos e etnização das arenas ambientais: populações tradicionais e povos indígenas da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (AM).

MENDES, A.B.V. 2011. Protegendo diversidades: entre ambientes e culturas no Estado Brasileiro. Teoria e Sociedade Nº 19.2.

MENDES, A.B.V. 2009. Conservação ambiental e direitos multiculturais: reflexões sobre Justiça. Tese para obter o título de Doutora em Ambiente e Sociedade. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM) e Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 387 pp.

MENDES, A.B.V. 2005. Vidas de Parque: uma etnografia sobre os ribeirinhos do Tapiira, no Parque Nacional do Jaú. Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

MENDES, A.B.V. e Ferreira, L.C. 2009. Conservação ambiental e direitos multiculturais: apontamentos sobre direito e ciências. UAKARI, Vol. 5, Nº 2.

MENDES, A.B.V.; Creado, E.S.J.; Campos, S.V.; Ferreira, L.C. 2008. Processos decisórios envolvendo populações que residem no Parque Nacional do Jaú (AM). In: Ferreira, L.C. e Duarte, L. (Orgs.). Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil II. São Paulo: Annablume; Campinas: ANPPAS.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). 2012. <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em 2 de abril de 2012.

MINTIER, B.A. e Corley, E.A. 2007. Conservation or preservation? A qualitative study of the conceptual foundations of natural resource management. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics* (2007) 20: 307–333 pp.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2013. Portaria nº 4, de 03 de janeiro de 2013. Criação do Mosaico do Oeste do Amapá e Norte do Pará.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). 2000. A Convenção sobre Diversidade Biológica. Série Biodiversidade no. 1. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília – DF. 30 pp.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). www.mma.gov.br

MOURA, M.M. 1988. Os deserdados da terra. A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 250 pp.

MYERS, N.; Mittermeier, R.; Mittermeier, C.G.; Fonseca, G.A.B. e Kent, J. 2000. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403.

NAGENDRA, H. 2008. Do Parks Work? Impact of Protected Areas on Land Cover Clearing. *AMBIO: A Journal of the Human Environment*. Vol. 37(5):330-337.

OFFE, C. 1992. Partidos políticos y nuevos movimientos sociales. Editorial Sistema. España.

OLSON, M. 1999. A lógica da ação coletiva. Os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. Editora da Universidade de São Paulo. 201 pp.

Olsson, P.; Folke, C. e Berkes, F. 2004. Adaptive Comanagement for Building Resilience in Social–Ecological Systems. *Environmental Management* V. 34, Nº 1, 75–90 pp.

OSTROM, E. 2005. *Understanding Institutional Diversity*. Princeton University.

OSTROM, E. 2002. Reformulando los Bienes Comunes. In: Smith, R.C. e Pinedo, D. (Eds.). *El cuidado de los bienes comunes. Gobierno y manejo de los lagos y bosques en la Amazonía*. Instituto del Bien Común. Peru.

OSTROM, E. 1990. *Governing the commons. The evolution of institutions for collective action*. Cambridge University Press. Cambridge.

OSTROM, E. e Walker, J. 2000. Neither markets nor states: linking transformation processes in collective action arenas. In: McGinnis M. D. (Ed.). *Polycentric games and institutions: readings from the Workshop in Political Theory and Policy Analysis*. Indiana University, Bloomington. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. University of Michigan Press. 541 pp.

PALACIO, G. 2002. Historia tropical: a reconsiderar las nociones de espacio, tiempo y ciencia. In: Palacio, G. e Ulloa, A. (Eds.). *Repensando la Naturaleza. Encuentros y desencuentros disciplinarios en torno a lo ambiental*, pp. 155-171. Universidad Nacional de Colombia-Sede Leticia.

PATTON, M. Q. 1990. *Qualitative Evaluation and Research Methods*. 2nd Ed. Newbury Park: Sage Publications.

PERALTA, N. 2005. Os Ecoturistas estão chegando: Aspectos da Mudança Social na RDS Mamirauá, AM. Dissertação de mestrado. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Universidade Federal do Pará. 204 pp.

PERRONE-MOISÉS, B. 2001. Conflitos recentes, estruturas persistentes: notícias de Sudão. *Revista de Antropologia*. Universidade de São Paulo. V. 44, nº 2.

PUERTAS, P.E. e Bodmer, R.E. 2004. Hunting effort as a tool for community-based wildlife management in Amazonia. In: Silvius, K.M. and Bodmer, R.E. e Fragoso, J.M.V., (eds.). *People in Nature: wildlife conservation in South and Central America*. Columbia University Press, New York, pp. 123-135.

QUEIROZ, H. 2005. Criação da Reserva Amanã: Um Importante Estágio para a Consolidação do Embrião do Corredor Central da Amazônia. In: Ayres, M.; da Fonseca, G.; Rylands, A.; Queiroz, H.; Pinto, L.; Masterson, D. y Cavalcanti, R. Os Corredores Ecológicos das Florestas Tropicais do Brasil. Sociedade Civil Mamirauá. Belém, Brasil.

RAIMUNDO, S. 2008. Conservação da natureza e turismo no Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar (SP). Revista Brasileira de Ecoturismo, v.1, n.1, ISSN: 1983-9391 pp.10-41.

RAMÍREZ, C. 1987. La Idea del Hombre en el Pensamiento Occidental. EUNED. 492 pp.

READING, R. P. e Miller, B. (Eds). 2000. Endangered Animals: A Reference Guide to Conflicting Issues. Greenwood Press. USA. xiii-xviii pp.

REIS, M. 2005. Arengas e Picicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas. Volumen 6 de Estudos do Mamirauá Estudos do Mamirauá: Coleção Bases Científicas do Plano de Manejo de Mamirauá. Sociedade Civil Mamirauá, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. 177 pp.

RENN, O. 1993. The social arena concept of risk debates. In: Krimsky, S. (Ed.). Social theories of risk. 179-196 pp. Westport, Conn.

RIOS, A.V.V. 2004. Populações tradicionais em áreas protegidas. In: Ricardo, F. (Ed.). Terras indígenas e unidades de conservação da natureza: o desafio das sobreposições. São Paulo: Instituto Socioambiental. 78-84 pp.

ROSAS, F.C.W. 1994. Biology, Conservation and Status of the Amazonian Manatee *Trichechus inunguis*. Mammal Review 24(2): 49-59.

ROSAS-RIBEIRO, P. F.; Rosas F. C. W. E Zuanon. J. 2011. Conflict between fishermen and giant otters *Pteronura brasiliensis* in Western Brazilian Amazon. Biotropica, Washington. Nº 44. 437-444 pp.

RUIZ-PÉREZ, M.; Almeida, M.W.B.; Dewi, S.; Costa, E.M.L.; Pantoja, M.C.; Puntodewo, A.; Postigo, A.A. e Andrade, A.G. 2005. Conservation and Development in Amazonian Extractive Reserves: The case of Alto Juruá. Ambio. V. 34. Nº3. 218-224 pp.

RUSSELL, B. 1989. Research Methods in Cultural Anthropology. Sage Publications. Segunda edição. The Publisher of Professional Social Science.

SÃO PAULO. 2012. SMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. <http://www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em 2 de setembro de 2012.

SANSOLO, D.G. 2002. Planejamento Ambiental e Mudanças na Paisagem do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar. Tese para obter o título de Doutor. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 456 pp.

SCHERER-WARREN, I. 2009. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro.

SCHMITZ, H. 2009. O MST à luz de teorias dos movimentos sociais. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia 28 - 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro.

SIGAUD, L. 1979. Os clandestinos e o direito. Livraria Duas Cidades.

SIMMEL, G. 2006. Questões fundamentais da Sociologia. Zahar. Rio de Janeiro. 119pp.

SIMMEL, G. 1983. Sociologia. Organização de Evaristo de Moraes Filho. Ática, São Paulo.

SIMMEL. 1955. Conflict. New York: The Free Press.

SIMÕES, E. 2010. O Dilema das Decisões sobre Populações Humanas em Parques: Jogo compartilhado entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba. Tese para obter o título de Doutora em Ambiente e Sociedade. Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (NEPAM). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 390 pp.

SIMÕES, E.; Ferreira L.C. e Joly, C.A. 2011. O Dilema de Populações Humanas em Parques: Gestão Integrada entre Técnicos e Residentes no Núcleo Picinguaba. Sustentabilidade em Debate - Brasília, v. 2, n. 1, p. 17-32, jan/jun 2011.

SOS MATA ATLÂNTICA. 2012. <http://www.sosma.org.br/>. Acesso em 24 de setembro de 2012.

SPINAGE, C. 1998. Social change and conservation misrepresentation in Africa. Oryx, Vol. 32(4): 265-276.

SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia). www.sudam.gov.br

TERBORGH, J. 1992. Maintenance of Diversity in Tropical Forests. *Biotropica*, Special Issue: OTS Silver Anniversary Symposium. Resource Availability and Tropical Ecosystems. Vol. 24(2), Part B: 283-292.

TERBORGH, J e Peres, C. 2002. The problem of people in Parks. In: *Making Parks work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Terborgh, J. van Schaik, C. Davenport, L. e Madhu, R. (Editores). Island Press. Washington, USA. 307-320 pp.

TERBORGH, J. van Schaik, C. Davenport, L. e Madhu, R. (Eds.). 2002. *Making Parks work: Strategies for Preserving Tropical Nature*. Island Press. Washington, USA. 515 pp.

TOURAINÉ, A. 2006. Los movimientos sociales. *Revista Colombiana de Sociología*. Nº 27. pp. 255-278. TOURAINÉ, A. 1988. *Palavra e Sangue. Política e sociedade na América Latina*. Editora Unicamp. Trajetória Cultural. São Paulo. 598 pp.

TOURAINÉ, A. 2005. *Un nuevo paradigma. Para comprender el mundo de hoy*. Ed. Paidós. Barcelona, España. 271 pp.

TOURAINÉ, A. 2000. A Method for Studying Social Actors. *Journal of World-Systems Research*. , Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part II. <http://jwsr.ucr.edu>. ISSN 1076-156x. VI (3), fall/winter 2000, 900-918 pp.

TOURAINÉ, A. 1994. *Crítica de la modernidad*, México, Fondo de Cultura Económica.

TOURAINÉ, A. 1989. Os novos conflitos sociais, para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, nº17, junho, 5-18pp.

TOWNSEND, W.R. 2001. La utilidad del monitoreo del uso de la cacería para la defensa del territorio. In: Campos, R.C.; Ulloa, A. e Rubio, T.H. (Comp.). *Manejo de fauna por comunidades rurales*. Fundación Natura / Organización Regional Indígena Embera – Wounan, OREWA / Unidad Administrativa Especial del Sistema de Parques Naturales Nacionales, Ministerio del Medio Ambiente / Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura, OEI / Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICANH. Colombia.

TSEBELLIS, G. 1998. *Jogos Ocultos: Escolha Racional no Campo da Política Comparada* Vol. 17. Editora USP. 249 pp.

VÄYRYNEN, R. (Ed.). 1991. New directions in Conflict Theory. Conflict resolution and conflict transformation. International Social Science Council. Sage Publications.

VIANA, J.P.; Damasceno, J.M.B. e Castello, L. 2003. Desarrollo del manejo pesquero comunitario en la Reserva Mamirauá, Amazonas, Brasil. In: Campos, C. e Ulloa, A. (Eds.). Fauna Socializada, Tendencias en el manejo participativo de la fauna en América Latina. Fundación Natura / Mac Arthur Foundation / Instituto Colombiano de Antropología e Historia. Colombia.

VIANNA, L.P. 2008. De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação. ANNABLUME, FAPESP, São Paulo, 339 pp.

VIGLIO, J.E. 2012. Usos sociais e políticos da ciência na definição de riscos e impactos ambientais no setor de petróleo e gás. Tese para obter o título de Doutor em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 151 pp.

VIVEIROS DE CASTRO, E. 2002. O nativo relativo. Mana vol.8, n.1 pp. 113-148 .

WEST, P. e Brockington, D. 2006. An Anthropological Perspective on Some Unexpected Consequences of Protected Areas. Conservation Biology. Vol. 20(3): 609–616.

WEST, P.; Igoe, J. e Brockington, D. 2006. Parks and Peoples: the social impact of Protected Areas. Annual Review of Anthropology. Vol. 35: 251-77.

WILSHUSEN, P.R; Brechin, S.R.; Fortwangler, C.L e West, P.C. 2002. Reinventing a square wheel: Critique of a resurgent “Protection Paradigm” in international biodiversity conservation. Society and Natural Resources, 15:17-40.